



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ORDENAMENTO TERRITORIAL**

**RODRIGO PINA DE SOUSA**

**TERRITORIALIZAÇÃO MILITAR EM REDE E O IMPERIALISMO  
ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA LATINA: UM NOVO CÓDIGO  
GEOPOLÍTICO?**

**Niterói  
2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**RODRIGO PINA DE SOUSA**

**TERRITORIALIZAÇÃO MILITAR EM REDE E O IMPERIALISMO  
ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA LATINA: UM NOVO CÓDIGO  
GEOPOLÍTICO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia. Área de concentração: Ordenamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. IVALDO GONÇALVES LIMA

Niterói

2007

**RODRIGO PINA DE SOUSA**

**TERRITORIALIZAÇÃO MILITAR EM REDE E O IMPERIALISMO  
ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA LATINA: UM NOVO CÓDIGO  
GEOPOLÍTICO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia. Área de concentração: Ordenamento Territorial.

Comissão Examinadora

---

Prof. Dr. Ivaldo Gonçalves Lima - Orientador

Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Ruy Moreira

Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Iná Elias de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói

2007

Dedico esse momento aos meus grandes amores: André Luiz, meu filho que trouxe muita felicidade e sorte, e Fernanda, minha mulher e companheira em todos os instantes. Obrigado pela motivação. Amo vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho é fruto de reflexões realizadas a partir de contribuições diversas. Entretanto, agradeço especialmente à: meu orientador Ivaldo, que se revelou, nas constantes reuniões, de fato um orientador, ou seja, aquele que dedicadamente apontou sentidos teórico-metodológicos cruciais e me apresentou caminhos bibliográficos e referências conceituais que eu desconhecia. Aprendi muito, e igualmente percebi o quanto ainda tenho que ler e aprender; à toda a turma do mestrado de 2005, da qual fiz parte, principalmente àqueles(as) tricolores de coração; aos professores e funcionários da pós-graduação em geografia da UFF, em especial Rogério Haesbaert e Sérgio Nunes, pela participação e críticas no seminário de releitura crítica, e da mesma forma aos professores Carlos Walter e Ruy Moreira pelas importantes contribuições em minha pré-defesa; à CAPES, por ter me ajudado muitíssimo a ter um pouco “mais de tempo” para dedicação aos estudos e aquisição de livros; aos amigos do Grupo de Estudos sobre Território da FFP-UERJ (camarada Marcos César - pelas críticas observações e sugestões bibliográficas, valeu “véiã” -, João Carlos, Astrogildo, Felipe, Carlos Fortunato - por uma geografia da periferia e dos de baixo -, Gabriela, William entre outros); aos meus pais, Antônio e Liliam (valeu pelas várias forças), meus avós Isaac e Maria e meu irmão Felipe (valeu pelas traduções); ao pessoal do Agorhy; ao amigo André “Polona”, pela paciência e talento na construção gráfica dos mapas. Enfim, muito obrigado.

## RESUMO

Nesse trabalho, trataremos da presença militar estadunidense na América Latina no âmbito da geopolítica do novo imperialismo. Apesar de não ser prioritária na estratégia global dos Estados Unidos, a América Latina, quando analisada pelo prisma da militarização, exemplifica uma transição de conduta geopolítica, efeito de uma mudança de código geopolítico. Ao analisarmos o novo código que está sendo aplicado sobre a América Latina pelos Estados Unidos, percebemos uma estratégia de descentralização e reposicionamento militar. Chamamos tal processo de territorialização militar em rede, e através do mesmo podemos entender de que forma se define um território-rede militar a partir da geopolítica do novo imperialismo estadunidense na América Latina. Objetivamos compreender as relações de poder capitaneadas por intermédio do novo imperialismo estadunidense em sua postura geopolítica frente a alguns Estados latino-americanos, e focando centralmente no viés da militarização (sobretudo a instalação e uso de bases militares e pistas de pouso/decolagem). É lícita a vigência de um novo código geopolítico que redefine em ritmos expressivos a estratégia do imperialismo estadunidense, e orienta a pré-configuração de um território-rede militar sobre a América Latina, na qual as *FOLs* (*Foward Operating Locations*) cumprem um papel crucial. A nova geopolítica do imperialismo tem sido consolidada pelas marcas do vigente código geopolítico da prevenção: a disposição territorial antecipada e a preparação. O novo código aponta a necessidade de uma reinterpretação da categoria território, e, da mesma forma, para mais uma contribuição da geografia política à leitura do mundo contemporâneo pelo prisma do novo imperialismo em sua vertente político-militar.

## **ABSTRACT**

This work approaches the military presence of US in Latin America, within the scope of geopolitics of the new imperialism. Although the Latin America is not treated like a priority in the context of the global strategy adopted by United States, when analyzed through the prism of militarization, it is an example of a transition of geopolitical conduct, consequence of a change in the geopolitical code. If we analyze the new code that is being applied on Latin America by the US, we can notice a strategy of decentralization and military repositioning. We call this process of military network territorialization, and through this process we are able to understand in which way a military network-territory is defined from the geopolitics of the new imperialism of US in Latin America. Our objective is to comprehend the relations of power captained by the new US imperialism in its conduct with some Latin-American countries, and focusing centrally in the direction of the militarization (especially with the installation and the use of military air bases and airfields). The legality of a new geopolitical code that redefines in expressive pace the strategy of the US imperialism, and orientates the pre-configuration of a military network-territory on Latin American, in which the FOLs (Forward Operating Locations) perform a crucial role is licit. The new geopolitics of imperialism has been consolidated by the marks of the actual geopolitical code of prevention: the territorial disposition anticipated and the preparation. The new code points to the need of a reinterpretation of the territory category, and, for one more contribution of political geography to the reading of a contemporaneous world through the prism of the political-military side of the new imperialism.

O que importa é saber se seremos capazes de despertar do pesadelo antes que ele se torne irreversível e se conseguiremos levar um pouco de paz, justiça e esperança ao mundo que está, no momento, ao alcance das nossas possibilidades e da nossa vontade.

[CHOMSKY, 2004: 240]

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **1. Mapas**

- Mapa 1 - Bases militares e recursos naturais na América Latina **141**
- Mapa 2 - Bases militares e recursos naturais no Oriente Médio **141**
- Mapa 3 - Bases militares e recursos naturais na África **142**
- Mapa 4 - Divisão espacial dos Comandos militares dos Estados Unidos **145**
- Mapa 5 - Disposição dos Subcomandos Regionais em 2007 **149**
- Mapa 6 - Zona de responsabilidade do Comando Sul **153**
- Mapa 7 - Zona de atenção do Pentágono **156**
- Mapa 8 - Recursos naturais e presença militar dos Estados na América Latina e no Caribe **159**
- Mapa 9 - Controle geral estadunidense sobre América Latina e Caribe **164**
- Mapa 10 - Área de cobertura das *FOLs* **170**
- Mapa 11 - Código Geopolítico da Contenção **172**
- Mapa 12 - Código Geopolítico da Prevenção **173**
- Mapa 13 - Territorialização militar em rede das *FOLs* **175**

### **2. Quadros**

- Quadro 1 - Subcomandos regionais e suas áreas de cobertura **146**
- Quadro 2 - Exercícios militares entre exércitos dos Estados Unidos e países latino-americanos **166**

### **3. Figuras**

- Pentágono, Washington, DC. **205**
- Comando Sul, Flórida, Miami **205**
- FOL* 1 - Manta, Equador **206**
- FOL* 2 - Comalapa, El Salvador **207**
- FOL* 3 - Reina Beatrix, Aruba **208**
- FOL* 4 - Hato, Curaçao **209**
- Base de Howard, Panamá **210**
- Base Tres Esquinas, Departamento de Caquetá, Colômbia **210**
- Base Villavicencio, Departamento de Meta, Colômbia **211**
- Base Mariscal Estigarribia, Departamento de Boquerón, Paraguai **211**

## **SUMÁRIO**

### **INTRODUÇÃO 1**

#### **Parte I - IMPERIALISMO, GEOPOLÍTICA E TERRITÓRIO**

#### **CAPÍTULO 1 - A GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO 5**

##### **1.1 - A validade temporal de uso do termo imperialismo 11**

###### **1.1.1 - A dialética entre o “velho” e o “novo” para entender o imperialismo 20**

##### **1.2 - As teorias marxistas clássicas: o militarismo e o imperialismo como geopolítica 22**

##### **1.3 - A nova geopolítica do imperialismo estadunidense em seu fundamento político-militar: o novo imperialismo 31**

#### **CAPÍTULO 2 - DO TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-REDE 43**

##### **2.1 - Sobre o território 43**

###### **2.1.1 - O “território” do conceito e a herança do étimo 45**

###### **2.1.2 - O território como conceito 53**

###### **2.1.2.1 - Território, espaço e poder: os elos possíveis 53**

###### **2.1.2.2 - O território como espaço de controle estatal 59**

##### **2.2 - Território e rede em sua forma contracta: o território-rede 69**

###### **2.2.1 - Conceituando rede 69**

###### **2.2.2 - Território-rede: um híbrido 78**

#### **CAPÍTULO 3 - O CONCEITO DE TERRITORIALIZAÇÃO MILITAR EM REDE E O NOVO CÓDIGO GEOPOLÍTICO 89**

##### **3.1 - A territorialização militar em rede 89**

##### **3.2 - Dos códigos ao código geopolítico 97**

###### **3.2.1 - O conceito de código geopolítico e o velho código da contenção 102**

###### **3.2.2 - O novo código geopolítico global dos Estados Unidos: a prevenção 107**

**Parte II - A PRÉ-CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO-REDE MILITAR  
ESTADUNIDENSE SOBRE A AMÉRICA LATINA E O ARRANJO ESPACIAL  
DA NOVA GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO**

**CAPÍTULO 4 - AS ETAPAS DE DOMINAÇÃO DOS EUA SOBRE A AMÉRICA  
LATINA: UM HISTÓRICO CONCISO 119**

**CAPÍTULO 5 - A ATUAL TERRITORIALIZAÇÃO MILITAR EM REDE  
ESTADUNIDENSE: A DISPOSIÇÃO GEOPOLÍTICA DOS SUBCOMANDOS  
REGIONAIS 138**

5.1 - A territorialidade do Comando Sul e sua zona de responsabilidade **151**

5.2 - A importância estratégica da área de cobertura do Comando Sul **156**

**CAPÍTULO 6 - AS FOLS COMO NÓS ESTRATÉGICOS DA  
TERRITORIALIZAÇÃO E A PREVENÇÃO NA PRÉ-CONFIGURAÇÃO DO  
TERRITÓRIO-REDE MILITAR ESTADUNIDENSE 161**

6.1 - O papel das *FOLs* na territorialização militar em rede **162**

6.2 - A *FOL* de Manta como ponto estratégico na territorialização militar em rede  
no contexto do novo código geopolítico **176**

**CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS 184**

**BIBLIOGRAFIA 189**

**ANEXOS 205**

## INTRODUÇÃO

A América Latina, apesar de não ser considerada prioritária na estratégia global dos Estados Unidos, apresenta-se como um grande trunfo para a geopolítica do novo imperialismo estadunidense. No continente latino-americano aumentou, nos últimos anos, a presença militar dos Estados Unidos, sobretudo nas regiões Caribenha, Andina, Amazônica (considerando também sua mais recente influência no Cone Sul - Chaco paraguaio), produto de uma transição de conduta geopolítica, efeito direto de uma mudança de código geopolítico.

A aplicação de um novo código geopolítico pelos Estados Unidos marca uma estratégia de descentralização e reposicionamento militar para a América Latina, e o imperialismo, nesse âmbito, requisita uma territorialização em rede orientada pela necessidade de os Estados Unidos se prevenirem, garantindo de tal forma acesso e controle de populações, territórios e recursos em escalas geográficas diversas.

Nas páginas seguintes pretendemos, de uma maneira geral, compreender as relações de poder capitaneadas por intermédio do novo imperialismo estadunidense em sua postura geopolítica frente a alguns Estados latino-americanos, e focando centralmente no viés da militarização (sobretudo a instalação e uso de bases militares e pistas de pouso/decolagem), como um processo que denominamos territorialização militar em rede. Para isso, será fundamental: i) empregarmos reflexivamente o conceito de território-rede (militar), visando à validação do mesmo em face de sua patente pré-configuração sobre a América Latina; ii) identificarmos os fatores que determinam a localização geográfica das instalações militares (*FOLs - Forward Operating Locations*) na América Latina por parte da nova geopolítica dos Estados Unidos, mais especificamente para as regiões Andina, Amazônica e Caribenha; iii) discutirmos o código geopolítico estadunidense que está em ato, a partir de seus desdobramentos

estratégico-militares nos espaços referidos; e iv) avaliar o papel do território-rede das *FOLs* em pré-configuração no contexto do novo código geopolítico estadunidense, exemplificando brevemente o caso da *FOL* de Manta no Equador.

Dessa forma, uma questão maior se impõe: de que forma se define um território-rede militar a partir da geopolítica do novo imperialismo estadunidense na América Latina, e quais características estão presentes nessa territorialidade?

Daí ser necessária a realização de uma recuperação histórico-genética do conceito de imperialismo e de código geopolítico buscando analisar as interferências entre as “velhas” e as “novas” concepções ligadas a tais conceitos. Igualmente essencial é o emprego, de forma inter-relacionada, dos conceitos de território e de rede em seu formato contracto de território-rede.

Nossos objetivos na elaboração de uma discussão sobre o imperialismo, são basicamente dois. Primeiro, subsidiar minimamente o enfoque sobre a militarização protagonizada pelos Estados Unidos, o que chamaremos de territorialização militar em rede estadunidense, projetada e realizada sobre a América Latina como uma estratégia geopolítica do próprio imperialismo. Aqui entendemos que as ações militares (não somente vistas como guerra propriamente dita, é bom lembrar) são um componente fundamental na estruturação do poder e na constituição espaço-temporal dos imperialismos e de suas geopolíticas. Segundo, estimular a reflexão sobre a relação entre imperialismo, código geopolítico e território, tanto em algumas perspectivas clássicas, como em outras abordagens mais recentes. Conduziremos nossa reflexão na direção daquilo que talvez possamos tratar hoje como os “novos”, isto é, o novo imperialismo, a nova geopolítica, o novo código geopolítico e uma concepção de território “mais arejada” (território-rede militar, especialmente), a qual sugerimos adequada para que a relação entre imperialismo, território, militarização e código

geopolítico seja constituída e possa dar base teórico-conceitual para a leitura da realidade em tela.

Entretanto, antes de seguirmos tratando dos objetivos dessa pesquisa e da estrutura da presente dissertação, vale ressaltar: i) a relevância acadêmica da investigação em tela, haja vista que são poucos os trabalhos existentes em geografia que tratam da questão da militarização; ii) a importância institucional dessa investigação, considerando o programa de pós-graduação, já que nossa questão pode servir de contribuição para a temática do (des)ordenamento territorial em certas escalas geográficas de análise; iii) o papel dessa pesquisa como subsídio profissional, ou seja, como aprimoramento técnico-científico do pesquisador, sobretudo ao desvelar o conteúdo estratégico do saber geográfico e o debate da geografia com outras ciências; iv) o caráter social do conhecimento aqui produzido, esclarecendo parte da realidade latino-americana, e projetando perspectivas e utopias para uma realidade mais digna e mais justa, já que a militarização, indissociável de outros processos, tem sufocado historicamente as lutas por justiça social de diversos grupos.

O texto presente divide-se em duas grandes partes: A primeira intitulada de *Imperialismo, geopolítica e território*; e a segunda, *A pré-configuração do território-rede militar estadunidense sobre a América Latina e o arranjo espacial da nova geopolítica do imperialismo*.

No primeiro bloco, de caráter teórico-conceitual, procuramos elaborar uma recapitulação da noção de imperialismo nas teorias marxistas clássicas - focando a questão do militarismo -, e perceber sua validade temporal de uso a partir de autores que já avançaram alguma sistematização do tema, bem como apresentar os significados da expressão novo imperialismo no contexto das transformações geopolíticas no decorrer dos últimos anos. O imperialismo estadunidense cumpre papel central nas relações de

poder do mundo contemporâneo, sendo definidor de uma nova geopolítica que pode ser lida através do fundamento político-militar.

Em seguida, ainda nessa primeira parte, sistematizamos as concepções de território e de rede, para que pudéssemos ir do território, numa perspectiva mais tradicional, ao território-rede (território e rede em sua forma híbrida), conceito central para a leitura que almejamos da militarização. Na sequência, apresentaremos o conceito de territorialização militar em rede e o debate sobre a transição do velho para o novo código geopolítico: da contenção à prevenção.

Na segunda parte, percorreremos os momentos mais significativos onde a presença militar dos Estados Unidos se amplia, a partir de um breve histórico das “etapas de dominação” estadunidense sobre a América Latina, privilegiando o viés militar. Prosseguindo, interpretaremos a atual territorialização militar em rede estadunidense e a disposição geopolítica dos subcomandos militares regionais, com destaque para o Comando Sul, responsável pela importante área de cobertura de quase a totalidade da América Latina. Nesse momento do trabalho analisaremos a presença militar estadunidense no continente sul-americano nos dias de hoje, identificando como se constitui sua territorialização, ou seja, como se pré-configura o território-rede organizado através das *FOLs*. Para isso teremos que discutir quais seriam os objetivos dos Estados Unidos ao realizarem esse tipo específico de uso político-militar do espaço, evidenciando o papel dos “nós” (*FOLs*) e suas localizações na territorialização militar em rede. E, finalmente, contextualizaremos as regiões Andina, Amazônica e Caribenha no processo de militarização em foco, exemplificando a importância do Equador e da *FOL* de Manta no território-rede militar que se pré-configura, de acordo com o novo código geopolítico que estamos considerando e elucidando.

## Parte I – IMPERIALISMO, GEOPOLÍTICA E TERRITÓRIO

### 1 – A GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO

(...) é fundamental que a questão do imperialismo seja trazida para o primeiro plano da atenção crítica.

[MÉSZÁROS, 2006: 34]

Como Franz Neumann indicara em *Behemoth*, sua crítica clássica de 1942 do Terceiro Reich, “a geopolítica não é nada além da ideologia da expansão imperialista” (1942, p.147). Mais precisamente, ela representa um meio específico de organizar e avançar o império – um meio que aparece com o moderno imperialismo, mas que tem sua própria história específica que está reverberando mais uma vez em uma nova época.

[FOSTER, 2006: 13-14]

Precisamos hoje ser muito cautelosos em relação aos princípios que orientam as análises geopolíticas.

[GUNDER FRANK, 2003: 57]

Nesse trabalho, o imperialismo é compreendido, em sentido amplo e aberto, como realidade e como uma categoria que aponta formas interdependentes de territorialização, ou, inspirando-se na sugestão de Harvey (2004a), podemos entender o imperialismo igualmente a uma “certa forma de produção e uso do espaço global” (p. 77) no âmbito do capitalismo.

Iremos reconhecer o imperialismo como um amálgama determinado por uma totalidade (político, econômica, militar, cultural etc.) que se manifesta através de múltiplas redes, desde aquelas que partem mais diretamente do âmbito territorial para se constituírem (rede militar, por exemplo), como daquelas de caráter mais simbólico (como redes de influência cultural). Inspirando-nos em Ianni (1976), poderíamos dizer que o imperialismo deva ser entendido como um sistema, em sentido amplo, que tende a representar espaço-temporalmente situações ornamentadas pelo capitalismo em suas contradições, “como um sistema que realiza os estágios mais avançados das estruturas de dominação e apropriação do capitalismo”, exercendo-se “por meio das mais variadas técnicas<sup>1</sup> de violência” (p. 105).

---

<sup>1</sup> De acordo com o autor: “em um limite, estão as técnicas subliminares de manipulação da opinião pública e dos comportamentos; no outro extremo está a guerra contra as transformações político-econômicas, nas sociedades

Por essa e outras questões, temos como premissa que o imperialismo é uma categoria genérica que nos permite um pano de fundo para a interpretação da nova geopolítica estadunidense em sua vertente militar na América Latina. Ou seja, o aspecto militar é prioritário nesse trabalho e deve ser visto como um dos fundamentos do imperialismo, como uma de suas dimensões internas, onde a estratégia geopolítica militar é vista no escopo de sua própria teoria.

Há ações promovidas pela geopolítica do imperialismo, como a militarização, que se definem de uma forma extremamente territorial. Isso poderia ser exemplificado pela função que cumpre o fundamento militar do imperialismo estadunidense em seu controle e instalação de bases militares em escalas geográficas cada vez mais ampliadas. Nesse caso, é bastante nítido o papel do território na configuração da geopolítica do imperialismo, ao compararmos, por exemplo, com a “visibilidade territorial” do fundamento cultural-ideológico, apesar da indissociabilidade entre ambas as conformações.

De fato, existe uma geopolítica do imperialismo na realidade efetiva. Foster (2006) ajuda-nos a refletir, quando assevera que a geopolítica encontra-se ligada à maneira pela qual os fatores geográficos - território, população, localização estratégica e recursos naturais -, constantemente alterados pela economia e pela tecnologia, modificam “as relações entre Estados e a luta pela dominação mundial” (p. 14).

As práticas imperialistas possuem faces nitidamente territoriais – isto não é novidade, porém, é importante avançarmos epistemologicamente sobre a concepção clássica de território<sup>2</sup> e de imperialismo, tanto nas teorias marxistas clássicas quanto nas mais recentes. O imperialismo para se caracterizar como tal precisa inevitavelmente do

---

dependentes. Em todos os casos, manifestam-se formas políticas e morais de violência, como alienação brutal ou consentida das pessoas, grupos e classes sociais. Portanto, a violência não é aqui compreendida apenas como o emprego ilegítimo ou ilegal da força; ela é concebida como técnica de violação das pessoas e das suas relações naturais. Ela é uma técnica de alienação de pessoas e coletividades” (IANNI, 1976: 105).

<sup>2</sup> Discutiremos o conceito de território no capítulo 2.

acontecer territorial, levado a efeito por diversos atores, principalmente aqueles hegemônicos, como, por exemplo, alguns Estados em suas políticas externas. Em nosso caso, é principalmente a partir do papel de alguns Estados que a reflexão se dará.

Nosso foco centrado na questão militar não desconsidera de forma alguma o papel íntimo entre os diversos conteúdos presentes no imperialismo, mas tenta destacar seu importante papel, haja vista que, muito do que o imperialismo aparenta ter de novo foi inclusive identificado dentro do contexto da militarização, dilatada para vários espaços pelo Estado que possui a maior máquina de guerra na atualidade, os Estados Unidos<sup>3</sup>. Portanto, considerando as ponderações de Morgenthau (2003), existem três tipos de imperialismo, definidos de acordo com seus objetivos, sendo necessário diferenciar os imperialismos militar, econômico e cultural.

Entendemos que algumas amarras epistêmicas devam ser desfeitas para uma construção mais ampla daquilo que foi fortemente difundido sobre os conceitos de território e imperialismo, e é justamente por isso que revisitaremos alguns significados do termo imperialismo com relação à lógica geopolítica. Examinar a geopolítica do imperialismo a partir do território se apresenta, assim, como fundamental. Em um só fôlego: devemos repensar o território para relermos a geopolítica do imperialismo, e vice-versa.

Para se **reatualizar** ou, no extremo, superar a temática do **imperialismo** à luz da crítica de seus pressupostos e, principalmente, do seu confronto com a realidade hodierna, pensamos que é indispensável focar a problemática **geopolítica** e **geoestratégica**<sup>4</sup>, isto é, o Estado contemporâneo em sua dimensão espacial e militar-estratégica (VESENTINI, 1990: 9, grifo nosso).

Como pode nos induzir o trecho acima, existe de fato uma geopolítica do imperialismo, que deve ser constantemente reatualizada e repensada no plano teórico-

---

<sup>3</sup> Tal fato poderia ser exemplificado quando o dito “novo imperialismo” aparece como sinônimo de um “novo militarismo” (MANN, 2003), na maioria das vezes focado na invasão dos Estados Unidos ao Afeganistão e Iraque.

<sup>4</sup> Em outro momento, o próprio autor define a geoestratégia como a “dimensão espacial da estratégia”, enquanto a geopolítica se preocupa fundamentalmente com a “questão da correlação de forças no âmbito territorial, com ênfase no espaço mundial” (VESENTINI, 2004: 10).

conceitual. Atualmente, autores de campos de conhecimento diversos proporcionam análises, diretas ou indiretas, sobre a problemática do imperialismo e suas geopolíticas. Seria conveniente recordar a observação de Taylor e Flint (2002), quando nos indicam que o imperialismo, mesmo embebido em características políticas e geográficas patentes, têm sido um assunto olvidado pela geografia política atual. Entretanto, o imperialismo está sadio, e suas geopolíticas continuam se reconfigurando, o que nos obriga a um novo resgate dessa categoria.

Conforme Panitch e Gindin (2004), “o conceito de imperialismo sempre foi especialmente importante tanto por suas qualidades emotivas e mobilizadoras como por seu caráter analítico” (p. 21). Nesse trabalho, esses dois efeitos se vinculam diretamente, sendo fundamental que lembremos de certas características do imperialismo que foram mantidas e/ou aprofundadas, objetivando a apreensão, sobretudo, do caráter territorial militar (em rede) do imperialismo estadunidense para a América Latina. As estratégias territoriais militares constituídas pelos Estados Unidos mais recentemente, nos leva a uma reflexão sobre esse tipo de territorialidade, que se redefine e se pré-configura a partir da suposição de um novo código geopolítico<sup>5</sup> global.

O processo de territorialização militar produzido pela geopolítica imperialista foi sendo ampliado pelo controle de zonas bem “menos extensas” daquelas que a tradição dos estudos sobre o tema nos fez (faz) crer. Os imperialismos desde seus primórdios, ou como prefere Hobsbawm (1988), na “Era dos Impérios” (1875-1914), já se organizavam em rede, isso não é algo completamente novo, porém se destaca e ganha formas mais evidentes com os Estados Unidos, sobretudo se aceitarmos a idéia de que “o império norte-americano já não está mais oculto” (PANITCH e GINDIN, 2004: 19). A dissimulação do imperialismo estadunidense, segundo Johnson (2007), pode ser

---

<sup>5</sup> A ser discutido no capítulo 3.

revelada através de um exame aprimorado de como os Estados Unidos historicamente disseminaram e adquiriram bases militares ao redor do mundo, revelando assim (sobretudo para os próprios americanos) “o tendão do que até muito recentemente (...) representava um império oculto” (p. 217).

À época, do final do século XIX e início do XX, existiram partilhas territoriais que inspiraram, como herança, muitas teorias sobre geopolítica e imperialismo e uma visão bastante restrita de território, geralmente caracterizado pela extensão, por um espaço colonial sob controle jurídico-estatal de uma metrópole, tal como a Argélia, por exemplo, estava para o império francês. Essa concepção pode levar a entender que o imperialismo francês dominava toda a extensão de suas colônias, e não alguns “pontos” (ou áreas menores), que lhes permitia estabelecer áreas de influência através das relações de poder em rede.

Nesse caso é relevante a colocação de Hardt e Negri (2005):

A ascensão dos Estados Unidos como potência global transformou a tradição europeia de geopolítica, fazendo-a passar das questões de fronteiras permanentes e espaços definidos para o exterior indefinido e as fronteiras abertas, centrando-se nos fluxos e nas linhas móveis de conflito (...). A geopolítica ao estilo americano parece ir além do horizonte espacial fixo, tornando-se antes uma alternância ou dialética entre movimento de abertura e fechamento (...). É esta com efeito a noção contemporânea de geopolítica que verificamos hoje em dia. A geopolítica pode encarar as fronteiras como fixas, mas ao mesmo tempo elas também são lineares ou pontos de passagem (p. 396).

Apesar de necessária, precisamos ir para além da concepção de geopolítica dos autores citados, é importante incluímos o elemento rede, já que foi através deste que o imperialismo se baseou fundamentalmente em suas diversas territorializações. A mobilidade aqui vai além da linearidade.

Outro aspecto importante nesse debate é que as formas anteriores de leituras de mundo não podem ser vestidas como perfeitas luvas no presente, apesar de muitas características essenciais do imperialismo – ou de como ele foi lido, por exemplo, pelos clássicos: Rosa Luxemburgo, Bukharin e Lênin, principalmente – não terem

necessariamente sido desfeitas, mas sim acentuadas, como a produção de armamentos, a militarização etc.

Conforme Boron (2002):

É evidente que um fenômeno como o do imperialismo atual – sua estrutura, sua lógica de funcionamento, suas conseqüências e suas contradições – não pode ser adequadamente compreendido através de uma releitura talmúdica dos textos clássicos de Hilferding, Lênin, Bukharin e Rosa Luxemburgo (...). Por conseguinte, não se pode entender o imperialismo do começo do século XXI lendo **somente** estes autores. Mas tampouco pode-se compreendê-lo **sem** eles (p. 12, grifos do autor).

Estamos a pensar naquilo que pode nos ajudar na reinterpretação do conceito de imperialismo a partir de uma leitura crítica e complexa sobre as formas de (des)territorialização promovidas pelo imperialismo nos dias atuais, tarefa que não parece ser das mais fáceis. Considerando a complexidade desse debate no contexto das relações e interpretações entre espaço e poder, concordamos que “geografia política e complexidade é uma direção impositiva ao geógrafo contemporâneo” (LIMA, 2005b: 37), que deve “buscar novas interpretações, novos agentes, novas imagens” (NOGUÉ FONT e VINCENTE RUFÍ, 2006: 149) para a compreensão e decodificação crítica da nova geopolítica.

O caminho atual da geopolítica crítica está em documentar e desconstruir as formas institucionais, tecnológicas e materiais das novas estruturas do geopoder; problematizar a maneira como o espaço global é incessantemente reimaginado e reescrito pelos centros de poder (...) (Ó TUATHAIL apud NOGUÉ FONT e VINCENTE RUFÍ, 2006: 149).

Entre outros fatores, acreditamos que seja construtivo refletirmos, por exemplo, a partir dos territórios produzidos pela militarização e constituídos pelo elemento **rede**. Devemos tratar das territorializações (em rede) em escalas geográficas bastante ampliadas, para muito “além” do território nacional dos Estados imperialistas. Pretendemos interpretar o sentido da nova geopolítica do imperialismo estadunidense na América Latina a partir da territorialização militar em rede e do novo código geopolítico conduzido por esse Estado hegemônico. Entretanto, antes de percorrermos esse caminho, vejamos a validade temporal do termo imperialismo.

## 1.1 – A validade temporal de uso do termo imperialismo

Leo Panitch chamou atenção para um significativo paradoxo: enquanto o termo “imperialismo” caiu em desuso, as **realidades do imperialismo** estão mais intensas e impressionantes do que nunca.  
[BORON, 2002: 80, grifo nosso]

Há gente que insiste que continuamos sob o imperialismo. Certamente estamos no seu apogeu, em seu estágio supremo, mas isso nada tem a ver com o imperialismo da virada do século [XIX-XX], e mesmo com o dos anos 40, porque as condições materiais de realização da vida são, hoje, muito diferentes [SANTOS, 2000a: 32].

Das várias “realidades do imperialismo”, a militarização do mundo, intrinsecamente ligada ao capitalismo (mas não só a ele), é uma delas. São significativas as reflexões que vinculam de forma visceral o imperialismo e o militarismo com a expansão do capitalismo na produção teórica acerca do tema, com o militarismo devendo ser visto como uma vertente interna do imperialismo. Esse fato parece importante, já que por mais que os imperialismos sejam em grande parte denominados por seus “tipos” (por exemplo, inglês, francês, belga, colonial, formal, informal, cultural, global, neoliberal, genético, ecológico, pós-moderno, epistemológico, coletivo etc.), eles parecem conter uma “essencialidade” comum em suas respectivas temporalidades e (des)ordenamentos territoriais.

A militarização e o expansionismo são componentes de grande importância para a leitura das realidades do imperialismo e de suas geopolíticas. De uma forma geral, o expansionismo de alguns Estados, em sentido *lato*, parece fazer parte da “natureza” dos imperialismos, e, assim como veremos adiante, a militarização representa **um** de seus fundamentos territorializadores<sup>6</sup>.

Em relação ao plano teórico mais geral, de acordo com Taylor e Flint (2002), o estudo do imperialismo quase sempre foi marginalizado, sobretudo por formar parte de

---

<sup>6</sup> Entretanto, desde agora vale a afirmação de Harvey (2004a) quanto às diversas ações do Estado: “Os Estados regulam seus negócios segundo suas próprias regras e tradições peculiares, produzindo assim estilos específicos de governo. Cria-se aqui uma base para desenvolvimentos geográficos desiguais, lutas geopolíticas e diferentes formas de política imperialista. O imperialismo não pode assim ser entendido sem que primeiro lutemos com a teoria do Estado capitalista em toda sua diversidade. Estados diferentes produzem imperialismos diferentes, como foi tão óbvio no caso dos imperialismos britânico, francês, holandês, belga etc. entre 1870 e 1945” (p. 149, grifo nosso).

uma teoria de caráter revolucionário, que teve Lênin como o teórico mais representativo. E, apesar da dificuldade que o conceito de **imperialismo** teve para ganhar lugar na ciência política e na economia, ele não foi posto de lado, sendo um **objeto imprescindível para a geografia política<sup>7</sup> e para o entendimento do mundo.**

Segundo os autores apontados, o imperialismo é um tipo de relação produzida ao longo da história da economia-mundo, mas esse caráter de continuidade não nos impede de reconhecer que em determinadas fases predominaram táticas (arte de realizar exercícios militares, de manobrar tropas etc.) distintas (TAYLOR e FLINT, 2002: 121). Logo, mesmo apontando nessa seção características genéricas, parece lícito argumentar que existiram tipos variados e específicos de imperialismos e de geopolíticas.

Conforme Bobbio *et al.* (1991), os aspectos ligados comumente ao termo imperialismo, como por exemplo, a “**expansão** violenta por parte dos **Estados da área territorial** da sua **influência** ou **poder** direto”, se manifestaram de maneiras variadas no decorrer da história, mas a utilização da expressão imperialismo tem pouco tempo de existência. As sistematizações que proporcionaram a emergência das teorias e pensamentos sobre o imperialismo parecem ser do fim do século XIX, e a partir deste momento foram produzidos, até os dias atuais, uma série de estudos sobre o tema (p. 611, grifo nosso).

Após a Segunda Grande Guerra, o termo imperialismo passa a ser bastante rejeitado, principalmente por uma parte dos intelectuais e políticos estadunidenses, não sendo incomum que esses reproduzam interesses e intencionalidades referentes a objetivos particulares, muitas vezes “coincidentes” aos respectivos interesses do Estado e de suas burguesias.

---

<sup>7</sup> Sobre uma clara distinção entre geografia política e geopolítica, ver Lima (2005b).

O conceito de imperialismo é formado de elementos recolhidos a partir de diferentes opiniões, o que lhe dá um caráter extremamente diverso (nos indissociáveis planos teórico, temporal e espacial), produzindo historicamente significações em demasia, apesar, como já afirmamos, de o termo imperialismo ser de origem recente<sup>8</sup>.

Outra característica importante a ser apontada (mas não desdobrada nesse momento) quanto às teorias sobre o imperialismo encontra-se na aproximação dessas com a teoria marxiana da acumulação do capital. Conforme Harvey (2005), as especificidades da relação entre a teoria do imperialismo pós-Marx com a teoria geral da acumulação, apresentam duas dificuldades consideráveis. Nas palavras do autor, teríamos que

(...) especificar como a “lógica interna” do modo capitalista de produção, abstratamente concebida, relaciona-se com as realidades concretas do processo histórico. Além disso, temos que levar em consideração a influência mediadora das estruturas políticas, ideológicas, **militares** e outras, que, embora devam ser organizadas de modo coerente em relação ao curso da acumulação de capital, não são determinadas unicamente por isso (HARVEY, 2005: 66, grifo nosso).

Como consequência da complexidade analítica apontada temos, segundo o autor citado, uma “variedade de representações da teoria marxista do imperialismo” (p. 66). Logo, se no âmbito das teorias sobre o imperialismo inspiradas no marxismo a multiplicidade das representações é constante, de uma maneira mais genérica a diversidade é ainda maior<sup>9</sup>.

Dentre as diversas formas analíticas possíveis para o imperialismo, sem dúvida, a de caráter economicista é predominante. A maioria da produção teórica sobre esta

---

<sup>8</sup> Conforme Taylor e Flint (2002), ele nasce com significado ofensivo para se referir a política externa do imperador Luís Napoleão, em meados do século XIX, contendo uma conotação de agressividade e temeridade (p. 117).

<sup>9</sup> Segundo o Dicionário de Ciências Sociais, acerca do vocábulo imperialismo, podemos identificar no mínimo cinco distinções: 1) governo de um imperador, em especial quando despótico ou arbitrário; 2) política de preservação do Império Britânico. Imperialista era a pessoa que aprovava o Império Britânico, bem como sua extensão, e que desejava vê-lo consolidado; 3) ampliação do domínio territorial europeu na África e na Ásia durante as décadas de 1880 e 1890; 4) a fase mais avançada do capitalismo, visto como um fenômeno histórico e essencialmente econômico, na concepção leninista; 5) o controle de um Estado por outro (p. 576). Partindo da referência acima, poderíamos lembrar que no começo do século XX, dado o avanço do capitalismo, as relações entre classes e interestatais ganham em complexidade, e a partir desse momento, o vínculo entre imperialismo e economia é efetivamente estabelecido. Nesse período uma gama de trabalhos foi desenvolvida, pautados, sobretudo, em “críticas” ao capitalismo, daí as vertentes marxistas (leninista, principalmente) de interpretação terem dissipado sua enorme influência até os dias de hoje.

temática destaca fortemente, e às vezes exclusivamente, o aspecto econômico em detrimento dos outros, fato que está vinculado à relação anteriormente apontada entre as teorias clássicas com a teoria geral da acumulação do capital de Marx. Então, temos genericamente o conteúdo geopolítico-militar sendo, por exemplo, oriundo do fator econômico predominante, isso é comum em Lênin, Bukharin e Rosa Luxemburgo, assim como em alguns autores mais recentes. Entendemos que o fundamento econômico seja crucial para a compreensão do imperialismo, porém, não é a partir dele que iremos nos basear, apesar de tocá-lo quando conveniente para incrementar as ressalvas sobre a militarização.

Retornando às contribuições de Bobbio *et al.* (1991) e confirmando a forte sustentação da economia (capitalismo), podemos sistematizar sucintamente as teorias imperialistas em quatro importantes interpretações: marxista, social-democrática, liberal e razão de Estado.

A “marxista” é a mais difundida, baseada numa crítica contundente ao capitalismo moderno e suas contradições. No fundo Marx não explicitou uma teoria do imperialismo, logo, quando nos deparamos com tal interpretação, estamos fazendo referência a autores como Lênin, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Baran, Sweezy etc. Quanto a estes dois últimos autores, é importante enfatizar para nosso trabalho que, na leitura que eles realizam no após Segunda Guerra, o destaque vai para o papel dos Estados Unidos numa nova fase do imperialismo<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Bobbio *et al.* (1991) nos dizem que aqueles autores buscam uma nova construção teórica do imperialismo para além de Lênin e Rosa Luxemburgo, e, “(...) a parte mais inovadora desta teoria (que foi elaborada tendo como objeto central do estudo a economia norte-americana) em confronto com as teses de Lênin é a relativa ao militarismo. (...) Os Estados Unidos não teriam tido, depois da guerra, um desenvolvimento econômico tão rápido e de dimensões tão impressionantes, se não tivessem destinado parte considerável do seu orçamento aos armamentos. Estas despesas permitiram ocupar no serviço militar direto e indireto (setores produtivos que trabalham para a defesa) uma grande massa de população que, de outra forma, seria improdutivo. Além disso, as despesas militares são um meio sumamente eficaz para o desenvolvimento tecnológico, pois grande parte das mais importantes invenções, usadas também no setor civil, provém da atividade de pesquisa do setor militar” (p. 614).

Uma segunda interpretação, a “social-democrática”, não aceita a idéia de um vínculo orgânico entre capitalismo e imperialismo, concordando que as práticas imperialistas possam ser desfeitas com base no reformismo econômico-social<sup>11</sup>.

A terceira orientação é a “liberal”. Esta se encontra completamente oposta àquela de cunho marxista, e entende que o imperialismo é algo atávico, que advém da natureza pré-capitalista, que o capitalismo ainda não deu conta de eliminar. Quanto a essa interpretação, Schumpeter é o teórico protagonista, para ele o capitalismo tem uma essência pacífica devido sua racionalização, capaz de neutralizar atitudes violentas e irracionais<sup>12</sup> (leia-se guerras e expansão imperialista). Em resumo, a política imperialista é contraditória à lógica capitalista.

Finalmente, a quarta interpretação baseia-se na “razão de Estado”. O imperialismo é tido como consequência da anárquica estrutura fundada na soberania estatal absoluta, e, diferentemente das orientações anteriores, ele não deriva de estruturas políticas internas, mas sim da anarquia internacional<sup>13</sup>.

Concordando ou não com as interpretações apresentadas anteriormente, é possível perceber o forte papel das relações interestatais nas discussões sobre

---

<sup>11</sup> Essa interpretação tem como referência maior Karl Kautsky, ao sustentar a tese na qual “(...) o imperialismo agressivo constitui, não uma fase necessária do capitalismo, mas uma das suas políticas, que pode ser substituída por outra, por uma política “ultra-imperialista”, que implique numa pacífica colaboração entre as potências capitalistas na organização do mercado mundial e na admissão nele dos países não incluídos” (BOBBIO, 1991: 615, grifos do autor).

<sup>12</sup> Bobbio et al. (1991) também coloca-nos a par de uma interessante “consequência” da orientação liberal: Esta interpretação do imperialismo alcançou grande sucesso nos ambientes liberais, sobretudo nos meios liberal-conservadores americanos, porque, pondo um parêntese à problemática do imperialismo informal e, portanto, da exploração neocolonial dos países atrasados, adapta-se perfeitamente à imagem ideológica oficial de um país que é, ao mesmo tempo, o mais importante dos países capitalistas e aquele que nunca teve praticamente uma tradição colonial (p. 617).

<sup>13</sup> Sobre isso discorre Bobbio et al. (1991): A anarquia internacional estabelece entre os Estados (...) a lei da força, transformando, por isso, inexoravelmente, a diversa distribuição do poder entre os Estados em domínio dos mais fortes sobre os mais fracos e, conseqüentemente, em possibilidade de exploração econômica destes por aqueles; impele, por outro lado, todo o Estado, em especial as grandes potências, e reforçar incessantemente, por necessidade de segurança, o próprio poderio, mesmo mediante a conquista territorial, onde e quando se ofereça a ocasião e a possibilidade, para **prevenir** a intervenção das potências concorrentes. Em tal situação, o único modo de eliminar pela raiz o imperialismo, assim como em geral as guerras, está na superação da anarquia internacional por meio de uma Constituição federal mundial, que substitua a política de potência pela defesa jurídica da independência das nações (p. 617, grifo nosso).

imperialismo. Aron (1975) comenta que “no sistema interestatal, os Estados, mesmo iguais segundo o princípio jurídico de soberania, desempenham sempre papéis diferentes” (p. 286). Complementando, diz o autor:

Em qualquer sistema interestatal, a pequena potência tem, em geral, a tendência de confundir seu “interesse nacional” com sua sobrevivência, física e/ou política e moral; daí por que, segundo diversas considerações geográficas ou militares, procura refúgio na neutralidade, na abstenção ou na aliança com Grandes. Estes, por sua vez, criam os alinhamentos e as oposições, em lugar de se adaptarem à conjuntura como a um conjunto de pressões e de oportunidades. Procuram, portanto, seja qual for a estrutura do sistema, influir na conduta externa dos outros atores (*idem, ibidem*).

De qualquer forma, está presente mesmo que indiretamente aí o fundamento da expansão, vista mesmo como espargir, propagar etc. Mas como a expansão não se concretiza em uma linearidade espaço-temporal, muitas vezes manter o limite da expansão anterior, prevenindo-se, é fundamental. Expansão é um termo que, na opinião de Aron (1975), “evoca quase que irresistivelmente as velhas palavras, carregadas de glória ou de ressentimento, **império, imperial** ou **imperialismo**<sup>14</sup>” (p. 284, grifos do autor).

De acordo com Brown (1974), o reaparecimento do conceito de imperialismo, promovido a partir da década de 1960 nas ciências sociais – com abordagens predominantemente economicistas –, propõe a compreensão do imperialismo como um conceito de economia política, podendo ser considerado “como um conjunto de estruturas políticas e econômicas e de relações que proporcionam um sistema de pensamento, ou modelo, para nos ajudar a compreender aquilo que os homens tem denominado impérios”, já que, “em todas as épocas, o conceito de imperialismo foi

---

<sup>14</sup> Na opinião de Hannah Arendt, por exemplo, o imperialismo ou a “era imperialista”, pode ser muito bem definido e preciso como um período histórico<sup>14</sup>. A idéia central de imperialismo para Arendt (1976) é a da expansão, caracterizada por ser um “objetivo permanente e supremo da política” (p. 18), apesar de ser um conceito de caráter econômico, baseado no aumento da produção industrial e das relações comerciais. O imperialismo vai surgir quando as fronteiras nacionais são rejeitadas pela burguesia como obstáculo à expansão econômica, e o ingresso da burguesia na política ocorre pela necessidade de manutenção do crescimento econômico, algo imposto aos governos pela própria classe, “para que a expansão se tornasse o objetivo final de política externa” (ARENDDT, 1976: 19). Concordamos aqui com a autora, quando entende que a expansão, em termos gerais, é o motor do imperialismo, no sentido mesmo de difusão, de ampliação. Outro autor que reforça a expansão (do capitalismo) como fundamento dos imperialismos é Samir Amin. Para ele, o imperialismo não é um estágio do capitalismo, mas sim, a necessidade de expansão, inerente desde a origem, àquele modo de produção (AMIN, 2001: 57).

utilizado para abranger o **movimento para o exterior**” (...) (BROWN, 1974: 16-17, grifo nosso).

Ainda segundo este autor, o destacado movimento para o exterior foi historicamente promovido por Estados, por isso o imperialismo encontra-se fortemente atrelado a uma relação econômica desigual entre Estados. Entretanto, a desigualdade ocorre também no campo político. Vale aqui comentarmos sobre o grifo que fizemos na citação acima, haja vista que, o movimento da territorialidade de um Estado para o exterior de seu território nacional, implica ao mesmo tempo em um movimento para o interior de outro território nacional, obviamente com a “colaboração” dos Estados subalternizados. Ou seja, territorialidades se articulam em um movimento “dentro/fora”, há um centripetismo/centrifugismo, que configura, em rede, relações/articulações de poderes.

Porto-Gonçalves e Azevedo<sup>15</sup> (1982) parecem contribuir para a análise das relações entre Estados, sem necessariamente tocar na palavra Estado, ao definirem imperialismo. Os autores apontados conceituam o imperialismo como “uma totalidade contraditoriamente estruturada em nível mundial, que se vai forjando pelas relações hierarquizadas entre as diversas frações do capital nos países centrais e suas articulações com as classes dominantes do Terceiro Mundo” (PORTO-GONÇALVES e AZEVEDO, 1982: 34). Ou seja, a partir do Estado as “diferentes” burguesias nacionais se articulam em rede, e de várias formas, em escala mundial, estabelecendo entre outras, relações político-militares. Nesse caso, merece destaque uma passagem de Petras (1980), onde o termo grifado parece ser bastante rico e esclarecedor:

O problema da acumulação, contudo, não é local nem nacional, mas global; além disso, a fonte da acumulação dissociou-se de seu lócus, criando, assim, problemas ligados aos movimentos do capital e às atividades das empresas multinacionais. Destacamos, no entanto, que esses movimentos e atividades

---

<sup>15</sup> Na geografia brasileira levantamos a contribuição, em 1982, de Porto-Gonçalves e Azevedo, em texto intitulado “A geografia do imperialismo: uma introdução”, publicado pela AGB em número especial: “Geografia e Imperialismo”.

podem ser melhor compreendidos através da idéia do Estado imperial, ou de uma **rede política mundial** que facilita o crescimento e a expansão do capital (p. 49).

Ainda quanto à questão apontada, e destacando o papel dos Estados, Bouthoul afirma que, por regra geral, o imperialismo é exercido “pelos Estados mais ricos e mais poderosos, mas o próprio do imperialismo é ser ambivalente. O Estado predominante protege e ajuda seus satélites, mas ao mesmo tempo, ele os vigia e mesmo, por certos aspectos, os explora ou os expolia” (BOUTHOU, 1958: 341). Aqui também podemos pensar nas ambivalentes relações entre os Estados Unidos e alguns Estados latino-americanos e caribenhos, a partir, por exemplo, da presença militar do primeiro nos segundos, que veremos mais ao final desse trabalho.

Johnston *et al.* (2000), ao tratar do verbete imperialismo, afirma que o mesmo deve ser visto como uma relação territorial desigual habitualmente entre Estados. Essa relação está baseada na dominação e na subordinação, e não necessariamente pressupõe colonialismo, haja vista que, as atividades econômicas e políticas em um território subalternizado controlado pelo imperialismo podem se dar sem intervenções militares e sem o estabelecimento de um regime colonial. Novamente vê-se a geopolítica permeando o imperialismo.

Ainda sobre o assunto, destacando o papel militar e fazendo críticas ao economicismo que está impregnado nas leituras sobre o imperialismo, é importante a reflexão de Lacoste (1990) sobre o papel dos Estados Unidos na guerra do Vietnã. Para o autor, esse conflito foi central na modificação das “idéias quanto à evolução do imperialismo” (p. 25).

A guerra da Indochina é um dos mais graves fenômenos que se produziu no “Terceiro Mundo” nos últimos dez anos, e aquela também cuja significação é a mais pesada para o futuro. Esse conflito, que ultrapassa a Segunda Guerra Mundial tanto pela duração como pelo volume dos meios de destruição colocados em operação e seu grau de aperfeiçoamento tecnológico, é a prova de que o imperialismo, ou o **neo-imperialismo**, apesar de todas as “descolonizações” que têm ocorrido, não pode se restringir a um conjunto de mecanismos econômicos (deterioração dos termos da troca, “troca desigual”) e

que é hoje, mais ainda do que jamais o foi, uma **estratégia** econômica, política e **militar global** (LACOSTE, 1990: 24, grifo nosso).

Lacoste (1990) mostra como na guerra do Vietnã as intervenções realizadas estavam muito mais determinadas em manter a existência de um regime controlado por uma “minoría privilegiada autóctone”, do que “proteger vantagens comerciais das posições econômicas”, que eram insignificantes. No fundo, o imperialismo possui uma estratégia [geopolítica] global que tem por objetivo “manter *no interior* dos diferentes países as relações de classe e as minorias privilegiadas que tornam possível a exploração das grandes firmas transnacionais, que combinam sua estratégia *no exterior*, sobre o mercado mundial<sup>16</sup>” (LACOSTE, 1990: 26, grifos do autor).

Ao relativizar e reconhecer a função da militarização no imperialismo, Said (1995), embora centre o foco no papel da cultura, trata da **indissociabilidade** entre **territórios**, possessões, geografia e **poder**. “O imperialismo significa pensar, colonizar, **controlar** terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros” (p. 37, grifo nosso). Este autor usa o termo imperialismo “para designar a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante (...)” (SAID, 1995: 38). Tal assertiva pode nos remeter ao reconhecimento de uma relação entre ações dominantes (em rede) e “territórios distantes”, onde a distância física obviamente existe, mas pode ser, pelo menos em parte, “superada”.

Mesmo que nos parágrafos anteriores o período atual não tenha sido apontado diretamente, podemos perceber que muitas características consideradas tradicionais ou

---

<sup>16</sup> Patente está que os Estados Unidos não conseguiriam desenrolar tal processo sem a cooperação de certos governos, ou como sugere Harvey (2004b), de “facções de classe capitalista mundial”, que se alinhando aos Estados Unidos, foram contentadas em maior ou menor grau. Tal fato nos ajuda a romper com um hábito, que possuem alguns autores, inclusive geógrafos, de analisar as relações de poder tendo como protagonistas exclusivamente os países, algo do tipo “ganhadores” e “perdedores”, “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, nos levando a crer, limitada e erroneamente, que temos de um lado os dominadores (países ricos, de primeiro mundo, do norte, centrais, etc., que exploram) e de outro os que são meramente dominados (países pobres, de terceiro mundo, do sul, periféricos, etc., que são explorados).

antigas do imperialismo continuam a vigorar. O novo imperialismo pode não parecer tão novo, assim como as raízes do velho imperialismo não aparentem terem caducado por completo. Para nós, entretanto, o imperialismo mudou devido, sobretudo, sua geopolítica e seus respectivos códigos terem mudado.

Fala-se hoje de uma certa “atualidade” das teorias marxistas clássicas sobre o imperialismo e de particularidades inerentes ao mesmo que são preservadas e/ou adensadas (MOREIRA, 2006). Antes de analisarmos as teorias marxistas clássicas e sua relativa atualidade, vale lembrarmos rapidamente de algumas relações entre o que consideramos “novo” e “velho”, o que faz parte do trajeto que nos leva a nova geopolítica do imperialismo.

### **1.1.1 – A dialética entre o “velho” e o “novo” para entender o imperialismo**

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.  
[SAID, 1995: 33]

O imperialismo, teorizado fortemente desde o século XIX, possui uma dada validade temporal que se estende até hoje. Ou seja, na busca de respondermos questões do presente, olhamos o pretérito, e lá avistamos o velho, que fatalmente sustenta com sua base o novo considerado.

Sendo assim, devemos apontar para alguns pressupostos importantes sobre o “novo” e o “velho”, numa perspectiva dialética, visto que quando encaramos o passado, o fazemos com o olhar retrospectivo. O novo quando surge, tanto na realidade efetiva quanto no plano teórico, busca superar o velho, mas, inevitavelmente, acaba por incorporar do velho aquilo que necessariamente deva ser mantido. É nas entranhas do

velho que nasce o novo, como um campo aberto de possibilidades e perspectivas. Estamos falando do que **é**, mas também, do que pode **vir a ser**.

Kastrup (2004), inspirada em Bergson, nos diz que “o passado não é o presente que passou”, ele “não se forma gradativamente. Ele existe desde sempre e, o que é mais importante, coexiste com o presente” (p. 88). Ao fazer referência a Deleuze, a autora aponta que,

(...) o presente ou o atual não é um estado, mas porta o virtual [passado] como uma espécie de névoa a seu redor, ou seja, traz consigo o devir. (...) O presente porta a duração no sentido em que participa do passado e aponta na direção do futuro. Havendo continuidade entre presente, passado e futuro, o presente está sempre em vias de formação. Do passado traz consigo a virtualidade; do futuro a imprevisibilidade (KASTRUP, 2004: 88).

“O passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem, um que é presente, e que não cessa de passar, o outro, que é passado, e que não cessa de ser, mas pelo qual todos os presentes passam” (DELEUZE *apud* KASTRUP, 2004: 88-89). Kastrup (2004) afirma ainda, baseando-se em Latour, que “o novo não substitui o passado, rompendo com ele”. Ele é “definido pela ligação, pela coexistência de diversas camadas do tempo, nunca perdidas, jamais ultrapassadas definitivamente, mas conservadas desde sempre e reunidas nas formas cognitivas da atualidade” (p. 89). Enfim, a “história atua, é atual” (PORTO-GONÇALVES e HAESBAERT, 2006: 15).

Passado e presente, velho e novo, influem-se direta ou indiretamente, não havendo nenhuma maneira de isolá-los na íntegra. “Ambos se modelam mutuamente, um inclui o outro (...), um coexiste com o outro” (SAID, 1993: 34). Como destacam Bensaïd e Löwy (2000), aquilo que “ainda não existe” é tão importante quanto aquilo que “já existe” ou existiu. “O passado conserva e age no presente. A política irrompe nesta discordância articulada dos tempos, na encruzilhada entre a herança do que ‘já não’ existe e o horizonte do que ‘ainda não’ existe” (BENSAÏD e LÖWY, 2000: 70).

Contudo, o que nos serviria diretamente do “velho”, ou seja, das teorias marxistas clássicas e das práticas imperialistas de momentos históricos ulteriores, para o desdobramento de uma reflexão mais esclarecida sobre o novo imperialismo e sua geopolítica? A princípio, em nosso entendimento, uma releitura resgatando o papel do militarismo e do território. É isso que examinaremos em seguida.

### **1.3 – As teorias marxistas clássicas: o militarismo e o imperialismo como geopolítica**

Resgatar não significa negar e sim reter criticamente, aceitando o que se considera uma contribuição e descartando o que se considera inaceitável.  
[BECKER, 1988: 101]

Imperialismo e militarismo são inseparáveis - ambos visam a ampliar a dominação.  
[JOHNSON, 2007: 40-41]

Antes de qualquer abordagem sobre as teorias clássicas do imperialismo, consideramos basilar alguns apontamentos sobre o militarismo. Conforme Johnson (2007), o militarismo é um “processo pelo qual as forças armadas de um país colocam sua preservação institucional acima dos interesses da segurança nacional ou do compromisso para com a estrutura de governo da qual fazem parte” (p. 33). Existem três indicadores que caracterizam genericamente o decorrer do militarismo: i) “a emergência de uma classe militar profissional e a subsequente glorificação de seus ideais”; ii) “grande número de oficiais ou representantes da indústria de armamentos ocupando altos cargos no governo”; iii) “adoção de programas de ação que dão prioridade máxima aos preparativos militares” (JOHNSON, 2007: 72-78); Salientadas tais premissas, vejamos as relações entre militarismo e imperialismo nos clássicos.

O final do século XIX e o início do XX foram momentos caracterizados por tensões extremas entre parte dos Estados europeus, mas não somente destes. Com as unificações de Alemanha e Itália e o desenvolvimento acelerado do capitalismo em

algumas áreas do mundo, a corrida em busca de novos espaços se acirrou. A África foi quase por completa dividida entre Estados europeus, várias áreas na Ásia foram controladas por estes, e também por Japão e Estados Unidos. Estas arrebatadoras práticas (geo)imperialistas acabaram por trazer uma conjuntura de guerras e conflitos já bastante conhecida. É nesse contexto histórico que estão inseridos os teóricos (clássicos) mais difundidos: Vladimir Lênin, Rosa Luxemburgo e Nicolai Bukharin.

Para Moreira (2006), a teoria clássica é a resposta que os autores referidos “dão à indagação que se fazem os intelectuais e militantes socialistas da época sobre a natureza das transformações em curso no período de 1880 a 1914” (p. 6). Além disso, o problema do imperialismo que preocupava os teóricos marxistas clássicos era comum: o da “marcha da acumulação [do capital] em toda a terra” (PEDROSA, 1979: 67).

Na teoria de Lênin, ponto de partida para grande parte das discussões sobre o tema, e admitida pelo próprio como insuficiente, o militarismo fica praticamente implícito em seu conceito central de imperialismo como fase monopolista do capitalismo. Obviamente, nem por isso Lênin é pouco importante, pelo contrário, sua contribuição foi uma das mais interessantes e influentes, além de fundamental (inclusive metodologicamente) para a teoria marxista do imperialismo (Harvey, 2005: 68). Segundo Harvey (2005), “Lênin não tentou derivar da teoria de Marx. Ele considerou o fenômeno do imperialismo como algo a ser revelado a partir da análise materialista histórica”, haja vista a necessidade que tinha em explicar a primeira guerra mundial como imperialista. Logo, o método empregado por Lênin é histórico, e ele “utiliza o termo “imperialismo” para descrever as características gerais da forma fenomenal assumida pelo capitalismo durante um estágio específico do seu desenvolvimento” (p. 68).

O pensamento de Lênin teve grande popularidade e ao mesmo tempo levantou a polêmica geopolítica sobre o significado da primeira guerra, nos informa TAYLOR e FLINT (2002: 118). A questão da guerra refletida por Lênin demonstra o conteúdo geopolítico em sua teoria sobre o imperialismo. As duas grandes referências teóricas para Lênin foram o marxista Hilferding e o liberal Hobson, sendo o primeiro, de acordo com Brewer (*apud* TAYLOR e FLINT, 2002), o genuíno criador da teoria marxista do imperialismo. O termo imperialismo fazia referência à rivalidade entre os Estados centrais, que estabeleciam uma relação de dominação sobre a periferia (p. 118), reforçando a idéia de que os imperialismos sempre tiveram suas respectivas geopolíticas.

Na teoria leniniana do imperialismo indica-se cinco características básicas: concentração da produção do capital; fusão dos capitais bancário e industrial; exportação de capitais<sup>17</sup>; associações internacionais monopolistas de capitalistas; e por fim, a que mais nos interessa, a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Nossa preocupação com esta quinta característica justifica-se numa necessidade de complementar, renovando-a, que essa “partilha territorial”, baseada numa noção de território muito limitada, reflete-se “hoje” numa espécie de territórios-rede extremamente amplos, no que diz respeito à área de influência (econômica, político-militar etc.), não mais exclusivamente no caráter da extensão, mas muito mais no da rede. No contexto protagonizado pelos Estados Unidos de militarização em escala global, avistamos um sólido exemplo dos territórios-rede como produtos da nova geopolítica do imperialismo.

---

<sup>17</sup> Para Moreira (2006), a “exportação de capitais” é a principal contribuição deixada por Lênin, e uma das mais atuais características do imperialismo.

Relativo ao termo territorial<sup>18</sup> – agregado a palavras como “partilha” ou “expansionismo” – nas análises marxistas sobre o imperialismo, vale a ressalva de Outhwaite e Bottomore (1996) quando afirmam que:

(...) os marxistas vêm demonstrando pouca predisposição para um envolvimento em revisões importantes das teorias consagradas sobre o imperialismo. Sua principal reação à **reversão do expansionismo territorial** depois da Segunda Guerra Mundial foi redefinir o imperialismo a fim de incluir as formas de dominação capitalista mundial que foram ressuscitadas ou recriadas sob a hegemonia dos Estados Unidos. “Imperialismo”, nos textos marxistas, passou portanto a designar o desenvolvimento do subdesenvolvimento e outros aspectos internacionais do capitalismo. O resultado foi uma confusão semântica e um impasse analítico que nunca foi resolvido (p. 379-380, grifo nosso).

Em relação ao grifo, como temos insistido, não compreendemos que após a Segunda Guerra tenha havido uma reversão do expansionismo territorial, mas sim uma “mudança” de forma. Ou seja, o agregado “territorial” aparece em sua concepção clássica, como mera extensão (colônias), entretanto, os Estados Unidos continua se expandindo territorialmente em escalas diversas, mas na forma de rede, de territórios-rede.

Moreira (2006) lembra-nos de mais duas características na teoria de Lênin: o aparecimento da aristocracia operária no seio da classe trabalhadora e a emergência das lutas de libertação nacional (p. 2). Enquanto isso podemos identificar também uma outra característica que nos importa em particular no pensamento de Lênin<sup>19</sup>, ao nos dizer que o imperialismo manifesta o “fortalecimento extraordinário da ‘máquina do Estado’, a extensão inédita de seu aparelho burocrático-militar” (LÊNIN, s/d. [1917]: 52). Apesar do militarismo não ser uma questão tão central em toda teoria marxista clássica, ele aparece de uma forma ou de outra nas obras de Lênin, Bukharin e, mais destacadamente, Rosa Luxemburgo.

---

<sup>18</sup> Na teoria de Lênin, conforme Moreira (2006), “a partilha e a disputa de domínios territoriais entre as grandes potências tem um caráter residual, sendo uma característica do período do colonialismo que a indústria capitalista herda e aprofunda em sua demanda mundial de matérias-primas e fontes de energia” (p. 3). Nesse caso, vale recordar que a concepção de território que está atrelada ao imperialismo (formal) é bastante tradicional. Por exemplo, tal noção não incorpora teoricamente o elemento rede, apesar das redes estarem cada vez mais articulando, por vários segmentos, a conduta do imperialismo. É importante lembrarmos que, para tais características acima apontadas por Lênin terem se concretizado, tanto no colonialismo quanto no imperialismo, o componente militar foi fundamental.

<sup>19</sup> A obra referida aqui é *O Estado e a Revolução*.

A exportação de capitais mencionada por Lênin também é uma característica que pode nos ser útil, pois comumente podemos identificar alguns Estados “dependentes” de menor capacidade de barganha política e econômica, tomando empréstimos com os Estados Unidos, por exemplo, para poderem, se endividando, comprar equipamentos ofertados pelas indústrias bélicas do próprio país credor<sup>20</sup>. Aqui a exportação de capitais está vinculada à exportação de mercadorias, que não acaba, mas igualmente intensifica-se. Isto foi exemplificado por Lênin quando diz que não há “nada mais vulgar do que exigir, antes da concessão de um empréstimo, que ele seja afetado em partes às compras de produtos no país que faz esse empréstimo, sobretudo na encomenda de armamento, barcos etc.” (LÊNIN *apud* VALIER, 1977: 95).

Conforme Harvey (2004a), para termos outro exemplo, “uma das táticas da indústria armamentista norte-americana é fazer que o governo, por razões de “segurança”, empreste dinheiro a algum governo estrangeiro (mais recentemente a Polônia) para comprar equipamento militar fabricado nos Estados Unidos” (p. 100).

Para Rosa Luxemburgo, o militarismo é um dos campos de acumulação de capital, tendo função certa em todas as fases do capitalismo na história, desde sua “acumulação primitiva”. Esse ponto é central, haja vista que acreditamos que esse vínculo entre militarismo e capitalismo também é marcante na fase atual do imperialismo estadunidense. A autora em pauta deixa-nos evidente tal vinculação quando afirma que “o capital utiliza-se mais energicamente do militarismo para assimilar, através do colonialismo e da política mundial, os meios de produção e as forças de trabalho dos países ou das camadas não-capitalistas” (LUXEMBURGO, 1970: 411). Neste trecho podemos identificar outro ponto importante da teoria de Rosa

---

<sup>20</sup> As relações recentes entre Estados Unidos e Colômbia nos oferecem um exemplo claro sobre a questão, haja vista o maior endividamento do Estado Colombiano para dar continuidade ao Plano Colômbia de combate à guerrilha.

Luxemburgo, ou seja, “o capitalismo mostrou em todos os tempos tendências expansionistas” (VALIER, 1977: 72).

No caso da teoria desenvolvida por Rosa Luxemburgo, existe uma outra característica crucial, que inclusive move o aumento do militarismo: a dominação de áreas não-capitalistas. Quanto a esse ponto, Moreira (2006) destaca como sendo a principal contribuição teórica da autora, ou seja, a necessidade intrínseca ao modo capitalista de produção de se expandir incorporando periferias (fronteiras não ou pré-capitalistas). O imperialismo é concebido por Rosa Luxemburgo como um momento de exacerbação, “em que a disputa pelas fronteiras extra-capitalistas se torna mais forte” (MOREIRA, 2006: 6). Mas para que tal expansionismo se dê, o militarismo vai ser, por muitas vezes, bastante importante<sup>21</sup>, já que “o imperialismo não pode existir sem um aparato militar para subjugar e policiar os povos que estão no seu caminho, e sem um sistema econômico para financiar uma estrutura militar dispendiosa e, em grande parte, improdutiva” (JOHNSON, 2007: 295-296).

O militarismo, numa perspectiva genuinamente econômica, é, para Rosa Luxemburgo, uma forma privilegiada de realização da mais-valia<sup>22</sup>. A base dessa afirmação encontra-se na concentração de recursos em poder do Estado, originados pelo sistema de arrecadação de impostos e “utilizados na produção de engenhos de guerra” (LUXEMBURGO, 1970: 401). Imperialismo e guerras são indissociáveis, na visão de Johnston (2007), são “irmãos siameses unidos pelos quadris”, sendo o imperialismo “a

---

<sup>21</sup> Quanto a isso, Rosa Luxemburgo afirma que, “no começo do capitalismo europeu, o militarismo desempenhou um papel determinante na conquista do Novo Mundo e dos países produtores de especiarias”, mais a frente ele serviu para: “conquistar as colônias modernas”; “destruir as organizações sociais primitivas”; “apropriar-se de seus meios de produção”; “impor o comércio de mercadorias em países cuja estrutura social é um obstáculo para a economia de mercado”; “proletarizar violentamente os indígenas e impor o trabalho assalariado nas colônias”. Além disso, o militarismo contribuiu na criação e na ampliação das esferas de interesses do capitalismo europeu em espaços que não eram europeus, extorquindo concessões de ferrovias em países atrasados e defendendo o capital europeu em relação aos empréstimos internacionais. “Enfim, o militarismo é uma arma na concorrência dos países capitalistas, em luta pelo domínio dos territórios de civilização não-capitalista” (LUXEMBURGO, 1970: 399).

<sup>22</sup> Ver mais detalhadamente o capítulo 32 da obra *A acumulação do capital* (LUXEMBURGO, 1970).

maior causa da guerra”, e esta última a “parteira de novas aquisições imperialistas” (p. 215).

Sobre a questão do militarismo, Mandel (1985) afirma que o ininterrupto armamentismo representa um dos fundamentos da economia imperialista, e que “não há nenhum indício que essa tendência venha a diminuir num futuro previsível<sup>23</sup>” (p. 193). De fato Ernest Mandel acertou, baseando-nos em Dantas (2006), em sua análise recente sobre o papel do setor bélico na economia estadunidense, quando afirma que os gastos militares “parecem ter se tornado parte crucial dos meios a que o sistema passou a recorrer tentando evitar a eclosão de crises (ou afrontá-las), para se contrapor à perda de lucratividade na economia não bélica. Outros meios, dentro dessa mesma finalidade, incluem o crédito, as compras estatais, o circuito de valorização do capital fictício” (DANTAS, 2006: 178).

Ainda quanto ao militarismo, e influenciado pela teoria de Rosa Luxemburgo, Sweezy (1973) aponta o papel fundamental do mesmo, assim como o do nacionalismo<sup>24</sup>, para as práticas imperialistas. O militarismo tem uma elevação sempre permanente e crescente, importante tanto na política quanto na economia. “Em primeiro lugar, [o militarismo] estimula o desenvolvimento de um grupo especialmente favorecido de monopolistas nas indústrias que (...) são mais importantes para a produção de armamentos”. A expansão da produção militar interessa aos “magnatas de munições”, que buscam benefícios nas “encomendas do Estado”. Portanto, a política externa agressiva é liderada por exigência dos elementos da classe capitalista. “O

---

<sup>23</sup> Assevera o autor: É evidente que não há nada de peculiarmente novo na produção de armamentos e nas despesas militares enquanto fenômenos econômicos da história do modo de produção capitalista. A produção de armas para as guerras dinásticas, do século XV ao século XVIII, foi uma das principais fontes da acumulação primitiva e uma das mais importantes parteiras do capitalismo. Enquanto estímulo para acelerar a industrialização ou para ampliar o mercado capitalista, as despesas com armamentos e guerras tiveram uma importância considerável durante toda a história moderna (MANDEL, 1985: 193).

<sup>24</sup> Apesar de não discutirmos diretamente essa questão, afirma o autor: “O nacionalismo não é menos vital, pois sem os objetivos da honra e da grandeza nacionais, as massas não teriam entusiasmo e disposição para se sacrificarem, o que é tão necessário ao êxito da luta imperialista” (SWEEZY, 1973: 340). Outros autores, como Said (1995) e Arendt (1976), destacam o racismo como elemento fundamental nos imperialismos.

militarismo tende a desenvolver uma dinâmica expansionista própria, na sociedade capitalista” (SWEEZY, 1973: 340).

Adensando o que foi dito acima, “o militarismo permite ao país vencedor ocupar áreas antes fechadas aos seus investimentos”, ele “teve e tem essa função: abrir espaço para as políticas de expansão do grande capital”, ou seja, “o imperialismo é, por natureza, expansionista e militarista” (DANTAS, 2006: 186).

Finalmente, da teoria de Bukharin<sup>25</sup>, situando-o em seu tempo-espaço assim como Lênin e Rosa Luxemburgo, podemos extrair uma outra contribuição, agora mais especificamente pelo âmbito da “política do capital financeiro” (para ele a definição exata do imperialismo) e suas expansões e projeções a partir dos “territórios nacionais”. A escala nacional é bem marcante quando Bukharin faz referência aos “grupos nacionais do capital”, uma espécie de “oligarquias financeiras estatais”, com interesses que se tornam antagônicos, levados ao grau mais extremado com as guerras.

Esses grupos buscam seu último argumento na força e no poder da organização estatal e, sobretudo, em suas frotas e exércitos. Um poderoso Estado militar é o último trunfo na luta entre as potências. Assim, a capacidade combativa no mercado mundial depende da força e da coesão da nação, de seus recursos financeiros e militares. Uma unidade econômica e nacional auto-suficiente, que aumente incessantemente sua força, até governar o mundo em um império universal – tal é o ideal do capital financeiro (BUKHARIN, 1969: 141).

O autor aponta que a política do capital financeiro “implica métodos violentos, pois a **expansão do território** nacional leva fatalmente à guerra” (1969: 139, grifo nosso). Além disso, ele afirma que “a dominação do capital financeiro supõe o imperialismo e o militarismo” (p. 169). Uma categoria especificamente histórica, dentro de uma seqüência histórica, é dessa forma que Bukharin analisa o “imperialismo político do capitalismo financeiro”. “O imperialismo é uma política de conquista” (p. 151). Se pensarmos aqui numa concepção menos restrita do termo “conquista<sup>26</sup>”,

---

<sup>25</sup> Estamos partindo da obra *A economia mundial e o imperialismo* (de 1915).

<sup>26</sup> Também como subjugação, submissão, alcance etc.

podemos agregá-la aos termos “expansão” e “território”, extraíndo e relendo dessa maneira a contribuição de Nicolai Bukharin para nossa pesquisa.

Conforme Taylor e Flint (2002), pelo capital financeiro necessitar de um grande apoio estatal para conseguir proteção econômica, territórios e mercados, Bukharin vai propor “a idéia de que o **imperialismo é a geopolítica** de uma das fases do capitalismo” (p. 118, grifo nosso), nesse caso a fase do capitalismo financeiro.

Em Bukharin podemos identificar o papel da força militar por “trás” do Estado na expansão do imperialismo, tanto nos períodos de guerra quanto nos de “paz”. Em períodos de “paz”, afirma ele, “o aparelho militar do Estado esconde-se sob pavilhões de onde não cessa de agir; em tempos de guerra intervém diretamente. Quanto mais tensa é a situação no âmbito mundial tanto mais se faz apelo ao punho de ferro do Estado” (1969: 165-166). Bukharin reconhece que as funções da força militar são múltiplas, e que o poder militar seria o último recurso invocado pelos grupos capitalistas, com o discurso da defesa nacional servindo como uma expressão menos agressiva no lugar da militarização (p. 167). Segue o autor afirmando:

A guerra, tornada inevitável pelo curso da evolução anterior, não poderia deixar de exercer formidável influência sobre a vida econômica mundial. Operando verdadeira revolução no interior de cada país e nas relações de força entre países, nas economias nacionais e na economia mundial; acarretando selvagem dilapidação das forças produtivas, a destruição dos meios materiais de produção e da mão-de-obra humana, sangrando a economia até a exaustão por despesas fenomenais, funestas do ponto de vista social (BUKHARIN, 1969: 193).

É intrigante percebermos como que o trecho acima, por exemplo, pode caracterizar em parte o mundo atual (impregnado de militarização, de crises econômicas e sociais etc.), mesmo tendo sido produzido há praticamente um século. Entretanto, quanto às teorias clássicas do imperialismo, Panitch e Gindin (2004) afirmam que as mesmas fracassaram “em apreender adequadamente as dimensões espaciais” da internacionalização do capitalismo nos final do século XIX e começo do XX, haja vista sua forte ênfase na economia (p. 25). A crítica dos autores é contundente ao relevarem o

papel dos Estados nas práticas imperialistas, já que as mesmas teriam como a face mais imperfeita “a visão reducionista e instrumentalista do estado”.

O imperialismo não é redutível a uma explicação econômica, mesmo quando as forças econômicas constituem um aspecto fundamental do mesmo. Neste sentido, é necessário manter o imperialismo e o capitalismo como conceitos distintos. A competição entre capitalistas na arena internacional, o intercâmbio e o desenvolvimento desiguais todos são aspectos próprios do capitalismo e sua relação com o imperialismo somente pode ser entendida mediante uma teorização do estado. Quando os estados preparam o terreno para a expansão de seus capitais nacionais para o exterior, inclusive se a dirigem, isto só pode ser entendido nos termos de seu papel relativamente autônomo de manter a ordem social e assegurar as condições de acumulação do capital. Portanto, **qualquer explicação sobre o imperialismo deve incluir uma análise das capacidades administrativas do estado**, como também de suas determinações de classe, culturais e **militares** (PANITCH e GINDIN, 2004: 26, grifo nosso).

Se algumas características apontadas pelos teóricos clássicos do imperialismo, como as evidenciadas nas frases de Bukharin, Rosa Luxemburgo e Lênin, são tão atuais, será que realmente estaríamos diante de um novo imperialismo? O que há de novo no imperialismo? Com certeza, pelo menos sua geopolítica mudou, avaliando o caso dos Estados Unidos.

### **1.3 – A nova geopolítica do imperialismo estadunidense em seu fundamento político-militar: o novo imperialismo**

(...) o imperialismo, no sentido político e clássico de dominação de um povo ou de um Estado, (...) não desapareceu. [ARON, 1975: 290]

A dominação e as injustiças do poder e da riqueza são fatos perenes da sociedade humana. Mas no quadro global de hoje pode-se também interpretá-las em relação ao imperialismo, sua história e suas novas formas. [SAID, 1995: 51]

O novo imperialismo é pouco mais do que uma miragem. Continua valendo o de sempre. [ARANTES, 2004: 42]

De acordo com Edward Said<sup>27</sup>, usar o termo imperialismo hoje não é algo fácil, principalmente devido às idéias controversas, às polêmicas e premissas ideológicas que o mesmo contém. Entretanto, são várias as características políticas e econômicas que indicam a aplicabilidade do conceito de imperialismo atualmente, especialmente para os

---

<sup>27</sup> Este autor trabalha na perspectiva do imperialismo cultural, e, mesmo não sendo este nosso foco, destacaremos algumas de suas reflexões.

Estados Unidos (SAID, 1995). Ou seja, “o imperialismo é difícil de definir, mas fácil de reconhecer” (JOHNSON, 2007: 38).

“O imperialismo **não acabou**, não virou de repente ‘passado’ ao se iniciar, com a descolonização, a desmontagem dos impérios clássicos”, afirma Said (1995: 349). A superioridade dos Estados Unidos, evidenciada especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, “sugere um **novo** arranjo de linhas de força” na estruturação do mundo (p. 349, grifo nosso).

Objetivando examinar o papel de um novo imperialismo no âmbito do capitalismo global, Harvey (2004a) indica que é arduosa, mas importante, a tarefa de analisarmos concretamente situações reais e de mantermos uma visão que não direcione a argumentação para o econômico ou para o político exclusivamente (p. 34). Mesmo concordando com David Harvey que o “meio termo” entre economia e política na interpretação do imperialismo seja “ideal”, ficaremos preponderantemente com a política, ou melhor, com a geopolítica e a militarização para caracterizarmos de fato o novo imperialismo.

O imperialismo capitalista a qual Harvey (2004a) se refere pode ser definido de duas formas bem abrangentes. A primeira como um “projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no **domínio de um território** [em rede, como pretendemos] e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos econômicos e militares”. Seria a “política do Estado e do Império”, na qual o autor busca “acentuar as **estratégias** [territorialidades] políticas diplomáticas e **militares** invocadas e usadas por um **Estado** em sua luta para afirmar seus **interesses** e realizar suas **metas** no mundo mais amplo” (p. 31, grifo nosso). Essa primeira forma nos interessa mais de perto, justamente por caber aí o papel do Estado e consequentemente o teor geopolítico contido no imperialismo.

A segunda, que não utilizaremos diretamente nessa pesquisa, é definida como um “processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia<sup>28</sup>” (HARVEY, 2004a: 31-32).

Conforme Harvey (2004a), o imperialismo deve ser interpretado como a “propriedade das relações e dos fluxos de poder entre Estados no âmbito de um sistema global de acumulação do capital”. Nesses termos a “prática imperialista envolve, no mínimo, a manutenção e a exploração de quaisquer vantagens em termos de dotação de recursos e de assimetrias que se possa adquirir mediante o poder do Estado” (p. 36).

Segundo o autor:

As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência das relações assimétricas de troca. Esse é o ponto no qual a dimensão política retorna ao panorama. (p. 35). (...) o Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito (HARVEY, 2004a: 111).

Reconhecemos a forte relação entre imperialismo e capitalismo nos termos propostos por Harvey (2004a), entretanto, entendemos que o novo imperialismo não é somente uma forma de expansão do capital, mas também uma forma geopolítica alicerçada na militarização, em movimento dialético. As duas formas se contaminam, se contradizem e se complementam.

Corroborando com as idéias de Hannah Arendt, Harvey (2004a) nos assevera que se “a acumulação do poder tem que acompanhar necessariamente a acumulação do capital, a história burguesa tem de ser uma história [e uma geografia] de hegemonias que exprimem um poder sempre mais amplo e continuamente mais expansivo”. Todo

---

<sup>28</sup> São os “processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo”, ou seja, as maneiras pelas quais o fluxo de poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante (HARVEY, 2004a: 31-32).

*hegemon*, afirma o autor, “tem de buscar sem cessar **estender**, expandir e intensificar seu **poder**” (p. 37). Nesse caso podemos pensar em um elemento conceitual extremamente rico para reflexão sobre o tema a partir da geografia. Ou seja, como já indicamos, esse “estiramento” de poder (político-militar, por exemplo) cada vez mais excedido promove territorializações em rede cada vez mais patentes. Retomaremos esses processos, posteriormente, destacando a territorialização militar em rede.

Outro elemento político importante abordado por Harvey (2004a) está ao afirmar como o poder do *hegemon* deriva e se exprime a partir de uma “consonância” inconstante entre coerção e consentimento (p. 40). Ao tratar dos Estados Unidos, o autor destaca serem tais condutas de igual importância, já que esse Estado deve agir de maneira a promover a aceitação de outros Estados, com “a alegação de que agem em favor do interesse geral mesmo quando, como muitas pessoas suspeitam, sua ação é motivada pelo estreito interesse próprio. Essa é a essência do exercício da liderança por meio do consentimento” (HARVEY, 2004a: 41).

Direcionando o foco para o âmbito militar, Harvey (2004a) afirma que a constituição do poder político advém de “alguma combinação estável de coerções, emulações e exercício da liderança mediante o desenvolvimento do consentimento. Esses são os meios”. A hegemonia no capitalismo encontra-se apoiada num tripé marcado pela instabilidade e mutabilidade entre, dinheiro, capacidade produtiva e a força militar (p. 43).

Ao versar sobre o papel da força militar no imperialismo estadunidense, Harvey (2004a) indica a centralidade no período da guerra fria do “complexo industrial militar”. Essa estrutura acabou por incitar uma “economia de guerra”, exigente na “exportação de armamentos” e essencial na acumulação de capital pelos Estados Unidos, processo que, por outro lado, acabou resultando em uma “excessiva militarização do resto do mundo”

(p. 57). Entretanto, “os gastos militares fornecem apenas canais de curto prazo para o capital excedente e pouco contribuem para o alívio de longo prazo das contradições internas da acumulação do capital” (p. 57).

Vale aqui apresentar alguns pontos da abordagem de Mampaey e Serfati (2005). Esses autores abordam uma nova configuração a partir do início do século vigente proporcionada pelo papel das finanças nas transformações do que ele denomina de “sistema militar-industrial” (SMI). O SMI estadunidense seria “um conjunto no interior do qual dominam quatro componentes: os grupos e firmas de armamentos, o Departamento de Defesa (DoD), o Congresso e o Executivo”.

Esses autores afirmam que:

As forças motrizes do sistema devem-se a seu próprio poderio, que lhes permitiu enraizar-se de maneira duradoura na economia e na sociedade norte-americanas e nelas estabelecer os mecanismos de auto-reprodução, mas igualmente à dinâmica contemporânea do capitalismo (a "mundialização"), que concede aos Estados Unidos um lugar singular na defesa da ordem mundial (MAMPAEY E SERFATI, 2005: 223-224).

As transformações internas ocorridas no SMI<sup>29</sup>, e isso é importante para nossa pesquisa, “ocupam um lugar no **novo contexto econômico e geopolítico internacional**” – no qual se encerra o período aberto após a Segunda Guerra Mundial – e justificariam “o **uso preventivo** - em outros termos, *discricionário* - da força militar” (p. 224, primeiros grifos nosso). A hipótese de Mampaey e Serfati (2005) é a de que o desenvolvimento do SMI estadunidense, fortemente acelerado no pós 11 de setembro “resulta dessa combinação de transformações internas do SMI e das mutações nas relações internacionais” (p. 224).

---

<sup>29</sup> No que diz respeito ao SMI norte-americano, as maiores transformações ocorreram em três domínios. Os acionistas institucionais e a "comunidade financeira" desempenharam um papel ativo nas reestruturações e estratégias dos grandes grupos de armamentos; hoje eles exercem o controle majoritário. Em seguida, as relações entre as tecnologias militares e civis foram modificadas – em particular nas tecnologias de informação e de comunicação – numa direção que fornece novas oportunidades aos grupos armamentistas. Enfim, as instituições políticas (sobretudo as que pertencem ao Executivo) reforçaram sobretudo suas relações com os grupos industriais, em particular depois da eleição de George Bush e ainda mais depois do 11 de Setembro (MAMPAEY E SERFATI, 2005: 224).

Em relação aos Estados Unidos e ao período histórico do após Segunda Guerra, Wood (2004) assevera que a força militar desse país não possui nada de desprezioso. A autora não acredita que a bipolaridade do após segunda guerra tenha sido o motivo principal para o militarismo estadunidense. “A supremacia militar esmagadora foi, e continua sendo, central para a política externa estadunidense por motivos mais gerais, com ou sem a União Soviética. Assim, ainda temos que nos perguntar para que serve tudo isso”.

À primeira vista, seria possível pensar que isso se explica em função da lógica que se impõe a todo e qualquer poder imperial. Não seria óbvio que qualquer Estado imperialista busque alcançar superioridade militar sobre todos os seus rivais em potencial? Não há dúvida acerca disso, caso ainda estivéssemos na era do imperialismo clássico, com suas colônias e suas típicas rivalidades interimperialistas. Afinal, quando o objetivo é ganhar controle direto sobre territórios coloniais e submeter povos, em detrimento de outras potências imperiais, quando o objetivo é a conquista de colônias e a derrota de Estados imperiais rivais, não há dúvida sobre o objetivo da superioridade militar. Mas é essa justamente a questão: o objetivo do poder militar dos EUA não foi, e creio que ainda não é, a conquista de territórios da maneira imperialista clássica (WOOD, 2004: 51).

A autora citada ressalta a clara razão de ser da força militar no imperialismo clássico, entretanto, questiona a serventia dessa força no novo imperialismo. Ela trata ser improvável o desenrolar de conflitos (militares) entre as grandes potências, já que, dentro da competição, as mesmas alimentam-se reciprocamente de seus mercados e suas fontes de capital. A “hegemonia imperial no mundo do capital global”, afirma Wood (2004), “depende de controlar os competidores sem entrar em guerra com eles” (p. 57), e a justificativa da militarização do mundo está encaminhando uma “doutrina da guerra sem fim”, isto é, a doutrina Bush. A autora entende que essa doutrina militar precisa criar a idéia de “guerra sem objetivos específicos e sem limites no espaço e no tempo”, e afirma sua enorme possibilidade de autodestruição.

Contudo, mesmo que reconheçamos que o regime Bush levou a doutrina militar estadunidense a novos e insustentáveis extremos, é difícil imaginar uma doutrina fundamentalmente diferente para servir ao projeto de hegemonia imperial nesse tipo de mundo. O extremismo do atual governo pode estar solapando seu próprio projeto, mas a doutrina da guerra sem fim, em seus propósitos ou seu tempo, não é propriamente nova. Na verdade, é difícil imaginar que outro tipo de doutrina

poderia sustentar a hegemonia do capital global estadunidense numa economia global administrada por muitos Estados locais. E os governos anteriores ao de Bush apresentaram nada muito diferente. É só lembrar do modo como o governo "mais benigno" de Clinton ampliou os horizontes da guerra, com sua noção da chamada guerra "humanitária" (WOOD, 2004: 57).

Apesar de tratar mais do papel dos Estados Unidos na guerra contra o Iraque, Wood (2004) não parece perder de vista a escala global dessa militarização, e é justamente desse projeto global que partem as “diferenciadas” condutas do novo imperialismo militar estadunidense, produzindo suas respectivas especificidades, como por exemplo, as “diferentes” (e novas) estratégias geopolíticas que esse Estado vem construindo para a América Latina e para a Ásia Central. Ao pensar sobre o papel da força militar nessa mesma escala global, assevera-nos Wood (2004):

As tarefas da força militar num projeto dessa natureza tendem a ser sem fim, a não ter objetivos específicos, resolução final ou estratégia de retirada. Com certeza, há objetivos óbvios, como o controle de reservas de petróleo ou a mudança de regime para a instalação de um poder estatal subserviente. Mas esses objetivos relativamente bem definidos são, pensando bem, apenas uma pequena parte do que é preciso ser feito para sustentar este tipo de hegemonia global (p. 58).

Contudo, e dentro da relação proposta, outros meios (“mais econômicos”) são produzidos para a manutenção e reafirmação da hegemonia estadunidense, mais especificamente a partir da década de 1970. Conforme Harvey (2004a), isso adveio pelo meio das finanças<sup>30</sup> (p. 58). Entretanto, por motivos diversos, houve um aparente enfraquecimento desse tipo de hegemonia “rentista”, o que acabou por incitar, objetivando a preservação de sua posição hegemônica, métodos bem mais coercitivos, onde o papel da força militar parece ser ímpar.

Em outro momento, Harvey (2004c) ratifica sua posição referindo-se ao novo imperialismo como “uma aparente mudança recente dos Estados Unidos”, que toma um sentido “abertamente sustentado pela força militar”, fato decorrente da tentativa de preservação da hegemonia econômica estadunidense no capitalismo global. Dessa

---

<sup>30</sup> Ver mais detalhadamente, já que não desdobraremos esse assunto, a discussão em *O novo imperialismo*, capítulo 2, sobre processo de “financeirização” e a criação de um “sistema monetário desmaterializado” entre 1970 e 2000, denominado período de hegemonia neoliberal.

forma, o autor põe em discussão as maneiras “perigosas” de sustentação da hegemonia estadunidense<sup>31</sup>, mostrando como o governo Bush vem privilegiando a coerção em vez do consentimento, com o uso declarado da força militar para manutenção do poder dos Estados Unidos, exemplificado pelo “controle militar dos recursos globais de petróleo” (p. 68). É o domínio militar a carta forte dos Estados Unidos.

Sabemos plenamente, com base nos documentos de planejamento da defesa que vieram a luz no período mais ou menos correspondente à última década<sup>32</sup>, qual é a **estratégia** política nesse campo. Trata-se de manter a primazia militar a todo custo e de desestimular e resistir à emergência de toda superpotência rival. Será evitada a disseminação de todo tipo de arma de destruição em massa, e os Estados Unidos devem estar **preparados para** usar a força dissuasiva **preventiva** caso necessária para alcançar essa meta. (...) Ele [Estados Unidos] reivindica com todas as letras o direito de atacar preventivamente a fim de evitar ataques químicos, biológicos e nucleares, **proteger**<sup>33</sup> o acesso a matérias-primas estratégicas vitais (como o petróleo) e proteger-se de ataques terroristas ou outras ameaças (como o estrangulamento econômico) (HARVEY, 2004a: 71, grifo nosso).

Assim como em outros casos, o Estado cumpre um papel fundamental. Para Wood (2004), por exemplo, é dessa “necessidade” de Estado, que brota uma realidade complexa e contraditória, ou seja, o “novo imperialismo, o imperialismo atual dos Estados Unidos”, a nova geopolítica do imperialismo, reforçaríamos.

Sua essência é uma ordem econômica global administrada por um sistema de múltiplos Estados locais. E não é preciso muita imaginação para ver que tudo isto pode ser a fonte de graves instabilidades e perigos para o domínio do capital global. Não deveríamos nos surpreender se hoje o *hegemon* imperial sente-se compelido a confrontar a contradição tentando controlar o sistema de múltiplos Estados. Nem ficar surpresos pelo fato de a força militar<sup>34</sup> desempenhar um papel importante nesses esforços (p. 56).

Segundo Mészáros (2006), o imperialismo atual possui várias dimensões e diversas formas de manifestação. Em sua abordagem, a dimensão militar é extremamente grave, e, justamente por isso, “entramos na fase mais perigosa do imperialismo em toda a história”. Para o autor referido, hoje o que está em jogo é o

---

<sup>31</sup> Harvey (2004a) propõe para esse problema uma reedição do *New Deal*, como forma de resolução das contradições internas nos Estados Unidos (p. 69).

<sup>32</sup> Refere-se a um projeto elaborado nos anos 1991-1992 que está sendo aplicado desde “11 de setembro de 2001”.

<sup>33</sup> É importante o leitor perceber que muitos dos grifos nesse texto estão apontando para termos que se aproximam do significado da palavra prevenção, entendida mais a frente como um novo código geopolítico.

<sup>34</sup> A autora citada trabalha a idéia de como a ação da força militar (referindo-se ao Iraque) tem como um de seus objetivos o “efeito demonstração”, ou seja, a capacidade de “chocar e apavorar” o mundo inteiro, dando o exemplo (WOOD, 2004: 58).

controle da totalidade do planeta pelos Estados Unidos, e não de uma determinada região do globo. Para isso se concretizar, utiliza-se meios autoritários e militares violentos ao extremo (p. 53). Conforme Arantes (2007), ocorre a “manifestação mais contundente do regime de **estado de sítio planetário** no qual estamos desde então nos instalando (p. 40, grifo do autor).

Conforme Mézaros (2006):

Os que sustentam que hoje o imperialismo não implica a ocupação militar de território não apenas subestimam os perigos que nos esperam, mas também aceitam as aparências mais superficiais e enganadoras como as características substantivas definidoras do **imperialismo de nosso tempo**<sup>35</sup>, ignorando tanto a história quanto as tendências contemporâneas de desenvolvimento. Com suas bases militares, os Estados Unidos ocupam militarmente o território de nada menos que 69 países<sup>36</sup>: um número que continua a crescer com a ampliação da Otan. Essas bases não existem para benefício das pessoas - a grotesca justificativa ideológica -, mas para benefício único do poder de ocupação, de forma a lhe dar condições de impor políticas que melhor atendam aos seus interesses (p. 55, grifo nosso).

Vários autores tratam do “surgimento” de um novo imperialismo como algo referente aos Estados Unidos e ao mesmo tempo com um recorte temporal relativamente bem definido (pós 11 de setembro de 2001), onde uma “nova” doutrina (Bush) começa a ser aplicada numa escala sem precedentes, configurando assim uma nova geopolítica.

Mas “o que há de novo na geopolítica? Ao geógrafo, decerto, cabe uma leitura crítica e um esforço de resposta” (LIMA, 2005b). A geopolítica tem algo de novo, e por consequência o imperialismo também. Lima (2005b), mencionando Lévy (2001) e Ó Tuathail (1996, 2002), propõe algumas reflexões enfatizando que “estamos no transcurso híbrido e complexo da geopolítica à política global (...), na qual se projetam os usuários do espaço mundial. É neste sentido que registramos o fôlego do discurso e

---

<sup>35</sup> A expressão “imperialismo de nosso tempo” é utilizada por Ahmad (2004), “com o fim de evitar o uso de termos como ‘Novo Imperialismo’, que por estar em voga em diversos momentos, tomou significados distintos. O imperialismo tem estado conosco durante longo tempo, tomando diversas formas e reinventando-se na medida em que, para dizê-lo de algum modo, as estruturas do capitalismo global foram mudando. (...) A novidade fundamental do imperialismo de nosso tempo é que emerge depois da dissolução das duas grandes rivalidades que marcaram a política global do século XX (AHMAD, 2004: 72).

<sup>36</sup> Números que como veremos a frente são muito mais elevados.

da prática geopolíticas, advertindo que urge uma leitura crítica das novas geopolíticas” (p. 35).

Segundo Foster (2002), a geopolítica “representa um meio específico de organizar e avançar o império” (p. 13). E uma das formas que um império possui para se expandir é a presença militar. A presença e a influência militar estadunidense em diversas áreas do globo não é algo novo, isso é fato desde o século XIX. Sabemos que atualmente a chamada “Doutrina Bush”, tem como um de seus princípios a militarização e o controle de áreas estratégicas do mundo, sobretudo aquelas que possam oferecer, entre outras vantagens, acesso amplo às fontes de energia.

Em Petras (2001) encontramos termos como: “nova ofensiva militar generalizada”, “novas conquistas imperialistas”, “recolonização”, “nova contra-ofensiva militar imperial”, “novo imperialismo das ações militares” etc. que apontariam de fato para um novo imperialismo. Contextualizando, o autor admite que a “estratégia imperial norte-americana de militarização” requer “maior capacidade de incorporar novos aliados e a necessidade de se **preparar** para diversas formas de luta”, insinuando que a Colômbia, por exemplo, tem sido um importante “campo de testes” para o “novo imperialismo” estadunidense (PETRAS, 2001: 42, grifo nosso).

É importante uma última ressalva nesse capítulo vinculada à definição do ator protagonista da nova geopolítica do imperialismo que estamos interpretando. Referimo-nos ao Estado norte-americano, entretanto, depuraremos tal concepção apoiados em Ceceña (2004, 2005). Esta autora trata, em uma perspectiva geopolítica, esse ator protagonista numa concepção mais ampliada, como um “sujeito hegemônico”, um “sujeito multifacetado”. Em suas palavras:

O sujeito atualmente hegemônico no processo geral de reprodução, a partir do nosso ângulo de observação, está constituído pela grande burguesia dos Estados Unidos, que aparece sob a forma das grandes empresas transnacionais, dos volumosos fluxos de capital financeiro que vão fazendo e desfazendo economias e do Estado norte-americano como portador do interesse geral e dos valores

universais. O sujeito social dominante, o sujeito hegemônico, é um sujeito que se desdobra sem se desarticular e que constitui cotidianamente, no espaço planetário, a sua possibilidade e a impossibilidade dos outros (Ceceña: 2002) (CECEÑA, 2004: 115).

Ceceña (2004), refere-se “indistintamente aos Estados Unidos e ao Estado norte-americano ou às empresas transnacionais norte-americanas como sendo sinônimos representativos deste sujeito complexo<sup>37</sup>” (*idem*).

Portanto, com base nessa referência, quando falarmos em Estado, ou em Estados Unidos etc., estamos nos referindo a essa idéia mais ampla, que garante que um determinado “bloco social<sup>38</sup>” (ou, dependendo do ponto de vista, “anti-social”) seja responsável de fato pelas práticas do imperialismo estadunidense, ausentando dessa forma idéias mais mistificadoras, como a de país ou nação.

Entre tantas referências teóricas importantes que visam justificar a vigência de um novo imperialismo, aquela que mais nos atraiu se refere ao mesmo como um novo império de bases militares (JOHNSON, 2007). Segundo esse autor, uma nova forma de imperialismo pode ser identificada a partir da considerável rede de bases militares (e de interesses políticos e econômicos) que os Estados Unidos controlam, consolidando um império militarizado com raio de ação global.

Esse “império de bases”, diferente de um “império de colônias”, constitui-se através do estabelecimento ou aluguel de zonas militares para uso exclusivo dos Estados Unidos no interior de “territórios estrangeiros”. Tais bases contribuíram de forma determinante para um “novo tipo de império militar” (JOHNSON, 2007: 32-33).

---

<sup>37</sup> Vale aqui como exemplo as idéias de Gunder Frank (2003), que levanta um questionamento interessante sobre a posição dos Estados Unidos no mundo. Sobre isso o autor é enfático ao dizer que o poder dos Estados Unidos baseia-se em dois pilares interdependentes em suas sustentações, mas que ambos são justamente seus pontos de maior vulnerabilidade. Seriam os pilares do Dólar e o do Pentágono, que, respectivamente, “pelas operações no mercado financeiro na economia global e pelas políticas imprudentes do próprio governo dos Estados Unidos” (p. 25), poderiam levar as ruínas tal edificação norte-americana. “Cada um desses pilares sustenta o outro: custa dólares manter o Pentágono, suas bases em 80 países e o desdobramento das suas forças militares em volta do mundo. Os gastos militares são as causas principais dos dois déficits norte-americanos: no orçamento federal e na balança comercial. Inversamente, a força do Pentágono ajuda a sustentar a confiança global no dólar” (p. 26).

<sup>38</sup> Outra perspectiva interessante é o surgimento do “novo ‘bloco social’”, vertebrado pelas finanças, a política e os armamentos, segundo Mampaey e Serfati (2005).

Qualquer que seja o motivo que leva os americanos a entrar num país para instalar uma base militar, o fato é que permanecem ali por interesses imperialistas - hegemonia regional ou global, recusa de ceder território a um rival, abertura de espaço para empresas americanas, preservação da “estabilidade” ou da “credibilidade” de uma força militar, ou simplesmente inércia (JOHNSON, 2007: 35).

Apesar de Johnson (2007) despontar como uma referência teórica para nossa pesquisa, não poderíamos deixar de estabelecer uma pequena diferenciação na forma que pensamos alguns conceitos que seriam cruciais no que consideramos como o novo imperialismo. Segundo as circunstâncias, o autor em tela afirma que o mais fascinante e curioso no processo evolutivo do império americano em sua fase recente é ele ser **“tão-somente um império de bases, e não de territórios”** (p. 216). Como veremos adiante, numa perspectiva mais geográfica, o novo imperialismo e sua estratégia geopolítica pré-configuram um território-rede militar de bases, ou seja, as bases em seu conjunto global - e individualmente - são frutos de um processo de territorialização militar em rede.

Logo, haja vista que novas formas de imperialismo e de geopolítica permeiam o debate sobre o mundo contemporâneo, poderíamos pensar se as concepções de território presentes nas antigas noções daqueles conceitos, ainda são suficientes para realizarmos uma leitura crítica sobre as relações de poder, principalmente, em nosso caso específico, do poder militar. Portanto, adentremos na discussão sobre o conceito de território, indo desse ao território-rede, crucial na abordagem geográfica da presença militar estadunidense na América Latina.

## 2 – DO TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-REDE

### 2.1 – Sobre o território

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

[SANTOS, 2002: 9]

A partir da década de 1970, sobretudo, o debate acerca do conceito de território na geografia ganhou um fôlego renovado. O território passa, desde então, a ser focado sob diversos aspectos e resgatado em escalas geográficas variadas. Tal fato, em grande parte, advém de discussões epistemológicas travadas na geografia, ao apontarem, por exemplo, para diferenciadas e mais críticas concepções dos conceitos geográficos, bem como para possíveis articulações e recombinações entre eles. Alguns anos mais tarde, com realce para o período atual, a geografia é estimulada a retomar o debate sobre o território, através, também, das apropriações e aplicações desse conceito por outros campos de conhecimento<sup>39</sup>.

A geografia na década de 1970, principalmente nos Estados Unidos e na França, mas ainda não efetivamente no Brasil, sofre reformulações, renovações diversas e influências de novas correntes filosóficas, como a fenomenologia e o marxismo. Essas novas análises vinham no bojo de uma crítica sobre a geografia que se fazia anteriormente; reavaliavam-se, teorias, métodos, suas limitações conceituais, ou seja, crescia um questionamento “radical”, baseado no materialismo histórico e dialético, em relação à geografia de caráter pragmático e neopositivista com seu empirismo exacerbado<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Habitualmente, de maneira mais ou menos direta, alguns desses campos têm decretado o “falecimento” do território, principalmente, de certo tipo de território (numa visão bastante restrita), pautado na fixidez e na imobilidade, e que não teria mais importância num mundo onde a fluidez e a progressiva aceleração dos fluxos da dita “globalização” são preponderantes. Nesse movimento de difusão e retomada do território como um dos conceitos-chave da geografia, é que o mesmo passa a ser retomado e reafirmado, insinuando-se, até mesmo, um relativo “modismo”.

<sup>40</sup> É nesse contexto que as “geografias radicais” buscaram reaver uma abordagem mais efetiva da realidade, e nessa situação, por conseguinte, reaparece na geografia uma preocupação com o território, visto tanto na sua dimensão mais “concreta”, quanto como instrumental teórico usado para leituras da realidade, servindo como ferramenta de extrema

Claval (1999) nos assevera que nos anos 60, os geógrafos conferiram todas as coisas ao espaço, mas atualmente, os mesmos discursam na maioria das vezes sobre o território. Para este autor, “essa mudança reflete em parte os debates epistemológicos internos à geografia” (p. 7). Na geografia brasileira, principalmente a partir do final da década de 1980, o conceito de território passa a ser retrabalhado em diferentes escalas, além daquela do Estado Nacional, na qual estava (e de certa forma ainda se encontra) bastante atado, e recebe influência de geógrafos como, entre outros, Robert Sack, Claude Raffestin e Yi-Fu Tuan (este numa reflexão de caráter mais humanístico e a partir dos conceitos de lugar e espaço vivido).

Contudo, um alerta se faz necessário. De maneira alguma poder-se-ia hierarquizar conceitos, como se o território fosse mais importante do que espaço, região, lugar ou paisagem. Entendemos que eles devam ser utilizados a partir daquilo que analisamos e buscamos entender, e trabalhados de modo que nos ajudem a responder e esclarecer (mesmo que parcialmente) nossos problemas e inquietudes, desta forma possibilitando a ampliação do debate.

Logo, percebemos como é importante contribuir na construção de uma análise, mesmo que breve, das modificações e atualizações pelas quais passou e vem passando (ou não em certos casos) o conceito de território (dentro de determinadas concepções) na geografia, e quais aspectos encontram-se presentes no debate atual, considerando as múltiplas significações inerentes ao conceito em foco e todo seu potencial analítico para a realização de nossa pesquisa.

---

relevância para a compreensão e a crítica do mundo atual. O território tido como um conceito abrangente, que se amplia simultaneamente com as territorialidades cada vez mais múltiplas produzidas pelas sociedades em suas respectivas histórias e geografias específicas.

### 2.1.1 – O “território” do conceito e a herança do étimo

É indispensável afinar os conceitos que tornem operacional o nosso enfoque. A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico.  
[SANTOS *et al.*, 2000b: 3]

Uma pergunta inicial se nos impõe. O que é conceito? De início, poderíamos apontar uma definição segundo um dicionário que trabalha os principais termos filosóficos. Neste, o conceito seria, entre outras coisas, a “forma de pensamento humano que permite captar os caracteres gerais essenciais das coisas e dos fenômenos da realidade objetiva” (KHLIYABICH, 1967: 113). Entretanto, um conceito pode estar muitas vezes, como veremos adiante, impregnado de metáforas, ou melhor, um conceito pode “ser” uma metáfora, ter sido construído com a influência desta. No fundo, vislumbra-se um abraço entre conceito e metáfora, como nos propõe (LIMA, 2005a). Em nosso caso, o que teria mais importância seriam os conceitos geográficos e as metáforas espaciais.

Consoante Moreira (2007),

O conceito vem basicamente de nossa relação lógica-intelectiva-com o mundo, num ato de racionalização dos dados sensíveis. Todo conceito tem de um lado forte ligação com os princípios lógicos que o norteiam e de outro com a categoria através da qual intervêm. De modo que princípios lógicos, conceitos e categorias são, assim, os elementos essenciais da construção da representação científica. Os conceitos, as categorias e os princípios lógicos agem num plano combinado. Os princípios lógicos são a matéria-prima racional da construção do conceito. E as categorias são os conceitos vistos na ação prática de transformar os dados da experiência sensível em teoria. E todos eles são a expressão da razão em sua tarefa de organizar os dados da percepção sensível num conceito de mundo (ou do mundo como um conceito científico e produto da razão) (p. 108).

No debate mais amplo que realiza sobre as relações existentes entre alguns dos conceitos geográficos, Haesbaert (2002a) nos indica que em qualquer discussão conceitual, devemos atentar para algumas proposições de caráter mais geral. Para o autor, “todo conceito tem uma validade temporal, ou seja, deve ser delimitado historicamente”, sendo de importância a revelação de sua origem, “tanto no sentido de

sua existência ‘real’ quanto de sua formulação teórica” (p. 134). Os conceitos geográficos deveriam ainda “possuir uma referência e/ou delimitação espacial clara” (p. 135).

Outras duas condições básicas para o debate conceitual são levantadas por Haesbaert (2002a). Uma seria a de explicitarmos nosso entendimento sobre o conceito, ou seja, se ele é visto como um “instrumento teórico”, ou se o mesmo se embaraça com a “realidade efetivamente existente”. O outro, de mostrar como se estabelece a “interação entre uma dimensão mais concreta e uma dimensão mais abstrata” (p. 135) dos conceitos, previamente considerados como resultado da trama entre o real e a representação (vistas como indissociáveis). O conceito, assim, permite decifrar a realidade e, igualmente, se impor sobre ela, re-conhecendo-a, em outros moldes, mais abstratos.

Quanto ao papel dos conceitos no período atual da história, Santos (2000a) nos assevera que a “teoria é uma produção social datada, o que significa que as grandes mudanças históricas ferem mortalmente os conceitos vigentes”. Daí a exigência de “uma reforma não só de conceitos, mas no modo de produção dos conceitos” (p. 41).

Em outro momento, Haesbaert (2005a) compreende que os conceitos são “instrumentos”, tanto no sentido analítico, auxiliando as explicações, quanto no sentido “interventor”, como “transformadores” da realidade (baseado em Deleuze e Guattari). Para o autor, os conceitos teriam uma validade, relacionada com o “uso que se pode fazer deles e não apenas na significação/interpretação que eles propõem”. Tais condições levar-nos-ia a pensar que as conceituações possuem uma natureza intencional e inerentemente política, daí Haesbaert (2005a) tecer um questionamento relevante: “o que podemos fazer com os conceitos que construímos de território e territorialidade?” A partir disso ele afirma que,

(...) analisar o conceito de território é, portanto, ao mesmo tempo, verificar as questões que ele tenta responder, os significados e as “pontes conceituais” que ele permite construir, bem como as implicações políticas ou mesmo o seu potencial transformador frente à “realidade”. Assim como não há ciência “neutra”, não há também “conceitos” neutros, a-históricos e a-políticos. Se um conceito não é nem a realidade existente, em si, nem uma realidade idealizada ou um projeto politicamente almejado, e se ele faz parte, como componente indissociável, de uma realidade “em devir”, devemos reconhecer que ele está imerso, de alguma forma, na própria transformação da realidade que ele diz reconhecer (HAESBAERT, 2005a).

Em relação a esse debate, Lima (2005a) nos diz que o(s) conceito(s) forma(m) par(es) dialógico(s) com a(s) metáfora(s). O conceito encerra um potencial metafórico, comumente desvalorizado no âmbito da metodologia da geografia. Vejamos algumas contribuições deste geógrafo.

Na construção de seu conceito central, redes políticas territoriais, esse autor aponta dois caminhos possíveis para a realização de uma discussão conceitual. O primeiro estaria pautado numa certa evolução, ou seja, “retrocede-se ao máximo à origem primeva dos conceitos, sua etimologia arqueologizada e enriquecida pelos acréscimos que as epistemologias lhes fazem aderir. É o afã da busca do *étimo*, isto é, do lugar de origem”. O segundo caminho reconhece que “os conceitos além de uma trajetória, de uma evolutiva, possuem também movimento intrínseco”, que estaria vinculado a sua metafóricidade (p. 66).

Ao alavancar a necessidade de um diálogo-abraço entre conceito e metáfora, Lima (2005a) aponta para a importância da definição de tais termos. Em relação ao conceito, o autor cita Bailly (1995): “um conceito consiste em uma ou várias idéias, abstratas, mentalmente construídas, num contexto ideológico. O conceito constitui uma definição operacional que permite a projeção do pensamento”. Seguidamente, Bailly *apud* Lima (2005a) diz que o conceito é uma “representação mental, abstrata”, ele é uma “reconstrução analítica do mundo” e “toma seu sentido no quadro de uma problemática” (p. 67).

Posteriormente, Lima (2005a) destaca também Lefebvre (1983), o qual afirma que um conceito pode ser analisado ao abrigo de dois ângulos: a extensão e a compreensão. A extensão, nas palavras citadas de Lefebvre, seria “o conjunto dos seres ou dos indivíduos que designa, isto é, todos os homens no caso do termo ‘homem’”. E a compreensão, “o conjunto das qualidades possuídas pelo designado, como por exemplo, no caso do homem, o fato de ser vertebrado, mamífero, racional, mortal etc.” (p. 68).

No que diz respeito à metáfora, McCloskey (1995) é um dos autores referidos por Lima (2005a), ao ensinar que a mesma “é com frequência uma importante figura de argumento, não um ornamento. Ela não é meramente uma fala bonita ou fala poética ou todas as figuras do discurso” (p. 69).

Citando ainda mais dois autores, desenvolve o geógrafo:

No ponto de vista de Silber (1995: 325), “longe de serem um assunto de estilo marginal ou superficial, metáforas são altamente significantes, ainda que pouco teorizadas, são um aspecto da análise sociológica”. A mesma autora alude a uma “propensão metafórica” dos escritos teóricos; as metáforas seriam como “instrumentos de pensamento”. E ainda, a abrangente e ousada argumentação de Lakoff (1995: 178): “Nem sempre o sabemos, mas nós pensamos através de metáforas” (LIMA, 2005a: 69).

O autor em destaque deixa nítida sua posição perante o debate, quando afirma que as metáforas e os conceitos “convocam-se mutuamente. Os dois termos retroalimentam-se, nutrem-se de seus significados, reelaboram-se ininterruptamente por que se enlaçam, avançando do complexo ao mais complexo” (LIMA, 2005a: 72). Esse autor entende o conceito como sendo “um tipo de idéia operacional, com refinado poder explicativo, tendo para tanto, a valiosa contribuição das metáforas<sup>41</sup>” (p. 73).

Apoiado em Morin, Lima (2005a) considera que o conceito e a metáfora, além de guardarem diferenças entre si, guardam também semelhanças, realizando-se trocas entre um e outro. “Assim, não teríamos de usar *e* tampouco *ou*, uma vez que a metáfora

---

<sup>41</sup> Para ratificar tais conclusões, o autor lembra como a própria geografia foi definida por significativas metáforas, como por exemplo, na definição de Hartshorne: o “estudo da terra como morada do homem” (p. 73).

está no conceito e este na metáfora, de forma explícita ou implícita, espontânea ou intencionalmente” (p. 77).

Por fim, para momentaneamente fecharmos a contribuição de Lima (2005a), e trazermos ainda mais a geografia para o texto, vale destacar a crítica feita por este autor sobre a maneira na qual Milton Santos referiu-se aos conceitos (“teorias”) e às metáforas (“discursos”). Para Lima (2005a), Santos (1999) busca uma hierarquização entre metáforas e conceitos, preocupado que está com a operacionalidade dos mesmos no mundo atual. A crítica realizada por Lima (2005a) pauta-se pelo menos em duas discordâncias.

Uma centra-se na afirmação: “as metáforas juntas não formam um sistema” (SANTOS, 1999). Vejamos:

Em que pese a interpretação sistêmica do autor, e mais ainda quando ele decide conceituar espaço como um sistema de objetos interligado a um sistema de ações, da mesma forma que as metáforas não dão conta de toda compreensão e explicação, os sistemas também não. O que queremos destacar é que não advogamos uma substituição de conceitos por metáforas, daí considerarmos secundária a discussão se as metáforas formam ou não um sistema – isto considerando-se que uma teoria pode ser definida como um sistema de conceitos, e neste caso, jamais de metáforas. Reiteramos no intuito de fazer dialogarem metáforas e conceitos e assim, discordar parcialmente de Santos (1999) no momento em que afirma que as metáforas não nos favorecem quando se trata de produzir teoria (LIMA, 2005a: 79).

Considerando a maior ou menor “força” das metáforas, faz-se a seguinte distinção segundo Lima (2005a), definindo seu ponto de vista: “não são exatamente as metáforas que favorecem/fortalecem a construção teórica, mas o tipo de metáfora que se está empregando” (p. 80).

A outra crítica vai à direção de Santos (1996), quando este afirma que as “metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações”. Lima (2005a) indaga: “não permitem teorizações?”. Para ele, as metáforas são “passíveis de teorização” assim como “facilitam a criação de teorias<sup>42</sup>” (p. 80). Os

---

<sup>42</sup> Buscando sustentar a crítica realizada, ou seja, que as metáforas podem permitir teorizações, Lima (2005) nos reporta E. de Martonne ao falar de rugosidades de relevo (como rugas na face da terra), termo que M. Santos

conceitos de território e de rede seriam, por exemplo, conforme o autor focado, “fartamente movimentados por metáforas poderosas, as quais lhes conferem melhor capacidade explicativa” (LIMA, 2005a: 82).

Logo, em um processo de reflexão, é inevitável que venhamos a destacar (e construir) algumas conceituações e “metaforizações”. Privilegiar determinadas concepções de território, por exemplo, em detrimento de outras, ocorreria, sobretudo, de acordo com os nossos recortes analíticos, e dos problemas empiricamente referenciados os quais cada um deles pretende dar resposta.

Assim, o “território” de um conceito refere-se, precisamente, a capacidade (e a intencionalidade) e ao poder operacional, analítico, explicativo, transformador, político, metafórico etc. do mesmo, ou seja, como uma realidade específica pode ser lida e “transformada” no interior de nossos “limites” interpretativos. A metáfora do “território” do conceito serve para ajudar na (de)limitação da investigação experimentada por nós dentro de um determinado contexto.

Considerando em nosso trabalho a presença (direta ou indiretamente) constante das proposições anteriores de Lima (2005a), em relação à metáfora e sua relação íntima com o conceito, entendemos que igualmente se pode pensar um conceito, conforme foi indicado pelo próprio autor, reavaliando os desdobramentos que sua etimologia permite, tal qual abordaremos seguidamente.

O vocábulo território tem múltiplos significados, e vem sendo com o passar do tempo empregado por vários campos do conhecimento além da geografia. Ao termo território são feitas referências diversas, desde o âmbito acadêmico propriamente dito

---

“transferiu” (como quem re-metaforizasse) para o espaço urbano; poderíamos mencionar H. Mackinder e seu “heartland”, o qual B. Becker “transfere” para Amazônia, o “heartland ecológico”; poderíamos citar o “tecido urbano”, as “ilhas de calor”, “captura fluvial”, “captura geopolítica”, “espírito do lugar”, “alma do bairro”, dentre vastíssima lista de noções, categorias e conceitos estruturam a teorização elaborada por geógrafos, para a sua disciplina, e as metáforas ali presentes, introjetadas, pulsando de dentro daqueles termos científicos que ajudam a construir e clarificar (p. 80-81).

(muitas vezes, com pouco rigor) ao chamado senso comum, onde é referenciado constantemente em nosso cotidiano.

O significado do termo território, costumeiramente, pode aparecer bastante vinculado ao Estado, ou melhor, à soberania exercida por este sobre uma respectiva base geográfica, e (ou) também como um mero pedaço de terra (extensão, área etc.), concepção que provavelmente está ligada a sua etimologia. O termo território, que deriva do latim *territorium* (terra pertencente a alguém), traz consigo, há tempos, um forte conteúdo político, que não necessariamente lhe é inato.

Com base em Haesbaert (2004), que aprofunda na questão sobre a etimologia da palavra território, recorrendo para isto a alguns autores e dicionários de referência, poderíamos destacar algumas importantes alusões:

- *territorium* em latim, derivado de *terra*, utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do *jus terrendi* (direito de aterrorizar – do francês *terrifier*), como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa;
- grande proximidade etimológica existente entre *terra-territorium* e *terreo-territor* (aterrorizar aquele que aterroriza);
- etimologia popular que mescla “*terra*” e “*terreo*”, domínio da terra e terror; *Territorium* como toda terra compreendida no interior de limites de qualquer jurisdição (p. 43);

Entretanto, dúvidas existem quanto a palavra território ter sua origem nos termos latinos *terra* ou *terrere*, mas segundo Haesbaert (2004), de qualquer maneira, deve-se evidenciar tal similitude, pois o que foi propagado posteriormente sobre a palavra referida, de forma direta ou indireta, recebe bastante (mas não somente) este tipo de herança.

Escolar (1992) afirma que território é derivado de terra, correspondendo precisamente à palavra *territorium*. Ao fazer referência a Puig (1950), Escolar (1992) indica como este considerou que a origem do termo território “se relacionava com *terro* ou *territio*, termos latinos cujo significado era semelhante a ‘terror’ ou a ‘aterrar’; daí

que surjam interpretações nas quais se vincula ‘território’ a um âmbito geográfico de exercício de poder de coação” (p. 87).

Conforme Escolar (1992), a palavra *territorium* “se constrói pela adição a *terra* do sufixo *torium*, da mesma forma que se desenvolvem os termos *praetorium* (“pretório”) e *dormitorium* (“dormitório”). Tal estrutura exprime “o *lugar* de um substantivo qualquer: lugar do pretor, lugar de dormir, nesse caso”. O autor nos diz ainda que, “quanto a ‘território’, poder-se-ia pensar em ‘lugar da terra’, já que seria redundante, senão uma idéia similar a “âmbito terrestre localizado”; ou seja, o que se enfatizaria com o sufixo seria o sentido localizado do termo original” (p. 88). Assim, poder-se-ia, ainda, avançar nesta reflexão, e pensar tal etimologia a partir da “definição ou delimitação” de uma dada porção da superfície terrestre, uma vez que os limites são aspectos intrínsecos à noção de território.

Este autor considera ainda, neste debate, a postura de Gottman, que apesar de aceitar a “origem latina no termo *terra* mais o sufixo *torium*, especula sobre a provável relação de *torium* com *tor* (que significa “torre”)”, extraindo logo depois “a idéia de ‘em torno de um poder centralizado’ e explicar a transferência da soberania política do sujeito social para o território” (p. 88).

Finalmente, poderíamos concluir que ao termo “território” se atribui um uso histórico com referência à terra e que, por outro lado, há um uso atual que, embora mantenha explicitamente a referência a ela, recalca as características sociais dessa terra, delimitada em sua dimensão jurisdicional de efetivo domínio. De tal maneira que “território” terminaria significando um âmbito terrestre delimitado de exercício excludente do poder (ESCOLAR, 1992: 88).

No interior dessa discussão, Jacques Lévy enuncia que:

O termo território “tem na geografia um uso tão incontestável quanto sua polissemia”. Este termo deriva-se de duas fontes semânticas distintas, porém, próximas: a da etologia animal e a do direito constitucional. No primeiro caso, o território corresponde à área de exclusão automática, por um organismo vivo que o ocupa, outros organismos concorrentes. No segundo, trata-se de um espaço controlado por um Estado (LÉVY, 1992: 20).

Mais adiante, e de suma importância para o debate, discutiremos o território como espaço de controle estatal, ou território do Estado, mas antes vejamos algumas relações entre os conceitos de território, espaço e poder.

## **2.1.2 – O território como conceito**

### **2.1.2.1 – Território, espaço e poder: os elos possíveis**

Poder e espaço também são categorias importantes para o debate sobre território. Nas discussões conceituais sobre território, o que deve ser considerado como mais essencial é a confluência dos conceitos de espaço (indissociável das dinâmicas políticas) e poder (SOUZA, 2006).

Na geografia política do século XIX, o território acabou sendo tratado como sinônimo de espaço concreto, que ao ser apropriado por determinado grupo social, torna-se o “criador” da identidade e da cultura desse grupo, “não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território” (SOUZA, 1995: 84). Em uma concepção mais tradicional, território e Estado-nação encontram-se inseparáveis, “e mesmo geógrafos e cientistas políticos, usam o termo um tanto descuidadamente, ou não extraem todas as consequências em matéria de depuração e refinamento conceitual” (SOUZA, 2006: 331).

Souza (1995), num primeiro momento, define o território como “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, privilegiando essa visão em detrimento daquelas que destacam os recursos naturais contidos em uma determinada área, que indicam o que é produzido e quem produz em um certo espaço, ou que ligações identitárias e afetivas são estabelecidas entre um grupo e seu espaço. Mas mesmo assim, é admitido por Souza (1995) que essas outras visões são fundamentais para se compreender a “gênese de um território” ou o

“interesse por tomá-lo ou mantê-lo” (p. 78). A partir do momento que não se busca “escamotear conflitos e contradições sociais (...), o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (p.79). Pelo que parece este autor está bastante inspirado em Sack (1986), e em sua definição de território: “territórios são formas socialmente construídas de relações sociais e seus efeitos dependem de quem controla quem e com que propósitos” (p. 216).

Importante esclarecermos que não tem sentido pensar o território sendo ausente de materialidade, pois poderíamos cair numa “cilada conceitual”. No caso da reflexão teórica de Souza (1995), o autor claramente abre mão da perspectiva material e física do território. Ou seja, se as relações de poder são, como concordamos, inerentes a definição de territórios, devemos pensar que “embora o poder seja imaterial, tem suportes materiais iniludíveis” (CECENÑA, 2005: 42). O território pode servir como um exemplo, mas não unicamente como um suporte. Veremos isso mais adiante.

Para trabalharmos com a noção de território, conforme Haesbaert e Limonad (1999), devemos considerar como um pressuposto importante, entre outros, a necessidade de “distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos; o segundo é muito mais amplo que o primeiro” (p. 10).

Raffestin (1993: 143), uma das principais referências sobre o debate em tela, entende que o espaço é anterior ao território, ou seja, o território se forma a partir do espaço, e este último é territorializado quando se torna apropriado, concreta ou abstratamente, pelas ações conduzidas por um ator sintagmático. “O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação (...), é dado como se fosse uma matéria-prima (...),

o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço<sup>43</sup>, (p.144).

Raffestin (1993) em uma outra definição de território diz este ser aquele “espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Para ele, “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si<sup>44</sup>” (p. 144).

Como podemos observar, é comum o uso de metáforas para a construção de conceitos. No caso de Raffestin (1993), a utilização do termo “prisão” nas conceituações (e diferenciações) entre espaço e território, abre-nos significados interessantes, como o do vínculo e o da captura. Relendo-o, por exemplo, teríamos que o espaço é um “vínculo original”, e o território sendo referenciado pelos vínculos que os homens constroem para si.

Quanto ao debate entre as vinculações conceituais entre espaço e território, alguns autores, como comentamos acima, “desmaterializam” em demasia o território, deixando em segundo plano sua essência, seu fundamento: o substrato material, visto também como espaço social. Na opinião de Souza (1995), a abordagem relacional não foi explorada o bastante por Raffestin (1993), pois este “não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de

---

<sup>43</sup> Em posição semelhante, Corrêa (2002) nos diz que espaço e território, assim como espacialidade e territorialidade, não são termos sinônimos. Na realidade, para o autor, o território se constitui como um conceito subordinado ao conceito de espaço (organização espacial). “O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” (p. 251). Segundo Andrade (2002), não devemos confundir o conceito de espaço (e lugar) com o de território. Este último está “muito ligado a idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área”, e é fundamental ligá-lo em qualquer ocasião à questão do poder (p. 213).

<sup>44</sup> Muito aproximado desta definição se encontra Geiger (2002). Para este, o território, além de estar contido no espaço, “transmite psicologicamente a sensação de fechamento”, enquanto o espaço “transcende fronteiras e psicologicamente transmite a sensação de abertura” (p.235-236). É perceptível em Geiger (2002) que as sensações de fechamento e abertura, transmitidas por território e espaço, respectivamente, carregam consigo metáforas. O “fechar”, pode ser entendido como obstrução do acesso, limitação, demarcação, enquanto o “abrir”, como acessibilidade, dentro de um certo nível de extensão. Entretanto, a dita “sensação de fechamento” transmitida pelo território, considerando-se a escala de abordagem, talvez possa ser relativizada, quando nos referimos, por exemplo, ao(s) território(s)-rede, a ser discutido mais adiante. Haesbaert (2004), ajuda-nos a pensar tal questão ao afirmar que, para alguns, “o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global” (p. 97).

poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. As formas e a organização espacial seriam, haja vista que o “exercício do poder” muito pode depender das mesmas, “trunfos espaciais da defesa do território e não o território em si” (p.97).

Não perseguimos nesse trabalho essa “quase dicotomia”, e, apesar de mais a frente explorarmos alguns elementos da definição conceitual de Souza (1995), concordaremos com Haesbaert (2004), que em busca de uma leitura mais tolerante sobre Raffestin, alerta-nos:

(...) devemos justamente ter cuidado para não sugerir um excesso de “sociologização” ou de “historização”, de alguma forma “desgeografizando” o território, abstraído da base social-geográfica como condição indispensável à realização dessas relações. Se a virtude, também aqui, está “no meio”, não é nada fácil encontrá-la e, menos ainda, traduzi-la em termos conceituais (p. 81).

Souza (1995) diz que a identificação do território exclusivamente como substrato material emperra indubitavelmente uma análise mais rica do conceito, este analisado, “enquanto campo de forças, logicamente existe **sobre** um espaço, na conta de uma **capa invisível** deste, mas não devendo, só por isso, ser confundido com o substrato material” (p.98, grifo nosso). Para esse autor, o território “condiciona as práticas sociais e referencia processos identificatórios, embora **não seja a materialidade em si**: o território é um **campo de força**, uma **projeção de relações de poder sobre um substrato espacial referencial**” (SOUZA, 2001: 160, grifo nosso).

Entretanto, entendemos que, parafraseando Milton Santos, as ações não podem ser dissociáveis dos objetos, eles compõem dialeticamente o território, produzido tanto “relacional” quanto “materialmente” pelas territorializações, dependendo, é claro, de quais são as intencionalidades dos atores envolvidos nos processos, e de que maneira esses atores tentarão se territorializar, desterritorializando outros. Pensamos que o território não somente contém, mas também muitas vezes é, mas não apenas, a materialidade, esta vista, todavia, indissociavelmente das relações de poder. A

materialidade não pode ser apenas algo onde são projetadas relações de poder, mas concomitantemente, ao ser produzida, pode definir as próprias relações de poder.

Ao que parece, mesmo sem o apoio de uma evidência mais explícita, Souza (1995) em sua supracitada definição de território - “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” -, se apóia em Foucault (1979). Este último, diz que o território é uma das metáforas espaciais, e que estas são estratégicas, permitindo a percepção dos “pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder” (p. 158). Ou seja, se os discursos são produzidos e transformados através de e a partir das relações de poder, e a compreensão dos mesmos pode ser realizada por intermédio das metáforas espaciais, como a do território, é minimamente possível estabelecer o casamento reflexivo proposto na definição de Souza (1995) referida acima. Especulemos...

Para Lima (2002), “o território é, em si, um feixe de relações sociais”, e o espaço geográfico seria um “conceito subsumido no conceito de território”. Este autor, ao recorrer a Marx, destaca ainda que “território corresponde a uma parcela usada do espaço e não deve ser confundido como base ou suporte físico espacial, apenas” (p. 43).

Abalizado em alguns autores, Lima (2004) nos diz que

(...) o território se forma a partir do espaço, não sendo, entretanto, termos equivalentes, Contudo, devido a tal derivação genético-formadora, a natureza do espaço está na natureza própria do território, e isto diz respeito inclusive ao movimento, atributo espacial em si (p. 104).

Sobre a variedade de opiniões sobre a diferenciação conceitual entre território e espaço, Moreira (2001) adentra no debate nos ensinando que, “fragmentado nas múltiplas porções de domínio da hegemonia<sup>45</sup>, o espaço vira território. O espaço real da empiria” (p. 28). Território visto como recortamento espacial em termos genéricos, como espaço recortado num sentido mais concreto.

---

<sup>45</sup> Para o autor, “a hegemonia é de um ou de todos”. Ela “pode ser do dominante que sujeita o dominado ou pode ser da pluralidade que cria uma sociedade sem dominantes e dominados, uma vez que ela é o resultado dos embates e correlação das forças em conflito” (p. 28).

Uma contribuição do geógrafo Milton Santos referente ao debate sobre o conceito de território, mais especificamente em sua ligação (de forte semelhança) com o conceito de espaço, é analisada por Haesbaert (2004), ao nos falar que, mesmo com uma visão privilegiadamente econômica, o principal subsídio oferecido por Santos *et al.* (2000b), está no “uso” do território, definidor acima de tudo do conceito, onde “território usado” seria correspondente a “espaço geográfico (objetos e ações organizados sistematicamente de maneira indissociável)” (p. 58-59). Santos *et al.* (2000b) nos propõe “considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como território usado<sup>46</sup>, (...) resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (p. 2).

Em nosso ponto de vista, todo território para existir precisa de ações territorializadoras, de usos intencionais, logo, talvez seja redundante falarmos de “território usado” (ou “de uso”), pois para ser território tem que ser usado.

Ao ser questionado sobre a diferenciação entre os conceitos de espaço e território em uma entrevista no mês de fevereiro do ano 2000, Milton Santos replica da seguinte forma:

Na verdade eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. Houve um tempo que a gente discutia muito isso: “o espaço vem antes”, “não o que vem antes é o território”. Eu acho que são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. Agora, a retificação que ando fazendo é que não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores (SANTOS, 2000a: 26).

Enfim, como sabemos, território é um conceito que se aproxima de alguns outros conceitos geográficos, e se torna de fundamental importância um esforço cada vez maior para diferenciá-los, articuladamente. Conforme indicado anteriormente, para a

---

<sup>46</sup> Nas palavras de Santos e Silveira (2001), “o território, em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado”. Teríamos em nossa frente, portanto, o território vivo, composto pelo imóvel, os fixos, e pelo móvel, os fluxos, revelando ações passadas e presentes, com a combinação destas dando sentido ao que preexiste (p.247).

discussão do conceito de território, devemos, quase que obrigatoriamente, observarmos atentamente algumas relações entre Estado e território, até porque este último é visto majoritariamente como um espaço sobre controle do Estado. É o que procederemos adiante.

### 2.1.2.2 – O território como espaço de controle estatal

Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é **antes de tudo** uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo **poder**.  
[FOUCAULT, 2001: 157, grifo nosso]

O “antes de tudo” pronunciado por Foucault no trecho acima nos traz, aparentemente, uma “certeza” e uma “esperança”. O território, numa visão mais tradicional, por primeiro deve ser uma noção jurídico-política. Essa é a “certeza”. Entretanto, o poder não é restrito somente ao Estado, podendo haver territórios que não somente os dos Estados. Aqui encontra-se a “esperança”, de uma leitura não tão fechada.

A concepção de território ligada à soberania estatal é certamente a mais difundida ainda nos dias de hoje, fazendo com que, quando pensemos em território, quase que imediatamente mentalizemos o território (nacional) de um Estado, recorte espacial relativamente bem definido por limites e fronteiras. Assim, na maioria das vezes, engessa-se uma meditação mais flexível sobre o conceito, com o debate marcado por reflexões limitadas e muitas vezes improdutivas e acrílicas. Dessa maneira, a questão do poder acaba não sendo vista em outras escalas geográficas além da nacional, como se o Estado fosse um agente territorializador exclusivo.

Entretanto, consideraremos que o Estado (e, sobretudo, os grupos que possuem o controle do aparato estatal e nele se encontram firmados) ainda seja um dos mais importantes protagonistas na (re)definição de territorialidades (tanto das suas quanto a de outros atores), por mais que, com intensidade, discursos questionem e minimizem o

papel que o mesmo cumpre na atualidade. Não estaremos dispostos a realizar uma discussão sobre Estado em si mesmo, mas reconhecer que, de certa forma, as profundas cicatrizes deixadas no tempo, no que diz respeito à visão de território como território estatal-nacional, irrigaram mais recentemente críticas pautadas na escassa preocupação por parte dos geógrafos sobre a temática das relações interestatais de poder e as diversas territorialidades que passam e são produzidas “pelo Estado”.

Sobre o tema, Haesbaert (2004), ao fazer uma análise do pensamento de Deleuze e Guattari<sup>47</sup>, no que diz respeito ao território e à desterritorialização, considera que os mesmos autores abordam esse assunto diferentemente da maior parte dos estudos que trabalham o Estado “como uma espécie de ‘fundador’ da territorialização, pelo menos no seu sentido moderno”. A emergência do Estado, para Deleuze e Guattari, na avaliação de Haesbaert (2004), “representa o primeiro grande movimento desterritorializador<sup>48</sup>”, haja vista que “a geografia e a ciência política sempre trabalharam com a idéia de Estado territorial(izador), ligado ao controle político, jurídico, administrativo e militar, articulado através de um determinado território (p. 137).

Compartilhamos com Souza (1995) a idéia de ajudar, mesmo que muito modestamente, a desfazer o reducionismo e apresentar a riqueza potencial do termo território. Para esse autor é fundamental que “saibamos despi-lo do manto de imponência com o qual se encontra, via de regra, adornado” (p. 81). A crítica de Souza (1995) parece ser de grande coerência, devido ao território ter sido em seu trajeto

---

<sup>47</sup> Para uma investigação mais abrangente sobre Deleuze e Guattari e a temática territorial, ver capítulo 3, “Território e Desterritorialização em Deleuze e Guattari”, em Haesbaert (2004).

<sup>48</sup> Em circunstância anterior, Haesbaert (2002c) afirma *que* “os territórios modernos por excelência, os do Estado-nação, são marcados por uma ‘comunidade imaginada’ calcada na figura de um indivíduo nacional-universal, capaz de impor-se sobre as diversas ‘comunidades’ baseadas na diferenciação étnica dos grupos sociais. Lado a lado, porém, reinventam-se os símbolos e identidades nacionais, estruturados para consolidar a homogeneização da nova nação-Estado. Daí que a criação dos Estados nacionais modernos é a mesmo tempo um movimento desterritorializador e reterritorializador, política e culturalmente falando” (p. 39). Ainda quanto a isto, Andrade (2002) ao trabalhar com o exemplo do Brasil nos diz que, de forma dialética, “a expansão do território, ao mesmo tempo em que promovia a ampliação da territorialidade, provocava a desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita” (p. 214).

teórico efetivamente pensado dentro de um excessivo exclusivismo estatal. Porém, devemos nos preocupar em não sucumbir numa direção completamente oposta, isto é, desmerecer ou abandonar o potencial territorializador do Estado.

Consoante Lévy (1992), a abordagem prática e teórica dos recortes espaciais foram referenciados privilegiadamente num enfoque bastante particular de configuração, “o país”. “Este geotipo certamente teve um papel importante na história do espaço, mas nunca esgotou a riqueza das situações. As evoluções atuais tornam esta visão aproximativa cada vez menos adequada”. Este autor, em suas reflexões iniciais, indaga se “ainda existe, realmente, necessidade de território?” Para ele, “sim, mas não deste em que se crê”, referindo-se certamente àquela concepção mais tradicional.

Como podemos perceber, quando falamos de território, faz-se presente uma ligação muito forte e quase que cativa com o território nacional, como uma mera extensão (dimensão) que se encontra juridicamente sob o controle do Estado (em suas esferas e escalas de atuação) – ao exercer sua soberania. Souza (1995) nos mostra como o vocábulo território habitualmente traz à lembrança o “‘território nacional’ e faz pensar o Estado - gestor por excelência do território nacional -, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos (ou mesmo chauvinistas), em governo, em dominação, em ‘defesa do território pátrio’, em guerras...” (p. 81).

De acordo com Souza (1995), a geografia e a ciência política, muito vinculadas historicamente ao Estado, este “enquanto o poder por excelência”, são as disciplinas que contêm a maior relação com a análise do território. A primeira por apropriar-se do “privilégio de ser a disciplina do espaço social”, e a segunda “pela via do conceito para ela epistemologicamente fundante de *poder*”. Essas duas disciplinas muitas vezes “estiveram historicamente comprometidas com a elaboração de discursos legitimadores

do Estado em geral ou até dos interesses imperiais de um determinado Estado em particular” (p. 83).

Relacionado ao assunto, infere Santos (1999):

A ciência política de modo geral ignora o território – dá conta da divisão dos estados, dos municípios, mas não dos conteúdos –, como se ele não tivesse um conteúdo social. Este aparece apenas como estatísticas, que são caixinhas que vamos abrindo à medida que necessitamos produzir o discurso. Mas está excluído o conteúdo – o dinamismo socioterritorial, socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência. Talvez por culpa nossa, já que não elaboramos de maneira conveniente os conceitos capazes de dialogar com as outras ciências sociais (p. 19).

Diante disso, presenciamos de uma forma geral na literatura acadêmica, ainda, a concepção de território herdada da geografia política do século XIX e de noções ratzelianas, que estabelecem uma análise - obviamente fundamental para o pensamento geográfico e para os objetivos políticos do período - muito limitada conceitualmente, marcada por certa restrição do termo território, como salientamos anteriormente, ao território nacional<sup>49</sup>.

Como é sabido, a noção de território foi introduzida na geografia no final do século XIX através de Ratzel, a partir das ciências naturais (etologia), como elemento de comparação do comportamento humano com o comportamento animal. Ratzel faz a “transferência” da noção de domínio natural para as ciências sociais tendo como base fundamental a idéia de propriedade<sup>50</sup>. Ratzel é o introdutor do conceito de território na geografia<sup>51</sup>, haja vista que “elevou a categoria de território a um lugar central para a

---

<sup>49</sup> Conveniente aqui destacar que novas leituras e traduções das obras de Ratzel vêm sendo feitas, portanto, mesmo não cabendo a nós entrar nessa discussão neste momento, é importante, relativizá-la, considerando sua amplitude.

<sup>50</sup> Ao analisar essa idéia da “naturalização” do território “promovida” por Ratzel, o geógrafo Claude Raffestin nos informa que convergem neste autor duas correntes de pensamento, uma naturalista e outra sociológica (também etnográfica e histórica). “O quadro conceitual de Ratzel é muito amplo e tão naturalista quanto sociológico, mas seria errado condená-lo por ter “naturalizado” a geografia política, algo que às vezes ocorreu... O próprio Ratzel recuou e reconheceu que a comparação do Estado com organismos altamente desenvolvidos não era produtiva. Insistindo no Estado, na circulação e na guerra, ele revela preocupações e sobretudo uma perspectiva sóciopolítica que pouco se satisfariam com uma simples demarcação dos métodos puramente biológicos” (RAFFESTIN, 1993: 12).

<sup>51</sup> Não desconsiderando que, desde a formação dos Estados modernos no renascimento, o território já existia, como sendo a “dimensão de espaço que é tornado próprio e cujos limites, quase sempre definidos nos front, militares ou diplomáticos, demarcam fronteiras, no caso, o que é próprio de um Estado. É, assim, umas das formas de marcar, de demarcar a terra, de grafá-la. Em certo sentido se sobrepõe ao próprio sentido de geografia, isto é, grafia da terra. Define, assim, uma soberania, ou seja, um poder sobre determinada área, sobre seus recursos, sobre suas gentes” (PORTO-GONÇALVES, 2003 p. 258).

Geografia como suporte do Estado” (PORTO-GONÇALVES, 2003: 259). Segundo Haesbaert (2002c: 37), Ratzel, mesmo fortalecendo a concepção tradicionalmente política de território, acabou por reconhecer seus fundamentos simbólico-culturais<sup>52</sup>.

Mesmo considerando a importância dessas influências mais fartas na teoria de Ratzel, o que nos interessa efetivamente, portanto, pelo menos neste momento, é identificar a contribuição que este autor ofereceu na tradição construída sobre a concepção de território, e toda sua relação íntima com o Estado.

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política; e embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro (RATZEL, 1990: 73).

Ratzel faz uma crítica às ciências que ignoraram o território em seus corpos teóricos. A necessidade em tal consideração do território pelas outras ciências, na visão do autor, vem de uma relação evidente entre homem e solo, ambiente físico, ou seja, para ele, o território. O Estado e a sociedade, por mais simples que sejam, são inconcebíveis sem o território que lhes pertencem. No caso do Estado, o território (solo - *boden*) se impõe muito mais em sua história do que na das sociedades, haja vista que as porções de território apropriadas pelo Estado são muito mais amplas. Em contraponto, a profundidade na qual a sociedade está enraizada é muito maior (p. 73).

Raffestin (1993), ao estabelecer uma crítica da geografia política clássica, faz referência principalmente à influência de Ratzel e sua concepção de território. Um parêntese breve será aberto agora no corpo desse capítulo enfatizando parte de tal crítica.

---

<sup>52</sup> Haesbaert neste momento nos diz que “Ratzel, considerado por muitos geógrafos o primeiro grande clássico no tratamento do território, que ele muitas vezes trata também com a expressão ‘solo’, admitia a existência de ‘um laço’ ou uma ‘ligação psicológica’ a esse solo, criada ‘no costume hereditário da co-habitação, no trabalho comum e na necessidade de se defender do exterior’. Dessa co-habitação que liga os membros de um povo ao solo, ‘onde jazem os restos das gerações precedentes, (...) surgem os laços religiosos com certos lugares sagrados, laços muito mais sólidos do que o simples costume do trabalho comum’ (Ratzel [1988: 22], *apud* Haesbaert [2002c: 37]).

“Ratzel na sua geografia política, faz eco ao pensamento do século XIX que racionaliza o Estado. Dá ao Estado sua significação espacial, ‘teoriza-o’ geograficamente” (p. 15). Mais adiante, Raffestin (1993) assevera que, por difundir e subentender uma noção totalitária<sup>53</sup> de um Estado onipotente, “a geografia política de Ratzel é uma geografia política do Estado”. Não podemos ver o Estado, porém ele se faz ver em todos os modos de expressão do/no espaço, “da capital à fronteira, passando pelas malhas interiores hierarquizadas e pelas redes de circulação”. Daí o Estado poder, através das categorias fornecidas por Ratzel, ser decifrado e “lido geograficamente”, categorias estas que a geopolítica (geografia do Estado totalitário – Itália, URSS, Alemanha) buscou para sua elaboração (p. 16).

A geografia política clássica corroborou, como afirma Raffestin, a equação de igualdade entre Estado e poder. Naquela geografia política, “só se dispõe de um nível de análise espacial, aquele que é limitado pelas fronteiras” (aqui estaria presente a concepção tradicional de território), mas “pode-se também dispor de uma hierarquia de níveis, os mesmos que o Estado criou para organizar, controlar e gerenciar seu território e sua população” (p. 16). Ou seja, “a escala é dada pelo Estado. De certa forma, trata-se de uma geografia unidimensional, o que não é aceitável na medida em que existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais” (p. 17). Ainda que, ressalte-se, a unidimensionalidade reporta-se ao fenômeno do poder, isto é, o poder reduzido à figura do Estado.

Fechando o parêntese aberto acima, o autor destacado nos diz que o Estado “mesmo sendo a mais acabada e a mais incômoda das formas políticas não é a única”. Para Raffestin (1993), a geografia política “em vez de se interessar por qualquer

---

<sup>53</sup> Raffestin nos explica que o sentido do termo totalitário, nesse caso, está vinculado ao “sentido daquilo que abraça uma totalidade e não no sentido político atual”, ainda que, para o autor, Ratzel mesmo não conhecendo o Estado totalitário, “já fazia idéia dele e, de fato, por meio da sua geografia, tornou visível o Estado em seu cenário espacial” (p. 16).

organização dotada de poder político suscetível de se inscrever no espaço”, apenas observou e analisou “uma forma de organização: a do Estado<sup>54</sup>” (p. 28).

Com base em Moraes (1989) podemos identificar algo relevante quanto ao conceito de território. Este autor nos mostra que Marx em sua teorização vai explicitar tal conceito em uma visão genética de formação.

Para o autor de “O Capital”, o território define-se não pelo domínio, mas pelo uso. É a apropriação (num sentido lato) e não a propriedade (uma relação social historicamente mais limitada) que o credencia. Marx é claro ao afirmar: “O que faz com que uma região da Terra seja um território de caça é o fato das tribos ali caçarem”. Vê-se que é o trabalho social que qualifica o espaço, gerando um território (ROBERT MORAES, 1989).

Segundo o autor citado, foi por este caráter marxiano<sup>55</sup> de definição, ou seja, território como construção social, que a chamada geografia crítica retomou o conceito. No entanto, é no mínimo curioso como irá perdurar durante décadas uma visão muito restrita do mesmo. O que se destaca na citação acima, portanto, é o uso do espaço, ou seja, as práticas sociais no espaço nas palavras de Milton Santos, sendo o uso que qualifica o espaço, tornado território utilizado, como abordaremos mais a frente. Portanto, como desdobramento, o conceito de território atualmente já não está ligado somente à idéia de território estatal, porém, como já ressaltamos, dependendo daquilo que estejamos investigando, o conceito de território estatal-nacional (e principalmente a territorialidade estatal) mantém sua importância analítica<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Quanto a isto, o geógrafo Paul Claval nos diz que, a descolonização universalizou o Estado-nação como forma territorial generalizada, porém tal fato teria simultaneamente um conteúdo de enganação e fragilidade. A primeira “porque em muitos sistemas de novos Estados o território é apenas uma concha vazia, sem valor simbólico para a maior parte dos cidadãos”, e a segunda “porque as filosofias sociais sobre as quais repousava a modernidade são hoje criticadas” (CLAVAL, 1999: 24).

<sup>55</sup> Marx, em *Formações econômicas pré-capitalistas*, já falava, inclusive, em “territórios no movimento”. O exemplo que o autor nos oferece está no papel das tribos pastoris nômades e seus territórios para/em deslocamento.

<sup>56</sup> Em relação a este debate vinculando território e Estado que, para nossos fins, é de grande importância, sobretudo numa perspectiva analítica um pouco mais ampliada, Santos (1994b) nos diz que o Estado-nação foi um divisor de águas, já que acabou por entronizar uma noção jurídico-política do território. “O território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território” (p. 15). Todavia, o autor destaca que antes não necessariamente todos os territórios eram “estatizados”, assim como atualmente nem todos territórios são “transnacionalizados”. Em outro momento, Santos (1998) propõe uma noção de território mais dinâmica, o território como movimento e fluidez, o território usado, em contraponto à visão que traduz espaço e território em meros objetos, dados. Nesta mesma circunstância argumentativa, o autor estabelece uma relação entre as idéias de nação, território e Estado Nacional. Diz ele:

Segundo Arroyo (2004), para chegarmos a idéia de território do Estado ou de Estado Territorial, devemos refletir sobre o território “como um conceito que supõe o exercício do poder e que implica um processo de apropriação, de delimitação e de controle” (p. 49). Ao destacar assim sua dimensão política, ainda teríamos que pensar “na legitimidade desse poder e, portanto na idéia de soberania”, nos aproximando desta forma da dimensão jurídica, ou melhor, da dimensão jurídico-política de território, agregada “à existência do Estado como instituição que detêm o poder de soberania<sup>57</sup>, ou seja, controle exclusivo de um âmbito geográfico definido” (p. 49).

Arroyo (2004), ao identificar a gênese da associação entre território e Estado, faz referência ao geógrafo político Jean Gottman, ao nos informar que “o termo território foi aplicado no início às cidades-estado do mundo clássico para designar a zona que circundava uma cidade e que estava sob sua jurisdição”. Mas somente depois de alguns séculos ocorre o casamento entre território e soberania, produto da decomposição do feudalismo e do enfraquecimento da Igreja, processo que vai de 1494 até 1648 (Tratado de Westfália) proporcionando assim a conformação dos Estados territoriais soberanos (p. 50).

O tratado de Westfália de 1648 traz a primeira base legal do sistema interestatal moderno, já que reconhece a soberania de cada Estado no seu território e implica a obrigação de não interferir nos assuntos internos de outros Estados. A soberania territorial transforma-se, assim, em uma atribuição do Estado com relação ao controle exclusivo de um âmbito geográfico definido. Dessa perspectiva, o território torna-se uma categoria do direito internacional (ARROYO, 2004: 50).

Na análise de Escolar (1993), o requisito básico indispensável para a configuração do Estado-nação moderno “corresponde à apropriação exclusiva de um

---

“A idéia de nação, como nós sabemos, resulta de uma longa construção, uma longa construção que põe lado a lado categorias como território. Durante muito tempo a noção de Estado Nacional, ela mesma, resulta de alguma forma da união destas duas categorias, nação e território, da categoria de nação unida a Estado e também, sobretudo com a evolução do capitalismo, a relação entre nação e mercado nacional” (SANTOS, 1998: 24).

<sup>57</sup> Conforme Porto-Gonçalves (1999), soberania<sup>57</sup> pressupõe limites, e esta, juntamente com os conceitos de território e fronteira são inerentes à política, que conforme os gregos é “a arte de estabelecer os limites” (p. 29). Na visão do autor, “o território não é externo à sociedade que o constitui”, ele “é parte do próprio processo através do qual a sociedade se institui enquanto comunidade política”. Mas até o século XIX, o Estado Moderno “é a forma geográfica por excelência de organização da sociedade contemporânea”, e também “condição de governabilidade de qualquer comunidade política” (p. 30).

território onde montar, *a posteriori*, o processo de integração social ligado à hegemonia do capital e da burguesia como classe dominante”. A delimitação desse “marco referencial” geográfico “obedece a um sem número de causas alternativas”, sendo assim elemento indispensável da formação nacional (p. 103).

Soa conveniente apresentarmos, e pelo menos em parte e como mais um subsídio, o debate sobre as concepções de território no plano jurídico-político ensejado pela ciência política. Primeiramente indicamos Allières (*apud* HAESBAERT, 1997), ao referir-se concretamente ao Estado francês em seu processo de formação. De acordo com Haesbaert (1997), podemos encontrar naquele autor uma obra de consistência que salienta as definições de território em seu aspecto jurídico-político, onde se busca a desmistificação desse conceito, insistentemente apresentado como “natural”. Segundo Haesbaert (1997: 35), “identifica três ‘escolas’ de tratamento teórico do território enquanto categoria jurídica: a do território-objeto, a do território-sujeito e a do território-função<sup>58</sup>”.

Em nota, Haesbaert (1997) cita novamente Allières (1980: 19), onde este assevera que “o direito nunca pensou o território senão em relação ao Estado” forjando-o como “uma abstração acima das classes e do real<sup>59</sup>”.

Os cientistas políticos, de maneira geral, analisam o território sempre ligado ao poder do Estado, como “pressuposto de existência do Estado”, “base física do Estado,

---

<sup>58</sup> Pontuamos sinteticamente os tratamentos teóricos referidos sobre tais concepções: **território como objeto do Estado** (ou como seu elemento natural) – como “o ter” do Estado, “objeto de um direito especial de soberania” (direito real do Estado sobre o solo nacional); **território como sujeito do Estado** (ou limite de sua competência) – como o “ser” do Estado, visto não como objeto, mas como elemento constitutivo; território como “o modo de existência do Estado no espaço”; **território como função do Estado** (como meio de ação do Estado) – como *locus* da administração, de intervenção de toda a coletividade; possui uma dimensão simbólica, já que possibilita a fusão de um solo e uma idéia que é a própria essência da nação (p. 37).

<sup>59</sup> O autor [Allières] mostra que mais do que um dado “natural” e espontâneo e que “naturaliza” a construção do Estado-nação, o território é uma invenção política do mundo moderno (obra de uma classe social, executada especialmente para seu próprio benefício). O termo território, raro até o século XVII, torna-se comum juntamente com a expansão burguesa, a partir do século XVIII (HAESBAERT, 2002a: 120).

onde a *soberania* (qualidade intrínseca do Estado) é exercida em sua plenitude” (FRIEDE, 2002: 56, grifo do autor).

Alguns autores apresentam o território como algo extremamente estático, e como um dos elementos essenciais para que o Estado possa existir. É o caso de Azambuja (1998), para ele, o território seria uma mera base física, uma fração do globo ocupada pelo Estado, “que serve de limite à sua jurisdição e lhe fornece recursos materiais”. Indo além, o autor faz algumas afirmações, como, por exemplo, a de que o território de um Estado “deve ser fixo e determinado, uma vez que constitui o limite físico do seu poder jurídico<sup>60</sup>” (p. 36).

Segundo Dallari (1991), “a noção de território, como componente necessário do Estado, só apareceu com o Estado moderno, embora, à semelhança do que ocorreu com a soberania, isso não queira dizer que os Estados anteriores não tivessem território” (p. 73). Este autor sintetiza a contribuição de Bonavides (1967), que agrupa as formulações teóricas referente à discussão em tela, apresentando quatro definições essenciais de território ligadas ao Estado. Ei-las na seguinte adaptação:

<b>Território-patrimônio</b>	Característica do Estado Medieval; concebe o poder do Estado sobre o território como o direito de qualquer proprietário sobre um imóvel.
<b>Território-objeto</b>	A relação do Estado com o seu território é sempre e tão só uma relação de domínio.
<b>Território-espaço</b>	Território como a extensão espacial da soberania do Estado.

---

<sup>60</sup> Ao discutir a natureza da relação jurídica entre território e Estado, Azambuja (1998) aponta para algumas teorias divergentes, apresenta objeções, e faz proposições. As teorias abordadas são duas. Em relação à primeira, alguns autores tratam do “direito de propriedade, um *dominium*”. Essa teoria estaria baseada “na natureza da primitiva relação entre a soberania e a terra”, no contexto da constituição das monarquias européias na Idade Média. “Originariamente, a soberania era territorial e só com o tempo essa situação se modificou” (p. 46). Essa modificação é apontada pela maior parte dos autores que vêm na ligação entre Estado e território, “não um domínio, um direito de propriedade, e sim um vínculo de natureza diversa, um *imperium*, como diziam os romanos, que se exerce diretamente sobre as pessoas e, através delas, sobre o território” (AZAMBUJA, 1998: 46). Em nível de uma possível conclusão, Azambuja (1998) salienta que: nenhuma das teorias está com a verdade, pois a realidade não enquadra em nenhuma delas. É que não se pode opor o território ao Estado, não se pode considerar aquele como sujeito e este como objeto. O território não é propriedade do Estado; é como a população, um elemento integrante do Estado. Não há, rigorosamente falando, uma relação jurídica entre um e outro. Se as analogias não fossem perigosas, poder-se-ia dizer que o território é para o Estado o que o corpo do indivíduo é para o próprio indivíduo. E do mesmo modo que o homem, em certas circunstâncias, deixa que lhe cortem um membro, ou um acidente arranca, assim o Estado perde às vezes, voluntariamente ou em virtude da força, porções do seu território (p. 47).

Contudo, por algum tempo desconsiderado, o território reaparecerá enquanto conceito-chave na denominada geografia “crítica”, nesse contexto, não mais referenciado exclusivamente como a “extensão” dos Estados Nacionais, apesar de esta concepção ter sua importância e sobreviver com vigor até hoje. Com isso, passamos a ter uma produção e um debate relevante sobre o conceito, onde as relações de poder ganham um destaque mais amplo do que na concepção ratzeliana, que privilegiava o Estado como praticamente o único ator efetivo no exercício do poder. Mais amplamente, então, elas enriquecem a noção de território, visto não somente como estabilidade e enraizamento, mas também como movimento e fluidez. Sendo assim, percebemos como as formulações teóricas do conceito foram se “desenvolvendo” historicamente, e como que, para cada tempo, ele teria uma determinada validade.

## **2.2 – Território e rede em sua forma contracta: o território-rede**

### **2.2.1 – Conceituando rede**

Hoje, a noção de “rede” é onipresente, e mesmo onipotente, em todas as disciplinas (...). A rede passou do estágio de conceito ao de preceito, ou mesmo de preceito.

[MUSSO, 2004: 17-37]

(...) as redes constituem aquilo que as constitui (...).

[LIMA 2004: 106]

As redes são por demais reais, (...) nada parece escapar às redes (...).

[PARENTE, 2004: 91-92]

Adentrar nas discussões sobre o conceito de rede tem sido bastante comum nos últimos tempos, sobretudo, por estarmos “inseridos” num momento de grande complexidade no que diz respeito àqueles que produzem e controlam as redes. “A rede não é, entretanto, um fenômeno recente, recente é o *status* espacial que ganha” (MOREIRA, 2004: 164).

O êxito atingido atualmente pela noção de rede e sua “explosão”, pode ser explicado por seu caráter polissêmico, entretanto, segundo Pierre Musso, estão lançadas dúvidas em relação a “coerência do conceito”. Tais dúvidas são reforçadas “pela multitude de metáforas que cercam a noção e suas utilizações” (MUSSO, 2004: 17).

O excesso de seus metafóricos parece condenar a própria noção, como se o excesso de empregos “em extensão” ocasionasse o vazio “em compreensão”, ou até mesmo sua diluição. Entretanto, poder-se-ia concluir em sentido contrário, constatando-se que a utilização de uma noção é uma prova de seu poder e de sua complexidade. A rede é um receptor epistêmico ou um cristalizador, eis por que tomou, atualmente, o lugar de noções outrora dominantes, como o sistema ou a estrutura (p. 17).

E continua o autor:

Essa sobrecarga de designação tem por efeito uma perda da unidade do conceito, isto é, de sua articulação interna numa teoria, em proveito de uma equivalência indefinida entre seus diferentes componentes. Quanto mais o conceito de deselitiza, mais o termo é convocado ou invocado nos discursos e representações contemporâneas. O conceito, desvalorizado em pensamento, supervalorizou-se em metáforas (MUSSO, 2004:29).

Conforme Parente (2004), as redes transformaram-se, simultaneamente, em “uma espécie de paradigma e de personagem principal das mudanças em curso justo no momento em que as tecnologias de comunicação e informação passaram a exercer um papel estruturante na nova ordem mundial” (p. 92).

Apesar da polissemia, uma idéia muito utilizada desse termo está vinculada ao seu conteúdo técnico e a capacidade que os objetos técnicos que a compõem possuem para que os fluxos perpassados sejam cada vez mais acelerados. O conceito de redes passou a ser recorrido pelas ciências em geral, e pela ciências sociais, em particular, a partir da década de 1940, e, segundo Scherer-Warren (1999), tem atualmente se constituído “num paradigma de análise bastante usado, porém com significados diversos” (p. 21).

No final de 2005, um exemplo bem ilustrativo suscitou sobre o tema das redes. A necessidade de controle da Internet, mais especificamente referente a uma tal “internacionalização de sua governança” foi protagonizada pela União Européia e

países como Brasil, Índia e China<sup>61</sup>. O controle da rede, atualmente, é feito através de treze servidores-raiz (nós), dos quais dez encontram-se localizados nos Estados Unidos. Esses pontos conectam e asseguram o movimento da rede em escala planetária, e tal movimentação é administrada através do Sistema de Nomes e Domínios, que é controlado por uma empresa do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, sediada na Califórnia, chamada ICANN (Corporação de Internet para Nomes e Números Designados, em inglês). A ICANN é o nó mais importante da rede; ela mantém a circulação dos fluxos e orienta o tráfego das informações (imagens, textos, sons etc.).

O exemplo acima parece se encaixar muito bem naquilo que Haesbaert (2002a) chamou de redes efetivamente globais. O autor indica que essas interligam o mundo como um todo, mas as mesmas não têm capacidade de preencher todo o espaço, já que são formadas por fluxos e pontos fixos. Ou seja, fendas são deixadas para que outras formas de organização espacial, que não necessariamente as hegemônicas, se constituam. Isso se torna explicável já que as redes têm como base os nós (pontos, pólos), que são conectados por fluxos (linhas). Para o autor referido é fundamental, além de identificarmos essas redes de dimensão planetária, destacarmos o papel das redes que se configuram em uma escala de ação menor (local e regional).

Sobre o tema, e inspirado em Lefebvre, Lima (2005a) nos alerta sobre a natureza contraditória do espaço, ao dizer que as redes que globalizam o espaço também o fragmentam, e que “a instauração de uma ordem implica na reformulação de uma desordem, e vice-versa, no tempo e no espaço” (p. 116).

---

<sup>61</sup> “Existem vários temas que fazem parte da governança da Internet — que tem mais de 870 milhões de usuários e cujo crescimento e êxito são atribuídos justamente à falta de controle por parte de governos e da burocracia. Como a estrutura da rede foi basicamente criada e alimentada em território americano, vai ser difícil que o resto do mundo consiga tirar esse privilégio dos EUA, sempre muito protecionistas” (O Globo 17/11/2005).

As redes, como conceito, aparecem contribuindo de forma efetiva para a compreensão de um mundo cada vez mais complexo, com diversas territorialidades sobrepostas e/ou articuladas.

E onde as redes existem, elas não são uniformes. Num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento (SANTOS, 1996: 214).

Conforme Santos (1996), o mundo atual exige cada vez mais fluidez (para a circulação de idéias, mensagens, produtos, dinheiro etc.), o que interessa enormemente aos atores hegemônicos. A base para que isso possa ocorrer estaria, para o autor, nas redes técnicas, “que são um dos suportes da competitividade”. Com a fluidez sendo simultaneamente causa, condição e resultado (SANTOS, 1996: 218). Ou seja, temos um espaço de fluxos “constituído por redes – um sistema reticular –, exigente de fluidez e sequioso de velocidade” (SANTOS, 2000b: 106).

O autor citado enfatiza que os objetos e os lugares são criados para dar mais força a fluidez, os objetos “transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles "circulam". É como se, também, fossem fluxos” (p. 218). Santos (1996) trabalha com a idéia de virtualidade das redes. As redes são virtuais e ao mesmo tempo são reais. Para ele, “a primeira característica da rede é ser virtual. Ela somente é realmente real, realmente efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo da ação” (p. 220).

Seguindo um caminho parecido com o de Santos (1996) em sua concepção de rede, ou seja, baseada em um teor técnico, mas intrinsecamente político-econômico, Moreira (2004) nos apresenta a idéia de que, se encontrar em rede significa, analogamente, achar-se em um certo lugar em rede, parecendo que o lugar chega ao sinônimo de *nó*, ponto de acessibilidade na rede. Para se inserir numa rede deve-se estar

“lugarizado”, poderíamos dizer também, territorializado – em rede [ou não?].

Estar em rede tornou-se o mesmo que dizer estar em algum lugar em rede. O mandamento por isso é dominar um lugar. Para estar inserido na verticalidade e condição é estar inserido na horizontalidade do espaço contíguo. Mas para que os interesses lugarizados se concretizem é preciso estar inserido em rede na verticalidade. Antes de mais, é preciso pois estar inserido num lugar, para se estar inserido em rede na geopolítica da horizontalidade e verticalidade. Uma vez lugarizado, pode-se daí puxar a informação, disputar-se sua primazia e então jogar-se o jogo do poder, com a instituição da hegemonia (MOREIRA, 2004: 170).

Outra questão muito próxima quanto ao papel do lugar podemos identificar em Santos (1994b), quando nos explica que,

(...) além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede (p. 16).

Sobre a citação acima poderíamos ressaltar, pelo menos, duas questões importantes. Primeiro, a necessidade de relativizarmos o papel das redes, já que, se as redes são “partes” do espaço de alguns, o espaço não se encontra somente além, antes, depois, com as redes, mas, igualmente, contra as próprias redes. Em segundo lugar, parece ficar explícita a forma de organização dos territórios em rede através dos lugares, ou das localidades, como pontos nodais que permitem relações, contatos, conexões, fluxos etc. Referente a isso, para Kastrup (2004), o que aparece na rede “como único elemento constitutivo é o nó. Pouco importa suas dimensões” (p. 80). Quanto à rede, “pode-se aumentá-la ou diminuí-la sem que perca suas características de rede, pois ela não é definida por sua forma, por seus limites extremos, mas por suas conexões, por seus pontos de convergência e de bifurcação” (p. 80).

Consoante à autora referida, “a rede deve ser entendida com base numa lógica das conexões, e não numa lógica das superfícies” (KASTRUP, 2004: 80). Entretanto, vale aqui uma ressalva, já que, desprezando-se totalmente a superfície (lógicas zonal ou areal) poderíamos perder parte da geograficidade, da territorialidade das redes, mesmo considerando que o termo superfície usado pela a autora faça referência a extensões

mais significativas. Veremos isso mais adiante ao falarmos sobre redes territoriais e territórios-rede.

Kastrup (2004), ao citar alguns exemplos de redes (ferroviária, rodoviária, aérea, marítima, neural, imunológica, informática etc.), afirma serem as mesmas definidas por suas “conexões internas” e não por seus “limites externos”. A partir dessa idéia, nenhuma **rede** poderia “ser caracterizada como uma totalidade fechada, dotada de superfície e contorno definido, mas sim como **um todo aberto, sempre capaz de crescer através de seus nós, por todos os lados, e em todas as direções**” (KASTRUP, 2004: 80 grifos nosso). Essa contribuição para nossa pesquisa é basilar, haja vista que a expansão da militarização da América Latina (e do mundo) pelos Estados Unidos se abre cada vez mais, exemplificando, a partir das bases militares instaladas e controladas, uma rede que está se pré-configurando por um número crescente de nós por várias direções e espaços.

Segundo Raffestin (1993), a rede muda de forma com frequência, ela é móvel e nunca está acabada, e seria daí justamente

(...) que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço a às mudanças que advém no tempo. **A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território** [território-rede]: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder (p. 204, grifo nosso).

O destaque acima nos conduz a mais uma forte base para afirmarmos a existência dos territórios em rede. Ou seja, o autor leva-nos a pensar que, podemos “ir” do espaço ao território, através das redes, dos territórios-rede.

Para Raffestin (1993), circulação e comunicação são elementos estratégicos que estariam a serviço das redes. As redes dependeriam “dos meios a disposição (energia e informações), dos **códigos** técnicos, sociopolíticos [geopolíticos] e socioeconômicos assim como dos objetivos dos atores”, para serem construídas, desenhadas e utilizadas (p. 204, grifo nosso). A rede é dependente dos atores que geram e controlam seus

pontos, “ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados na rede ou nas redes” (p. 207). Elas “são não somente a exibição do poder, mas são ainda feitas à imagem do poder” (p. 209). Uma coisa nos parece certa: rede pressupõe circulação. E, o que nos dirá com que tipo de rede se está lidando, é o que circula na rede e o que ela veicula.

A relação entre redes e poder é fundamental para Lima (2005), por exemplo, na elaboração do conceito de rede política territorial. Com base em Foucault, aquele autor afirma que a configuração de redes pode se dar através do desenrolar da trama das relações de poder. A configuração de redes representa “uma das modalidades do exercício do poder”, existindo “uma possível e forte relação de gênese entre rede e poder” (p. 99). Retornaremos a essa questão mais a frente.

De acordo com a origem etimológica do termo rede, Dias (2005) nos ensina que, além de provir do latim *retis*, ela “aparece no século XII para designar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós (p. 14). Outra associação importante na formação do conceito de rede se encontra entre esta e o organismo. Ao analisar a contribuição da filosofia de Saint-Simon, a autora em foco diz que aquele “parte da idéia de que o corpo humano se solidifica e morre quando a circulação é suspensa” (p. 16). Este tipo de analogia organismo(cérebro)-rede, ainda é herdado pelo debate mais recente, principalmente através “avanço das técnicas de informação” (p. 18). Novamente, neste ponto se insinua, com clareza, a associação rede/circulação.

Quanto à origem e utilização do termo rede, vale a contribuição de Musso (2004):

A grande ruptura que faz advir o conceito de rede à virada do século XVIII para o século XIX é a sua “saída” do corpo. A rede não é mais observada sobre ou dentro do corpo humano, ela pode ser construída. Distinguida do corpo natural, ela se torna um artefato, uma técnica autônoma. A rede está fora do corpo. O corpo será até mesmo tomado pela rede técnica enquanto se desloca nas suas malhas, no seu território. De natural, a rede vira artificial. De dada, ela se torna construída (MUSSO, 2004: 20).

De acordo com o autor citado, a partir do século XVIII, o território (como base física) passa a ser representado geometricamente através da rede. “Engenheiros-geógrafos, frequentemente oficiais militares, (...) representam o território como um esboço de linhas imaginárias ordenadas em rede, para matematizá-lo e construir o mapa”. O conceito de rede “se torna operacional como artefato fabricado pelos engenheiros para cobrir o território”, ou seja, “uma representação do território e um artefato técnico para o enlaçamento do globo” (p. 22).

Quanto à filosofia de Saint-Simon, Musso (2004) identifica nessa o “nascimento do conceito moderno de rede”, sobretudo quando “a rede sai do corpo e torna-se um artefato superposto a um território e anamorfoseando-o (p. 22)”. Entre as disciplinas que contribuem para a formação do conceito referido temos, por exemplo, a engenharia militar, “com suas técnicas de fortificações e de vigilância de um território”. A rede, afirma Musso (2004) inspirado em Michel Foucault, “designa o espaço do território sobre o qual se conectam dispositivos de fortificação ou de circulação. Controlar ou fazer circular, essa é a ambivalência original da rede” (p. 23). A rede serve tanto para “encerrar-vigiar” quanto para “circular-comunicar”, ela tem, assim como o aparelho estatal, duas faces. “Melhor, em sua vertente política, a rede e o Estado referem o controle e sobre sua vertente econômica, a circulação” (p. 26).

A rede permanece ligada à sua remota relação metafórica com o organismo, mesmo que ela encontre, hoje, uma fonte regeneradora com o desenvolvimento das redes técnicas de comunicação. É ainda a ambivalência da vida (circulação dos fluxos, a rede funciona) e da morte (pane, a rede não funciona) que é consubstancial à noção de rede. (...) A figura da rede está sempre pronta a inverter-se: da circulação à vigilância, ou da vigilância à circulação. Conforme o modo de funcionamento da rede, está-se de um lado ou de outro, pois a metáfora da rede é bicéfala: vigilância da circulação e circulação da vigilância (MUSSO, 2004: 33-34).

Retornando à contribuição de Lima (2005) sobre a discussão presente e o papel das metáforas na mesma, este autor concorda não ser “tarefa fácil abordar as redes, cientificamente”, e defende a utilização de metáforas de forma bastante particular.

Em primeiro lugar, o abuso do emprego de metáforas associadas a ‘organismo’, deu origem ao organicismo, sobretudo aquele generalizado nas ciências sociais que emergiam no século XIX. Nem mesmo Ratzel, fundador da antropogeografia e da geografia política, escapou desse vício de interpretação, bem o sabemos (p. 107).

Todavia, Lima (2005a) destaca que “nem toda metáfora há de ser organicista”, haja vista que, a captura e o enlace “são conotações bastante oportunas se se deseja compreender o papel das redes, ou mesmo o seu significado” (p. 107).

Um autor como Rainer Randolph, por muitas vezes citado quando se trata do tema, trouxe para o debate a idéia das novas redes, “elemento-chave das mutações atuais das sociedades contemporâneas” (RANDOLPH, 1994: 18). As redes são (ou podem ser) criadas, ampliadas, expandidas e extintas. O autor define as redes como “um conjunto de elementos e relações entre esses mesmos elementos (nós), que mantêm entre si determinadas atividades de intercâmbio e troca”. Podendo-se atribuir às mesmas “um caráter mais relacional (restrito às relações) ou mais holístico (que observa, além de relações e fluxos, as particularidades dos elementos - “nós” - como conjunto que forma a rede)” (p. 18). Este último caráter faz com que tenhamos, conforme o autor, uma notável “analogia” da rede com termos como sistema. Mas a diferença se estabelece a partir da conotação espacial da rede em contraponto ao sistema.

Segundo Randolph (1994), a “rede como novo conceito – e não apenas um aspecto específico dos sistemas - alcançará maior autonomia e legitimidade só na medida em que puder ser afastada da proximidade do conceito de sistema”. Dito de outra forma, “na medida em que a própria realidade se modifica, ela retira da abordagem sistêmica sua (relativa) validade, transferindo-a ao termo rede” (RANDOLPH, 1994: 19).

Retornando às considerações de Pierre Musso sobre o conceito de rede, podemos identificar uma definição mais precisa, apesar de abrangente, do mesmo. Baseado em

alguns autores<sup>62</sup>, Musso (2004) afirma que: “a rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” (p. 31). Conforme o próprio autor, nessa definição estão contidos três níveis de distinção.

Hoje, o conceito de rede tornou-se uma espécie de chave-mestra ideológica, porque recobre três níveis misturados de significações: em seu ler, ela é uma estrutura composta de elementos em interação; em sua dinâmica, ela é uma estrutura de interconexão instável e transitória; e em sua relação com um sistema complexo, ela é uma estrutura escondida cuja dinâmica supõe-se explicar o funcionamento do sistema visível (MUSSO, 2004: 32).

Todavia, apesar do enfoque técnico sobre as redes ser na maioria das vezes predominante, existem várias outras maneiras das mesmas serem abordadas. Não temos nenhuma pretensão em apresentá-las completamente, mas destacar alguns pontos que contribuam de alguma forma para a construção/reflexão do conceito de território-rede (militar) que perseguimos neste trabalho. Sendo assim, o que nos interessa é a ligação/relação entre rede e território, a ser vista no próximo item.

### 2.2.2 – Território-rede: um híbrido

Se a rede produz tantas representações e mitos, é porque ela é uma técnica maior de organização do espaço-tempo. É uma matriz espaço-temporal: de um lado, a rede técnica abre a restrição espacial sem a suprimir e **superpõe um espaço sobre o território** – ela desterritorializa e reterritorializa – e, de outro lado, ela cria um tempo curto pelo rápido transporte ou pelo intercâmbio de informações. [MUSSO, 2004: 33]

Mesmo assimilando parte das contribuições de Pierre Musso, é importante admitirmos que as redes possam ser concomitantemente territorializadoras, desterritorializadoras e reterritorializadoras, entretanto, pensamos que, pelo menos nessa pesquisa, em vez das mesmas superporem um espaço sobre um território, as redes superpõem um território (rede) “sobre” o espaço, em sentido mais amplo, haja vista que não estamos trabalhando o território em sua concepção tradicional, muito menos de maneira dicotômica frente ao espaço.

---

<sup>62</sup> Henri Atlan, Anne Cauquelin, Michel Serres.

Tratar de território-rede é, de antemão abortar, pelo menos em parte, uma visão tradicionalmente estática de território. E, apesar da matriz técnica ser fundamental, as redes não são somente técnicas. Entretanto, a partir dessa concepção, alguns autores destacam a importância de estabelecermos uma relação, crescente por sinal, entre rede e território, indicando-nos um “território feito de redes” (MUSSO, 2004: 33). Todavia, o território não será abordado aqui unicamente como mera extensão de uma base física que suporta redes, mas territórios que, apesar do conteúdo zonal estar presente de forma literalmente pontual, são redes, pois essas se constituem a partir do território. As redes como des-re-territorializadoras, portanto, não são o oposto do território, mas seu elemento constituinte. Daí podermos falar cada vez mais com todas as palavras de um território-rede.

Muitos são os autores que trabalham com os conceitos de território e/ou de rede, alguns são os que percebem a pertinência entre as possíveis articulações entre um e outro, no entanto, poucos são aqueles que utilizam ambos os termos hifenizados<sup>63</sup>, como um binômio, como um conceito “híbrido”, território e rede de forma contracta. A interação entre esses dois conceitos parece ser tão evidente, que Haesbaert (2002a) nos ensina que território e rede são conceitos articulados, indissociáveis, sendo separáveis apenas como instrumentos analíticos (p. 117).

Tal indissociabilidade talvez possa ser ratificada, mesmo que implicitamente, quando analisamos, por exemplo, uma frase de Santos (1996), pois como vimos anteriormente, se pelo território perpassam relações de poder, e se “a existência das redes é inseparável da questão do poder” (p. 215), território e rede não podem ser separáveis. Ou, reprisando Raffestin (1993) quando diz que as redes são feitas à imagem do poder. E ainda em relação ao poder e às redes, voltando um pouco mais no tempo,

---

<sup>63</sup> Consideraremos território-rede e território em rede termos análogos.

sedimentamos essa possibilidade interpretativa com as palavras de Foucault (2000). Este autor propõe que o poder deva ser examinado “como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia”. O poder jamais “está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O **poder** funciona e **se exerce em rede**” (p. 183, grifo nosso).

Outra referência importante que nos possibilita tratar da indissociabilidade entre território e rede encontra-se em Moreira (2007). Esse geógrafo ao trabalhar os princípios lógicos da geografia, afirma que a mesma tem suas representações, idéias e conceitos de mundo constituídas a partir de categorias e subcategorias. O **território**, por exemplo, seria uma **categoria-chave da geografia** (igualmente como espaço e paisagem), e teria como subcategorias a região, o lugar e a **rede**.

Poderíamos dizer que essa relação íntima, caracterizada na realidade efetiva pela inseparabilidade entre território e rede, poderia ser amarrada através da questão do poder, das relações de poder, pelo menos quando falamos de redes que sejam territoriais. Isto significa dizer que o nexó estruturante do binômio território-rede, o hífen agregador, é, assim entendemos, o poder. O hífen estabelece uma ponte entre dois conceitos, uma ponte móvel em vez fixa, em sentido metafórico, onde dependendo da ocasião, podemos retirá-lo e trabalhar o território e a rede de maneira dissociada, o que não é nosso caso.

Lima (2005a), ao tratar do conceito de redes políticas territoriais, justifica a agregação do termo “territorial” ao mesmo, devido a existência de um vínculo explícito entre o território e poder. Para isso, o autor baseia-se na definição de território de Souza (1995), “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, complementada por outra de Pierre Legendre, ao dizer que “o território não é uma simples divisão hierárquica, nem a repartição de competências hierárquicas, mas que ele

se confunde com ‘uma manifestação quase epifânica do poder estendido sobre a humanidade’” (*apud* LIMA, 2005a). Nas palavras de Lima (2005a) a justificativa é contemplada:

Assim, quando adjetivamos uma rede com o termo “territorial”, podemos estar vinculando essa rede às relações de termo “territorial”, podemos estar vinculando essa rede às relações de poder que constituem o território o qual, a partir delas, se define (...). Assim, a rede territorial é um tipo de rede em que o território é um de seus elementos discricionários. Em outras palavras, esse tipo de rede se forma com referência explícita a um ou a vários territórios (p. 125-126).

Esclarecendo-nos ainda mais, o autor destacado afirma que algumas redes não possuem “necessariamente uma ‘ancoragem’ territorial que as defina”, como por exemplo, as redes sociais e de solidariedade ligadas a ajuda contra a fome, violência etc. Embora, “por um princípio de realidade, somente se realizam partindo e chegando de algum lugar geográfico”, entretanto, “nessa circunstância, o território não se constitui como um elemento discricionário da rede” (p.126). Enfim, infere o autor:

Partindo da ponderação lógica de que existem redes territoriais e não-territoriais, um percalço, superficial, seria confundi-los, e outro, profundo porque grave, seria não se ter consciência ou clareza sobre a concepção de território à qual se está referenciando a rede (LIMA, 2005a: 126).

Todavia, a rede territorial “pode ser empregada por alguns pesquisadores, porém com uma concepção de território assemelhada à noção de ‘palco’ no qual as cenas se desenrolam” (p. 126). Seguidamente, Lima (2005a) reitera que, a respeito das redes territoriais, o território não deva ser pensado como mero palco, mas sim como “o referencial do qual se parte para pensar a ‘rede territorial’, tornando-se, a natureza do território, aquela intrínseca à própria rede” (p. 127).

Haesbaert (1994) já nos dizia que “nunca teremos territórios que possam prescindir de redes e vice-versa: as redes, em diferentes níveis, precisam se territorializar [ou serem territorializadas], ou seja, necessitam da apropriação e delimitação de territórios para sua atuação” (p. 209).

Não obstante, é muito comum que território e rede sejam observados de maneira dicotômica, o que inclusive, conforme Haesbaert (2004), influi na dicotomização entre territorialização e desterritorialização, respectivamente. Ao nos apoiarmos em um esquema sintetizado pelo autor referido, que tem como objetivo apresentar as bases desse raciocínio dicotômico, poderíamos dizer (não necessariamente concordando) que o território, ao contrário da rede, seria mais introvertido, pautado na delimitação de áreas, apresentando um contexto de enraizamento e estabilidade. O território seria caracterizado por sua fixidade. Por outro lado, as redes teriam um caráter de extroversão, e estariam baseadas em pontos (nós) e linhas, o que permitiria a expansão dos fluxos, proporcionando assim uma qualidade assinalada pelo desenraizamento e por uma maior instabilidade (HAESBAERT, 2004: 288). Logo, as redes vertebram e explicitam os territórios.

Uma concepção muito conhecida de território é aquela que aborda seu tradicional caráter zonal ou areal, enquanto uma “mais recente” trabalha com o caráter reticular. Respectivamente, “territórios-zona” e “territórios-rede”. Para Haesbaert (2004), quando a rede desponta como um dos elementos constituintes do território, ela se encontra “ao lado das superfícies ou ‘zonas’, compondo de forma indissociável o conteúdo territorial” (p. 286). O território-rede seria a contraparte do território-zona, que “de fato nunca se manifestam de forma completamente distinta<sup>64</sup>” (p. 290).

Como resultado deste processo teríamos, segundo o autor, duas (imbricadas) “lógicas básicas de territorialização: uma, pela lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras, outra pela lógica reticular, de controle de fluxos e pólos de

---

<sup>64</sup> Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva euclidiana, mas como componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão e “profundidade”, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2004: 286-287).

conexão ou redes” (p. 290). Para Haesbaert (2004), ao fazer referência a um de seus trabalhos anteriores, podemos identificar “três grandes perspectivas teóricas na relação entre território e rede”: uma primeira apoiada na subordinação da rede ao território, outra segunda, que dicotomicamente faz a separação entre rede e território, e por fim, aquela que concordamos, que pensa o território-rede como binômio (p. 298).

Nesta terceira perspectiva, a rede atua como elemento constituinte da (des)territorialização, esta vista necessariamente como processo. A rede teria um “efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador”, variável conforme seu “caráter estratégico-funcional ou simbólico-expressivo”, já que “territorializar-se é sempre uma conjugação (diferenciada) entre função e símbolo, ação concreta e valorização simbólica” (p. 294).

a dinâmica do elemento rede tornou-se tão importante, (...) que não parece equivocado afirmar que a própria rede pode se tornar um território, (...) um tipo mais ‘radical’ de território-rede que se aproximaria de uma noção de rede-território (enquanto fluxo, movimento que se repete) (HAESBAERT, 2004: 299).

Mesmo não desenvolvendo a idéia deste binômio “invertido”, rede-território, o autor supracitado realça como as redes estão, cada vez mais, intrinsecamente vinculados ao território. Sobre esse nexos, e resgatando a metáfora da captura abordada anteriormente, Lima (2005a) levanta a seguinte questão: o que estaria sendo capturado pelas redes? Ou, submetendo a uma nova formulação: “o que, a partir do território, é veiculado pelas redes?” E segue o autor:

é pela definição daquilo que as redes veiculam que se poderá chegar à sua natureza e aos tipos de redes existentes. Redes técnicas, redes de solidariedade, redes políticas, dentre outros tipos, diferenciam-se em função daquilo que veiculam, ou, metaforicamente, a partir daquilo que capturam. “Fala-me o que enredas e te direi que tipo de rede és”, ousaríamos parafrasear o velho ditado popular (LIMA, 2005a: 90).

Embalados nessa reflexão, e buscando agregar território e rede, diríamos que o raciocínio apresentado na citação acima, não só ajuda-nos a identificar os tipos de redes, mas também, os tipos de territórios-rede e territorializações em rede.

Para exemplificar um autor que aplicou de maneira bastante interessante o conceito de território em rede, destacaríamos Pierre Veltz. Ele desenvolve o referido conceito baseado na crítica às “teorias tradicionais de economia regional” questionando a noção de território nas mesmas. Apontando para as recentes transformações nas comunicações, Veltz (1999) diz que a imagem métrica e a noção de continuidade contida no conceito de território já não teriam serventia. Na visão do autor, o conceito de território em rede, seria mais adequado na compreensão do contexto do mundo (“econômico”) atual. Segundo Pierre Veltz,

A imagem de um “território de redes”<sup>65</sup> – território, a uma só vez, descontínuo e segmentado, haja vista que as redes são múltiplas, se superpõem e se emaranham – se desenha em contraste com a do velho “território de zonas”. Os mesmos pólos aparecem como os nós das redes, e ademais e sobretudo, como os centros de direção das zonas. Esta metáfora das redes é particularmente sugestiva, e teve muito sucesso nos últimos anos. Porém, como muitas das metáforas espaciais, deve ser construída e tornada precisa (VELTZ, 1999: 60).

O mesmo autor também trabalha a passagem de um território das redes (território que contém redes) para um território em rede, onde nesse último,

(...) cada pólo se define como um ponto de entrecruzamento e de comutação de redes múltiplas, nó de densidade em uma gigantesca imbricação de fluxos que é a única realidade concreta, mas que é também um desafio à representação à imaginação (1999: 64).

Outro autor que vai adiante na conceituação e utilização do termo território-rede é Souza (1995, 1996, 2002). Ele faz uma ligação entre o território como “extensão” (contigüidade espacial, espaço-extenso) com as redes (conjunto de nós) estabelecidas pelas “organizações” criminosas, no caso particular da metrópole carioca. O autor reconhece uma “necessidade de construir uma ponte conceitual” entre território e a rede (p. 93). Temos então o território-rede, ou em rede, chamado por Souza (1995) de “território descontínuo”. Neste tipo de território, dependendo da escala de análise, cada um dos nós que o estruturam é também um território (exemplificado pela favela em seu espaço interno territorializado), ou seja, “cada território descontínuo [próximo do que

---

<sup>65</sup> Como território em rede.

Veltz (1999) chamou de segmentado] é, na realidade, uma rede [lógica reticular] a articular dois ou mais territórios contínuos<sup>66</sup> [lógica zonal]” (p. 94, grifos do autor).

Os territórios-rede exemplificados na citação, “são territórios apenas em um sentido bastante sofisticado” (p. 436). As territorialidades em rede são complexas, pois proporcionam a possibilidade da superposição de redes territoriais, ou seja, “entre dois nós de uma rede podemos encontrar, no espaço concreto, um nó pertencente a outra rede” (p. 437).

Quanto à conceituação de território descontínuo estar ligada diretamente ao território-rede, como em Souza (1995), Haesbaert (2004) nos sobrevisa a necessidade de relativização, haja vista que “podem existir territórios descontínuos que não são propriamente territórios-rede, como alguns Estados nações espacialmente fragmentados, onde o caráter zonal ou o controle de áreas ainda se sobrepõe ao caráter reticular” (p. 297).

Souza (1995: 93), nos explica que as redes são estruturadas e organizadas por **nós** (conjunto de pontos conectados por segmentos) e **arcos** (fluxos - bens, pessoas ou informações - que “costuram” os nós). O autor destaca como esse tipo de análise é primordial para que se desfaçam as amarras de uma visão limitada de território, como se esses ainda fossem “entidades que se justapõem contiguamente, mas não se superpõem, uma vez que para cada território nacional só há um Estado-Nação<sup>67</sup>. Segundo Souza (2002), o território estaria vinculado à proteção e a rede à articulação (circulação, colocando-nos, dessa forma, em uma “**dialética fechamento/abertura** em que os dois

---

<sup>66</sup> Esse exemplo fica mais claro quando Souza (1996) diz que: “Os territórios descontínuos dos ‘comandos’ cariocas representam uma ponte entre o território em sentido usual e a idéia de rede. Ele é, porém, de fato ainda mais complexo do que isso sugere, já que, entre os nós da rede de um dado ‘comando’ ou quadrilha (territórios individuais: favelas), existem áreas não diretamente territorializadas, embora constituam uma área de influência da rede, sendo essa área definida com base na influência que se exerce a partir de seus nós, em termos de domínio de um mercado consumidor” (p. 436).

<sup>67</sup> Trata-se de um ineficaz desdobramento de uma fraqueza teórica, qual seja a de que se confundir o objeto com o conceito. Daí o território nacional ser encarado como “o território”, sem permitir avanço na sua teorização/conceitualização. Pensar o território para além da prisão tradicional coesa e contínua do território nacional é uma exigência de nosso tempo presente.

pólos são imprescindíveis” (p. 427). “O território (o pólo do “fechamento” relativo) não deve ser uma referência petrificada, como sói acontecer com os mitificados territórios dos ‘Estados-nações’”. Daí os **territórios em rede** ou **territórios-rede** serem “definidos pela área de influência que exerça pela articulação de vários pontos (“nós” da rede), sem eliminar outras configurações, identidades e lealdades intersticiais” (p. 428, grifos do autor).

Ao estabelecer uma relação entre redes, território e a intensidade do controle de acesso promovidos por suas fronteiras (utilizando a concepção de territorialidade em Sack, 1986 – já citada anteriormente), Haesbaert (1997) caracteriza três tipos de território, que resumidamente se apresentam da seguinte maneira:

- **territórios-clausura**, de fronteiras mais rígidas, cultural e politicamente fechadas ou resistentes às pretensões universalistas<sup>68</sup> (“em rede”); predominavam nas sociedades tradicionais, embora nem sempre sob a forma de fronteiras rigidamente controladas.
- **territórios-constringentes**, que impõem uma certa resistência e obrigam os agentes das redes/hierarquias que neles desejam penetrar a uma certa barganha política, cultural, ou mesmo econômica.
- **territórios-suporte** (ou territórios [subordinados à] – rede), quando servem basicamente como patamar (de caráter administrativo ou funcional) subordinado a interesses (na forma de redes) externos, sustentando ou fortalecendo as redes da divisão social do trabalho (p.263-264).

A importância das definições acima, em nosso entendimento, vem no sentido de percebermos que, em certas territorializações (militar em nosso caso) em rede, podemos identificar alguns territórios que se apresentam como “constringentes<sup>69</sup>”, ou seja, como explicitado acima, alguns atores definidores de territórios-rede podem encontrar resistências e dificuldades para territorializarem certos espaços<sup>70</sup> e, conseqüentemente,

---

<sup>68</sup> Nesse trabalho pensamos em pretensão (projeção) geopolítica dos EUA sobre a América Latina.

<sup>69</sup> Constringir significa, entre outras coisas, cingir, que nos leva a pensar em, por exemplo: forçar, constringer, compelir, cercar, limitar, restringir, circunscrever etc.

<sup>70</sup> Um exemplo onde este tipo de território pode ser explicitado (e retomado) está na busca dos Estados Unidos em ter o controle/presença da/na base militar de Alcântara no Estado do Maranhão. Na opinião de Becker (2004), o Brasil só não tem bases controladas pelos Estados Unidos, pois “reage”, já que, “a incidência da globalização aqui se faz pela cooperação internacional e não pela presença militar” (p. 25). Logo, teríamos “resistência” e “barganha”. Outros exemplos poderiam ser a Venezuela “Chavista”, pela “expulsão” de militares dos Estados Unidos ano passado, ou até

deixar de expandir a área de influência, concordando com a concepção de Souza (1995, 2002). O resultado é uma hibridização de interesses, quanto ao uso político do espaço.

Outro fator importante na ampliação do debate conceitual estaria no último tipo de território apresentado na citação, o território-suporte, e seu discernimento perante o território-rede. De acordo com Souza (2002: 428), Haesbaert (1997) utiliza o conceito de forma distinta de Souza (1995), ou seja, a expressão “território-suporte” tida como um território[subordinado à]-rede. Souza (2002) diz ser esse “um patamar administrativo ou funcional submetido a interesses externos organizados em rede”. A concepção desse autor seria diferenciada devido ao território-rede corresponder “à **área de influência**, essencialmente informal e de limites nebulosos, de um poder organizado em rede” (p. 428, grifo do autor).

Lima (2005a), que não se refere diretamente a Haesbaert (1997), destaca o papel das metáforas quando se fala de rede, e comenta as metáforas do suporte e, novamente, a da captura. Em suas palavras,

(...) as coisas não caem na rede, mas são por elas capturadas. Dizemos isso apenas para ressaltar a metáfora da captura – que implica em ação, em papel ativo, em detrimento da metáfora suporte – que implica em papel passivo, um recurso que está a espera de que algo lhe ocorra, de que alguma coisa ou alguém ‘caia’(...)” (p. 91).

Uma outra questão implícita (mas nem tanto) nesta discussão, e que nos parece importante, é aquela referente à escala. Haesbaert (1995) diz que, “dependendo da escala com que percebemos o espaço, o que era território, com uma superfície e fronteiras razoavelmente definidas, pode se transformar em ponto ou nó e tornar-se, assim, um elemento da rede” (p.183). Mas quanto a isso, e para citar um exemplo, Souza (1995) diz que o território-rede (também denominado por ele de território descontínuo), é uma “ponte conceitual” e simultaneamente “uma ponte entre escalas ou níveis de análise” (p. 93).

---

mesmo as FARC, que “dificultam” (ao mesmo tempo “estimulam”) fortemente a presença militar estadunidense em seus territórios.

(...) o território descontínuo associa-se a um nível de tratamento onde, aparecendo os nós como pontos adimensionais, não se coloca evidentemente a questão de investigar a estrutura interna desses nós, ao passo que, à escala do território contínuo, que é uma superfície e não um ponto, a estrutura espacial interna precisa ser considerada (SOUZA, 1995: 93).

Como estamos desde o início procurando não dissociar rede de território, trabalhando os mesmos como binômio, achamos apropriado, para ampliarmos cada vez mais a noção de território-rede, reportar a Haesbaert (1997). A partir dele, podemos encontrar uma caracterização geral sobre o papel (des)territorializador (diríamos, com base no mesmo autor, des-re-territorializador) das redes. Para tal feito, seria de fundamental importância analisarmos cinco pontos básicos:

- os atores/classes sociais ou grupos culturais nelas envolvidos e as dimensões sociais<sup>71</sup> (econômicas, políticas, culturais) aí privilegiadas;
- o tipo de relação entre os agentes hegemônicos que definem os pólos da rede (instituindo redes hierárquicas e complementares, funcionais e de solidariedade, por exemplo);
- o tipo de fluxo (“circulação” ou “comunicação”) que é por elas veiculado e sua velocidade;
- o conteúdo técnico que elas incorporam, distinguindo aí entre a natureza dos fluxos e dos “suportes” (dutos ou antenas); e
- a escala geográfica que atingem (redes locais, nacionais, globais...) (HAESBAERT, 1997: 104).

Os aspectos acima parecem ser efetivamente elementos-chave na caracterização e constituição das redes, dos territórios-rede. Os tópicos apresentados acima são pontos fundamentais para a leitura do processo de territorialização em rede, como por exemplo: os agentes/atores envolvidos, ou seja, quem busca territorializar quem; o fluxo e o movimento acompanhados da questão da velocidade<sup>72</sup> (como territorializar controlando a mobilidade); e a escala de abrangência atingida, dimensão que a territorialização busca abarcar. E falando nesse processo, vejamos o conceito de territorialização militar em rede, e posteriormente o de código geopolítico.

---

<sup>71</sup> Compreendemos que seja necessário adicionar às dimensões sociais a dimensão militar.

<sup>72</sup> Em relação à velocidade e ao movimento dos fluxos devemos lembrar que, se a mobilidade, ou a possibilidade desta, pode articular lugares (ou “nós”), temos que falar de quem mobiliza, o que é mobilizado e como. Movimentos podem ser mais ou menos acelerados, e uma velocidade pode entrar em conflito com outra dentro de um território, como nos ensina Santos (1999). Ele destaca que, “a velocidade não é um dado da técnica, é um dado da política”, e que “podemos incluir a noção de velocidade como uma das características de análise do território” (SANTOS, 1999: 20).

### 3 – O CONCEITO DE TERRITORIALIZAÇÃO MILITAR EM REDE E O NOVO CÓDIGO GEOPOLÍTICO

O interesse que suscita a noção de território, as novas formas de territorialidade e as geopolíticas que elas implicam é considerável.  
[CLAVAL, 1999: 24]

#### 3.1 – Territorialização militar em rede

As práticas geopolíticas do imperialismo podem ser analisadas a partir do conceito de territorialização, e esta, antes de tudo, estabelece e torna presente a configuração de um território, em nosso caso, a pré-configuração de um território-rede militar. Por consequência, estaremos enfatizando como um processo fundamental a **territorialização militar em rede**, entendida preliminarmente como a ação de territorializar. As formas de territorialidade, conforme afirma Claval (1999), implicam em ações geopolíticas. Territorialidade podendo ser entendida aqui como uma “**estratégia espacial** para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo **controle de uma área** e, como estratégia, a territorialidade **pode ser ativada e desativada**” (SACK, 1986: 1, grifo nosso).

Para explicitar o significado da expressão territorialização militar em rede, comecemos com o esclarecimento do termo ação. Alicerçado em outros autores<sup>73</sup>, Santos (1996) diz ser a ação a “execução de um ato projetado e o sentido da ação é o correspondente do ato projetado”. Ato este que “supõe uma situação, sobre a qual se projeta a ação” (p. 63-64). Ou ainda, a ação como “um deslocamento visível do ser no espaço, criando uma alteração, uma modificação do meio. Um dos resultados da ação é, pois, alterar, modificar a situação em que se insere”. A ação deve ser vista também como um processo dotado de propósito (p. 64).

Nas palavras do próprio Milton Santos:

---

<sup>73</sup> Schutz (1967), Moles (1974) e Morgenstern (1960).

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a **escala de realização das ações** e a **escala do seu comando**. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele **ponto** preciso da superfície da Terra (SANTOS 1996: 65, grifo nosso).

A territorialização pode ser analisada como relação de poder entre atores que visam não apenas construir territórios, mas muitas vezes mantê-los e ampliá-los, sendo igualmente necessário em vários casos a própria “destruição” de um território para a criação de outro, ou até mesmo sobreposições de territórios promovidos por processos diferenciados de territorialização. Importante lembrarmos, mais uma vez, que na formação de territórios reticulares o controle de pontos (ou mais especificamente de bases militares sob controle dos Estados Unidos) são absolutamente necessários para os propósitos determinados pelos agentes territorializadores.

Importante relembarmos, outrossim, que tais pontos não caracterizam a rede como mero suporte, e de acordo com Lima (2005a), já referido anteriormente, ao falarmos de rede podemos destacar o papel da metáfora da captura, haja vista que os fluxos e fixos são capturados pelas redes, e a captura implica em exercer uma ação, em agir, contrariamente o termo suporte, o qual pressupõe um papel indiferente, apático, inerte.

Deleuze e Guattari (1997), por exemplo, definem territorialização como “o ato do ritmo tornado expressivo”, onde a “marcação de um território é dimensional, mas não é uma medida, é um ritmo” (p. 122). A concepção de território que podemos encontrar em tais autores é aquela onde “o território (...) é o produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos” (p. 120). Segundo Castro (2005), “as relações de poder supõem assimetrias na posse de meios e nas estratégias para o seu exercício”, com o território sendo “tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas dessas estratégias” (CASTRO, 2005: 95).

Algo que nos interessa na concepção de territorialização de Deleuze e Guattari (1997) são os meios e os ritmos como elementos territorializadores. A geopolítica do imperialismo estadunidense, pelo viés militar, estaria produzindo territórios, ou melhor, territorializando-se militarmente em rede e em diversas escalas. A idéia de ritmo, por seu turno, nos leva a pensar em tempo. Entretanto, tal ritmo não é marcado necessariamente por uma sucessão regular, mas por uma velocidade não uniforme, apesar de se ostentar cada vez mais veloz, o que dependerá diretamente dos meios<sup>74</sup>. Mediante o controle/instalação de bases militares (pontos), com algumas sendo pela posição mais estratégicas do que outras – os meios –, os ritmos poderiam ter acentuações mais fortes e mais fracas, dependendo do êxito objetivado pelo processo de territorialização.

Poderíamos redizer que os meios desse tipo de territorialização militar em rede são estratégias geopolíticas fortemente entrelaçadas, como por exemplo: o controle e/ou a instalação de bases militares estadunidenses em espaços “nacionais” que são de soberania de outros Estados; a efetiva presença militar; a realização de treinamentos conjuntos entre forças armadas dos Estados Unidos e de outros países; a promoção de fluxos de armamentos, aeronaves e, extremamente importante, o estabelecimento de um acesso amplo a informações estratégicas bem diversificadas, dentre outros. Os ritmos seriam movimentos, os andamentos, o desenrolar de um processo de territorialização militar em rede protagonizado pelos Estados Unidos, relativamente acelerado atualmente sobre certos espaços latino-americanos.

Contudo, o ritmo expressivo vislumbrado pelo processo de territorialização militar em rede estadunidense pode encontrar em seu percurso territorial obstáculos que implicam diretamente em sua desaceleração. Como exemplos do retardamento da

---

<sup>74</sup> Como: recurso(s) empregado(s) para alcançar um objetivo; expediente, método; maneira de agir; modo, forma, caminho, maneira; aquilo que exerce uma função intermediária na realização de alguma coisa; via, caminho; poder para praticar uma ação; possibilidade, capacidade etc. (Dicionário Aurélio – Século XXI).

territorialização militar em rede estadunidense sobre a América Latina podemos citar: o não fechamento do acordo proposto ao governo brasileiro pelo controle da base de Alcântara no Estado do Maranhão; as diversas manifestações organizadas contra a presença militar estrangeira por vários movimentos sociais (em países como Equador, Porto Rico, México etc.); a expulsão de militares dos Estados Unidos pelo governo Chavista na Venezuela; a eleição recente do presidente Rafael Corrêa no Equador, que prometeu não renovar, em 2009, o acordo de utilização pelos Estados Unidos da base (*FOL* ou *CSL*) de Manta, entre outros que trataremos nos capítulos finais.

Podemos afirmar que a territorialização pode ser caracterizada por uma amalgamação entre território, rede, ações, meios e ritmos, e que, a partir de nossa pesquisa, esses elementos ganham especificidades por intermédio do âmbito político-militar. O novo conteúdo geopolítico do imperialismo estadunidense, ou seja, seu novo código geopolítico de conduta para a América Latina redefine as estratégias de reposicionamento militar a partir deste tipo de territorialização em rede.

Conforme Maicon e Moinet (2001), a rede está diretamente vinculada à estratégia e à inteligência. Eles propõem a noção hifenizada de “estratégia-rede”. Os autores referidos afirmam que “a **rede** oferece à inteligência um **extraordinário meio de ação estratégica: a ligação**. A rede é, pois, comparável ao *filet* do pescador: diante das presas ágeis, quase inatingíveis, o *filet* envolve seu campo de ação, fechando sua armadilha até capturá-las” (MAICON e MOINET, 2001: 20, grifo nosso).

Além disso, a estratégia-rede consistiria “em criar ou, na maioria das vezes, em ativar e orientar as ligações tecidas entre atores no âmbito de um projeto mais ou menos definido. A estratégia-rede pode, efetivamente, se situar tanto anterior quanto posterior ao projeto”. Ela seria, para os autores, “um meio a serviço de um fim” (MAICON e MOINET, 2001: 21-22). Portanto, podemos desdobrar a idéia de que as estratégias que

conduzem à territorialização se dão através de redes, sendo essas um meio de ação que encerra ritmos e temporalidades diversos, dependentes das intencionalidades e dos espaços que estão em jogo nas relações de poder entre os agentes.

Sobre uma visão de território, de caráter processual, ou seja, produzido no movimento, Santos (1999), ao desenvolver a idéia de território usado, nos informa que acerca desse último, “pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um **território em processo** (...), como **algo que está em processo**” (p. 19, grifo nosso). Apesar de esse autor fazer referência ao território com outros propósitos, agregaremos isso à forma como estamos considerando o conceito de territorialização, ou seja, entender o território como algo que esteja continuamente em processo é fundamental para justificarmos o uso da expressão pré-configuração de um território-rede militar.

Segundo Deleuze e Guattari (1997), o território comporta em si mesmo um meio exterior, um meio interior, um intermediário, um anexado. Ele tem uma zona interior de domicílio ou de abrigo, uma zona exterior de domínio, limites ou membranas mais ou menos retráteis, zonas intermediárias ou até neutralizadas, reservas ou anexos energéticos. (...) Há território a partir do momento em que há **expressividade do ritmo** (p. 120-121, grifo nosso).

Conforme esclarece Haesbaert (2004), inspirando-se nos autores citados no parágrafo anterior, novas territorializações estariam surgindo, e seu elemento fundamental são as redes, que chegam a quase se confundir com os territórios (p. 279). Para o autor, atualmente, e mais do que antes, o território “é também movimento, ritmo, fluxo, rede”. O movimento é “dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui” (HAESBAERT, 2004: 281).

Algumas conceituações podem contribuir bastante para uma visão de território como movimento, não mais necessariamente estagnada, imóvel, mas como animação sucessiva. Territorialização é a produção, construção, configuração, ou seja, a ação dos atores na constituição processual de territórios. A territorialização como atitude, como atividade e efervescência, carregada de intencionalidades e propósitos definidos, por mais que os mesmos não se concretizem em territórios. Territorializações podem ser efetivadas, mantidas, dilatadas e até mesmo desfeitas. Sendo assim, a partir do processo, e, sobretudo, de quem o promove, é que teremos o território. Evidentemente, se a territorialização se configura em rede, a territorialidade e o território igualmente se configurarão.

Segundo Haesbaert (2005b), poderíamos pensar de maneira simples em quatro objetivos gerais da territorialização em seu decorrer histórico. Seriam os seguintes:

- abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria construção de fronteiras);
- controle e/ou disciplinarização através do espaço (fortalecimento da idéia de indivíduo através de espaços também individualizados, no caso do mundo moderno);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

O último item da citação acima certamente é o mais central para a construção da feição de territorialização que estamos perseguindo: territorialização militar em rede. Cada vez mais nos dias atuais a territorialização se faz debruçada sobre os territórios-rede, pois através desses se adquire maior mobilidade, entendida como “um instrumento de poder extremamente diferenciado e que não pode ser sobrevalorizada”, já que é fato a “enorme desigualdade no acesso a diferentes velocidades e tipos de deslocamento, como também de como o deslocamento rápido de uns afeta o tipo de deslocamento de outros” (HAESBAERT, 2004: 300). Velocidade como, em alguns casos, uma espécie temporalidade (hegemônica) imposta, que objetiva por vários meios o controle de territórios, homens etc.

Haesbaert (2004), com base em Bakis (1993), diz que embora inexista sociedade organizada sem redes, é à sombra da globalização que elas exercem maior influência, difundindo crescentemente fluxos imateriais (e materiais) sob novos ritmos. As redes, ou este tipo de território organizado em rede, “introduzem **aspectos geopolíticos novos** e sublinham a **necessária atualização da própria noção de território**”, afirma Bakis (*apud* HAESBAERT, 2004: 295, grifo nosso).

Encaminhando-nos para a definição de territorialização militar em rede, vale reutilizarmos e parafrasearmos a referência de Kastrup (2004), no sentido de interpretarmos tal processo sendo caracterizado como um todo não cicatrizado, em todo o tempo apto a crescer por intermédio de pontos, por vários cantos e em diversos rumos. Obviamente, todavia, a recíproca é verdadeira, ou seja, o território-rede pode cicatrizar, desaparecendo em retração progressiva. Com a circulação interrompida e os pontos desativados, a territorialização perde seu fôlego, deixando de existir, podendo ser destruída inclusive por outra territorialização, diferente ou até mesmo antagônica à primeira. Refletiremos um pouco mais sobre isso no final desse trabalho ao pensarmos sobre perspectivas para a América Latina.

Nessa pesquisa, reconhecemos a existência de muitas formas de territorialização, mas consideramos aquela que se dá na versão de rede militar, promovida pelos Estados Unidos em escalas bastante ampliadas. A territorialização promovida por um Estado, em alguns casos, pode se encontrar estabelecida num espaço que, teoricamente, estaria sobre o controle de outro Estado, já que, no caso de alguns deles, por exemplo os Estados Unidos, a territorialização é conduzida para além de suas próprias fronteiras nacionais, em forma de uma territorialização militar em rede.

Esse processo promove uma ampliação expressiva de fronteiras. O novo imperialismo estadunidense estabelece, em ritmo expressivo, uma geografia muito

peculiar e uma nova relação com o território. Segundo Arantes (2007), os quatro cantos do *mundo-fronteira* norte-americano sofrem a “compulsão do *footprint*” militar, com o novo imperialismo vigiando o mundo através de uma “rede de fortes de fronteira” (p. 113, grifo do autor). Essa “estratégia de fronteira literalmente semovente - do latim ‘que se afasta’ -, (...) seria inviável sem uma vasta rede de bases militares” (p. 114) que recobre praticamente todo o globo (exceto Antártica). Esta mesma “teia jamais vista de postos avançados de controle de territórios” (p. 116) - para nós um território-rede militar - contém “uma das chaves da atual espacialização [territorialização] do poder, sua *territorialidade de fronteira*”, ou seja, uma fronteira em intenso movimento ou uma “fronteira-fluxo<sup>75</sup>” (ARANTES, 2007: 114-119).

Em suma, territorialização militar em rede é um processo através do qual a formação de territórios é desdobrada por uma geoestratégia estatal de vertente político-militar e configurada de forma reticular. Em nosso caso de estudo, geoestratégia orientada por um código geopolítico de nível global. Dessa forma, a territorialização militar em rede pode ser bem compreendida no contexto da nova geopolítica do imperialismo estadunidense. Os Estados Unidos têm condições de produzir territórios-rede em escalas abrangentes a partir de uma territorialização estirada, extremamente dilatada. Isso pode ser garantido, como já foi salientado, a partir controle exclusivo do acesso e a instalação de unidades de comando e bases militares que servem como pontos de articulação de uma grande rede militar global, mas que possui especificidades quando interpretada em outras escalas, espaciais e temporais, como veremos no caso da América Latina.

Entendemos que este tipo de território e de territorialização pode nos ajudar na compreensão, através de uma perspectiva efetivamente geográfica, da denominada nova

---

<sup>75</sup> Quanto ao debate sobre a questão das fronteiras, ver também Machado (2005).

geopolítica do imperialismo estadunidense e do novo código geopolítico. A territorialização militar em rede efetivamente põe em voga novos aspectos geopolíticos, em um deles é o atual código. Passemos em seguida para a discussão dos códigos.

### 3.2 – Dos códigos ao código geopolítico

(...) cada um de nossos atos comunicativos está dominado pela maciça existência de códigos – social e historicamente determinados.  
[ECO, 1997: XX]

A idéia geral de que os códigos são social e historicamente determinados, nos leva a afirmar que alguns deles, além de serem produzidos em determinados contextos históricos, possuem feições territoriais evidentes por solicitarem o território para seu sustento básico, como no caso do código geopolítico (TAYLOR e FLINT, 2002). Esse tipo de código é fundamental para nossa pesquisa, haja vista que ele funcionará como elo entre a questão da nova geopolítica do imperialismo estadunidense e a territorialização militar em rede que se pré-configura na América Latina.

Para ratificarmos a possibilidade em geografia de relacionarmos código e território, vale lembrar também que o termo código faz parte da lista de palavras referenciadas pelo conhecido dicionário crítico de geografia<sup>76</sup> organizado por Roger Brunet *et al.* Ainda assim, para reforçar a pertinência da relação entre código e geografia, podemos interpretar Moreira (2000, 2007<sup>77</sup>). Esse geógrafo, ao questionar o sentido das coisas em geografia e a necessidade de uma ciência e de um intelectual que se debruce em problemas de caráter geográfico, faz algumas indagações: Há uma questão geográfica? Há na geografia o tema-problema que faça a sociedade ver nele uma questão? Sob que forma e com que **código** (de linguagem) se apresenta? etc. As respostas podem ser construídas a partir de complexas reflexões, contudo, em nossa

---

<sup>76</sup> *Les moths de la geografia: dictionnaire critique*. Paris: La Documentation Française: 1993.

<sup>77</sup> Nesse caso trata-se do texto de Moreira (2000), revisto pelo próprio autor e reeditado.

pesquisa, e referindo-nos particularmente a última interrogação feita acima por Moreira (2000, 2007), o código de leitura no tocante à relação espaço-poder será o código geopolítico.

Mas antes de falarmos diretamente dessa espécie de código de caráter geopolítico, vejamos rapidamente algumas características relevantes sobre o termo código com base em Eco (1997).

O termo código é de difícil definição e possui múltiplas significações (RAFFESTIN, 1993). Existem vários tipos de códigos, desde aqueles mais gerais e conhecidos (penal, genético, binário, de barras etc.) até outros mais “específicos” (arquitetônico, cinematográfico, antropológico etc.), mas o termo código é uma categoria muito própria da semiologia, conforme fica patente em Eco (1997). Entretanto, é possível em alguns momentos metaforizarmos características do termo código da semiologia para a geopolítica, enriquecendo essa última e temperando com mais significados o código geopolítico. A semiologia também pode ser identificada como semiótica, e, apesar do desuso desse significado, o termo semiótica, por exemplo, faz ainda referência ao comando de operações militares de maneira figurada para fins de treinamentos preparativos.

Conforme Eco (1997), um código constitui-se de princípios – ou seja, é originado de ações, assim como possui uma “função ordenadora” (p. 15), possivelmente um ordenamento territorial, no caso do código geopolítico. Metaforizemos... De acordo com a natureza dos códigos, a “função ordenadora” pode se concretizar de formas diversas. “No caso da língua, o código estabelece-se por cristalização social” enquanto em outros casos (como o código Morse) ele “pode ser instituído por uma autoridade” ou até mesmo ser imposto (p. 31). Se pensarmos em autoridade como uma forma de poder e em influência e imposição como algo determinado por quem tem relativamente mais

capacidade de decidir, podemos avaliar a instituição de um código geopolítico pelos Estados Unidos, tendo em vista, por exemplo, que a habilidade de determinar (ou impor) localizações estratégicas caminha conjuntamente com o poder e a influência em suas várias esferas. Um código de caráter global, mas que é aplicado com certas peculiaridades dependendo do contexto espaço-temporal em que se insere.

Segundo Umberto Eco, “estabelece-se um código assumindo que quem comunica tem à disposição um repertório de símbolos dados, entre os quais escolhe os que quer combinar e combina, obedecendo a certas regras”, estabelecendo destarte a “ossatura de cada código” (ECO, 1997: 39), idéia que resgataremos mais adiante pelo viés geopolítico.

Assim, um código seria, segundo Eco (1997), “uma estrutura elaborada sob forma de modelo e postulada como regra subjacente a uma série de mensagens concretas e individuais que a ela se adequam e só em relação a ela se tornam comunicativas” (p. 39-40). A escolha e o sentido de um código podem ser alterados conforme as circunstâncias históricas e geográficas (p. 44).

As circunstâncias geopolíticas, por exemplo, podem ser estabelecidas por redes, ou territórios-rede, que apresentam forte complexidade, considerando que as mais novas configurações territoriais nascem nas entranhas de uma configuração anterior, de um contexto espaço-temporal pretérito, diferenciado, em que outro código foi predominante. Conforme Niklas Luhmann, que discute as funções do código, “as estruturas com características de código parecem extremamente significativas, possivelmente indispensáveis, para a construção de sistemas complexos” (LUHMANN, 1995: 48).

Luhmann (1995) nos afirma algo que deve estar situado na base do debate sobre código, e da articulação deste com o imperialismo e a territorialização militar em

rede: **o poder sempre é um código** (p. 49). Essa assertiva nos permite concluir que poder e código são indissociáveis, assim como, poder, território e rede. O poder se constitui como elemento essencial para relacionarmos código e território. É claro que nem todo código configura-se territorialmente de forma expressiva, mas, uma vez que códigos e territórios são definidos por relações de poder, os códigos do poder de tipo geopolítico despontam como exemplos significativos.

Também são relevantes as ponderações de Raffestin (1993) sobre território, poder, Estado e códigos. Para esse geógrafo, o território, ao menos numa perspectiva mais tradicional, ou naquilo que denominou “linguagem da geografia do Estado”, reúne dois modelos de códigos: sintático e semântico. Duas passagens são lapidares em relação à distinção entre código sintático e código semântico, e também à importância dos mesmos na constituição de territórios.

O código sintático é constituído por uma série de articulações, tais como a dimensão, a forma e a posição (...). Elas obedecem à lógica estrutural de uma combinatória que permite denotar a morfologia geral do território. Mas, tendo a observação empírica prevalecido durante muito tempo sobre a construção teórica em geografia, o alcance dos códigos sintáticos nunca foi percebido nem realmente explorado na geografia política clássica. E, no entanto, se procurarmos determinar a ação política dos diferentes Estados ao longo da História, somos forçados a admitir que as estratégias estão marcadas por um ou outro desses elementos sintáticos (RAFFESTIN, 1993: 23).

Conforme o autor em destaque, a posição e/ou a dimensão foram fundamentais na articulação das estratégias territoriais de alguns Estados, sempre muito particulares segundo determinados períodos históricos. Quanto aos códigos semânticos, afirma Raffestin (1993):

A utilização de códigos semânticos do tipo “território grande, marítimo e fragmentado” é frequente. Esses códigos têm um caráter estático que não deve ser negligenciado, mas que dissimula a estratégia ou as estratégias que conduziram a esse resultado. A combinatória de uma estratégia não é dada de chofre, mas é seqüencial. (...) A princípio, **uma estratégia pode realizar uma seqüência cujo objetivo é atingir uma posição determinada** e, em seguida, na segunda ou terceira seqüência, visar a dimensão, por exemplo (p. 23, grifo nosso).

Os códigos sintáticos, “pouco significativos em si mesmo - nisso reside seu interesse inicial, que não foi percebido -, teriam permitido denotar, se utilizados com prudência, a teoria e a prática das diferentes políticas territoriais, em ligação com a concepção estratégica própria de cada Estado” (RAFFESTIN, 1993: 24-25).

Segundo o autor citado, os códigos utilizados são, ao mesmo tempo que os atores, a política dos atores (intencionalidades e finalidades) e suas estratégias espaço-temporais, elementos constitutivos de qualquer relação permeada pelo poder, considerado como “imaneente a toda relação que é o teatro e o lugar do confronto” (RAFFESTIN, 1993: 50). Referindo-se a tais atores, Raffestin (1993) assevera que os mesmos estabelecem uma combinação de energia e informação para atingirem seus objetivos, conforme suas respectivas estratégias. “Os atores agem num conjunto coerente”, e precisam “recorrer a códigos imanentes à própria ação” (p. 45). “Os atores só agem no espaço e no tempo”, estruturados “a partir dos códigos à disposição” (p. 47).

Enfim, considerando que os códigos podem ser alterados segundo as circunstâncias históricas e geográficas (ECO, 1997), que o poder sempre é um código (LUHMANN, 1995) e que os códigos “se inserem na consideração do poderio potencial do Estado” (RAFFESTIN, 1993), fica patente, em alguns casos, a transição de códigos geopolíticos. Ou seja, eleger um código e estabelecer seus propósitos é algo determinado na realidade pelas condições e situações (geopolíticas, econômicas etc.) existentes, e se as circunstâncias são alteradas os códigos, as relações de poder, e a territorialidade também devem ser.

Vejamos a seguir a conceituação de código geopolítico, para, posteriormente, refletirmos sobre os códigos da contenção e da prevenção.

### 3.2.1 – O conceito de código geopolítico e o velho código da contenção

(...) só quando se tiver codificado todo o codificável é que se poderá individualizar a inovação onde ela realmente ocorreu pondo em crise todos os códigos preexistentes.  
[ECO, 1997: 67]

O conceito de código geopolítico, apresentado pelos geógrafos políticos Peter Taylor e Colin Flint, serve como uma espécie de fio condutor nessa pesquisa, e seu papel metodológico passa a ter tanta consideração quanto seu papel teórico. Trata-se de um conceito pouco enfatizado na geografia política, entretanto, consideramos o mesmo bastante fértil por nos ofertar uma gama de possibilidades interpretativas. Vejamos então a definição do conceito em questão.

Taylor e Flint (2002) analisam o código geopolítico dentro do contexto da Guerra Fria, e identificam alguns dos códigos vigentes nesse período, onde o código geral, no caso do Estados Unidos, é o da contenção (sofrear o “perigo comunista”) de uma expansão territorial inimiga.

Um Estado ao executar sua política externa o faz a partir de um código geopolítico, ou seja, um código é definido por diversas idéias conjugadas que explicam as intencionalidades de um Estado em relação a outros Estados, e ainda definem que tipo de conduta deve-se realizar para responder aos riscos que existem (ou são inventados) externamente. Os códigos geopolíticos podem caracterizados como um conjunto de supostos estratégicos elaborados por um Estado sobre outros Estados, com o objetivo de orientar sua política externa. Algo relacionado às “imagens mentais de um esquema de ação<sup>78</sup>” (TAYLOR e FLINT, 2002: 99), uma estratégia geopolítica de territorialização, já que buscaremos explorar essa faceta territorial dos códigos.

De acordo com os autores referidos anteriormente, “os códigos geopolíticos não são somente estadocêntricos, porém supõem uma visão particular do mundo

---

<sup>78</sup> Os autores que nos servem como base retiraram esse termo de Henrikson (1980).

exclusiva de um Estado, portanto, são por definição imagens de mundo muito parciais”. Os códigos geopolíticos são operacionais, e “supõem a avaliação, segundo sua importância estratégica e enquanto ameaças potenciais, de lugares que estão mais além das fronteiras do Estado” (p. 99). Destarte, de acordo com os autores em foco, os códigos são os alicerces nos quais estão assentados os ordenamentos geopolíticos em escala global.

Os interesses estatais podem ser representados pelos códigos geopolíticos, e estes servem, tanto no discurso quanto na prática, como formas de justificar as atitudes de política externa de um Estado. Importante dizer que, apesar de cada Estado elaborar seu código geopolítico, sua eficácia dependerá de diversos fatores, como por exemplo: a) o conjunto de idéias gerais que justifiquem ou até mesmo camuflem as reais intenções do código, b) a capacidade (militar, por exemplo) para sua aplicação e conduta, c) os agentes envolvidos no processo.

Os códigos são mutáveis, territorial e temporalmente, ou seja, se um código geopolítico não mais dá conta de responder pelos objetivos principais de um Estado num determinado contexto histórico e geográfico, ele passa a não ter finalidades tão óbvias quanto ao momento que foi elaborado, e passa a ser, rápida ou lentamente, substituível por um novo código, que mais adiante pode igualmente se tornar obsoleto, e assim sucessivamente.

Conforme Taylor e Flint (2002), os códigos geopolíticos funcionam em três níveis importantes e que podem manter relações conflitantes. Fala-se das escalas: local, regional e global.

Os códigos de nível local supõem uma avaliação dos Estados vizinhos e tem que ser elaborados pelos governos de todos os países, por menores que sejam. Os códigos de nível regional são necessários para os Estados que aspiram projetar seu poder mais além de seus vizinhos imediatos, e os governos de todos os países que são potências regionais ou dos que aspiram ser tem que desenhar esses códigos. Por último, alguns Estados tem políticas globais, porque seus governos dispõem de códigos geopolíticos de extensão mundial (TAYLOR e FLINT, 2002: 99).

Todos os Estados têm códigos locais, muitos têm códigos regionais, e só alguns poucos possuem códigos geopolíticos globais, afirmam os autores. E, assim como os mesmos, estaremos nessa pesquisa interpretando um tipo de código geopolítico global, fazendo menção ao papel dos Estados Unidos no período atual. Dessa forma faz-se necessário lembrar o sentido de um novo código para a América Latina. Todavia, façamos uma caracterização genérica do código da contenção para seguidamente irmos para o novo código geopolítico estadunidense.

Segundo Taylor e Flint (2002), o código geopolítico global da contenção<sup>79</sup> é assinalado pela política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. A URSS como um inimigo de caráter expansionista implicava numa postura defensiva de seu rival, que buscava conter tal expansão, enquanto concomitantemente também se expandia. Vale ressaltar a observação dos autores sobre a não existência de um único código de contenção, mas sim de “uma família de códigos geopolíticos que são aplicados com o nome genérico de contenção” (p. 100). Existiram variações do código de contenção, mas de uma maneira geral a pretensão era a de “cercar o inimigo”, contendo-o (p. 103).

De acordo com os autores citados, o código da contenção deve ser lido no plural devido às diversas variações por que passaram. Com base em Gaddis (1982), Taylor e Flint (2002) afirmam que entre 1949 e 1979 quatro tipos diferentes de códigos geopolíticos foram desenhados, mas com o pano de fundo da contenção. Além de toda essa variedade de contenções os autores referidos trabalham ainda outros códigos geopolíticos que se desenvolveram no contexto desse código mais geral<sup>80</sup>.

---

<sup>79</sup> De acordo com Schilling (2005), a política de contenção do comunismo foi defendida por George Kennan. A política de contenção tinha dois frentes: “um estratégico-militar, coberto por tratados específicos [TIAR, OTAN e OTASE, respectivamente para Américas, Europa e Ásia], e outro ideológico, que mobilizaria a opinião pública e o serviço contra-espionagem – a CIA foi criada em 1947 para dar combate ao ‘perigo vermelho’ no exterior” (p. 204).

<sup>80</sup> Por exemplo: os alternativos, o gaullista francês, o de não-alienação da Índia de Nehru..

Com o fim da guerra fria não havia mais necessidade de conter o inimigo expansionista, em compensação, na tentativa de manterem-se hegemônicos, os EUA buscam justificar sua política externa de outras formas, um inimigo de outro tipo deveria ser identificado. Conseqüentemente tornou-se indispensável a criação de um novo código geopolítico global que encontra especificidades nas escalas local e regional.

De fato, algo fundamental que nos interessaria para chegarmos ao novo código geopolítico, é a reflexão dos autores sobre o código geopolítico global da contenção estabelecido pelos Estados Unidos em tal recorte temporal, e que nos últimos anos parece ter relativamente perdido sua intensidade – tanto no campo da ação quanto no plano discursivo, a despeito da indissociabilidade entre ambos –, apesar do termo contenção não ter sido completamente abandonado nas análises/ações geopolíticas. Vê-se novamente uma possível convivência de códigos em sua respectiva transição. Os códigos estão imbricados e se sobrepõem de forma complexa, encerrando muitos elementos comuns.

Os códigos podem coexistir, não só no sentido da diversidade de escalas (local, regional e global), com cada Estado projetando seu próprio código influenciando e sendo influenciado por outros, mas também no plano da modificação e substituição de tipos de códigos. Apoiando-nos em Luhmann (2005), vale ressaltar que os códigos “não contém nada que obstrua tanto a mudança como a preservação”, e podem valer “tanto universalmente como de modos bastante específicos” (p. 82). O código geopolítico atual dos Estados Unidos, por exemplo, está em claro processo de transição e redefinição, o que de certa forma nos traz a possibilidade de interpretar a idéia da coexistência de códigos e o encaminhamento para que um deles se faça preeminente.

Becker (2004), por exemplo, ao tratar da militarização realizada na escala da Amazônia Sul-Americana, diz que no entorno da mesma estabelece-se “um verdadeiro ‘cordão sanitário’ em nome da **contenção** da crise colombiana” (p. 55, grifo nosso). Ou seja, ao analisar a militarização no contexto atual, a autora refere-se ao código (apesar de não falar nessa expressão) considerado antigo, afirmando assim a possibilidade da coexistência de códigos, haja vista que nossa pesquisa tem basicamente como recorte o mesmo período e área, entretanto é orientada pelo código novo da prevenção.

Outro exemplo ilustrativo da convivência de códigos (também sem empregar explicitamente essa última palavra) encontra-se em Fiori (2004b) ao comentar a guerra no Iraque, em que aponta indiretamente uma espécie de metamorfose do código geopolítico da contenção. Em suas palavras:

o objetivo último da nova doutrina dos ataques preventivos é impedir o aparecimento, em qualquer ponto, e por um tempo indefinido, de qualquer outra nação ou aliança de nações que rivalize com os Estados Unidos. Uma **estratégia de "contenção"**, como a que foi sugerida por George Kennan e adotada pelos Estados Unidos com relação à União Soviética, depois de 1947, só que agora visando o exercício de um poder global que requer a **contenção permanente** e universal de todas as demais Grandes Potências (FIORI, 2004b: 99, grifo nosso).

Interessante seria ressaltarmos aqui um exemplo de como os autores que tratam do tema em tela podem ter visões diferenciadas sobre o fim ou não da Guerra Fria. Conforme Chomsky (2003), se pensarmos “a Guerra Fria histórica, e não o constructo ideológico, saberemos que não é verdade que ela tenha terminado. Antes talvez semi-encerrada; Washington continua a jogar como antes” (p. 46). Já para Harvey (2004a), o comunismo desapareceu por completo, sendo “mais difícil de definir e manter o papel de liderança dos Estados Unidos” (p. 42).

Segundo Ikenberry (2002), “pela primeira vez desde os primeiros anos da Guerra Fria, uma nova macroestratégia vem tomando forma em Washington”, e, apesar de se insinuar como uma resposta ao terrorismo, essa nova macroestratégia visa de igual modo constituir “uma visão mais ampla sobre como os Estados Unidos devem exercer o

poder e estruturar a ordem mundial”. É patente um novo paradigma onde os Estados Unidos exercem “um papel mais unilateral e **preventivo**” (p. 27, grifo nosso).

O período pós-Guerra Fria é marcado pelo “desaparecimento da ordem espacial (formas, hierarquias e **códigos**) da *Pax americana*” (Ó TUATHAIL *apud* NOGUÉ FONT e VICENTE RUFÍ, 2006: 144, grifo nosso). Como afirmam Taylor e Flint (2002), “imediatamente posterior à Guerra Fria não está claro com que códigos geopolíticos acabaram operando o governo norte-americano; a geopolítica é todavia muito mutável para fazer previsões seguras” (p. 105). Arriscaríamos assim mesmo em pensar em um novo código geopolítico estadunidense. Vejamo-lo.

### 3.2.2 – O novo código geopolítico global dos Estados Unidos: a prevenção

A linguagem da política está intimamente ligada à política da linguagem. Os conceitos e frases, que têm um só significado cognitivo, adquirem outro distinto segundo os usos políticos e o contexto político ao qual são aplicados.  
[PETRAS, 2000: 146]

Na década de 1970, **os métodos de política externa dos Estados Unidos mudaram, tiveram que mudar.** (...) O que causou essa mudança foi o fim do domínio econômico dos Estados Unidos na economia-mundo, combinado com a derrota no Vietnã. **A realidade geopolítica mudara.** O governo dos Estados Unidos já não podia concentrar-se em manter, muito menos em expandir, o seu poder; em vez disso, o seu objetivo primário passou a ser **prevenir** uma erosão rápida deste poder – tanto na economia quanto na arena militar.  
[WALLERSTEIN, 2004: 212, grifo nosso]

Conforme o trecho acima de Immanuel Wallerstein, a necessidade de os Estados Unidos se prevenirem vem desde a década de 1970, mas num contexto relativamente diferenciado do que temos atualmente. Nosso recorte temporal e espacial será outro, contudo, a citação mencionada pode indicar que um código acaba nascendo nas entranhas de um outro código preexistente, isto é, como já dissemos, pode existir uma concatenação pragmática e engenhosa entre diferentes códigos geopolíticos. Além disso, algo que muito nos importa é o significado mais abrangente da palavra

prevenção, o ato de prevenir, já que o caráter preventivo na geopolítica dos Estados Unidos se faz presente, acompanhando Wallerstein (2004), desde a guerra fria.

Outra referência teórica importante com a qual concordamos é Petras (1980). Esse autor trata do papel preventivo do imperialismo sobre a periferia do sistema capitalista. Em suas palavras, escritas no final dos anos 1970, encontramos algo bastante atual:

Em seus termos mais amplos, o imperialismo na periferia tem se preocupado em primeiro lugar e acima de tudo com a criação de uma nova ordem social, uma ordem na qual as relações sociais estejam vinculadas à dinâmica da expansão e acumulação externamente induzidas. O seu principal problema consiste em **prevenir** a decadência ou desintegração política através da criação de uma ordem política estável, na qual o controle social sobre a força de trabalho permita a existência de um fluxo contínuo de capital e a reprodução de relações sociais espoliativas (PETRAS, 1980: 45, grifo nosso).

Importante esclarecer desde esse momento que podemos pensar o ato de prevenir, ou o código geopolítico da prevenção, a partir de valores básicos e gerais. Ou seja, a ação de prevenir(-se) nos dirige interpretativamente à ações análogas, onde listaríamos de antemão, por exemplo: precaução; cautela; modo de ver antecipado, planejado; disposição ou preparo antecipado e próprio para evitar etc. Contudo, nosso esforço está voltado para a adequação conceitual do termo prevenção e do verbo prevenir ao âmbito da geografia política, tanto no aspecto geopolítico (código) quanto na feição da territorialização efetiva: a territorialização militar em rede. Por isso, ao buscarmos o sentido etimológico do verbo prevenir, encontramos o latim *praevenire* significando, por exemplo, “tomar a frente” (no e a partir do território, enfatizaríamos), e ainda, se metaforizarmos espacialmente o ato de prevenir(-se), certamente nossos alicerces interpretativos estariam nos seguintes significados: armar-se; premunir-se; adiantar-se; fazer tender; realizar algo antecipadamente etc. Entretanto duas significações nos interessam mais de perto: **dispor (territorialmente) com antecipação** ou **disposição antecipada e preparação**. Voltaremos a esses significados mais adiante.

Com o fim da bipolaridade instaurada no pós Guerra Fria e a criação de uma nova (des)ordem mundial, é posta em questão, novamente, a representação do espaço geográfico. Segundo Taylor e Flint (2002), tal questão encontra-se em relação direta com a criação dos códigos geopolíticos (p. 111). Como representar o espaço é questão crucial para a (re)definição dos códigos, temos estabelecida uma transição geopolítica acompanhada por uma mudança de código que se impõe.

Após a decadência soviética, conforme nos informa Foster (2006), o Departamento de Defesa dos Estados Unidos estabeleceu uma nova estratégia global, definida em 1992 como *Defense Planning Guidance*<sup>81</sup> (Guia de Planejamento de Defesa), um relatório secreto que acabou vazando para a imprensa. “O *Defense Planning Guidance* propunha um objetivo geopolítico global para os Estados Unidos de hegemonia militar permanente por meio de ações preventivas” (FOSTER, 2006: 26). Além disso, o plano apontava que “os Estados Unidos deveriam estar prontos para **realizar ações militares antecipatórias para prevenir** ataques nucleares, químicos ou biológicos e para punir potenciais agressores por uma variedade de meios (...)” (LINS DA SILVA, 2002: 52, grifo nosso). Em nossa pesquisa, lembrando, não estamos apoiados no novo código geopolítico global da prevenção meramente nesses termos, apesar de reconhecê-los como importantes. Ou seja, ao que tudo indica, os Estados Unidos necessitam de prevenção, mas não exclusivamente para esses “riscos”, mas também para outros.

O *Defense Planning Guidance* como projeto estratégico têm servido, juntamente com outros, como um dos andaimes<sup>82</sup> da nova geopolítica do imperialismo estadunidense até hoje. Isso pode ser esclarecido em mais um trecho de John Foster:

---

<sup>81</sup> Produzido por Paul Wolfowitz para George Bush.

<sup>82</sup> Um exemplo é apresentado nas palavras do próprio Foster (2006): “A resposta imediata do governo Bush aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 foi declarar uma guerra universal e prolongada ao terrorismo: ela serviu como justificção para a expansão do poder imperial estadunidense. A nova *National Security Strategy of the United*

Durante o governo Clinton, a política externa foi pautada tanto pela globalização neoliberal quanto pela geopolítica imperial, mas a primeira sempre teve precedência. No governo George W. Bush o duplo comprometimento permaneceu, mas a ênfase foi mudada no começo para uma tensão mais direta dada ao fortalecimento da primazia global dos Estados Unidos por meio do exercício do poder geopolítico/militar em contra posição ao poder econômico<sup>83</sup> (FOSTER, 2006: 29).

Quanto a essa transição de códigos, Moraes (2004), apoiada em Bacevich (2003), diz que a política externa de segurança nacional dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria “tem como premissa básica a convicção de que o risco e a vulnerabilidade são contínuos, portanto, seu controle deve ser o mesmo que exige uma doença crônica, cujo tratamento é ininterrupto”. Nesse caso, a doutrina da **ação preventiva**, defendida pela retórica política e fortalecida pela mídia, difundiu ser absolutamente necessário o delineamento de “um futuro possível e previamente imaginado, **antecipando-se** e avaliando-se todos os riscos para que as ações defensivas sejam capazes de neutralizá-los” (p. 383, grifo nosso).

Na passagem seguinte parece ficar ainda mais clara a vigência de um novo código geopolítico global estadunidense no contexto da transição histórica e geográfica aberta com o fim da bipolaridade.

Endossada por liberais e conservadores, por democratas e republicanos, a doutrina preventiva amplia-se com a crença de que ela é necessária não apenas para proteger os interesses norte-americanos, mas como se os EUA desempenhassem o papel de guardião da segurança global. Após a queda do muro de Berlim, a estratégia de engajamento do Pentágono deixou clara a intenção de “modelar o ambiente internacional” para acomodar os interesses

---

*States*, entregue pela Casa Branca ao Congresso em setembro de 2002, exatamente no momento em que o governo soava os tambores da guerra da invasão do Iraque, foi modelada segundo o relatório anterior de Wolfowitz, *Defense Planning Guidance* de 1992. Ela estabelecia, como política estratégica oficial dos Estados Unidos: (1) impedir qualquer Estado de desenvolver capacidades militares iguais ou superiores as dos Estados Unidos; (2) lançar ataques “**preventivos**” contra Estados que estiverem desenvolvendo novas capacidades militares que pudessem eventualmente prejudicar os Estados Unidos, seus amigos ou aliados - até mesmo antes de qualquer ameaça iminente; e (3) insistia na imunidade de qualquer oficial ou pessoal militar perante qualquer tribunal internacional de crimes de guerra.

<sup>83</sup> Essa mudança pode ser observada em duas afirmações-chave de posição lançadas na época das eleições de 2000. A primeira foi um artigo de política exterior intitulado *Rebuilding America's defenses* publicado em setembro de 2000 a pedido do candidato a vice-presidente Dick Cheney, pelo *Project for the New American Century* (um grupo de política estratégica que incluía Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Lewis Libby, e o irmão mais novo de George Bush, Jeb Bush). Esse relatório reafirmava fortemente a estratégia imperialista aberta da *Defense Policy Guidance* de 1992. O outro é um discurso intitulado “América Imperial”, proferido em 11 de novembro de 2000 por Richard Haass, que iria, em pouco tempo, se juntar ao departamento de Estado de Colin Powell como diretor de planejamento político. Haass insistia em que tinha chegado a hora para os estadunidenses de “re-conceber seu papel de Estadação tradicional para o de poder imperial” (FOSTER, 2006: 29).

políticos dos EUA. Desde então, o seu poder militar globalmente vem sendo utilizado para tranquilizar, **antecipar**, intimidar, **prevenir**, influenciar, guiar e controlar, rotineira e continuamente, o resto do mundo, estando presente em todas as situações em que se entendeu necessário para defender os interesses norte-americanos (MORAES, 2004: 383, grifo nosso).

Outra perspectiva nos serve de apoio para tratar de um novo código geopolítico, mesmo não falando diretamente nesses termos, é, novamente, David Harvey. Esse autor afirma que uma das bases para se discutir o novo imperialismo estadunidense encontra-se no *Project for the New American Century*, que teve sua implementação iniciada em 1997. Ao analisar o documento mencionado, Harvey (2004a) aponta algumas das propostas essenciais contidas no mesmo, como por exemplo: “a liderança norte-americana é boa tanto para os Estados Unidos como para o resto do mundo”, e que “essa liderança requer força militar, energia diplomática e compromisso com princípios morais” (p. 155). Como tais proposições são (im)postas como valores universais, acabam servindo como um código de comportamento para o mundo em sua totalidade. Além disso, é objetivo daquele projeto estadunidense buscar suporte para a implementação de uma política enérgica e bastante arraigada de enredamento global. Conforme Harvey (2004a), “isso se traduz em exportar e se necessário **impor códigos** [geopolíticos] **apropriados de conduta ao resto do mundo**” (p. 156, grifo nosso).

Reforçando ainda mais a possibilidade de estimarmos a vigência do novo código geopolítico estadunidense global da prevenção, consideraremos as reflexões de Ceceña (2005). Essa autora, inspirada em certos momentos na idéia de “preparação contínua para a guerra” (logística) de Paul Virilio, afirma terem os Estados Unidos um propósito de atingir uma “dominação de espectro completo”, baseada numa “estratégia de guerra que combina quatro dimensões: **prevenção**, dissuasão, perseguição e eliminação” (p. 16, grifo nosso). A passagem seguinte retrata de maneira bem ampla o significado da prevenção no contexto da nova geopolítica do imperialismo:

O que muda hoje é a **concepção de prevenção**, que manifesta a necessidade de **dispor as posições de batalha com antecipação ou de estar sempre preparado** para um conflito, para deslocar-se até o ponto de destruir toda possibilidade de ameaça. Nesta nova concepção o que se busca é diretamente **evitar** que o sujeito nasça, que se conforme. Não é uma guerra contra um inimigo específico, é contra todo signo, real ou imaginário, de vida independente (...). A guerra preventiva moderna (...) fabrica o inimigo para prevenção de um futuro conflituoso e priva os direitos humanos e sociais a um coletivo universal de pessoas suspeitas (CECENÑA, 2005: 16-17, grifo nosso).

Antes mesmo do fim do século – e do ataque às Torres Gêmeas –, os corpos de segurança e as equipes de planejamento ou de definição das estratégias voltadas para manter – e ampliar – a hegemonia dos Estados Unidos entram numa **fase de reorganização**, modificando suas formas de funcionamento, **redefinindo seus objetivos** e as concepções de sua missão histórica, da guerra, das territorialidades e da normatividade, na nova escala alcançada pelos processos de reprodução articulada do sistema (*idem*, p. 45).

Como fica evidente nas palavras da autora na primeira citação, interpretar a prevenção no sentido da disposição (territorial) antecipada e da preparação é crucial para nosso trabalho, além de podermos agregar mais uma referência teórica em nossas considerações. Ceceña (2005) afirma ainda no segundo trecho ser evidente após o “11 de setembro de 2001” uma mudança na política internacional, a partir desse momento sendo necessário estabelecer “movimentos de redesenho do controle territorial em todo o planeta”, promovidos por uma “renovada concentração de poder alcançada pelos Estados Unidos depois de um período de ajuste”, o qual interpretamos como o contexto de transição de códigos.

Está se configurando um novo código geopolítico, asseveram Taylor e Flint (2002), e isso é central no intuito de apontarmos para a designação desse novo código da prevenção, em sentido amplo, até porque se fala de um código geopolítico global. Parafraseando um trecho já citado de Taylor e Flint (2002), poderíamos afirmar que não há um único código da prevenção, mas sim uma família deles. Partiremos de um código geopolítico global preventivo que, dependendo das situações representadas, se traduzirá de formas variadas, sendo que a situação que mais nos importa é a da aplicação do mesmo na América Latina no contexto da nova geopolítica do imperialismo

estadunidense. Ou seja, trataremos da prevenção nessa seção com o objetivo de, mais a frente, apreendermos as especificidades desse novo código na América Latina.

Quanto a nossa interpretação faz-se necessário um outro breve esclarecimento. No fundo, ao identificarmos o novo código geopolítico da prevenção, não estamos necessariamente “codificando” uma forma da nova estratégia geopolítica do imperialismo estadunidense por estarmos utilizando o conceito de código geopolítico, mas sim em busca de uma interpretação “decodificadora”, ou seja, decodificar no sentido de tornar manifesto o novo código geopolítico da prevenção, percebendo seu papel significativo no ordenamento territorial em seu contorno militar<sup>84</sup>. Concordando com as palavras de Taylor e Flint (2002), é necessário uma análise geopolítica de caráter crítico, que examine os significados implícitos e explícitos que se desenrolam nos lugares para justificar as ações geopolíticas (p. 111). Dizendo de uma outra forma: o novo código geopolítico da prevenção é, nesse trabalho, e de maneira bastante ampla, a vereda de nossa avaliação sobre o sentido da atual (re)disposição militar dos Estados Unidos na América Latina após o velho código da contenção. Pensemos então sobre alguns significados da prevenção.

Se refletirmos sobre que lugar o termo prevenção ocupa na nova geopolítica do imperialismo estadunidense, possivelmente lembraríamos da guerra preventiva, um dos pilares da chamada Doutrina Bush<sup>85</sup>. Entretanto, predizemos ao leitor que não é exclusivamente nesse sentido que iremos trabalhar, isto é, do “atacar antes de ser atacado” ou de se prevenir do “terrorismo globalizado”, apesar dele ser fortemente presente na justificativa de atitudes e intervenções militares por várias partes do globo.

---

<sup>84</sup> Referente aos novos códigos vigentes no complexo debate sobre o desenvolvimento sustentável, por exemplo, Ribeiro (1997) afirma que o mesmo “emerge como arena (múltiplas arenas) de recodificação e disputas entre práticas sociais e econômicas” (p. 486), promovidas por novos e velhos atores protagonistas. Ou seja, a autora busca interpretar o desenvolvimento sustentável a partir da mudança de códigos, decodificando o papel dos agentes em tela.

<sup>85</sup> “Em setembro de 2002, o governo Bush anunciou sua Estratégia de Segurança Nacional, que declarava seu direito a recorrer à força para eliminar qualquer ameaça detectada contra a hegemonia global americana, prevista para ser permanente” (CHOMSKY, 2003).

Conforme Chomsky (2003), o discurso da guerra preventiva, interpretado pelo “emprego da força militar para eliminar uma ameaça imaginada ou fabricada” chega a tornar o termo “prevenção excessivamente benevolente” (p. 18).

**Os Estados Unidos buscam se prevenir para não deixarem de exercer uma função dominante em escala global.** Na análise de Chomsky (2003), o objetivo da “grandiosa estratégia imperial é impedir qualquer desafio ao ‘poder, posição e prestígio dos Estados Unidos’” (p. 20). Um dos lastros principais nessa prevenção é a militarização, redefinida pelo novo código e contribuinte de uma nova geopolítica do imperialismo estadunidense. A ação militar pode ou não se dar em forma de guerras e intervenções, mas é certo que em ambas a preparação está presente. A ação de **preparar** é um dos sentidos que estamos propondo para o termo prevenção, e associar prevenção com preparação pode nos ser muito útil para abordarmos a territorialização militar em rede estadunidense na América Latina.

Quem se prepara, está se preparando para alguma coisa, mas não necessariamente para fazer a guerra de fato, apesar dessa hipótese, mesmo relativamente distante em alguns casos, sempre existir. É o exemplo do continente latino-americano, que os Estados Unidos buscam tornar apto aos seus múltiplos interesses através (mas não somente dela) da presença militar. Vale aqui as palavras de Yves Lacoste, talvez inspirado em Sun Tzu<sup>86</sup> e Maquiavel, que, em determinadas situações, torna-se indispensável dominar as estratégias e táticas sobre o terreno, mas salienta que a importância da análise espacial não se resume a isto, já que:

Não se trata unicamente de deslocar tropas e seus armamentos uma vez já desencadeada a guerra: trata-se também de **prepará-la**, tanto nas fronteiras como no interior, de escolher a localização das praças fortes e de construir várias linhas de defesa, de organizar as vias de circulação (Lacoste, 1988: 29).

---

<sup>86</sup> Sun Tzu que no século IV antes de Cristo já falava em *A Arte da Guerra* nos “territórios de luta”, classificando os territórios em: dispersivo, fronteiro, chave, de comunicação, focal, profundo, difícil, cercado de morte, pesado, hostil etc. (Sun Tzu: 2004:91-93).

Um outro sentido fortemente territorial e essencial para o novo código geopolítico da prevenção está na necessidade de os Estados Unidos **disporem com antecipação** (bases militares, por exemplo), para evitar problemas e/ou manter e aumentar seu controle sobre determinadas áreas. Dispor antecipadamente também significa preparar algo, como o território, se adiantando e se estendendo preventivamente. Logo, precaver-se é crucial para que os interesses dos Estados Unidos sejam garantidos em várias escalas, não sendo incomuns conflitos e resistências de vários tipos e alguns embates de códigos, como parece ocorrer, por exemplo, entre o código geopolítico do governo George W. Bush e o do governo Hugo Chávez, ou o do governo recém eleito no Equador, Rafael Correa.

Conforme Ceceña (2004), “os mecanismos podem variar, mas o controle de territórios é imprescindível para assegurar a supremacia e a submissão” (p. 123). Para a autora, “desenvolver a capacidade de **dispor** e controlar a maior quantidade possível de recursos naturais estratégicos é, junto com a superioridade tecnológica, a condição de materialidade da hegemonia”, considerando “que uma análise da hegemonia mundial deve partir de um reconhecimento das posições territoriais de base de todos os sujeitos/potências em conflito e, nesse campo, a situação atual dos Estados Unidos é incomparável” (CECEÑA, 2005: 123-124).

Lins da Silva (2002), ao realizar uma interpretação da Doutrina Bush de segurança nacional, afirma que, apesar de ter sido gerada há mais de dez anos, tal doutrina foi recebida como “uma inovação importante na história das relações internacionais”. Na opinião do autor, e adubando uma das bases que demos para um dos significados do novo código geopolítico da prevenção, a palavra-chave para entendermos essa nova estratégia é “**antecipação**” (p. 50, grifo nosso).

O novo código geopolítico da prevenção pode ser entendido como cerne da estratégia orientada intencionalmente pelos Estados Unidos para o que está por vir, sempre com objetivo de adquirir melhores condições, contínua e qualitativamente. Seu conteúdo apresenta um movimento assentado na necessidade de prevenção da hegemonia, prevenindo qualquer risco futuro à preeminência dos Estados Unidos em escalas global, regional e local. Para compreendermos o novo código de tal forma são indispensáveis, portanto, as idéias de **preparação** e **disposição antecipada**, ambas centrais na configuração da prevenção como código geopolítico vigente.

A preparação lembra-nos logística<sup>87</sup>, que nos remete a uma reflexão que, apesar de não seguirmos como tal, ajuda-nos a pensarmos o significado de uma nova geopolítica do imperialismo estadunidense a partir do novo código. Falamos da nova geopolítica e do novo significado do território em Becker (1988, 1995).

Becker (1988, 1995) afirma que a preparação logística é a base da nova geopolítica, assentada na terceira revolução industrial e sua dependência crescente da natureza como valor futuro. Para Bertha Becker, a logística é marcada por uma nova racionalidade. Baseada em Paul Virilio, a autora ressalva o papel da velocidade nessa nova geopolítica ao escrever que “a logística é a nova fase da inteligência militar inerente à velocidade”; “entendida como preparação contínua dos meios para guerra”. “A partir de então, o que conta é a seleção de veículos e vetores para garantir o movimento perene – envolvendo o controle do tempo presente e futuro – a seleção de lugares a ela se subordinando” (BECKER, 1995: 291).

Então, assim como a nova geopolítica para Becker (1995) é desenhada a partir do casamento entre os vetores ecológico e tecnológico, isto é, o vetor tecno(eco)lógico. Grande parte da prevenção realizada está atrelada aos papéis dos recursos naturais e da

---

<sup>87</sup> Entre alguns significados do termo relacionado à guerra temos: aquisição ou construção, reparação, manutenção e operação de instalações e acessórios destinados a ajudar o desempenho de qualquer função militar;

alta tecnologia, e, apesar de comentarmos essa questão mais adiante para o caso latino-americano, não é de fato nossa base investigativa, mas faz parte dela. Entretanto, antecipemos um trecho de Petras (2000):

O verdadeiro plano por trás da consolidação da nova ordem imperial na América Latina não é só deflagrar um ciclo renovado de acumulação capitalista, mas **criar** no seu decurso as **condições que irão permitir** às forças do imperialismo norte-americano avançar e expandir-se em outras partes do mundo. Com efeito, a América Latina tem sido **preparada** não só para ser despojada de seus recursos, mas para ser o cenário para uma batalha iminente pelo mercado mundial entre os principais centros de poder capitalista e as aspirações e pretensões hegemônicas do capital norte-americano (PETRAS, 2000: 30, grifo nosso).

Para caminharmos na direção de uma definição mais clara do que venha ser esse novo código, entendemos que uma idéia deva ser resgatada. Falamos anteriormente com base em Umberto Eco na ossatura do código, idéia que podemos pensar paralelamente a territorialização militar em rede. Podemos pensar a ossatura de um código como seu arcabouço, aquilo que constitui o código, ou seja, sua estrutura. Ossatura vista como delineamento da territorialização militar em rede, e o código geopolítico caracterizando-se em planos gerais num conjunto de objetivos. Ao entendermos a ossatura de um código como metáfora e agregando-a ao código geopolítico, podemos afirmar que o mesmo possui, territorialmente, uma conduta e um delineamento relativamente bem definidos.

Se nos inspiramos em Petras (2002) quando o autor fala de um “expansionismo militar imperial”, definidor de uma arquitetura da esfera militar (p. 63), pautada numa “rede de bases a serviço do império” (p. 63-64) ou, em Arantes (2004), uma rede de postos avançados do império americano (p. 49), podemos pensar numa espécie de ossatura territorial da prevenção, retomando as concepções de preparação e disposição antecipadas. Isso nos traz um verdadeiro exemplo de um território-rede militar, vislumbrado pela nova geopolítica do imperialismo ou pela geopolítica do novo imperialismo. Novo imperialismo no seguinte entendimento: se, de uma maneira geral, a conduta da política externa de um Estado é, emblematicamente expressa por um

código geopolítico, e o imperialismo tem como um de seus sustentáculos a ação estatal, pode-se definir um novo imperialismo a partir da admissão de um novo código geopolítico.

Enfim, a reticularidade desse tipo de território que estamos tratando é um pilar fundamental do novo imperialismo estadunidense em suas estratégias geopolíticas. Logo, a territorialização militar em rede é uma vértebra constituinte da ossatura do novo código geopolítico da prevenção, que (re)define a nova geopolítica do imperialismo estadunidense, e que na América Latina está se pré-configurando limpidamente. De acordo com Wood (2003), os Estados Unidos como potência imperial têm atuado constantemente para assegurarem-se “contra qualquer **risco** de perder seu controle do sistema global de estados” (p. 184, grifo nosso). A possibilidade de perda caracteriza o risco, e para diminuir tal possibilidade a prevenção é crucial.

**Parte II - A PRÉ-CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO-REDE MILITAR  
ESTADUNIDENSE SOBRE A AMÉRICA LATINA E O ARRANJO ESPACIAL  
DA NOVA GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO**

Passemos agora para um breve retrospecto do papel geopolítico-militar dos Estados Unidos frente à América Latina, chegando, a partir daí, ao período atual onde ocorre a pré-configuração de um território-rede militarizado.

**4 – AS ETAPAS DE DOMINAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE A AMÉRICA LATINA: UM HISTÓRICO CONCISO**

Os EUA se fundaram como nação mediante uma guerra de independência (1776) contra a maior potência colonialista do mundo e se afirmaram, diante de si mesmos e do mundo, como o modelo de democracia liberal. Isto lhes deu não apenas uma enorme autoconfiança como país, como também lhes incutiu um sentimento de superioridade em relação ao resto do continente e, como o passar do tempo, em relação ao resto do mundo.  
[SADER, 2002: 31]

Afirmamos, como um princípio em que os direitos e interesses dos Estados Unidos estão involucrados, que os continentes americanos, pelo fato de terem assumido e de manter sua condição livre e independente, não devem ser considerados como sujeitos a futuras colonizações por parte de qualquer potência européia... considerariamos qualquer tentativa de estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como perigo para nossa paz e segurança.  
[JAMES MONROE, 1823]

Nessa seção, pretendemos abordar de maneira bastante sucinta as formas com que os Estados Unidos estabeleceram relações de poder e dominação político-militar com/sobre a América Latina, direcionando-nos seguidamente para o momento atual de militarização do continente.

Esse tema da relação Estado Unidos e América Latina já foi abordado por uma série de autores, logo, selecionaremos os pontos mais importantes para darmos uma base a mais ao enriquecimento de nossa pesquisa, além de indiretamente percebermos algumas mudanças de códigos geopolíticos. Para isso, nos basearemos em alguns poucos autores: Voltaire Schilling (1991), Luís Fernando Ayerbe (2002), Luiz Alberto Moniz Bandeira (2005), Mônica Herz (2002) e James Petras (2002), entremeando

certamente algumas outras referências. Vejamos então essa passagem histórica de dominação estadunidense.

Antes de analisarmos o histórico de dominação estadunidense sobre a América Latina, vale ressaltar algumas palavras de Blum (2000), que escreveu um artigo referindo-se a algumas intervenções dos Estados Unidos no mundo. A premissa desse autor, que igualmente nos serve, é a de que a máquina estadunidense tem sido lubrificada em sua política externa por quatro imperativos cruciais. Seriam eles, de maneira sintetizada:

1. construir um mundo seguro para as corporações estadunidenses;
2. promover recursos financeiros para os contratistas domésticos da defesa que colaboram generosamente com os membros de Congresso;
3. **prevenir** a emergência de qualquer sociedade suscetível de representar um exemplo exitoso de modelo alternativo ao capitalista;
4. estender a hegemonia política e econômica sobre a área mais ampla possível, como convém ao "grande poder" (BLUM, 2000, grifo nosso).

A Doutrina<sup>88</sup> Monroe de 1823, com seu *slogan* “a América para os americanos”, sem dúvida nenhuma é o marco geopolítico mais geral no que se refere às relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Os Estados Unidos nesse período estavam mais ocupados em constituir seu território nacional – com a desterritorialização e dizimação de vários grupos –, deixando a América Latina em segundo plano até o final do mesmo século, haja vista a política isolacionista que estabelecia perante a Europa<sup>89</sup>. A preocupação com delineamento de suas fronteiras internas através expansão territorial

---

<sup>88</sup> Os conceitos de Doutrina, Corolário e Ideário nessa pesquisa estão baseados em Schilling (1991). Doutrinas são “leis maiores que orientam a política norte-americana por longos períodos históricos. Elas representam a emanção direta do poder executivo e servem para orientar a diplomacia e os negócios americanos nas suas questões internacionais”. Para esse autor “mereceriam a denominação de doutrina a de Monroe, a da Política da Boa Vizinhança e a da Segurança Nacional” (p. 10), entretanto, adicionaríamos também a atual Doutrina Bush.

<sup>89</sup> Conforme Ayerbe (2002), (...) a defesa do isolamento em relação à Europa passa a ser estendida ao conjunto do hemisfério. Manifestando preocupação com as intenções da Espanha de reverter, com o apoio da Santa Aliança, o processo de independência latino-americano, os Estados Unidos decidem fixar limites à intervenção de potências européias no continente (p. 51).

das treze colônias, objetivava prioritariamente a chegada ao Pacífico, representando o conhecido “Destino Manifesto”.

A Doutrina Monroe discursava sobre uma espécie de “solidariedade” que tinha os Estados Unidos com as independências que palpitavam na América Latina, fato que mais a frente, pelo menos no plano teórico, “justificou” as práticas estadunidenses como não sendo práticas imperialistas, pois eles seriam contra o colonialismo implementado pela Europa e a favor da “liberdade” das nações latino-americanas. Nesse caso, o colonialismo era visto como sinônimo de imperialismo, ou seja, quem não tivesse colônias formais, como os Estados Unidos, não poderiam ser taxados de imperialistas, daí a origem do termo imperialismo ser visto sem agrado pela burguesia estadunidense.

A vitória dos Estados Unidos contra Espanha, em Porto Rico e nas Filipinas, em fins do século XIX somada ao final da delimitação de suas fronteiras internas enceta um período de expansionismo externo. No fim do século XIX e início do XX os exemplos são significativos para a caracterização desse novo expansionismo, vê-se em 1903 a posse do Panamá. Ou seja, os Estados Unidos não tiveram como característica de seu expansionismo externo a anexação formal de colônias, entretanto, mantiveram sempre a prática de intervenções<sup>90</sup>.

Com o *Big Stick*<sup>91</sup> do primeiro Roosevelt (1901-1909) e seu respectivo corolário<sup>92</sup>, os Estados Unidos passam a ter poderes intervencionistas extremamente

---

<sup>90</sup> Schilling (1991) define uma tipologia das intervenções dos Estados Unidos sobre a América Latina, segundo ele teríamos quatro tipos gerais de intervenções: 1) Intervenção direta informal – a utilização de forças militares para a conquista territorial, para evitar a queda de um governo colaboracionista ou evitar a vitória de um partido ou facção não conveniente; 2) Intervenção direta formal – a utilização de forças militares, com o apoio de outros países colaboracionistas, para obter a legitimidade da intervenção; 3) Intervenção armada indireta – financiamento e apoio militar a uma facção ou grupo para a derrubada de um governo não colaboracionista; 4) Intervenção indireta – chamada “política de desestabilização”, que implica em dificultar o acesso aos recursos financeiros internacionais para provocar o agravamento da crise econômica a fim de prejudicar um regime não colaboracionista, levando-o a crise interna (p. 65).

<sup>91</sup> Curiosamente originado a partir de um adágio indígena “Quando fores visitar teu adversário fala em voz baixa, mas leva um porrete na mão” (BOERSNER *apud* AYERBE, 2002: 53).

<sup>92</sup> Corolários “são medidas cuja função é interpretar a doutrina segundo a conjuntura histórica, adequando-se às realidades de interesses táticos da política externa norte-americana. Eles são a jurisprudência do imperialismo” (SCHILLING, 1991: 11).

amplios sobre os países latino-americanos, sobretudo nos do Caribe e da América Central. Conforme Alain Rouquié:

Enquanto que a região do Caribe é considerada pelos Estados Unidos como um mar interior, cujo controle é indispensável a seus interesses nacionais, o istmo centro-americano é, já desde a época anterior à abertura da passagem artificial do Canal do Panamá, uma linha de comunicação interna entre o litoral do Atlântico e o do Pacífico dos EUA. Além dessas considerações geopolíticas, também não se deve esquecer que os Estados Unidos têm, em alguns países meridionais que mantêm sob estrita vigilância, importantes interesses econômicos. Podemos inclusive dizer que, em relação a esses países os americanos ocuparam o lugar dos europeus (ROUQUIÉ, 1984: 145).

Além do corolário Roosevelt, um outro pano de fundo encontra-se no “Destino Manifesto”, estendido agora para fora das fronteiras nacionais dos Estados Unidos e carregando as bases do imperialismo estadunidense. O grande mentor, influenciador e impulsionador de tais desdobramentos geopolíticos foi Alfred Mahan, que indicava a necessidade do superior poderio naval para uma grande potência, como nos ensina Schilling (1991).

Segundo Moniz Bandeira (2005),

(...) de 1898 a 1903, os Estados Unidos anexaram formalmente o Havaí, Porto Rico, Guam e Filipinas, bem como se assenhorearam do istmo do Panamá, onde abriram o canal para facilitar o comércio entre os dois oceanos - o Atlântico e o Pacífico -, de conformidade com a doutrina do comandante Alfred T. Mahan, segundo a qual a grandeza de uma nação dependia do seu comércio no além-mar, o comércio dependia do poder marítimo e o poder marítimo, de colônias. O militarismo assumiu papel fundamental na expansão imperialista, inicialmente sob a forma de poderio naval (MONIZ BANDEIRA, 2005: 51).

Com efeito, enquanto, entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície da Terra fora distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados, as Américas constituíam a única região do mundo onde não houve rivalidade seria entre as grandes potências, pois nem os britânicos nem qualquer das outras nacionalidades viam boa razão para hostilizar os Estados Unidos, desafiando a Doutrina Monroe. Essa doutrina, expressão de uma política unilateral, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) rejuvenesceu com um corolário, racionalizando o direito de intervenção em outros Estados latino-americanos, aplicado com agressiva determinação na América Central e no Caribe, de modo a proteger a segurança do Canal do Panamá e consolidar no continente o *imperium* informal dos Estados Unidos (*idem*, 53).

No final do século XIX e início do XX é límpida a função indispensável do militarismo nas estratégias do imperialismo estadunidense. Entre várias práticas estratégicas importantes nesse período, temos em 1903 a instalação da base militar de

Guantánamo, até hoje com presença dos Estados Unidos e fundamental para o controle e acesso ao mar do Caribe. A base de Guantánamo representa um dos pontos nodais no qual se encontra assentado o território-rede militar estadunidense sobre a América Latina, e por curiosidade, uma das poucas que estão contra a vontade do governo do país anfitrião<sup>93</sup>.

Logo, conforme Schilling (1991), se a Doutrina Monroe em 1823 negava às potências da Europa o acesso político e econômico aos territórios latino-americanos, em 1904 ela passa a ser interpretada como a “afirmação do direito dos Estados Unidos de intervirem na política da América Latina” (p. 25).

Se o Corolário Roosevelt transformou o Caribe num *Mare Nostrum* das finanças americanas, dando ordenamento jurídico às futuras intervenções, foi o *Corolário Lodge* que representou o ato final que sancionou a dominação norte-americana sobre a região, pois ampliava para o plano militar os interesses de Washington na área (SCHILLING, 1991: 25-26, grifos do autor).

O Corolário Lodge era definido pela atitude dos Estados Unidos em não permitir que países latino-americanos cedessem bases navais ou portos a países não-americanos. Tanto é que com a intenção japonesa de controlar uma base naval na região, o senador Lodge passou a advertir

(...) tanto as potências não-americanas, como os próprios governos latino-americanos a não se arrisquem a ceder bases navais a quem os Estados Unidos considerassem inconveniente. Não poderia haver outras bases navais na América Central e no Caribe que não fossem norte-americanas (*idem, ibid*).

Estamos nos remetendo ao período da administração Taft (1909-1913), marcada pela expressão consagrada “diplomacia do dólar” e pela vigência do corolário Lodge. De acordo com Schilling (1991), o montante de capital investido nesse período na América Latina correspondia a quase metade do capital que os Estados Unidos tinham

---

<sup>93</sup> Segundo Johnson (2007), “A primeira guerra dedicada explicitamente à criação de bases no exterior foi a hispano-americana de 1898. Embora o pretexto oficial para a guerra tenha sido dar assistência aos rebeldes cubanos contra o domínio espanhol e vingar o afundamento do *USS Maine*, a verdadeira razão foi estabelecer bases navais e do exército no Caribe e no Pacífico Ocidental, de acordo com os planos elaborados pelo então secretário-adjunto da marinha Theodore Roosevelt, o secretário de Estado John Hay, vários preeminentes senadores republicanos, incluindo Henry Cabot Lodge e Albert Beveridge, o teórico naval capitão Alfred T. Mahan, e diversos outros colaboradores como Brooks Adams e Elihu Root. Como resultado da vitória nessa guerra, Porto Rico, Guam e Filipinas viraram colônias americanas, O Havaí e a zona do Canal do Panamá (onde ficavam localizadas numerosas bases) foram anexados e uma base militar foi instalada em Cuba” (p. 221).

fora do seu território nacional. Para dar garantia a reprodução dessa massa de dinheiro alocado na região, Taft adotou uma política **preventiva**, “destinada a evitar revoluções ou conturbações sociais que pudessem por em risco estes investimentos” (SCHILLING, 1991: 27, grifo nosso). Alguma semelhança com o período atual não deve ser mera coincidência.

Após o governo de Taft temos o período de “delírio intervencionista” Wilsoniano, caracterizado como “o mais acabado exemplo do despotismo yanque em suas relações com a América Latina”, conforme Schilling (1991). Em relação a esse período, o autor referido afirma que

(...) nunca os latino-americanos e suas pequenas repúblicas padeceram tanto como durante os oito anos da administração Wilson. Dois fatores favoreceram o delírio das intervenções: em primeiro lugar, a eclosão da I Guerra Mundial fez com que as repúblicas caribenhas assumissem uma importância geopolítica significativa para os assuntos de segurança dos Estados Unidos. Reafirmar o poder americano na região era uma maneira de evitar um possível ataque das Potências Centrais ao "baixo ventre" americano. Em segundo, não se pode ignorar a verdadeira fé missionária que tomou conta do presidente Wilson, que pretendia regenerar os latinos decadentes que habitavam ao sul do Rio Grande (p. 29).

Wilson foi responsável por outro corolário que levava seu nome, além de um ideário<sup>94</sup>. No primeiro, o Corolário Wilson, que foi uma espécie de aperfeiçoamento do Corolário Roosevelt, a principal marca estava no apoio dos Estados Unidos “aos governos estabelecidos através de métodos legais e constitucionais”, reforçando o imobilismo político e social da região caribenha. O segundo, foi o ideário caracterizado pela “missão civilizatória” dos Estados Unidos para democratizar e pacificar os países latino-americanos, e que serviu como alicerce do chamado “imperialismo moral” Wilsoniano.

Conforme afirma Ayerbe (2002), posteriormente a Primeira Guerra, ainda que tenha havido um declínio da hegemonia da Inglaterra, “o crescente poderio econômico dos Estados Unidos não se traduz numa presença política marcante no cenário

---

<sup>94</sup> Conjunto ideológico que dá sustentação à política externa dos Estados Unidos e que serve de estímulo e justificativa para a ação (SCHILLING, 1991: 10).

mundial”, e “sua política externa tem como alvo prioritário o continente americano” (p. 63).

Entre o período referido acima e a crise de 1929, a política externa estadunidense ganhou um certo ar de “mesmice”. Conforme afirma Schilling (1991), em trecho extenso mas aclarador:

Durante os longos doze anos de governos republicanos que sucederam a Wilson não houve modificações substanciais na política dos Estados Unidos em relação a América Latina. As administrações de W. G. Harding, C. Coolidge e Hoover apenas seguiram as práticas anteriormente estabelecidas por Theodore Roosevelt e W. Wilson. Apesar de advogarem uma política isolacionista, não hesitaram em utilizar os fuzileiros sempre que julgassem necessário (como na reocupação da Nicarágua em 1927). Assim, nos anos do consulado republicano (1920-1932), nada de imaginativo surgiu, além de se repetir a prática da política de “dólares e tiros”. Significativo, no entanto, foi a cada vez mais crescente presença americana na América do Sul. Observava-se, no período posterior a I Guerra, o lento recuo da presença britânica paralelamente ao avanço comercial dos Estados Unidos (p. 34-35).

Fala-se assim da “política da boa vizinhança” desencadeada pelo segundo Roosevelt, com a política anterior de intervenção aberta “dando lugar” a uma nova política, menos belicista na teoria, e compreendida no contexto pré-Segunda Guerra. Um exemplo está no chamado “Pacto de não-intervenção e inviolabilidade de territórios”, que os Estados Unidos diziam cumprir, apontando possivelmente dessa forma para uma mudança de código geopolítico, ao menos no discurso, pois na prática de fato existia uma convivência de códigos.

Tal processo pode ser interpretado quando avaliamos as palavras de Schilling (1991), que retratam nesse momento o início da revisão da política externa dos Estados Unidos. Cuba, entre outros países, sentiu o efeito desse código geopolítico novo com a revogação da *Emenda Platt* em 1934, apesar da base naval de Guantánamo ter sido mantida sob o controle estadunidense. Assim como em Cuba, no Haiti em 1936 sentiu-se o novo código com o encerramento do tratado haitiano-norte-americano, com o país deixando de ser um protetorado estadunidense. Obviamente, como um país imperialista, os Estados Unidos se fizeram ainda mais presentes no campo econômico, e o código

implementado não apenas garantiu, como ampliou a submissão das economias latino-americanas aos vários interesses estadunidenses.

Outro período fundamental que deve ser ressaltado como uma ainda mais clara mudança de código é aberto a partir do final da Segunda Guerra. Esse recorte é marcado por um enquadramento da América Latina pelos Estados Unidos na Guerra Fria, com esse país tornando-se efetivamente hegemônico na região. A revisão na política externa dá-se com a identificação de um inimigo externo perigoso, a URSS, daí sendo necessário o estabelecimento do código geopolítico da contenção, comentado anteriormente.

Depois de um convívio forçado com socialistas e comunistas, provocado pela agressão do Eixo, as forças conservadoras começaram a se reagrupar. O ponto de partida foi dado pelo célebre discurso pronunciado pelo ex-primeiro ministro britânico, W. Churchill em Fulton, Missouri, em 1946, quando apontou a URSS como o novo e mais temível inimigo da coligação anglo-saxã, depositária dos valores ocidentais. Neste mesmo ano, apressava-se a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, que passaria a orientar as relações da grande potência com o resto do mundo. Em março de 1947, o presidente norte-americano anunciava a nova doutrina: os Estados Unidos estavam dispostos a “**conter**” toda e qualquer manifestação de avanço do comunismo internacional, **intervindo militarmente** para garantir governos amigos ameaçados (SCHILLING, 1991: 41, grifo nosso).

Para o autor supracitado, o TIAR e a OEA, por exemplo, foram os instrumentos jurídicos criados para acelerar o enquadramento da América Latina no contexto do código da contenção, ajustando a mesma aos interesses estadunidenses, resgatando para isso fundamentos da Doutrina Monroe. O TIAR estabelecia um enlace dos países Latino-americanos aos desígnios geopolíticos dos Estados Unidos, já que

(...) ele obrigava a todos os signatários, quando dois terços dos Estados membros assim votassem, a interromper relações diplomáticas e econômicas com qualquer violador, interno ou externo, da *Ata de Chapultepec*, mas nenhum membro seria obrigado a usar suas forças armadas sem o desejar. Fixava também a dimensão da "zona de segurança" em volta dos continentes americanos, do norte ao sul, incluindo a Groenlândia e o Alasca e declarando que qualquer ataque a esta zona constituiria um ataque contra todas as repúblicas signatárias. Um pouco antes de ratificá-lo pessoalmente, Truman anunciou seu plano de padronizar os armamentos dos exércitos latino-americanos bem como de iniciá-los nos modernos métodos de treinamento. Os Estados Unidos esperavam assim fixar as bases da dependência militar bem como abrir um amplo mercado para escoar seus imensos estoques de armamento convencional acumulados após o término da guerra (SCHILLING, 1991: 43).

De acordo com Ayerbe (2002) está sendo criada nesse contexto a nova agenda de segurança estadunidense. Segundo ele:

A redefinição do papel dos Estados Unidos na política internacional após a Segunda Guerra Mundial, como responsável principal pela segurança do sistema capitalista, levou o governo Truman a repensar a estrutura do sistema decisório do Estado na formulação e execução da política externa. Em 1947, é sancionada uma lei de Segurança Nacional que estabelece várias mudanças: unificam-se as Forças Armadas num Estado-Maior Conjunto subordinado a Secretaria da Defesa, responsável pela formulação da política militar, cuja sede física passa a ser o edifício conhecido como "Pentágono" (p. 79).

No novo quadro geopolítico global foram promovidas diversas mudanças que visavam às ações planejadas de política externa, “as Forças Armadas e os serviços de inteligência adquirem uma capacidade operativa que os transforma em instrumentos privilegiados da ação do Estado nos assuntos internacionais” (AYERBE, 2002: 80). O autor refere-se aqui também ao papel destacado da CIA. Logo,

(...) a preocupação dos Estados Unidos em relação à América Latina no início da guerra fria se concentra especialmente nas posturas nacionalistas de alguns governos e movimentos que visualizam uma perspectiva equidistante da influência do país como base para qualquer política de afirmação nacional. A maior preocupação é com a disponibilidade dos recursos naturais da região em caso de uma guerra com a União Soviética e a eventualidade de um boicote de governos, sindicatos e demais movimentos, em que a infiltração de idéias antiamericanas possa ser decisiva (AYERBE, 2002: 81).

Um outro momento fundamental para a redefinição da política externa estadunidense foi a Revolução Cubana de 1959, estimuladora do desencadeamento de uma sucessão intervenções dos Estados Unidos e de ditaduras militares na América Latina.

Os golpes de Estado que ocorreram nos mais diversos países da América Latina, após a revolução cubana, não decorreram de fatores endógenos, inerentes aos países da América Latina. Representaram muito mais um fenômeno de política internacional continental, no contexto da Guerra Fria, do que de política nacional argentina, equatoriana, brasileira etc. Eles resultaram, em larga medida, da mutação que os Estados Unidos promoveram na estratégia de segurança do hemisfério, redefinindo as ameaças... (MONIZ BANDEIRA, 2005: 222).

Vale destacar igualmente como

(...) o papel de polícia atribuído aos militares latino-americanos, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, complementou a mutação da estratégia de segurança do hemisfério, até então baseada na hipótese de uma "agressão extracontinental", em estratégia de contra-insurreição, que apontava como principal ameaça o "inimigo interno" e deveria ser, portanto, mais

dinâmica, tanto terapêutica quanto profilática, visando a derrotar a subversão, onde quer que ela se manifestasse, e a impedir que surgissem no continente outros regimes, como o de Fidel Castro (*idem, ibid*).

As transformações promovidas em Cuba a partir de 1959 levaram os Estados Unidos a estabelecerem estratégias, apesar de gerais, relativamente diferenciadas para os países latino-americanos. A chamada assistência militar era uma dessas estratégias fundamentais, “que compreende o treinamento de militares latino-americanos, oferta de material usado ou excedente e créditos para a compra de equipamentos” (ROUQUIÉ, 1984: 160).

Nesse meio tempo, a situação no hemisfério realmente mudou. O desafio cubano modificou as concepções estratégicas dos Estados Unidos (...). Sob a presidência de Kennedy, a missão das forças armadas latino-americanas é redefinida: a segurança interior e a luta anti-subversiva substituem a política comum de defesa contra uma agressão exterior (*idem, ibid*).

A contribuição de Alain Rouquié é de bastante importância em nossa pesquisa, sobretudo devido ao mesmo identificar no contexto geopolítico referido e na composição da assistência militar, a criação de um dos nós fundamentais na pré-configuração do território-rede militar estadunidense sobre a América Latina, o Comando Sul, hoje localizado na Flórida.

Os programas de assistência militar (MAP) dos Estados Unidos são coordenados por um centro operacional, o *Southern Command*, um dos quatro grandes comandos militares dos Estados Unidos transferido em 1963 para a Zona do Canal do Panamá. O *Southern Command* (ou *South Com*), cujo aparecimento está ligado à situação cubana, tem em princípio, como função, defender o canal. Mas esse "**Pentágono em miniatura**", equipado com 10 a 15 mil homens das três armas, capaz de intervenção rápida em caso de necessidade, supervisiona do próprio coração do continente a assistência e a influência militares dos Estados Unidos. As conferências anuais dos comandantes dos exércitos dos Estados americanos insistem sempre sobre a situação continental, sobre o estado das "ameaças" e sobre a divisão interamericana das tarefas de defesa. A realização de manobras conjuntas, como as operações *Unitas* para a Marinha e os acordos regionais de integração, como aquele que gerou a formação do CONDECA (Conselho de Defesa Centro-Americano), procedem diretamente da programação global de defesa elaborada pelas autoridades militares norte-americanas. No caso da Marinha, o empréstimo ou locação de embarcações pela frota dos EUA facilita evidentemente as pressões que visam a uma cooperação mais estreita. Essa intrincada **rede de colaboração militar** varia de densidade segundo o país. Da mesma forma como variam as missões militares, a extensão da ajuda financeira, a porcentagem de oficiais e de suboficiais preparados pelas escolas norte-americanas (ROUQUIÉ, 1984: 161, grifo nosso).

Ao tratar da teoria da contra-insurgência desenvolvida no governo Kennedy, Schilling (1991) nos diz que a mesma visava “remodelar a instrução militar do continente, adaptando as Forças Armadas latino-americanas à luta anti-guerrilha” (p. 51). Para a estratégia dos Estados Unidos “o treinamento militar é de importância capital” (COMBLIN, 1978: 140).

A doutrina da contra-insurgência fez com que não apenas a política externa dos Estados Unidos retomasse os princípios intervencionistas como implicasse ainda numa reciclagem da função das forças armadas latino-americanas. Os militares não seriam apenas os guardiões das normas constitucionais mas passariam a exercer eles próprios o poder (SCHILLING, 1991: 52).

Conforme Ayerbe (2002), a postura do governo Kennedy será definida pelo reformismo econômico e social nos países latino-americanos visando o afastamento das idéias comunistas, o que não representará o “abandono das políticas preventivas e repressivas das administrações precedentes” (p. 116). Para a implementação de tais reformas foi criada a Aliança para o Progresso (Alpro), além disso, na tentativa de prevenir experiências inspiradas na situação cubana, foi reforçada a “política de treinamento e aparelhamento das forças repressivas latino-americanas” havendo uma “reformulação dos programas do Pentágono” (p. 117).

Ayerbe (2002) lembra-nos que essa reformulação promoveu uma nova orientação da política externa, que no governo Johnson foi fortalecida, com a Alpro assumindo um papel meramente discursivo. A nova orientação ficou conhecida como Doutrina Mann, que recomendava “uma postura neutra em relação ao caráter ditatorial ou democrático nos regimes políticos da região, privilegiando os interesses globais dos Estados Unidos, especialmente o combate ao comunismo” (p. 124).

Em 1968 chega ao poder nos Estados Unidos Richard Nixon, que envia para a América Latina, em “uma viagem de consultas e informações”, o “símbolo do domínio imperial norte-americano: um Rockefeller, Nelson” (SCHILLING, 1991: 57). Daí produz-se o Relatório Rockefeller, que recomendava: “reforçar o programa de ajuda em

equipamento para as forças repressivas, fossem policiais ou militares, bem como dar-lhes treinamento adequado”; “concordar na venda de material bélico convencional para evitar que este fosse comprado em outros mercados que não o americano”; “considerar os regimes militares como modernizadores (desde que não nacionalistas) e merecedores de atenção especial por parte do governo republicano<sup>95</sup>”.

Se os governos Kennedy e Johnson pensavam em fornecer apenas equipamento militar leve destinado a luta antiguerrilheira, o relatório promove uma alteração nesta política. De fato, permitir o fornecimento de material pesado (tanques, artilharia, aviões, radares etc.) significava dar maior autonomia aos exércitos latino-americanos, fazendo com que os mesmos assumissem uma parte da responsabilidade pela segurança do Ocidente (...). A política de Nixon-Kissinger significava que os Estados Unidos não interviriam mais com suas tropas no mundo inteiro. Os aliados e países satélites seriam suficientemente equipados para realizar a defesa interna bem como dos valores considerados básicos aos interesses ocidentais (SCHILLING, 1991: 58).

Em 1975, com a derrota no Vietnã, a crise da economia, o escândalo Watergate, somados ao apoio às reacionárias ditaduras no “Terceiro Mundo”, houve a necessidade de uma mudança significativa nas políticas interna e externa dos Estados Unidos. Nesse contexto encontra-se o governo Carter, que elencará a “política dos direitos humanos” como algo de impacto frente aos soviéticos. A idéia geral era “mudar a face do império agressivo e sem escrúpulos” do governo Nixon, “e, ao mesmo tempo, colocar a URSS numa posição eticamente incômoda”, criando uma espécie de competição moral de valores, algo que se traduziu numa perda de hegemonia dos Estados Unidos em vários campos (SCHILLING, 1991: 60).

“Em resposta ao descrédito internacional do país”, o governo Carter “procurará mudar essa imagem apresentando-se como defensor da democracia, dos direitos humanos e da autodeterminação das nações”. Entretanto,

(...) apesar dos esforços da administração Carter, a mudança de imagem dos Estados Unidos perante os principais círculos dirigentes econômicos, militares e políticos do país não se dá no sentido esperado. A imagem agressiva e

---

<sup>95</sup> Rockefeller recomendava igualmente que fossem estimuladas as medidas de controle da natalidade para evitar explosões irracionais de massas desesperadas. Em síntese, seus conselhos poderiam ser resumidos em duas palavras: pílulas e polícia (SCHILLING, 1991: 58).

intervencionista dá lugar a uma sensação de fraqueza e de crescente retração no cenário internacional (AYERBE, 2002: 192-193).

Tendencialmente, vindo de um país imperialista, as coisas teriam que mudar, ou algo deveria ser resgatado para levantar moralmente os Estados Unidos desde a economia<sup>96</sup> à política-militar externa. A condução dessa tentativa de recuperação será iniciada em 1980 por um governante de extrema-direita: Ronald Reagan. “As prescrições de Reagan para a América Latina faziam parte de um esforço global para restabelecer o poder e o prestígio norte-americanos” (LOWENTHAL, 1989: 41).

O recrudescimento da guerra fria fez com que o governo Reagan recorresse às velhas práticas truculentas de seus antecessores como T. Roosevelt, W. Wilson e Eisenhower. Desta forma foram reativadas a política do *big stick*, a diplomacia das canhoneiras, a diplomacia do dólar e a ostensiva exibição de força (SCHILLING, 1991: 62).

Segundo Ayerbe (2002), “a busca da retomada da hegemonia [pelos Estados Unidos] outorga à América Latina um lugar de destaque”, como pode ser observado pelo “Documento Santa Fé” (p. 203).

Para o governo Reagan, o principal temor nessa região é o chamado “efeito dominó” que, a partir das mudanças em Nicarágua e Granada e a crescente instabilidade em El Salvador e Guatemala, poderia favorecer uma onda revolucionária capaz de arrastar o México e penetrar nos próprios Estados Unidos, pelas grandes comunidades negras e hispânicas. Em 1981, elabora-se um programa de ajuda denominado “Iniciativa da Bacia do Caribe”, que busca ampliar o comércio e melhorar os investimentos (...) Nesse período, inicia-se o apoio financeiro e militar a guerrilha dos “contras”, formada por ex-guardas somozistas e mercenários que atuam na Nicarágua pela fronteira com Honduras (AYERBE, 2002: 205).

No início da década de 1980, travam-se relações de poder bastante interessantes e, em parte, importantes para nossa pesquisa: a guerra das Malvinas. Obviamente não iremos nos aprofundar nesse evento, assim como em nenhum outro especificamente, mas vale destacar que, nas relações entre Inglaterra, Argentina e Estados Unidos, essa guerra proporcionou um grande interesse dos Estados Unidos em instalarem bases militares no arquipélago e proximidades. Conforme Moniz Bandeira (2005), instalar

---

<sup>96</sup> As questões econômicas, inversamente, não foram importantes nas preocupações iniciais dos estrategistas latino-americanos da administração Reagan; elas só se tornaram importantes mais tarde, em 1982, quando o México e depois outras nações não puderam sustentar os pagamentos das taxas de juros de suas dívidas externas (...) (LOWENTHAL, 1989: 43).

uma base no arquipélago e outra na Patagônia, anexo ao Estreito de Magalhães, era uma pretensão dos Estados Unidos desde a segunda guerra, “com o objetivo de fortalecer a estrutura defensiva no Atlântico Sul e, globalizando a segurança continental, enfrentar e deter a expansão da União Soviética” (p. 450).

O arquipélago das Falklands/Malvinas poderia constituir um posto avançado para o controle ao redor do Cabo Horn, com a instalação de bases americanas, que funcionariam como uma chave do Atlântico Sul, permitindo aos Estados Unidos fiscalizar o transporte de petróleo originário do Oriente e vedando qualquer pretensão que o Brasil pudesse ter em relação à Antártida (MONIZ BANDEIRA, 2005: 450).

Na agenda latino-americana do governo Reagan no decorrer da década de 1980, o narcotráfico ganha grande atenção. Segundo Ayerbe (2002),

(...) a partir das administrações republicanas dos anos 80, a grande mudança que se opera no combate ao tráfico de drogas será a vinculação desse problema com a segurança nacional, extrapolando o âmbito interno e policial da repressão, para transformar-se em tema de política externa, no qual a participação das Forças Armadas em operações fora do país começa a ser discutida (p. 213).

De uma maneira geral, de acordo com Lowenthal (1989), a maior parte das políticas do governo Reagan para a América Latina e o Caribe não conseguiram atingir seus objetivos. E “as tentativas da administração Reagan de impor novamente a preponderância norte-americana na América Latina frequentemente tiveram um efeito contraprodutivo” (p. 48).

Como é perceptível na política para América Latina do governo subsequente ao de Reagan, o chamado combate ao narcotráfico ganha uma dimensão privilegiada. Na política externa de segurança do governo Bush (1989-1993), desenvolvida no contexto pós-Guerra Fria, são claros os objetivos estratégicos dos Estados Unidos, segundo Herz (2002), eles estão concentrados em “duas agendas: a promoção das reformas neoliberais e o combate ao comércio ilícito de drogas<sup>97</sup>” (p. 86).

---

<sup>97</sup> A mesma autora lembra-nos que “a definição do tráfico de drogas como uma ameaça aos Estados Unidos já vinha sendo construída há décadas. Ainda em 1971 o presidente Richard Nixon havia declarado o tráfico de drogas como uma ameaça à segurança nacional. Nos anos 80, o Governo Reagan expandiu os esforços de combate às drogas a partir da teoria de narcoguerrilha, elaborando-se uma associação entre os cartéis de drogas colombianos, as guerrilhas esquerdistas e Cuba. Em 1986, é estabelecido um mecanismo de certificação unilateral, que estabelece que o presidente dos Estados Unidos deve relatar ao Congresso quanto à cooperação de cada país no combate às drogas. O

O narcotráfico juntamente com outras “ameaças” influenciarão os Estados Unidos em mudarem a relevância das chamadas sub-regiões latino-americanas, A região andina, por exemplo,

(...) adquire maior importância para a alocação de recursos no contexto do planejamento estratégico do Estado norte-americano, em contraposição à relevância da América Central durante os anos 80. A produção de drogas nesta parte do hemisfério, a preocupação com os "Estados falidos" e a necessidade de diversificar a presença norte-americana com o fechamento da base militar no Panamá, planejada para o final de 1999, explicam esta mudança. Como resultado da maior relevância que a região andina adquire no contexto dos objetivos estratégicos norte-americanos houve uma extensão da zona de influência imediata. A distribuição de bases, os acordos militares assinados, a assistência concedida a esses países atestam para esta mudança (HERZ, 2002: 87).

Um fator que talvez nos oriente para a interpretação de uma mudança de código geopolítico no período retratado encontra-se no esforço do governo Bush em estabelecer um sentido novo ao sistema de segurança em escala hemisférica, pautando-se principalmente nos discursos das novas ameaças. Para Herz (2002), “a postura coercitiva da administração anterior [Reagan] perdeu seu *status* central na elaboração da política externa americana e uma nova ênfase na cooperação multilateral pôde ser observada” (p. 88).

No esforço de se prevenirem, os Estados Unidos diversificam suas estratégias no campo militar, haja vista o período aberto com o fim da bipolaridade<sup>98</sup>. Nesse contexto uma das estratégias de segurança dos Estados Unidos para a América Latina é a cooperação. A aliança como uma forma auxiliar na prevenção. Segundo Herz (2002):

O conceito e a prática de medidas de confiança mútua foram incorporados às doutrinas de segurança nos diferentes países latino-americanos. A troca de informação, com o aumento da transparência e a redução da percepção de ameaças, a criação de canais de comunicação, o acesso às atividades militares de outros países, o aumento da previsibilidade através da notificação quanto às atividades militares e a criação de restrições às atividades militares são os pressupostos desta agenda. A participação dos militares em missões de paz

---

país "sem certificação" não pode receber crédito do governo americano e um voto negativo norte-americano pode ser emitido em instituições financeiras multilaterais; além disso, sanções comerciais são previstas” (p. 93-94).

<sup>98</sup> Nos Estados Unidos, pela posição central que ocupava na guerra fria e pela tendência expansiva da sua economia, o Estado desempenhou um papel de destaque como articulador de solidariedades entre os objetivos relacionados com a segurança do sistema internacional sob sua liderança e a dimensão global dos negócios do capital privado nacional. Naquele contexto, a defesa do "mundo livre" contra o comunismo e de uma economia mundial aberta eram proposições que expressavam a estratégia nacional do país (AYERBE, 2002: 260).

multilaterais é vista como parte deste traslado, que modificaria o papel e a perspectiva das Forças Armadas latino-americanas (p. 89).

Apesar do fim da Guerra Fria e do discurso da difusão da democracia, a América Latina passa por um processo de militarização intenso, mas relativamente diferenciado, desde o início da década de 1990, seja pela assistência militar<sup>99</sup> ou através da presença militar direta, destacando-se o uso e a implantação de bases militares.

Para identificarmos as principais características da política externa do governo Clinton e seu legado para a América Latina e para o governo George W. Bush, nos referenciaremos essencialmente em Petras (2002). Entretanto, procuraremos retirar desse autor aquilo referente, sobretudo, à geopolítica militar dos Estados Unidos, uma vez que sua análise assenta-se fortemente no imperialismo econômico em sua faceta neoliberal<sup>100</sup>.

Conforme James Petras, o regime George W. Bush não recebeu como herança somente a crise econômica, existe um problema extremamente importante

(...) advindo da expansão político-militar agressiva ocorrida durante os anos 1990. A principal característica do projeto de construção do império de Clinton foi a intervenção indiscriminada e abrangente onde quer que fosse, sem considerar a região, as prioridades ou a estratégia. Seu conceito de império era tão inclusivo que nenhuma região do globo estava a salvo de um assalto militar direto, de uma invasão ou ocupação (PETRAS, 2002: 16).

Petras (2002) esclarece que, apesar dos objetivos estratégicos dos governos Clinton e Bush serem idênticos, é patente estilos distintos para a construção do império,

---

<sup>99</sup> Para exemplificarmos isso no governo Clinton remetemo-nos à Moniz Bandeira (2005): O treinamento de militares de outros países constituía um componente da política de segurança nacional e da política exterior dos Estados Unidos e era propiciado através do *International Military Education and Training Program* (IMET), do Departamento de Estado e da *Defense Security Cooperation Agency* (DSCA), do Departamento de Defesa (DoD). Além de servir também para a coleta de inteligência, constituía um meio de promoção de vendas de material bélico - armamentos e munições, um comércio dirigido pelo Pentágono, embora as companhias pudessem fazê-lo, diretamente, quando licenciadas pelo *Defense Trade Controls*, do Departamento de Estado. Os Estados Unidos foram responsáveis por mais de 70% das exportações de armamentos para o Terceiro Mundo e suas vendas para os países em desenvolvimento alcançaram, entre 1997 e 2000, o montante de US\$ 31,5 bilhões (p. 531).

<sup>100</sup> Apesar da forte ênfase na questão econômica, James Petras o forte papel da política (e da mídia) em tal contexto: O fato é que os anos de "prosperidade" de Clinton baseavam-se numa economia de papel, especulativa, insustentável, alimentada por falsas expectativas baseadas em propaganda de mercado, desconectada da economia real. Junto com uma política externa de rapina, que saqueava riquezas no exterior aproveitando-se de programas corruptos de privatização em todos os antigos países comunistas, na América Latina e na Ásia, a riqueza do império estava apoiada mais no poder político e na divulgação midiática do que em cálculos racionais de mercado (PETRAS, 2002: 14).

“em parte em razão do contexto em transformação, assim como por diferenças na composição interna dos dois regimes<sup>101</sup>” (p. 18). O caráter de Clinton era marcado pela dissimulação, na prática houve “manipulação de símbolos da cooperação” que “manifestou-se em processos de consulta formal aos aliados e, em menor medida, aos Estados clientes, seguidos pela ação militar unilateral ou multilateral”. O estilo Clinton foi definido por ser “formalmente ‘consultivo’ e informalmente ‘unilateral’” (p. 19).

A administração Bush, dominada por administradores de políticas estratégicas e econômicas acostumados a impor políticas sobre suas corporações e hierarquias militares e a dominar mercados, reagiu a esse complexo de crise e império expandido seguindo políticas abertamente unilateralistas, justificadas pela defesa dos interesses econômicos imperiais dos Estados Unidos (PETRAS, 2002: 20-21).

Na América Latina em especial, a estratégia geopolítica do novo imperialismo estadunidense é caracterizada por vários projetos, sendo que um tem caráter mais geral e “engloba” os outros, fala-se assim da ALCA<sup>102</sup>, esboçada por Clinton e levada adiante como intenção superior de Bush, principalmente após o “11 de setembro”.

Segundo Petras (2002), a administração Bush tem como objetivo estratégico “aumentar a participação dos Estados Unidos nas transferências por serviços e no comércio do Mercosul, e mudar radicalmente a relativa decadência dos Estados Unidos nos anos 1990”, para isso Washington desenvolve uma “estratégia complementar em dois flancos”, que visa o aumento do controle daquele país na extração de recursos e

---

<sup>101</sup> O trecho seguinte esclarece o que Petras (2002) chama de composição interna: O regime de Clinton estava fortemente influenciado pelos banqueiros de investimentos de Wall Street, pelas empresas financeiras e seguradoras, pelos especuladores da TI, assim como pelos fabricantes no exterior. Seu regime dependia em grande parte de políticos representantes das minorias (negros, latinos) e dos burocratas sindicais para mobilizar os eleitores em troca de nomeações políticas e proteção contra ações judiciais. Em contrapartida, no regime de Bush, os capitalistas influentes situam-se nos setores "extrativos" (gás, petróleo, eletricidade, mineração, madeira). Estão situados geograficamente no sudoeste e nos Estados das Montanhas Rochosas. Há um forte respaldo por parte do complexo militar-industrial, da agroindústria (sobretudo dos monopólios de tabaco), assim como dos investidores nas indústrias farmacêuticas do exterior. O regime de Bush dependeu de fundamentalistas religiosos da classe média baixa, de ideólogos de direita e anticomunistas e das câmaras de comércio (pequenas empresas) para fornecer ativistas políticos para ganhar as eleições. Como Clinton, Bush dá "representação simbólica" às minorias - cinco negros e latinos e várias mulheres fazem parte de seu gabinete, todos de acordo com sua política externa pró-imperial e sua política interna reacionária. Uma vez mais, a "diversidade" sem classes serve aos objetivos reacionários (p. 18).

<sup>102</sup> Nesse trabalho não iremos discutir a ALCA, mas para uma visão crítica desse projeto ver, entre outros, o próprio Petras (2001, 2002).

riquezas da região: de um lado a ALCA, pelo viés econômico, e de outro o Plano Colômbia-Iniciativa Andina, de face geopolítico-militar (p. 25).

Visando à defesa e ao aprofundamento de sua dominação sobre a América Latina, os Estados Unidos sentem a necessidade de prevenção. Por esse motivo, se empenham na construção de uma nova geopolítica para seu (por isso, novo) imperialismo. Como havíamos trabalhado em algumas páginas anteriores, o “novo império militar” estabelece o controle de bases militares por vários espaços nacionais latino-americanos, controlando espaços aéreos sobre os quais não lhe cabe o exercício da soberania. Realizam-se operações e exercícios militares rotineiros, e, no rastro dessa nova geopolítica, proliferam treinamentos e seleção de oficiais latino-americanos, aumentam os gastos militares através dos planejamentos (exemplo Plano Colômbia) etc.

Vale uma ressalva feita por Petras (2002) no que se refere ao Plano Colômbia, já que esse autor afirma que tal plano é a extensão do programa contra-insurgência dos anos 1960 no governo Kennedy, sendo que “a contra-insurgência era justificada como enfrentamento à ameaça comunista internacional; hoje é a ameaça das ‘drogas’. Em ambas as oportunidades, são negadas e ocultadas as bases históricas do conflito” (p. 37). Além disso, o autor lembra-nos que “nos anos 1960, as guerrilhas eram grupos pequenos e isolados; hoje, elas são um exército formidável que opera em escala nacional”, logo, o Plano Colômbia seria “a continuação e a ampliação da política militar dos Estados Unidos, baseada em objetivos estratégicos similares adaptados à nova realidade [geopolítica] mundial” (p. 38).

Em suma, referente a esse período mais recente de transição Clinton-Bush na América Latina, vale novamente as palavras de James Petras:

Se Clinton estendeu o império além da capacidade dos Estados Unidos de explorar lucrativamente os principais mercados, a política de Bush, de projetar a "Fortaleza América" por meio de decretos unilaterais, afastou seus aliados, radicalizou os opositores e isolou os Estados Unidos sob muitos aspectos. A recessão interna e a estratégia da "Fortaleza América" estão construídas em tomo

de um conceito de império mercantilista do qual a força, a violência – como no Plano Colômbia, na Iniciativa Andina e nos novos programas militares – e o monopólio econômico, como a Alca, são partes integrantes (PETRAS 2002, 36).

Logo, essa seção nos proporciona uma ponte para chegarmos à “cartografia” dessa nova geopolítica do imperialismo, primeiramente, e de maneira bem mais superficial, em escala global a partir dos subcomandos, e seguidamente abordando a pré-configuração do território-rede militar sobre a América Latina, com destaque para a territorialização na zona de responsabilidade do Comando Sul enfatizando tal processo no Equador.

## **5 – A ATUAL TERRITORIALIZAÇÃO MILITAR EM REDE ESTADUNIDENSE: A DISPOSIÇÃO GEOPOLÍTICA DOS SUBCOMANDOS MILITARES REGIONAIS**

A estratégia unilateralista do poder imperial envolve um reordenamento geopolítico fundamental, organizado em torno de três elementos primordiais. O primeiro elemento é o agrupamento de potências mundiais em formações regionais e a manutenção da hierarquia entre elas. Desse modo, a estratégia geopolítica unilateralista pode ser imaginada sob a forma de uma roda, tendo os Estados Unidos como eixo, com raios se estendendo para cada região do planeta. Desse ponto de vista, cada região é definida como o grupo de potências locais, mais os Estados Unidos como elemento dominante.  
[HARDT e NEGRI, 2005: 399]

Os autores citados acima se referem à estratégia unilateralista do poder imperial dos Estados Unidos de maneira mais ampla, contudo, é no campo geopolítico-militar, que buscaremos interpretar tal estratégia. Esta última parece ser conduzida por um código geopolítico global que, nas diversas sobreposições territoriais conflita e/ou fortalece suas articulações nas escalas regional e local.

Da citação que abriu esta seção, por mais que a mesma não tenha seu direcionamento específico para a questão militar, vale destacar uma idéia crucial para interpretar a disposição territorial em rede dos chamados subcomandos militares regionais estadunidenses. Trata-se de uma idéia pautada justamente no raciocínio de os Estados Unidos como centro principal, ou melhor, do Pentágono como ponto elementar na execução de uma territorialização militar em rede, indissociável das perspectivas expansivas que se configuram igualmente ao nível do território-zona.

Em escala ampliada, os Estados Unidos se organizam a partir das determinações que são dirigidas do Pentágono em direção aos subcomandos militares regionais. Dessa forma, pensaremos na disposição dos referidos subcomandos visando a uma reflexão baseada nas relações interdependentes entre as interpretações dos territórios-zona e dos territórios-rede, apoiando-nos, para isso, em algumas representações cartográficas.

Denominaremos de subcomandos militares regionais os macro-territórios-zona que, indissociavelmente, se ordenam igualmente em rede, em forma de territórios-rede. Cada um deles faz parte de uma estratégia imperial estadunidense, caracterizada por um novo modelo de imperialismo militar – onde um de seus fundamentos é a expansão de bases militares – que extrapola a própria esfera terrestre almejando o espaço sideral (MORAES, 2004: 384-388).

Essa escala de territorialização já tinha sido enfatizada e proposta pela geógrafa Bertha Becker, no contexto teórico-conceitual de uma “macrofísica do poder”, onde os agentes principais seriam o Estado, a corporação multinacional e a ordem militar. As ações que extrapolam a escala terrestre foi considerada pela autora como espaço cósmico, caracterizado como uma “nova fronteira do ecúmeno, científico-tecnológica, povoada por satélites e naves espaciais. Laboratório avançado movido pela logística, é também um posto avançado de gestão do planeta Terra que tende a se constituir como um território no espaço cósmico” (BECKER, 1988: 109).

Moraes (2004) trata de um novo militarismo dos Estados Unidos no contexto da produção pelo Pentágono do “projeto *Joint Vision 2010/2020*, com o objetivo de criar um novo modelo para as forças armadas norte-americanas” (p. 385). Em sua opinião,

(...) é o poder militar *cybertech* que está retroalimentando e redesenhando as estratégias geopolíticas globais norte-americanas, para as quais a provisão de serviços de banda larga, em altíssima velocidade, via satélite, tornou-se crucial para municiar de inteligência e de informações suas forças de segurança. A determinação de militarizar o espaço sideral, a partir de estações orbitais municiadas de armamentos a *lasers* de alta tecnologia, permitiria atingir alvos na Terra ou alvejar satélites de outras nações (MORAES, 2004: 385).

Para complementar, Moraes (2004), com base em Johnson, trata de uma nova estratégia de dominação global estadunidense, alicerçada no *Ballistic Missile Defense - BMD*, que tem como objetivo “construir, **preventivamente**, sistemas de defesa contra mísseis balísticos de outros países”. A autora assevera ainda que

(...) por baixo dessa **imensa rede militarizada**, que se expande pela Terra e rompe suas fronteiras em direção ao espaço, encontra-se uma poderosa infra-

estrutura de telecomunicações e o domínio absoluto das tecnologias da informação que suportam o seu sistema de segurança global (MORAES, 2004: 386, grifo nosso).

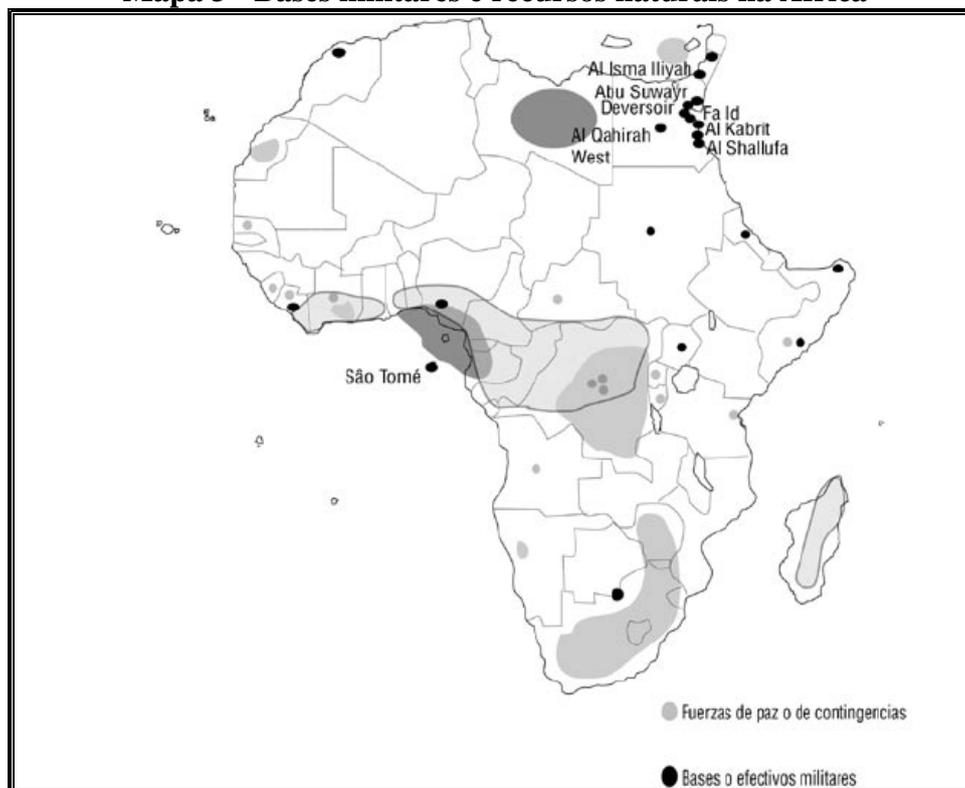
Na prática, a organização de uma imensa rede militarizada global somente pode se constituir na realidade efetiva por intermédio de um processo de territorialização, e mais precisamente, uma territorialização militar em rede. Esse processo revela-se ambivalente, já que geograficamente as lógicas zonal e reticular são indissociáveis. Nesse caso, os territórios-zona são balizados em cada uma das respectivas zonas de responsabilidade dos subcomandos militares regionais.

Antes de tratarmos mais especificamente desses últimos, vale ressaltar ainda, parte da análise de Ceceña (2006), ao afirmar que os Estados Unidos possuem planos estratégicos globais bem definidos para o século XXI. Para garantir seus interesses vitais, os Estados Unidos visam “controlar o mundo em sua totalidade e, nesta disputa, o território segue sendo o elemento essencial”. Os Estados Unidos vêm **redesenhando** suas políticas e **sua rede de posições militares** (CECEÑA, 2006: 23, grifo nosso).

A “rede de posições militares” compõe fundamentalmente a estratégia geográfica global dos Estados Unidos, a mesma que, segundo Ceceña (2006), se constitui em três cruciais zonas de interesse especial, geralmente vinculadas aos recursos energéticos e biodiversos. São elas: Américas, Ásia Central e África, representadas respectivamente nos mapas 1, 2 e 3, produzidos pela própria autora e intitulados por nós.



**Mapa 3 - Bases militares e recursos naturais na África**



Fonte: Ceceña (2006: 33)

Nos mapas acima são demonstradas as posições militares dos Estados Unidos e áreas que fazem parte de alguns subcomandos militares regionais. Os subcomandos militares regionais serão entendidos como grandes territórios-zona coordenados à “distância” por seus respectivos centros de comando. Cada um desses centros é componente essencial na configuração das estratégias político-militares em rede de outros territórios. Nesse caso, a lógica não dicotômica entre território-zona e território-rede deve prevalecer como método de interpretação, para que, assim, tenhamos uma visão mais ampliada da territorialização pré-configurada por intermédio do código geopolítico, o qual, como visto, é predeterminado pelos Estados Unidos dentro do contexto recente da geopolítica do novo imperialismo.

Os centros dessa estrutura geopolítica em subcomandos regionais muitas vezes não estabelecem presença dentro dos limites territoriais (leia-se limites de soberania

formal dos Estados) da mesma extensão correspondente. Isso significa dizer que alguns dos pontos nodais dessa efetiva territorialidade militar em rede estão articulados em espaços que, numa lógica dialética, encontram-se simultaneamente fora e dentro das respectivas zonas de responsabilidade de cada subcomando militar regional. Isso acontece devido a tais pontos nodais definirem as práticas dominantes que terão a intenção de se reproduzir nos territórios-zona, ao mesmo tempo em que, indissociavelmente, essas extensas áreas de responsabilidade que os Estados Unidos definem pelo mundo somente possuem sustentabilidade territorial a partir de configurações geopolíticas em rede.

Ao todo, atualmente, existem seis subcomandos regionais. No aspecto organizacional mais geral, eles se subdividem em vários outros subcomandos que não trataremos nesse trabalho. Focaremos os subcomandos regionais com o intuito de estabelecer mais claramente a lógica da indissociabilidade entre zona e rede na configuração de territórios, e, igualmente, chegarmos à nossa respectiva zona de responsabilidade - Comando Sul - e seu território-rede militar.

Os subcomandos militares regionais estabelecem suas respectivas zonas de responsabilidade através das determinações do Pentágono, sendo estratégia referente a um grande e variado recorte territorial, produto dos intencionais projetos geopolíticos dos Estados Unidos. Essas zonas de responsabilidade por muitas vezes são redefinidas conforme os códigos geopolíticos, sendo um exemplo didático disso a criação do subcomando regional da África em fevereiro de 2007.

Os subcomandos são denominados como: *U.S. Northern Command*, *U.S. Pacific Command*, *U.S. Southern Command*, *U.S. Central Command*, *U.S. European Command*, e o mais recente *U. S. Africa Command*. Cada um deles possui respectivamente seus pontos de definição de ações geopolíticas mais gerais. Ou seja, os

pontos nodais de onde partem ordens e planejamento são uma espécie de centros dos comandos, cada um figurando como nó logístico vertebrado a outros nós em escalas diferenciadas. Geralmente, os pontos de controle dos comandos encontram-se em bases militares dentro dos Estados Unidos, apresentando uma localização pautada numa densidade técnica mínima para que se permitam a imposição de um ritmo intenso de territorialização.

Metade, dos seis subcomandos regionais, possuem seu nó de comando dentro da respectiva zona de responsabilidade: o *U.S. European Command*, mais especificamente em Stuttgart, na Alemanha; o *U.S. Northern Command* sediado no Colorado (Peterson Air Force Base), Estados Unidos; e o *U.S. Pacific Command* (Honolulu) no Havaí. Os outros comandos têm seus centros em Miami, Flórida (*U.S. Southern Command*), em Tampa, também na Flórida (*U.S. Central Command*), e em Stuttgart, provisório nesse caso devido à recém implantação do *U.S. Africa Command*.

As zonas de responsabilidade dos subcomandos regionais são simultaneamente definidas e compostas por centros, ou seja, alguns pontos nodais articulados reticularmente que declaram suas respectivas áreas como frutos de um projeto geopolítico, e da mesma forma, internamente a cada zona de responsabilidade. Observam-se bases militares constituindo uma arquitetura geopolítica em rede peculiar à cada território-zona dos subcomandos militares regionais. Dentro de cada território-zona dos subcomandos são comumente estabelecidas redes de cooperação político-militar entre os Estados Unidos e outros Estados<sup>103</sup>.

Segundo os autores Flores (2004) e Moniz Bandeira (2005), apesar de certos subcomandos terem sua data de criação mais imediatamente no pós-segunda guerra mundial, é no decorrer dos anos 1990, a partir do governo Clinton, que eles passam a

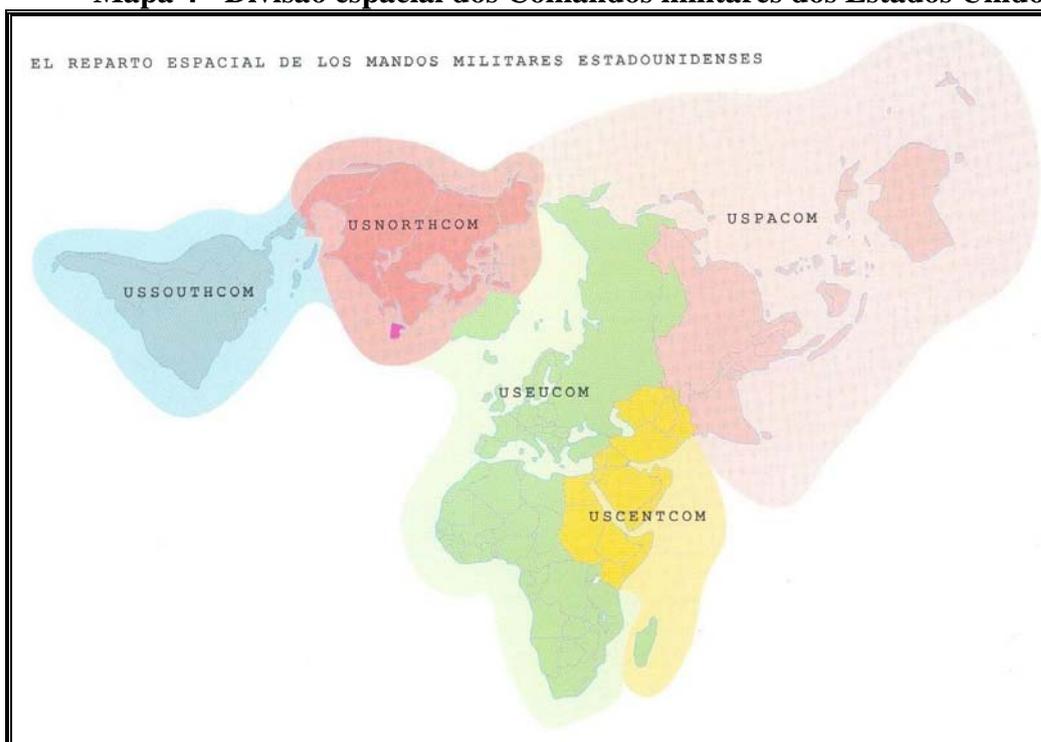
---

<sup>103</sup> O caso do Haiti parece ser ilustrativo quando consideramos o papel de cooperação, via ONU, entre Estados Unidos, Brasil, Argentina, Chile etc. no contexto do discurso das “intervenções humanitárias”.

servir como alicerces fundamentais da geopolítica global estadunidense, sendo necessário a criação de novos subcomandos.

Conforme Flores (2004), em relação à questão da (in)segurança internacional pensada pelos Estados Unidos, seria possível “dividir o mundo em cinco macrorregiões geoestratégicas que, não por acaso, correspondem às áreas dos cinco [atualmente seis] Grandes Comandos Combinados territoriais dos Estados Unidos (...), “cada um deles ajustados às missões que lhe cabem no pós-Guerra Fria” (p. 57) (ver mapa 4). De acordo com a assertiva podemos interpretar o papel dos subcomandos regionais num contexto de mudança/transição de código geopolítico por parte dos Estados Unidos no período aberto com o fim da bipolaridade.

**Mapa 4 - Divisão espacial dos Comandos militares dos Estados Unidos**



Fonte: Chaliand (2004: 47).

Mantendo-nos apoiado em Flores (2004), elaboramos um quadro básico partindo de sua contribuição ao caracterizar genericamente os subcomandos militares regionais, inserindo de nossa parte o ano de criação de cada um deles. Tal quadro nos serve,

sobretudo, de base para apontarmos algumas transformações recentes pelas quais passaram os Grandes Comandos Combinados territoriais dos Estados Unidos, e para mais detalhadamente interpretarmos o significado do *U. S. Southern command* - o Comando Sul.

**Quadro 1 - Subcomandos regionais e suas áreas de cobertura**

Subcomando Regional (ano de criação)	Área de Cobertura	Caracterização Geral
<p><i>U. S. Northern Command</i> (2002)</p>	<p>América do Norte (com os Oceanos Atlântico e Pacífico imediatamente adjacentes) – defesa dos Estados Unidos Canadá e México<sup>104</sup>;</p>	<p>São preparadas e estão sediadas nele as forças do <i>big stick</i> estratégico: forças estratégicas de defesa e ataque (aéreas, terrestres e navais/aeronavais/anfibias) e forças para "operações especiais", que constituem a base da formação das forças expedicionárias para atuação em outros cenários, bem como os meios de transporte estratégico dessas forças e de seu apoio. O <i>Northern Command</i> está hoje envolvido na defesa local contra o terrorismo, no tocante a necessidade eventual de meios propriamente militares, em complemento ao sistema policial e outros recursos que são protagônicos na rotina do controle (p. 58).</p>
<p><i>U. S. Southern Command</i> (1947)</p>	<p>América Central e do Sul (com o Caribe, os Oceanos Atlântico e Pacífico imediatamente adjacentes);</p>	<p>Esse Grande Comando deixou de ter forças permanentes desde o fim do acordo EUA-Panamá, que respaldava a ocupação norte-americana da zona do canal. Ele está vocacionado para a antiguerrilha, onde se insere o apoio as Forças Armadas da Colômbia, para o antiterrorismo e para o endoutrinamento correlato, na América Central e do Sul. Área que, com justas razões (não existem nela problemas graves, ressalvado o da Colômbia), e tida pelos Estados Unidos como estrategicamente pouco relevante e raramente mencionada em</p>

<sup>104</sup> O autor não se referiu ainda a Cuba e Porto Rico, que estão na área de responsabilidade do *Northern Command*, como pode ser identificado com o auxílio dos mapas apresentados anteriormente.

		livros e artigos norte-americanos relativos à segurança internacional. Nos últimos anos as poucas menções se restringem as atribuições no Haiti e as drogas, onde despontam as referências a narcoguerrilha na Colômbia e agora a hipótese vaga de terrorismo. Apesar de a América do Sul não estar sendo teatro do terrorismo, os EUA insistem doutrinariamente nele (p. 58);
<b><i>U. S. Europe Command</i></b> <b>(1952)</b>	Europa (a Europa, a Rússia até o Oceano Pacífico, a África, exceto seu saliente nordeste próximo do Mar Vermelho, praticamente inserido no turbilhão do Oriente Médio - Egito, Somália, Etiópia, Sudão -, o Mar Ártico com a Groenlândia, o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, salvo o próximo da América).	A inclusão da África menos ligada ao Oriente Médio parece ser um sintoma não apenas de sua relativa irrelevância para os EUA, como talvez uma indicação de que, por estarem na raiz da confusa situação africana atual, tanto a colonização européia do século XIX como a descolonização da segunda metade do XX, caberia a Europa a carga dos cuidados maiores relativos a ela (p. 59).
<b><i>U. S. Central Command</i></b> <b>(1983)</b>	O Oriente Médio (ate o Paquistão, o nordeste da África não incluído no do <i>Europe Command</i> , Ásia Central, Mar Vermelho e a parte norte do Oceano Índico).	O <i>Central Command</i> tem a ver com um objetivo norte-americano importante, a segurança do acesso ao petróleo do Oriente Médio; objetivo importante para os EUA, mas sob a perspectiva econômica, tanto ou mais crítico para a Europa, o Japão e a China. Futuramente, também a segurança do acesso ao petróleo dos países problemáticos da Ásia Central, região que era parte da URSS (p. 60);
<b><i>U. S. Pacific Command</i></b> <b>(1947)</b>	Ásia, Oceania, Oceanos Pacífico e o Índico ao sul do <i>Central Command</i> .	Grande Comando "de olho" na China; Cabe ao <i>Pacific Command</i> assegurar o compromisso norte-americano de defesa do Japão e da Coreia do Sul e de garantir o <i>status</i> atual de Taiwan (p. 61);

Algumas correções e outros comentários são importantes para continuarmos a tratar do papel dos subcomandos regionais na geopolítica do novo imperialismo estadunidense. Primeiro, não consideramos a área de responsabilidade do *U. S. Southern Command* “estrategicamente pouco relevante”, como afirma Flores (2004), pelo contrário, entendemos que se trata de uma área fundamental na conduta do código

geopolítico da prevenção. Apenas como exemplo, vale lembrar de fatores importantes e cada vez mais discutidos na definição das relações de poder sobre essa área, no tocante ao interesse dos Estados Unidos no acesso à biodiversidade e aos recursos energéticos e hídricos da região<sup>105</sup>.

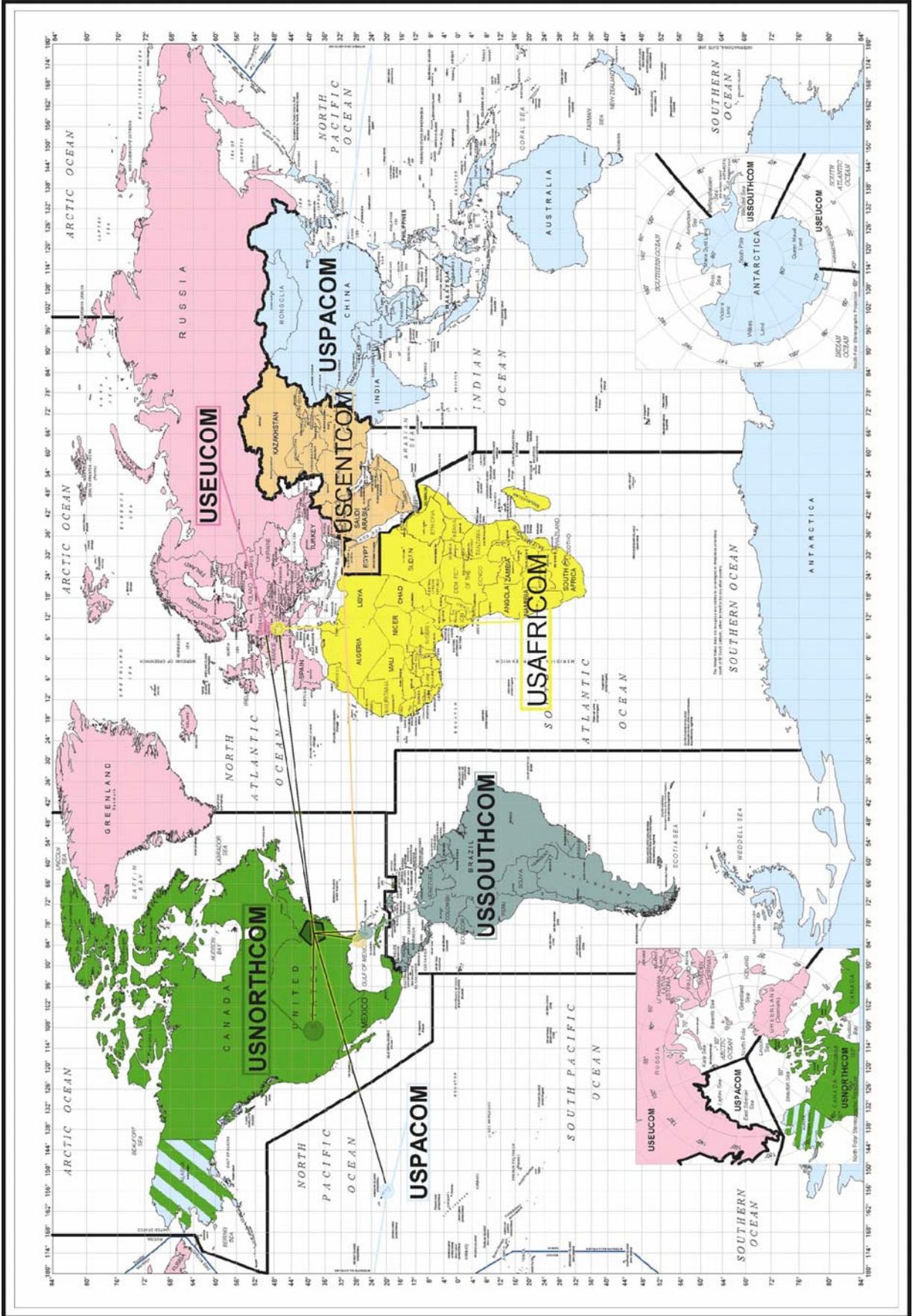
Em segundo lugar, a área de responsabilidade do *U. S. Europe Command* foi reduzida no início de 2007, com a criação do *U. S. Africa Command*. Dessa forma, o *U. S. Europe Command* perde a responsabilidade de cobrir qualquer área do continente africano, pelo menos em teoria, apesar do centro de comando do *U. S. Africa Command* se localizar provisoriamente na Alemanha. Com a criação de um subcomando específico para a África, o *U. S. Central Command* também teve sua área de responsabilidade diminuída, mantendo do continente africano apenas o Egito.

No mapa 5, partindo das recentes modificações das áreas de responsabilidade, estão definidos atualmente os Grandes Comandos Combinados territoriais dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se busca representar e localizar os centros de comando dos mesmos (círculos coloridos referentes com as cores de cada área de responsabilidade, todos ligados ao Pentágono), tornando mais visível a relação entre rede de centros de comandos e suas respectivas áreas de responsabilidade ou territórios-zona de influência.

---

<sup>105</sup> Ver por exemplo Ceceña (2001, 2004 etc.).

Mapa 5 - Disposição dos Subcomandos Regionais em 2007



Adaptado por Rodrigo Pina, 2007. Fonte: [www.defense.mil](http://www.defense.mil)

Uma contribuição que consideramos importante, trazida por Flores (2004), é assinalada quando o autor trata dos subcomandos – seus posicionamentos e zonas de responsabilidades – como algo vinculado à estratégia. Em suas palavras:

O imenso envolvimento norte-americano global delineado na apresentação das grandes regiões geoestratégicas exige poder militar excepcionalmente forte, capaz de presença decisiva onde se faça necessário – o que pode não ser viável em conflitos locais que envolvam grande ou mesmo média potência regional (...). Esse **poderio militar** já existe em nível que o faz não desafiável abertamente por forças organizadas de Estados e, embora suas forças principais (as do *big stick* estratégico) estejam sediadas normalmente no território norte-americano, parte dele está distribuído no mundo, para **rápido emprego**. No linguajar estratégico, estar **pré-posicionado**: tropa terrestre e meios aéreos em regiões críticas (os meios aéreos, facilmente reforçados em curto prazo), ao amparo de acordos regionais; e meios navais usufrutuários da liberdade proporcionada pela não-territorialidade [*sic*] do alto-mar, nos mares próximos delas. O **pré-posicionamento** é particularmente conveniente no tocante ao material, pois a tropa, desde que em contingentes limitados, hoje muito inferiores aos dos exércitos de massa do século XX, é transportável via aérea (FLORES, 2004: 61, grifo nosso).

Essa idéia do pré-posicionamento é bastante rica para nosso trabalho, já que pode se casar com aquilo que estamos chamando de pré-configuração de um território-rede militar, e também com as duas características básicas do novo código geopolítico da prevenção: a disposição territorial antecipada e a preparação. Poderíamos pensar em tomada antecipada de posições estratégicas e também em um arranjo e uma disposição territorial de elementos que preparam, se prevenindo assim, situações que possam estar por vir e que exijam aplicação de forças e mobilidade significativa de meios específicos de controle territorial. O pré-posicionamento deve permitir um rápido emprego de forças, ou seja, com os meios definidos se impõe o ritmo necessário<sup>106</sup>.

As *FOLs*, a serem comentadas no último capítulo, certamente possuem essa característica, vistas principalmente em suas funções no quadro geopolítico do Comando Sul (*U. S. Southern Command*). Vejamos então a territorialidade desse último.

---

<sup>106</sup> Exemplificando o caso de Israel e as bases militares secretas, baseado em Arkin (*apud* JOHNSTON, 2007: 180): “Os Estados Unidos ‘pré-posicionaram’ veículos, equipamento militar e até mesmo um hospital com quinhentos leitos para os *marines*, as Forças Especiais e aviões de combate e bombardeiros em pelo menos seis locais em Israel”. A localização específica de cada base militar, ou sítio, como é denominada na região, é mantida em sigilo.

## 5.1 – A territorialidade do Comando Sul e sua zona de responsabilidade

O papel do Comando Sul é intervir constantemente para **prevenir** deserções maiores e maximizar a participação militar latino-americana.  
[PETRAS, 2002: 71, grifo nosso]

Trata-se aqui de um subcomando que tem como zona de responsabilidade o Caribe, a América Central e a América do Sul, com “exceção” de México, Guiana Francesa, Cuba e Porto Rico, com os dois últimos países estando ligados ao Comando Norte. O Comando Sul foi criado em 1947 e passou a fazer parte da rede de comandos militares unificados. Seu nó central encontrava-se no Panamá desde 1947, atualmente seu centro de comando encontra-se localizado na Flórida.

O Comando Sul pode ser analisado como um centro de comando fortemente ligado ao Pentágono, responsável por estratégias de tipos variados em sua respectiva zona de responsabilidade, e ao mesmo tempo como o nó central que articula outros nós (*FOLs*) num território-rede militar, conduzido pelo código geopolítico da prevenção. Esse subcomando responsabiliza-se por várias estratégias em diversas escalas. Segundo Petras (2002), o Comando Sul “é responsável pelo planejamento, coordenação e condução [código geopolítico] da atividade militar dos Estados Unidos em toda a América Latina e Caribe” (p. 63), constituindo de maneira cada vez mais definida uma territorialização militar em rede.

Para alguns autores, a principal questão na zona de responsabilidade do Comando Sul é a da presença guerrilheira na Colômbia, país onde os Estados Unidos, a partir de Miami, aplicou um plano estratégico no final da década de 1990. Ao analisar o Plano Colômbia e seus impactos regionais, Caycedo (2005) afirma que os Estados Unidos, em suas intervenções, mantêm uma prática de “guerra pela prevalência, associada à guerra preventiva” (p. 63), através da forte militarização implementada na América Latina, que é parte da uma “guerra pelo predomínio mundial” (p. 58). É cada vez mais necessário dispor antecipadamente os meios, é crucial dominar “antes”.

O Comando Sul é um elemento/dispositivo territorial essencial do Departamento de Defesa dos Estados Unidos para a condução das estratégias militares destinadas à América Latina. Ele se responsabiliza pelas operações militares estadunidenses conduzidas em sua respectiva zona<sup>107</sup>.

As articulações no âmbito político-militar se caracterizam, segundo Petras (2002) por: instalação e concessão de bases militares; exercícios militares conjuntos; controle de inteligência/comunicações; apoio aéreo e operacional; treinamento e educação de militares e civis latino-americanos etc.

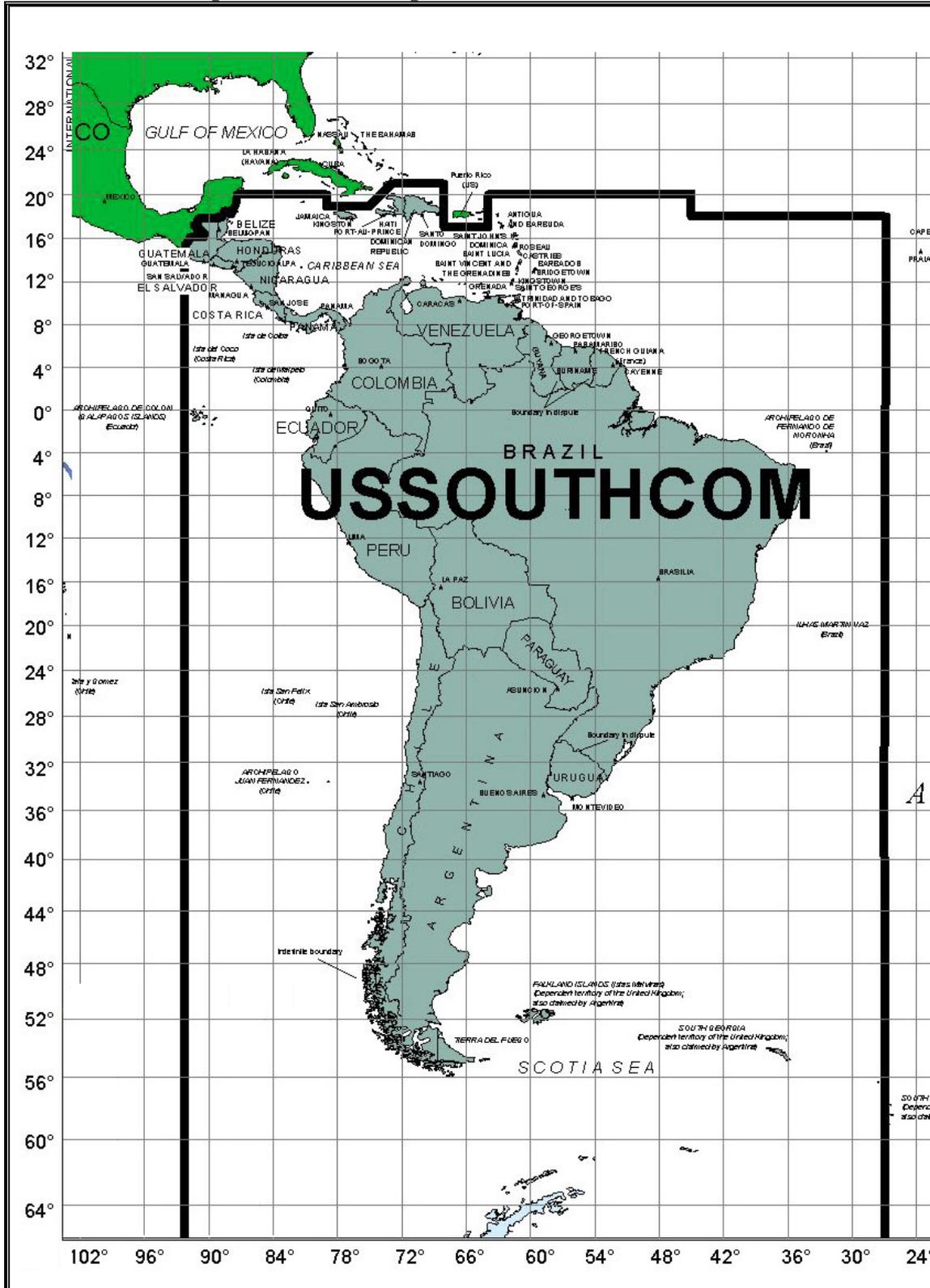
O alcance e a profundidade da participação do Comando Sul demonstram, por um lado, a recolonização dos aparatos militares dos estados clientes, mediante sua absorção, e, por outro lado, a presença militar direta e o controle das rotas aéreas, terrestres, marítimas e fluviais (PETRAS, 2002: 70).

No mapa 6 está representada a zona de responsabilidade do Comando Sul. Considerando sua extensão significativa, daremos mais atenção ao território-rede militar composto pelas *FOLs* e sua função no contexto do novo código geopolítico do imperialismo estadunidense. Façamos, contudo, algumas observações preliminares.

---

<sup>107</sup> “A Estratégia do United States Southern Command para o Teatro de Operações é obtida através de coordenações interdepartamentais e entre agências (linhas de comunicação formal e informal). Os dois principais participantes coordenam e sincronizam suas ações, o United States Southern Command responsável pela área de atuação e o Departamento de Estado (Department of State) e o Departamento de Defesa (Department of Defense) incorporando os embaixadores e suas respectivas equipes, Military Group Commanders, O Departamento de Justiça ( Department of Justice), o Departamento do Tesouro ( Department of the Treasury), Agência contra Drogas (Drug Enforcement Agency-DEA), Aduana (U.S.Customs) e o Escritório Executivo do Presidente”. O USSOUTHCOM é um comando conjunto que composto de membros do: Exército, Marinha, Força Aérea e Fuzileiros Navais. O Quartel General do SOUTHCOM tem aproximadamente 850 homens e mulheres de todas as Forças e 130 civis. É o menor staff de todos os comandos unificados. O staff inclui representantes do: Departamento de Estado, DEA, DIA, NSA, Coast Guard, e Aduana. (<http://www.defesanet.com.br/southcom/port.htm>).

Mapa 6 - Zona de responsabilidade do Comando Sul



Fonte: [www.southcom.mil](http://www.southcom.mil)

Devemos lembrar que os Estados Unidos não são os únicos a definirem presença estrangeira na zona de responsabilidade do Comando Sul, o que podemos constatar ao

considerarmos a presença militar da França na Guiana Francesa, o que torna possível uma mobilidade, não somente da França, mas de outros países europeus<sup>108</sup>, cada vez mais ampliada na região (BURCH, 2007: 13).

O Comando Sul, através das instalações militares (*FOLs*), define um território-rede complexo, de múltiplas estratégias, que tem sua configuração alterada a partir do Plano Colômbia, em 1999. Nessa ocasião, conforme Lindsay-Poland (2007), a estratégia da concentração de bases no Panamá é desmontada, predominando uma espécie de descentralização da presença militar estadunidense com a proliferação de novas bases e acordos militares na região (p. 16). A mudança de código, de fato, se redesenha territorialmente.

As palavras do chefe do Comando Sul, em 2006, apresentam abertamente o novo código geopolítico quando, por exemplo, tratam da defesa hemisférica como uma defesa preventiva dos Estados Unidos. Craddock (*apud* BERTACCINI, 2007) assevera que a defesa preventiva se desenvolve por intermédio de uma ampla cooperação com o restante das nações do continente. Isso pode ser exemplificado nos acordos bilaterais entre os Estados Unidos e outros estados latino-americanos onde os primeiros “utilizam as instalações dos países anfitriões para seus próprios objetivos de treinamento, evitando criar um título de propriedade, o que lhe converteria em uma ‘base dos Estados Unidos’” (LINDSAY-POLAND, 2007: 18).

O Panamá exemplifica esse tipo de relação, já que se caracterizou como espaço privilegiado no que diz respeito a presença militar dos Estados Unidos sobre a América Latina no período da Guerra Fria. Em 1999, os testes de armamentos diversos que eram realizados no Panamá concentraram-se em Vieques, Porto Rico. Contraditoriamente, após a morte de um porto-riquenho atingido por bombas despejadas para fora da zona

---

<sup>108</sup> Ver no mesmo autor, Burch (2007), o “acordo europeu de uso mútuo de bases militares”.

de bombardeio em uma simulação para os ataques da OTAN em Kosovo, desponta um movimento não violento organizado em Vieques que vai ser importantíssimo nas campanhas contra a militarização estrangeira em vários países da região, no fechamento da estação naval Roosevelt Roads e também na saída de parte dos efetivos do exército, da marinha e das forças especiais para o Texas e Flórida<sup>109</sup>, apesar dos Estados Unidos ainda possuírem forte influência no país.

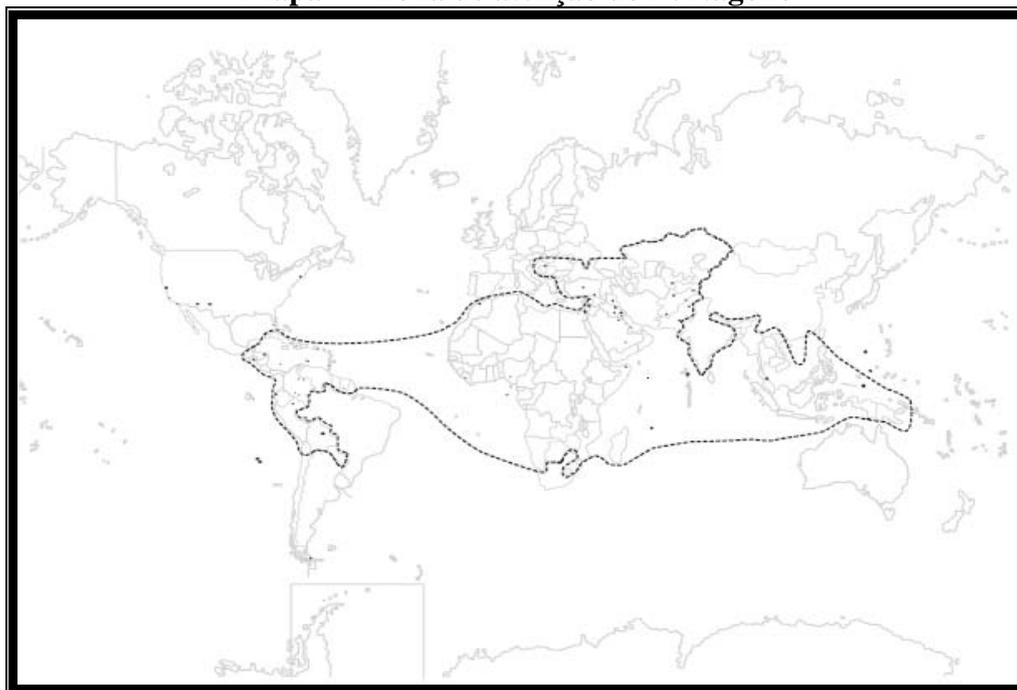
As instalações militares estadunidenses na América Latina têm pelo menos nove missões específicas, quase todas de caráter preventivo: intervenções policiais; sanidade tropical; defesa do Canal do Panamá; treinamento de tropas; testes com armas e outros equipamentos; engenharia ambiental; luta contra-insurgência; operações anti-drogas e trabalhos de inteligência e comunicações (LINDSAY-POLAND, 2007: 17). Em boa parte dessas “missões” fica evidente o caráter preventivo.

A lógica da prevenção é apontada por Petras (2002), quando o mesmo analisa a estratégia militar dos Estados Unidos para a América Latina, e quando trata de uma arquitetura da esfera militar orientada pelo Comando Sul, que tem sido fundamental para uma forte militarização da chamada Região Andina, considerada pelos Estados Unidos como uma das áreas mais “preocupantes” do planeta (ver mapa 7).

---

<sup>109</sup> Ver de forma mais aprofundada em Lindsay-Poland (2004 e 2007).

### Mapa 7 - Zona de atenção do Pentágono



Fonte: Ceceña (2004b: 38).

#### 5.2 - A importância estratégica da área de cobertura do Comando Sul

Conforme García (2003), a militarização da América Latina conduzida pelo novo imperialismo estadunidense se expande, de forma opressiva, através de três fundamentos centrais: apropriação dos mercados econômicos e dos recursos naturais (sobretudo petróleo e água); implantação de bases militares (destaque para os países amazônicos); constantes exercícios entre as forças armadas de diferentes países.

Para citar um exemplo da importância estratégica que possui a zona de responsabilidade do Comando Sul podemos mencionar Moreira (2005). Analisando geograficamente com base em questões como técnica e energia, Ruy Moreira diz que a importância da América Latina atualmente está centrada numa reformulação do paradigma dos padrões técnicos e de geração de energia existentes. Intencionalmente, tal reformulação tenta ser imposta notavelmente pelos Estados Unidos ao mundo.

A busca do capital pela apropriação de territórios com recentes conteúdos e significados, dá-se intensamente para servir a nova era técnica que se desenha. Segundo

Moreira (2005), falta tempo aos Estados Unidos para recuperar o relativo atraso frente ao acesso ampliado aos conhecimentos sobre a diversidade de vida, tendo na biorevolução da engenharia genética um de seus principais pilares. É a necessidade do controle de acessibilidade aos bioespaços que caracteriza uma “nova modalidade de geopolítica”, definida por uma “nova forma de disputa de domínio de territórios entre as corporações, via nações hegemônicas, em relação à qual os Estados Unidos se encontram ao mesmo tempo à frente e na retaguarda” (MOREIRA, 2006: 15).

O autor em tela diz estarmos acompanhando um processo de transição, de reestruturação do capitalismo numa escala espaço-temporal efetivamente mundial, e seria por isso que o tempo da dependência de petróleo de outros países deveria ser dilatado, alongando assim suas necessidades desse recurso<sup>110</sup>, que os Estados Unidos têm o domínio de grande parte. “Para isto é preciso o controle de um lado das reservas do petróleo árabe e de outro das fontes futuras de biomassa”, que no caso estariam concentradas na Amazônia<sup>111</sup> (MOREIRA, 2005: 54).

De acordo com Moreira (2005), nessa perspectiva energética, os Estados Unidos buscam unir duas pontas em sua política externa atual, onde uma seria o Oriente Médio, a “região do velho recurso energético” (petróleo), e a outra a Amazônia, “região do novo recurso” (biodiversidade), mas que também possui reservas significativas do “velho recurso” (p. 49). Nas palavras de Ruy Moreira,

(...) em duas frentes se faz presente a ação dos Estados Unidos num mesmo momento: a ação militar no Oriente Médio e a ação diplomática [e militar] na América Latina. Diríamos, uma frente estrategicamente relacionada a um

---

<sup>110</sup> Os recursos do mundo constituem, juntos, uma totalidade. Entendamos, aqui, por recurso, toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, idéias, sentimentos, valores. É a partir da distribuição desses dados que os homens vão mudando a si mesmos e ao seu entorno. Graças a essa ação transformadora, sempre presente, a cada momento os recursos são outros, isto é, se renovam, criando outra constelação de dados, outra totalidade (SANTOS, 1999: 106).

<sup>111</sup> É sabido que os combustíveis fósseis, especialmente petróleo e gás, estão distribuídos de maneira desigual pelo planeta e são excepcionalmente “disputados”, dentro de uma trama de relações bastante complexa. Nesse processo os Estados Unidos apresentam-se como grandes consumidores dos recursos energéticos do mundo, e não é incomum que as tentativas de controle de tais recursos sejam efetuadas pela presença e utilização da força militar. Um caso ilustrativo disto está presente na relação entre a presença militar estadunidense na América Latina e a disponibilidade de recursos contidos neste espaço, sobretudo no recorte do espaço amazônico sul-americano.

passado que ainda é o presente e uma outra frente estrategicamente relacionada a um futuro que já é agora. No centro, entre outros, o problema energético (MOREIRA, 2005: 48).

A importância desse espaço na zona de responsabilidade do Comando Sul é significativa. Moreira (2005) destaca que existe “um nítido cerco militar ao redor da Amazônia” por instalações militares estadunidenses, onde a apropriação da biodiversidade é fator fundamental “para a entrada do mundo na nova era técnica”, e também para a motivação da proposta de uma possível Área de Livre Comércio das Américas (p. 49).

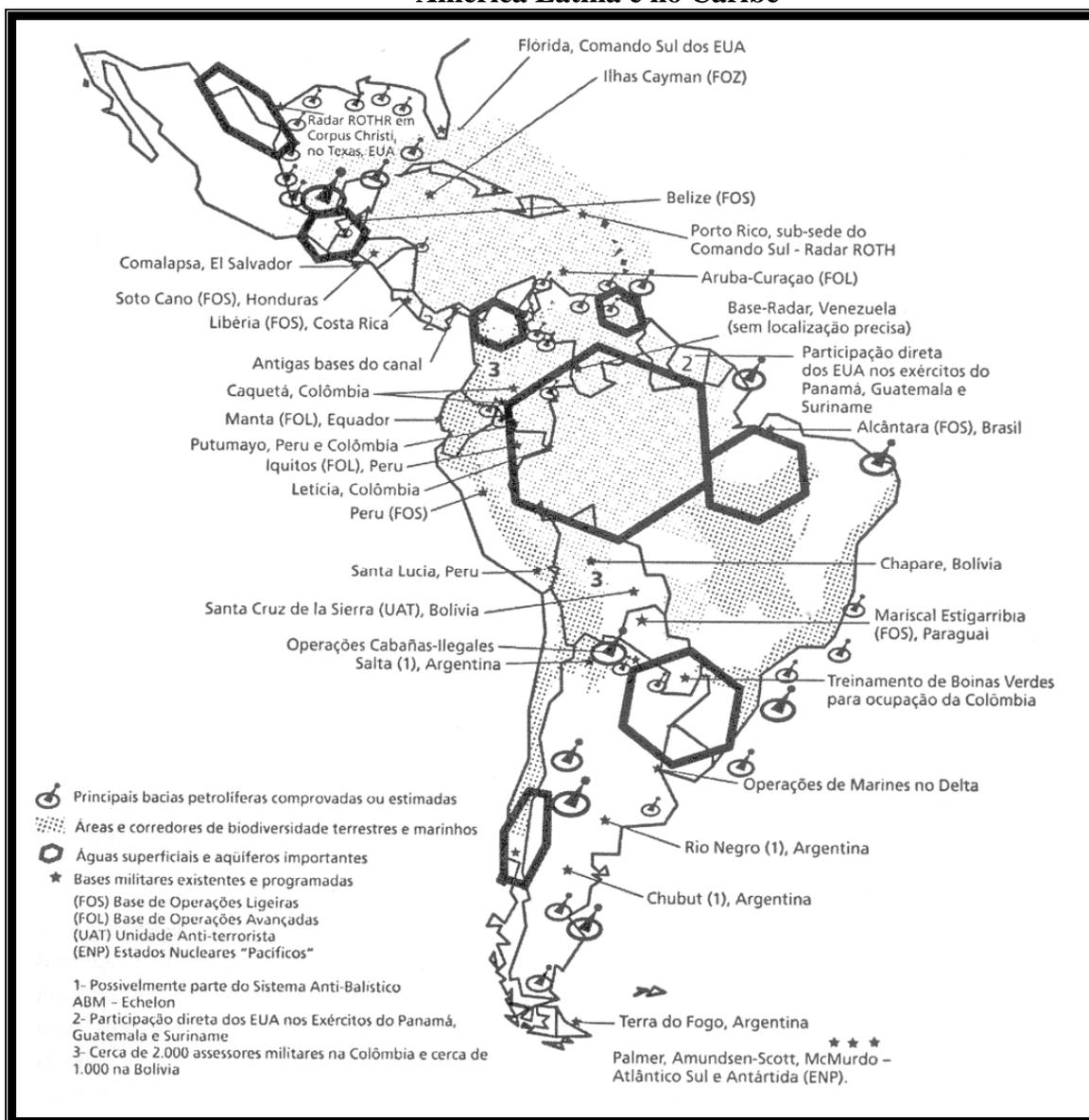
Quanto à militarização da América Latina estar vinculada ao controle dos territórios com presença de recursos naturais, destacamos um trecho e na seqüência um mapa (mapa 8) publicado por Porto-Gonçalves (2006):

O controle de territórios pela via militar implica, sempre, um gasto de energia excessivo e, exatamente por isso, não pode ser prolongado. Assim, outras estratégias de exercício de poder são, sempre, postas em marcha para garantir o controle dos territórios considerados estratégicos para que seu exercício seja, além de legal, legítimo<sup>112</sup> (p.294).

---

<sup>112</sup> Sobre uma análise mais aprofundada da questão em tela, ver o mesmo autor em suas reflexões sobre “A construção geopolítica do desenvolvimento sustentável e o neoliberalismo ambiental” (parte V da obra referida), onde fica clara a relação entre Estados e empresas no projeto global estadunidense do ICBG (*International Cooperative Biodiversity Group*)

## Mapa 8 - Recursos naturais e presença militar dos Estados na América Latina e no Caribe



Fonte: Porto-Gonçalves (2006: 295).

Reforçando o quadro de importância da zona de responsabilidade do Comando Sul para os Estados Unidos, Becker (2004b) exemplifica o resgate do Tratado de Cooperação Amazônica<sup>113</sup>, que aponta para os interesses geopolíticos sobre a Amazônia, ressaltando sua escala transnacional, já que só é possível pensá-la hoje como sul-americana, não mais atada especialmente como Amazônia brasileira. A integração amazônica, na visão da autora, seria fundamental para o Brasil, por exemplo, que visa

<sup>113</sup> Quanto a isto Becker (2004b) levanta a seguinte questão: Por que de repente, resolve-se resgatar o Tratado de Cooperação Amazônica, que estava parado no tempo? O Tratado foi estabelecido em 1978, mas não saiu do papel, e hoje, sua Secretaria foi instalada de maneira permanente no Brasil.

ampliar mercados e obter complementaridade energética. Outra razão para tal integração estaria vinculada às mudanças em escala global no início do século atual, já que um crescente processo de militarização, com presença intensiva dos Estados Unidos, é posto em prática na América Central e na fachada do Pacífico sul-americano, através da existência de localidades de operações avançadas, denominação que surge para substituir o termo bases militares, estas que não se encontram presentes em território brasileiro<sup>114</sup> (p. 19).

De um ponto de vista análogo, porém com uma ligeira inversão, partilhamos do mesmo enfoque da autora, contudo, fazendo a referência da Amazônia sul-americana, não a partir do Brasil, mas sim da presença militar estadunidense na região andina, partindo do Equador, e mais especificamente da localização de operação avançada (*FOL*) de Manta. De qualquer forma, os dois pontos de vista reconhecem a importância da Amazônia para a América do Sul, e, sobretudo, a necessidade de uma ruptura escalar na interpretação de diferentes tipos de territorialização.

---

<sup>114</sup> Intenções de controle de áreas existem, como é o caso de Alcântara, mas “a incidência da globalização aqui [no Brasil], se faz pela cooperação internacional e não pela presença militar” (BECKER, 2004a).

## 6 – AS *FOLS* COMO NÓS ESTRATÉGICOS DA TERRITORIALIZAÇÃO E A PREVENÇÃO NA PRÉ-CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO-REDE MILITAR ESTADUNIDENSE

(...) a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização.  
[SANTOS, 2000b: 79]

A questão da localização dos pontos militares estratégicos na geopolítica estadunidense sempre foi fundamental. Em cada código geopolítico, o uso da combinação de localizações em rede traduz territorialmente a configuração do (re)posicionamento do sujeito hegemônico no âmbito político-militar. Os Estados Unidos têm, de forma preventiva, se territorializado militarmente nas regiões andina, caribenha e amazônica através de ações e intencionalidades articuláveis, onde as *FOLS* são, de fato, essenciais para a pré-configuração do território-rede militar.

Antes de desdobrarmos as reflexões sobre o papel que cumpre as *FOLS* na territorialização militar em rede, é importante dizer que a sigla *FOL* significa *Foward Operating Locations*, enquanto *CSL* expressa *Cooperative Security Locations*<sup>115</sup>. Ambas abreviaturas são utilizadas quando se trata do tema, sendo a primeira (*FOL*) mais comum, pelo menos até o ano de 2004. A denominação *CSLs* foi adotada a partir de 2004, substituindo a terminologia *FOLs*. A mudança na denominação referida está assentada basicamente no acordo entre Estados Unidos e Paraguai para o uso de uma base militar na região estratégica da Tríplice Fronteira<sup>116</sup>, que contribui para a nova geopolítica do imperialismo estadunidense cobrir com um grande arco boa parte da área de responsabilidade do Comando Sul. Contudo, optamos nessa pesquisa em utilizar o termo *FOLs*, considerando que as respectivas datas de instalação das mesmas são anteriores a 2004.

---

<sup>115</sup> Segundo Logan e Flynn (2005), essas localidades são chamadas de “*lily pads*”, permitindo os Estados Unidos trafegar por praticamente todo o continente de um ponto após o outro.

<sup>116</sup> Pretendemos em trabalho futuro investigar o papel que cumpre o Paraguai na estratégia militar estadunidense, mas sobre tema ver, por exemplo, Ceceña e Motto (2005).

A mudança, ou melhor, a transição de códigos geopolíticos vigente na América Latina e no mundo, influi diretamente na redefinição dos posicionamentos militares dos Estados Unidos. Entendemos que as *FOLs* despontam como um exemplo que traduz territorialmente o ordenamento do novo código geopolítico da prevenção, e, indissociavelmente, a configuração do novo imperialismo militar. Entretanto, entendemos que os posicionamentos militares podem se modificar dentro de um mesmo código geopolítico, e, necessariamente, na passagem de um para outro. Vejamos o caso das *FOLs*.

### 6.1 - O papel das *FOLs* na territorialização militar em rede.

Há anjos que ainda crêem que todos os países terminam à beira de suas fronteiras.  
[GALEANO, 1988: 271]

A próxima fronteira é simplesmente o mundo, (...) a próxima fronteira norte-americana será nada menos do que o próprio mundo.  
[ARANTES, 2007: 102]

As instalações militares de tipo *Foward Operating Location*, as *FOLs*, se caracterizam por serem um determinado tipo de produção e uso político-militar do espaço extremamente seletivo, e que se distribuem por algumas áreas do globo, como por exemplo no Oriente Médio e na América Latina. Elas fazem parte de uma nova gama de conceitos operacionais criados pelos Estados Unidos nos últimos anos.

Interpretando o caso latino-americano, as *FOLs* são micro territórios-zona que funcionam sob controle do Comando Sul (*USSOUTHCOM*), e que, articulados reticularmente, constituem parte da configuração de um território-rede militar. As *FOLs* formam uma ossatura preventiva projetada pelo imperialismo estadunidense sobre a América Latina, redefinindo situações geopolíticas em uma área bastante ampliada, onde espaços como o Caribe, a Amazônia, a Tríplice Fronteira e os Andes caracterizam-se como estratégicos no contexto do novo código. No ato de **preparar e dispor com**

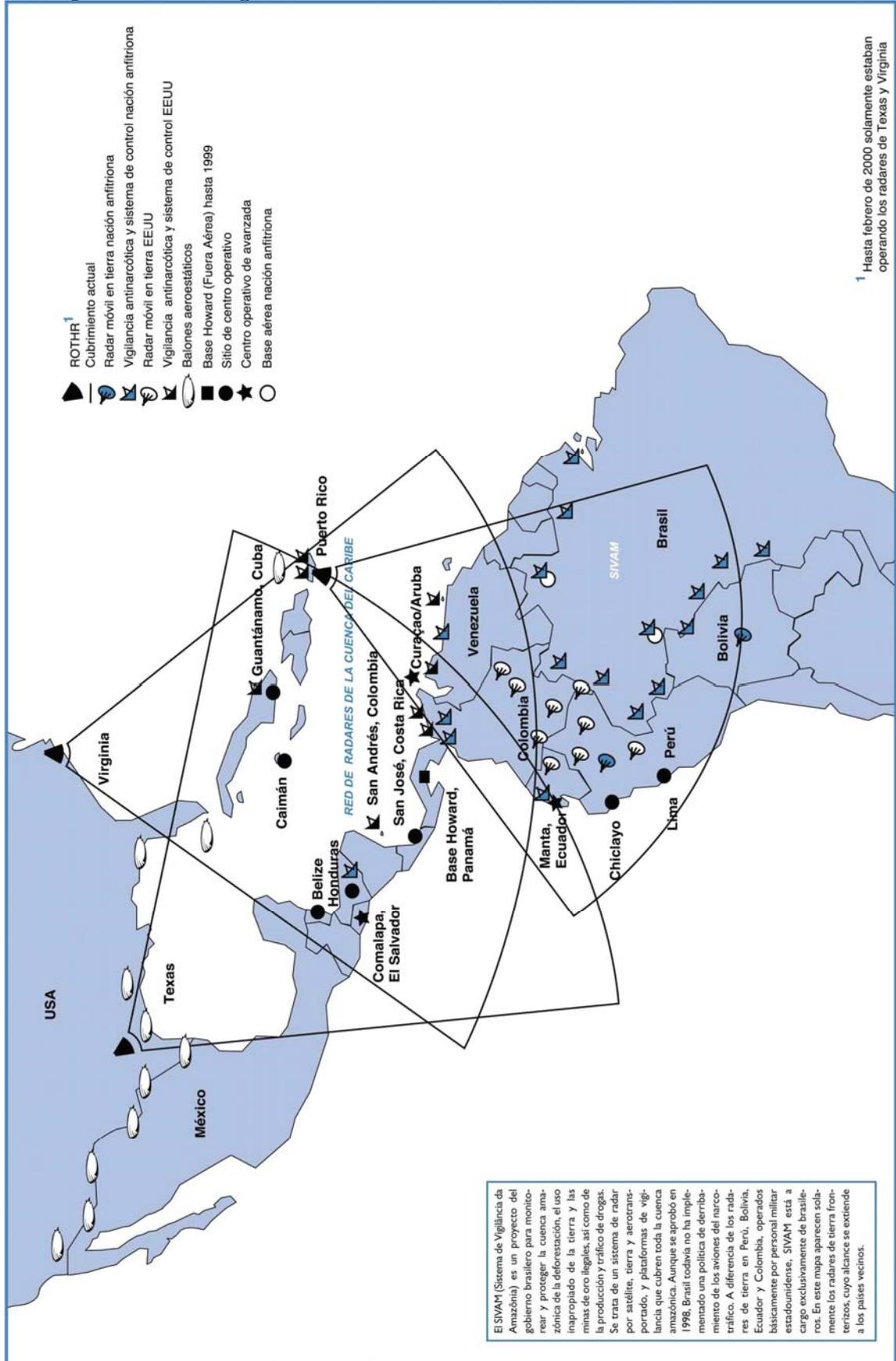
**antecipação** - características básicas do novo código geopolítico da prevenção - os Estados Unidos implementam a territorialização militar em rede, na qual as *FOLs* são seus sustentáculos territoriais. É a partir delas que os Estados Unidos asseguram sua presença militar na região, pelo menos, desde 1999.

O projeto das *FOLs*, em seu “discurso oficial”, é justificado pela necessidade de se realizar o combate “anti-drogas” e “operações humanitárias”, um tipo de retórica preventiva, na qual o Plano Colômbia<sup>117</sup> se traduz como pivô. Os Estados Unidos, através do Comando Sul, negociam com governos latino-americanos o uso político-militar de micro territórios-zona (*FOLs*), geralmente aeroportos e/ou bases aéreas, que são os nós do território-rede militar que se pré-configura. O discurso estadunidense de “apoio” aos vizinhos latino-americanos no combate anti-narcóticos visa escamotear o significado mais amplo das *FOLs*, os movimentos de treinamento, vigilância por radares e operações militares conjuntas que são executadas por várias áreas da América Latina, e o controle sigiloso de informações coletadas através de uma territorialidade reticular extremamente complexa. No mapa 9, reproduzido por Roncken (2004: 68-69), essa complexidade se denuncia:

---

<sup>117</sup> Sobre o tema ver Caycedo (2005) e Diamante (2003)

## Mapa 9 - Controle geral estadounidense sobre América Latina e Caribe



Fonte secundária: Roncken (2004).

A terminologia *FOL* (*Foward Operating Location*) - ou também COA (Centro de Operação Avançada) -, tem sido utilizada no lugar de bases militares, com o intuito encobrir as intenções que estão para muito além do “combate ao narcotráfico”. De acordo com o discurso do Departamento de Defesa dos Estados Unidos as *FOLs* não se caracterizam por serem bases militares, elas seriam meramente acordos entre o governo dos Estados Unidos e os governos dos Estados anfitriões, nos quais se permite aos Estados Unidos o acesso a instalações (militares) já existentes, mas que são de propriedade e estão sendo operadas pelos Estados que albergam as bases e aeroportos a serem utilizados. As *FOLs* chegaram a ser comparadas, em relação ao acordo, como as instalações de uma embaixada estrangeira (RONCKEN, 2004: 22).

De acordo com Johnston (2007), “os enclaves militares americanos no exterior, embora diferentes de uma colônia do ponto de vista estrutural, legal e conceitual, são de certa maneira microcolônias na medida em que se situam completamente fora da jurisdição da nação ocupada” (p. 46). Além disso, o autor assevera que as bases militares estadunidenses no exterior estão sob controle

(...) do Departamento de Defesa, da CIA, da Agência de Segurança Nacional e de uma quantidade de outros órgãos governamentais que muitas vezes não são do conhecimento público, e que se encarregam de construir e supervisionar as bases, sendo também responsáveis pela seleção e nomeação do pessoal designado para operá-las. As bases constituem pedaços do território estrangeiro, cercadas de muros e de acesso proibido a estranhos (...) (JOHNSON, 2007: 47-48).

Nem todas as bases militares na América Latina utilizadas pelos Estados Unidos se transformaram em *FOLs*, haja vista que para isso as bases aéreas e/ou navais e aeroportos devem permitir a possibilidade de: i) comando e controle do tráfego aéreo em qualquer situação; ii) utilização de pistas de decolagem capazes de suportar aeronaves de diversos tamanhos e pesos (pistas com no mínimo 2480m); reabastecimento e recuperação de aeronaves danificadas (rampas, hangares, cuidados técnicos etc.). Considerando tais determinações, as *FOLs* de Reina Beatriz (Aruba),

Hato (Curaçau), Comalapa (El Salvador) e Manta (Equador) cumpriram as exigências e receberam investimentos estadunidenses para se adequarem às demandas do novo imperialismo. Vale ressaltar as quatro *FOLs* referidas estão entre as maiores bases dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe<sup>118</sup>. Entendemos que toda *FOL* - ou mais recentemente as *CSLs* -, se caracteriza como uma base militar, mas a recíproca não é verdadeira.

Na zona de responsabilidade do Comando Sul, a presença militar estadunidense tem sido intensificada<sup>119</sup>, isso passou a ocorrer antes mesmo dos atentados de 11 de setembro de 2001 sobre o *World Trade Center* e o Pentágono, através principalmente do Plano Colômbia<sup>120</sup> (1999). A presença estadunidense dá-se, centralmente, pelos exercícios militares conjuntos com as forças armadas locais (ver exemplos no quadro 1) e pela instalação das localidades de operação avançadas ou bases de operação à distância, as *FOL's*. Essa forma de territorialização pode ser encontrada em: i) Comalapa, El Salvador; ii) Manta, Equador; iii) Reina Beatriz, Aruba; iv) Hato, Curaçao; O **território-rede militar das *FOLs***, definido pelo Comando Sul, possui importância crucial no âmbito da nova geopolítica do imperialismo estadunidense.

### **Quadro 2 - Exercícios militares entre exércitos dos Estados Unidos e países latino-americanos**

**Cabanas** - Forças militares participantes - Tropas dos exércitos dos EUA e diversos países da América Latina. Duas vezes no Panamá, uma vez em Porto Rico e as últimas duas nas províncias argentinas de Córdoba e Salta. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Anos 1996-97-98-2000-2001

**Aguila I e II** - Forças militares participantes - Força Aérea dos EUA e países da América Latina. Em julho de 2003 se realizaria nas províncias argentinas de Mendoza e San Luís o Aguila III, com um custo de quase 2 milhões de

<sup>118</sup> Em ordem decrescente as maiores bases (em extensão e efetivo militar) seriam: Guantánamo (Cuba), Soto Cano (Honduras), **Manta** (Equador), **Reina Beatriz** (Aruba), **Hato** (Curaçao), Vieques (Porto Rico) e **Comalapa** (El Salvador).

<sup>119</sup> A decisão tomada em 1989 que atribuía ao DOD a liderança na detecção e monitoramento aéreo e marítimo dos carregamentos ilegais de drogas conduziu a um forte incremento no número de pessoal e equipamentos militares dedicados ao esforço antinarcóticos (RONCKEN, 2004: 16-17).

<sup>120</sup> No caso da Colômbia, por exemplo, "Washington alocou 1,5 bilhão de dólares em ajuda militar para as forças armadas colombianas e suas milícias paramilitares. O espaço aéreo, a costa marítima e os estuários dos rios foram ocupados pelas forças armadas dos EUA" (PETRAS, 2001: 36). Neste marco, ocorrem três instalações em espaço colombiano (bases de Três Esquinas, Larandia e Porto Leguizamo), que, conforme García (2003), passaram a receber armamentos, logística e estrategistas militares estadunidenses permanentemente (p. 20).

dólares. Objetivos - Militar e de segurança. Anos 2001-2002

**UNITAS** - Forças militares participantes - Efetivos da Força Naval dos EUA e de países latino-americanos. Trata-se dos maiores exercícios navais multinacionais do Ocidente. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Até 2002 realizaram-se um total de 43 edições destas operações navais

**Cielos Centrales** - Forças militares participantes - Programa de treinamento de Combate ao narcotráfico desenvolvido pelos EUA para tropas de países da América Central. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Anos 2000-2001-2002

**Novos Horizontes** - Forças militares participantes - Com a fachada de assistência humanitária, as FF.AA dos países anfitriões e dos EUA desenvolvem ações na América Central e do Sul. Objetivos - Militar, de segurança e 'humanitário'. Anos 1996-97-9899-2000-2001.

**Operações Tapuru e Timbó** - Forças militares participantes - Mais de 20 mil militares e policiais brasileiros rastream 400.000 km<sup>2</sup> da região amazônica limítrofe com a Colômbia em busca de integrantes das *FARC* e do ELN. Sem intervenção ianque visível. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Anos 2002-2003

**Fluvial** - Forças militares participantes - Exercícios militares em rios argentinos. Primeiro na província de Misiones, depois na zona do Delta bonaerense (Zárate) e em 2001 em Entre Rios. Objetivos - Militar e de segurança. Anos 1991-1997-2001

**Plano Vigia - Enfermidades Infecciosas** - Forças militares participantes - Incursão das FF.AA dos EUA na província de Misiones (Argentina) para estudar o mosquito transmissor do vírus da dengue, mas o objetivo é instalar-se definitivamente na conflitiva região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil. Objetivos - Militar, de segurança e 'Epidemiológico'. Data de realização - Ano 2002

**Aspectos ecológicos** - Forças militares participantes - No início da década de 1990 um grupo de engenheiros do Exército americano perfurou uma série de zonas de aquíferos no Uruguai e levou as amostras para os EUA. Os resultados nunca foram divulgados. Objetivos - Militar e 'ecológico'. Data de realização - Ano 1990

**Trade Winds - (Ventos Alíseos)** - Forças militares participantes - Exercícios de tropas terrestres e marítimas dos EUA na América Central. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Ano 2000

**Millenium** - Forças militares participantes - Movimento das Forças Aéreas e das Marinhas da Argentina e da Inglaterra em algum lugar remoto do Atlântico Sul. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Ano 1999

**Cruzex** - Forças militares participantes - Exercício militar de supostas forças de paz que, na localidade brasileira de Canoas, reuniu membros das Forças Aéreas do Brasil, Argentina, Chile e França. Objetivos - Militar, de segurança e 'humanitário'. Ano 2002

**Atlasur IV** - Forças militares participantes - Deslocamentos combinados de defesa, em uma zona próxima. ao Rio de Janeiro, no Brasil, das rotas marítimas com a participação de efetivos militares do Brasil, Argentina, Uruguai e África do Sul. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Ano 1999

**Operações várias** - Forças militares participantes - Aqui se inscrevem as realizadas nas zonas de montanha de Bariloche (Argentina) entre tropas especiais da Argentina e dos EUA. Também se destacam os movimentos aéreos efetuados na localidade argentina de Vila Reynolds entre ambas as nações. Objetivos - Militar e de segurança. Data de realização - Anos 1999-2000

**Formação e Treinamento Militar Internacional** - Forças militares participantes Programa elaborado pelos EUA do qual participaram, pelo Comando Sul, 2.684 militares latino-americanos durante o ano 2000, com uma verba de 10 milhões de dólares. Objetivo - Militar e de segurança. Data de realização - Ano 2000

Fonte: Marxismo Vivo, número 7.

As *FOLs* compõem um tipo de territorialização militar em rede que é marcada por uma intrínseca necessidade de mobilidade acentuada. As *FOLs*, individualmente, seriam pontos zonalmente territorializados pelos Estados Unidos por intermédio de seus respectivos acordos e contratos de utilização de bases aéreas e/ou aeroportos, até então sob a soberania dos países latino-americanos envolvidos. O Comando Sul pré-configura

um território-rede militar no qual as *FOLs*, conforme requeridas, se articulariam em algum momento entre si. Novamente se fazem presente os atos de preparar e dispor com antecipação.

Segundo as informações de Roncken (2004), era necessário ajustar as infra-estruturas das bases e/ou aeroportos e qualificar as estruturas existentes de maneira ótima.

As principais adequações dos aeroportos tinham a ver com sua capacidade para receber, estacionar e manter as aeronaves. Manta e Hato foram acondicionadas para poderem operar com todo tipo de aviões, incluindo os maiores, entretanto, em Aruba e El Salvador somente foram feitos planos para aviões “médios” e “pequenos” (RONCKEN, 2004: 62).

As *FOLs*, segundo o autor referido, constituem o corpo de um “novo impulso”, de um “novo espírito guerreirista”, e de um “novo desenho”. As *FOLs* são um conceito-chave para a compreensão do novo modelo operacional de posicionamento militar estadunidense sobre a América Latina. Entretanto, esse termo não parece ser tão novo assim, ao menos no campo militar.

Desde meados dos anos oitenta, quando a luta contra as drogas na região andina começou a se transformar em um assunto de ordem militar, os helicópteros e aeronaves destinados a tarefas de destruição de laboratórios e pistas de aterrizagem, de interdição de transportes de drogas, ou da erradicação de cultivos ilícitos, vinham fazendo uso de um grande número de pontos logísticos chamados *Foward Operating Locations* ou *Backward Operating Bases*. Se falava então de bases, não de postos ou centros. Um mapa do DOD de dezembro de 1999, ampliou ainda mais sua nomenclatura, situando um conjunto de *Foward Operating Locations and Sites* (Postos e Sítios) dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe (*idem*: 14).

As quatro *FOLs* que constituem o território-rede militar que estamos interpretando neste trabalho - Manta, Comalapa, Reina Beatriz e Hato -, e a partir de 2004 denominadas de *CSLs* (LINDSAY-POLAND, 2004), foram criadas entre 1999 e 2000 a partir de acordos com os governos anfitriões, respectivamente, Equador, El Salvador e Holanda. Essa periodização nos serve para precisar temporalmente a territorialização do novo código geopolítico. Outra ressalva que deve ser feita é a de que

as *FOLs* não podem ser vistas de forma isolada, pelo contrário, elas somente tem fundamento em suas relações, das quais despontam novas qualidades geopolíticas.

De acordo com Diamante (2003),

O governo dos Estados Unidos desenhou um mecanismo de substituição de suas bases militares no Panamá, particularmente a base aérea de Howard, através de uma estrutura de segurança aérea capaz de cobrir a região andino amazônica o Caribe e a América Central, com a finalidade de continuar exercendo o controle militar regional no hemisfério sul, mediante a instalação dos Centros Avançado de Operações [*FOLs*] (p. 53).

A base de Howard, no Panamá, “apoiava o esforço antinarcóticos norte americano na região da América Central e Caribe”, e se caracterizava como um dos pontos de gravidade da presença militar estadunidense na região. O cumprimento do acordo de Carter-Torrijos de 1977, fez com que os Estados Unidos executassem mudanças em sua estratégia geopolítica para a região, na qual os mesmos optaram “por procurar campos de pouso na América Central, Caribe e Norte da América do Sul”. Nesse contexto a negociação das *FOLs* tem início, no qual os Estados Unidos estabelecem contratos de uso com alguns países da região, “a fim de que suas aeronaves pudessem dispor [antecipadamente] de pistas de pouso e facilidades logísticas necessárias a sua operação”, fala-se das *FOLs* (RIPPEL, 2006: 90-91).

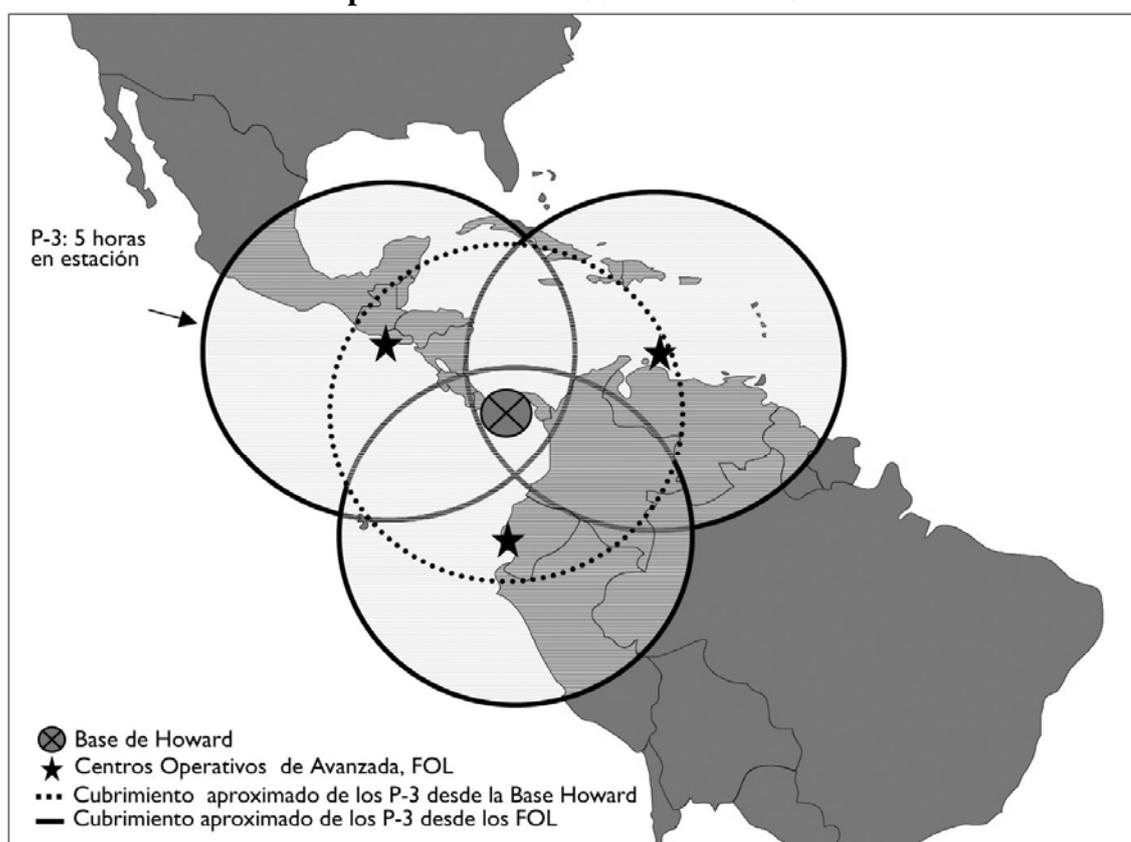
O Comando Sul desenvolve uma espécie de centrifugação, a partir da base de Howard, de seus organismos operacionais, preferindo em número maior de pequenas bases com contingentes reduzidos e terceirizados, em detrimento de poucas grandes bases com maior efetivo de homens

De acordo com as diretrizes do Comando Sul,

(...) cada *FOL* deve ser capaz de operar de dia e de noite, com as instalações de controle aéreo apropriadas, com uma pista de pouso de 8.000 pés de comprimento, capacitada a receber aeronaves pequenas, médias ou grandes, e com os serviços necessários para o reabastecimento e manutenção das aeronaves. Todas as bases, particularmente a de Manta, receberam investimentos significativos para reparos e melhoria da infraestrutura. Os fundos necessários à implementação das melhorias condizentes com a operação das aeronaves norte-americanas foram, em grande parte, supridos pelo Plano Colômbia (*idem*, p. 91).

No âmbito dessas transformações geopolíticas, encontra-se uma certa vantagem econômica na implementação das *FOLs* frente ao modelo anterior centrado em Howard, mais custoso em termos de investimentos necessários, e menos extenso em relação a área de influência militar que era possível ser coberta. No mapa 10, também citado por Roncken (2004: 21), se apresentam as possibilidades de intervenção dos Estados Unidos, as quais aumentam com o novo acordo das *FOLs*.

**Mapa 10 - Área de cobertura das *FOLs***



*Fuente: GAO, Drug Control: International Counterdrug Sites Being Developed, GAO-01-63BR, diciembre de 2000.*

Baseando-se na estratégia militar do Departamento de Defesa dos Estados Unidos de 1997, as considerações de Roncken (2004) se fazem novamente pertinentes, e nos induz a pensar constantemente na efetividade de um novo código geopolítico.

(...) a Estratégia Nacional Militar dos Estados Unidos de 1997 destaca que, “teremos [os Estados Unidos] uma oportunidade sem precedentes para dar forma ao futuro ambiente de segurança”, e descreve para isso quatro concepções estratégicas: “agilidade ou mobilidade estratégicas, presença no exterior, projeção de poder e uso de força decisiva. (...) A aplicação exitosa do poder

militar depende do acesso aéreo e marítimo, além disso nossas forças por regra necessitam acesso a infra-estrutura de apoio nos Estados Unidos e no exterior, para projetar poder em tempos de crises” (DOD *apud* RONCKEN, 2004: 25-26).

Segundo Wilber *apud* Roncken (2004), as *FOLs* foram instaladas com financiamento dos Estados Unidos destinados ao Plano Colômbia, funcionando

(...) mediante plataformas portadas de inteligência, aeroportos pequenos para veículos de reconhecimento aéreo e conexão imediata com o *Space Warfare Center* (Centro Espacial de Guerra) da base da força aérea de Schriever, em Colorado Springs, para conformar uma base militar ‘virtual’ (...) Desde meados dos anos noventa, Schriever vem assumindo funções relacionadas com a contra-insurgência regional”. Também segundo Wirbel, as *FOLs* do Plano Colômbia serviram depois como modelo para a instalação de pequenas bases nos países vizinhos do Afeganistão<sup>121</sup> (WIRBEL *apud* RONCKEN, 2004: 28).

Parece límpida a função das *FOLs* como elemento definidor de um novo código geopolítico, sobretudo quando Rocken (2004) afirma que

As *FOLs* não se limitam ao hemisfério ocidental nem a guerra contra as drogas. De fato, a necessidade de estabelecer tais sítios tem dimensões mundiais e está relacionada com as mudanças estratégicas que foram produzidas depois do fim da Guerra Fria. Durante a Guerra Fria, a força aérea estadunidense operava principalmente de bases fixas nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo. Ao largo da última década, não só a base de Howard no Panamá, mas muitas outras em outros lugares do mundo deverão ser fechadas, obrigando a força aérea a modificar seus modelos operacionais. Foi então quando começou a se desenvolver o conceito de uma Força Aérea Expedicionária (FAE) que devia dividir a força aérea em dez vetores, cada um deles “mais ligeiro, com uma orientação mais específica e mais letal que nunca”, que deviam funcionar de maneira rotativa em constante alerta para atacar “em qualquer lugar do mundo em um prazo de 24 a 48 horas” caso alguma situação assim o requeresse (p. 28).

Nesse momento é perceptível a transição de código geopolítico, a qual a comparação dos mapas 11 e 12 nos induz a refletir. Ou seja, é possível verificar, no mapa 11, que a presença militar dos Estados Unidos sobre a América Latina nas décadas de 1970 e 1980 se concentrava, sobretudo, no entorno de Cuba, definindo o código geopolítico da contenção.

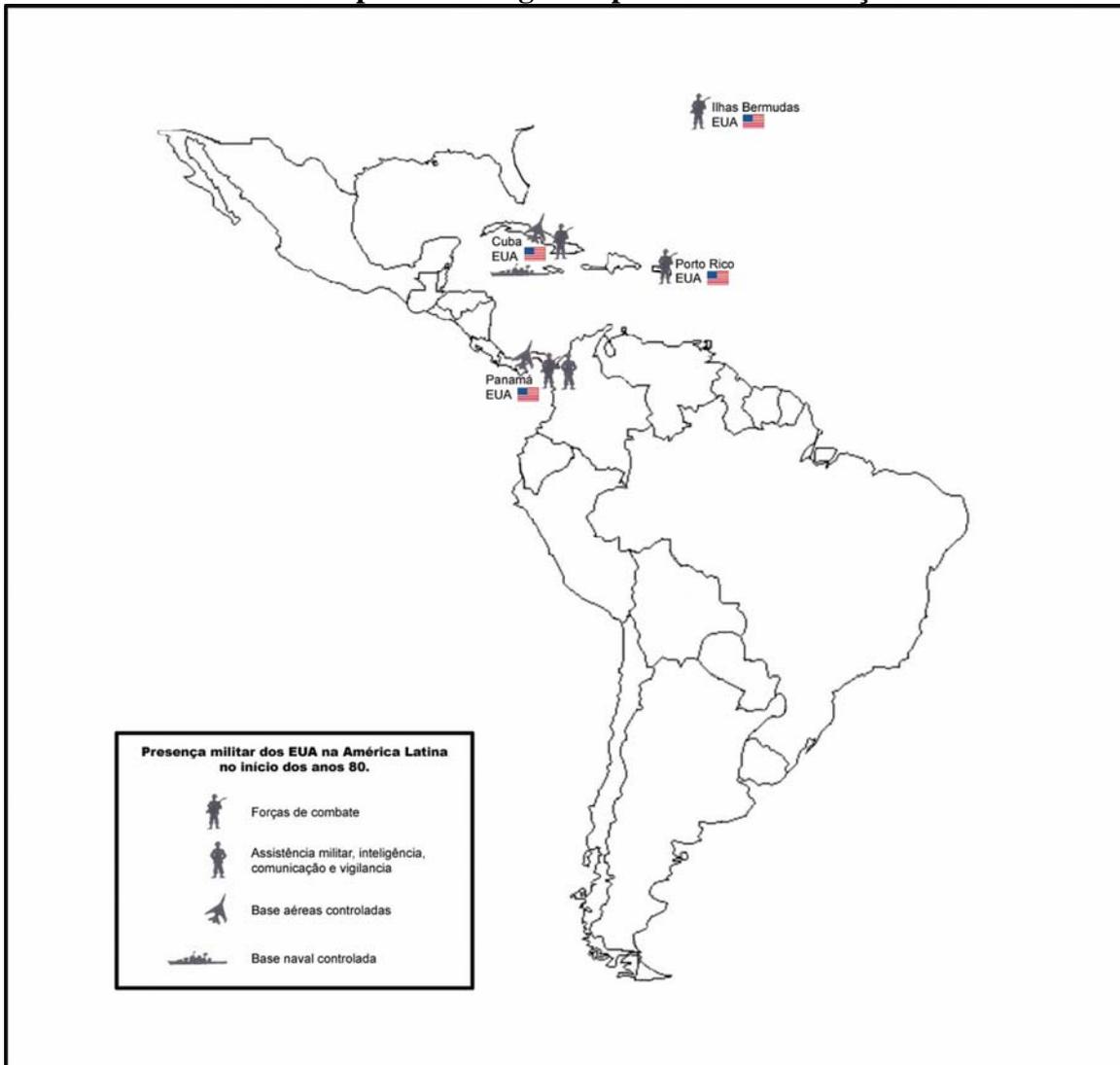
Por outro lado, ao conferirmos o mapa 12, é perceptível uma nova disposição territorial da presença militar estadunidense e suas zonas estratégicas, condizente a condução dada pelo novo código geopolítico da prevenção, onde o “cerco” para conter

---

<sup>121</sup> Nesse caso, fica bem claro como um nó da rede pode fortalecer as estratégias em outras áreas de responsabilidade.

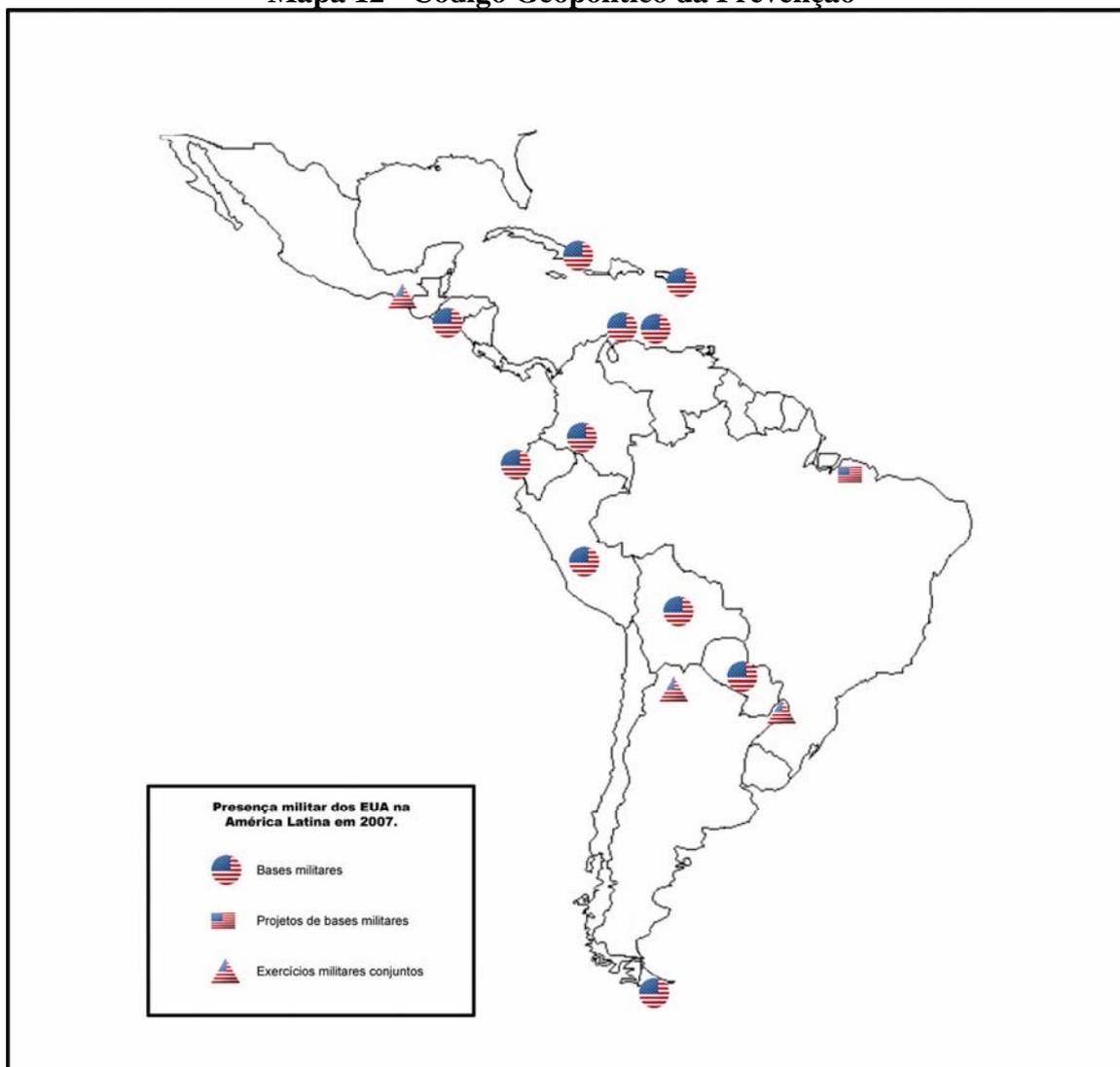
Cuba é desmontado, enquanto um “novo cerco” se estabelece nas regiões andina, caribenha e amazônica.

**Mapa 11 - Código Geopolítico da Contenção**



Adaptado por Rodrigo Pina, 2007. Fonte: Kidron e Segal (1981).

## Mapa 12 - Código Geopolítico da Prevenção



Adaptado por Rodrigo Pina, 2007. Fonte: Ceceña (2004b).

Segundo Santos (1978), “as localizações são historicamente determinadas pelas combinações de variáveis novas e antigas”. Parafrazeando o autor, poderíamos dizer que os diferentes aspectos dos códigos geopolíticos da contenção (velho) e da prevenção (novo) encontram-se atravessados, interpenetrados, considerando que “a ação de um sistema histórico [e territorial] anterior deixa resíduos”, havendo dessa forma “uma superposição de traços de sistemas diferentes” (SANTOS, 1978: 209).

Conforme assevera Santos (1978):

Não se trata apenas de uma superposição no tempo, pois a cada momento os elementos que entram na combinação têm diferentes idades. Há, também, superposição, a um mesmo tempo, de influências originárias de múltiplos pontos

ou múltiplos espaços. Todas as superposições atribuem a cada lugar uma combinação específica, uma significação particular que é, ao mesmo tempo, temporal e espacial (p. 210).

Consoante Johnson (2007), as missões que as bases militares tinham no período da Guerra Fria eram quatro: i) “projetar o poderio militar convencional para áreas de interesse dos Estados Unidos”; ii) “se preparar, se necessário, para a eventualidade de uma guerra nuclear”; iii) “servir de ‘dispositivos de alerta’ para uma rápida reação americana no caso de um ataque”; iv) e “funcionar como símbolos do poderio americano. Desde o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos têm se empenhado em encontrar novas justificativas para a sua estrutura de bases em constante expansão” (p. 178).

Atualmente, no período pós-Guerra Fria, o mesmo autor afirma que há cinco novas explicações para as missões das bases militares: i) “manter uma supremacia militar absoluta sobre o resto do mundo”; ii) “escutar clandestinamente as comunicações dos próprios cidadãos e dos aliados e inimigos”; iii) tentar controlar o maior número possível de fontes de petróleo”; iv) proporcionar oportunidades de trabalho e renda ao complexo militar-industrial”; v) e “assegurar que os militares e suas famílias vivam confortavelmente e tenham distrações enquanto estiverem servindo no exterior” (JOHNSTON, 2007: 178). Para o autor, os objetivos referidos, juntos ou individualmente, jamais explicariam o “império de bases em expansão”, e “os únicos pontos em comum em todas as bases americanas no exterior são o imperialismo e o militarismo” (*idem, ibidem*).

Como podemos perceber, alguns objetivos são comuns aos períodos mencionados, e com o decorrer da história do imperialismo estadunidense, “as bases acabam virando o esqueleto de um império” (JOHNSTON, 2007: 216). Elas passam a constituir o arcabouço da geopolítica do novo imperialismo, e no caso de nossa pesquisa, as *FOLs* delineiam a ossatura do código geopolítico da prevenção.

Com a interpenetração entre o velho e o novo código temos o **território-rede das FOLs**, representado no mapa 13, como fruto intencional da nova geopolítica do imperialismo estadunidense sobre a América Latina. Vale ressaltar que a presença militar dos Estados Unidos na América Latina não se resume às *FOLs*, e sim, neste trabalho, elencamos as mesmas como um dos sintomas de uma nova qualidade geopolítica, reconhecendo que várias outras formas de territorialização se mantêm interligadas em variadas escalas geográficas.

**Mapa 13 - Territorialização militar em rede das FOLs**



Elaborado por Rodrigo Pina (2007)<sup>122</sup>.

Logo, concomitantemente ao território-rede das *FOLs*, ocorrem outros tipos de territorializações, já que as *FOLs* marcam um tipo específico de uso político-militar

<sup>122</sup> Todos os pontos do território-rede das *FOLs* estão representados por imagens de satélite em anexo.

**do espaço, onde se garante, formal e juridicamente, a execução de ações preventivas, nas quais a preparação e a disposição antecipadas são suas principais marcas.** Ou seja, os Estados Unidos visam se prevenir na região de maneira muito mais ampla, e o território-rede das *FOLs* é um dos elementos que permite tal conduta preventiva, alcançando **ritmos acentuados de mobilidade** para a prevenção hegemônica dos Estados Unidos, contendo um significado igualmente geopolítico e cronopolítico. Devemos reconhecer que o território-rede das *FOLs* pode contribuir de forma expressiva na geopolítica da prevenção, e no qual cada *FOL*, em conjunto, assume importância ímpar na pré-configuração do mesmo. Vejamos em seguida alguns dos significados da *FOL* de Manta nesse novo contexto espaço-temporal que se (re)define.

## **6.2 - A *FOL* de Manta como ponto estratégico na territorialização militar em rede no contexto do novo código geopolítico.**

A base Eloy Alfaro, em Manta, costa noroeste do Equador, situada na Província de Manabí, foi implementada no ano de 1940 pela marinha desse mesmo país, e de forma progressiva foi tendo a expansão de seu espaço físico. No entanto, em 1999, o governo do Equador assina um contrato<sup>123</sup> com os Estados Unidos, cedendo este país acesso e controle amplo ao complexo militar de Manta, permitindo a presença de pouco mais de 470 militares estadunidenses. Os Estados Unidos possuem o controle de praticamente metade do espaço da base, um pequeno território-zona, que parece estar simultaneamente, dentro e fora da própria base equatoriana.

---

<sup>123</sup> O acordo da *FOL* de Manta gerou algumas controvérsias, haja vista que o mesmo não passou por votação no congresso, e por isso foi questionado, por exemplo, pela ONG *No Bases Coalition*, tendo sua objeção rechaçada pela Corte Suprema do Equador, que diz ter outras prioridades a discutir. Para um aprofundamento no assunto em relação às quatro *FOLs* ver Roncken (2004).

Nesse momento, o espaço da base é transformado em uma Localidade de Operação Avançada: trata-se da *FOL* de Manta. Das quatro *FOLs* implementadas na América Latina<sup>124</sup>, a *FOL* de Manta foi a que mais recebeu investimentos dos Estados Unidos para modernização e adequação de sua infra-estrutura, aos olhos intencionados em realizar o monitoramento intensivo do espaço aéreo e de grande parte da costa do Pacífico, após o desmonte da base de Howard, no Panamá.

É bastante comum a ligação que alguns autores fazem da *FOL* de Manta, e do espaço equatoriano de uma maneira geral, com o Plano Colômbia<sup>125</sup>, tanto na primeira quanto em sua segunda fase. Segundo Caycedo (2005), tal plano “pressupõe converter a Colômbia e o Equador num espaço operacional militar desestabilizador para a Venezuela e/ou eventualmente para a Amazônia brasileira”, consolidando desse forma o “polígono de bases militares que circundam a área andina” (p. 64).

Para Petras (2002), o “Sistema Andino” é uma das regiões designadas pelo Comando Sul - que inclui Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia -, sendo fundamental para o mesmo

(...) assegurar a base de Manta na costa noroeste, uma plataforma de lançamento importantíssima para estender a vigilância aérea dos Estados Unidos por toda a região andina e, mais especificamente, para proporcionar serviço de inteligência aérea ao exército colombiano e aos esquadrões da morte, treinados e dirigidos pelos Estados Unidos, nas atividades contra-insurgência. Partindo de Manta, o império militar tem estendido seu controle aéreo sobre toda a América do sul. Como indica o general Pace, “Manta é a chave para reajustar nossa área de responsabilidade, nossa arquitetura e para estender o alcance de nossa cobertura aérea de (...) detecção, controle e rastreamento (...)” (PETRAS, 2002: 67).

De acordo com Juan Carlos Peñafiel, integrante da “Coalizão Não às Bases no Equador”, em entrevista ao periódico mexicano *La jornada*<sup>126</sup>, a *FOL* que os Estados Unidos controlam localiza-se dentro da base de Manta, ocupando praticamente metade de toda área militar, na qual os militares equatorianos não teriam acesso. Outro fato

---

<sup>124</sup> No anexo constam imagens de satélites das *FOLs* de Manta, Hato, Reina Beatrix e Comalapa, além da localização dos outros nós que compõem o território-rede das *FOLs*.

<sup>125</sup> Destaca-se as reflexões de Petras (2002), Caycedo (2005), Diamante (2003) entre outros.

<sup>126</sup> *La jornada*, 02 de Janeiro de 2004.

ressaltado foi a ampliação do espaço físico da base sob controle estadunidense<sup>127</sup>. Nesse caso, assim como no da modernização e remodelação da base, é perceptível o papel de empresas privadas como a *DynCorp Aerospace Technology*<sup>128</sup>, contratada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, sendo seus integrantes parte do próprio governo, e com presença em vários outros países<sup>129</sup>.

Logo, a *FOL* localizada em Manta constitui uma instalação avançada que permite aos Estados Unidos terem uma cobertura completa, aérea e naval, dos territórios colombiano, peruano e boliviano, ou seja, os maiores produtores mundiais de cocaína. Outrossim, considerando que o papel conjunto definido pelas *FOLs* está para além da retórica anti-narcóticos, os Estados Unidos acessam a articulação proporcionada pelo território-rede militar das *FOLs* conforme lhes for conveniente.

Parece válido, nesse momento, ressaltarmos que as “verticalidades” estabelecidas por intermédio do processo de territorialização militar em rede, gera, pelo menos como demonstra o caso equatoriano, impactos diversos na escala local. São notórios os impactos sociais/ambientais, tanto no entorno da base e na cidade de Manta, como na Província de Manabí. Segundo o integrante da “Coalizão Não às Bases no Equador” e da “Visita de Operação Internacional”, Juan Carlos Peñafiel, os Estados

---

<sup>127</sup> Segundo Peñafiel, tal expansão tem se deslanchado frente a expropriações de populações locais, geralmente camponeses, que não possuem escritura de propriedades, desencadeando também a elevação do preço da terra no entorno da base. Outro impacto local proporcionado pela expansão da base é o comprometimento quantitativo e qualitativo da água de morros da área, já que, como precisam de material para aterrar partes da baía de Manta, foram destruídos mananciais que abasteciam populações locais, que consumiam e vendiam tal recurso.

<sup>128</sup> Para um exame mais detalhado do papel da *DynCorp* na América Latina ver Roncken (2004).

<sup>129</sup> “A empresa mantém contatos com o governo de Washington desde a guerra da Coreia na década dos 50. Sua lista ocupa 23 000 peritos militares com experiência no Vietnã, no Golfo Pérsico, Bósnia e América Latina. Seus contratos incluem missões contra o narcotráfico para as quais foi dotada de helicópteros sofisticados UHH, Iroguies e Bell 212 Huey. Entre as ações ilegais da *Dyn Corp*, El Sucre recorda que a empresa é a responsável pela adulteração do glifosato nas fumigações dos cultivos de coca em Putumayo, Colômbia, pelo qual se ventila um julgamento penal contra os EUA. A *Dyn Corp* foi responsável pelo abastecimento ilegal de armas para os ‘contras’ nicaraguenses como o revelou ao escândalo Irã-Contras. Em maio de 2000 foi capturado, no aeroporto “El Dorado” de Bogotá, um embarque de heroína com destino aos EEUU, remetido por *Dyn Corp*, que originou o caso 271, investigado pela Fiscalização da Colômbia. A *Dyn Corp* é a empresa que treinou a nova polícia haitiana, acusada de empregar a força de maneira brutal e de execuções extrajudiciais. Seus antecedentes criminais incluem o tráfico de armas, de passaportes e de mulheres na Bósnia, onde mercenários empregados de *Dyn Corp* montaram uma rede que vendia meninas de origem russa e romena para exploração sexual na Sérvia e Croácia. A *Dyn Corp* chegou a Manta no contexto de um contrato por 118,8 milhões de dólares, assinado para 5 anos pelo comando de Combate Aéreo da Força Aérea dos Estados Unidos, para o apoio de algumas bases *FOL* do Comando Sul”. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/08/33309.shtml>

Unidos “estão estendendo a base e tomam a terra da população ao redor que vive da agricultura, (...) já que nunca conseguiram a escritura” havendo inclusive “(...) outros casos de violações de direitos humanos”. Como por exemplo, “(...) uma senhora grávida abortou de medo quando chegaram os militares armados para a expulsarem de sua casa. Houve um caso também em que queimaram uma casa porque seu morador não queria sair”<sup>130</sup>. Com base nestes exemplos, podemos perceber que “é preciso, e muito, surpreender as intenções do discurso, para que este não se confunda com a realidade, para que não se converta em um mito” (LIMA, 2005b: 34).

Desde antes de ser firmado entre os governos estadunidense e equatoriano, em novembro de 1999, o acordo de utilização pelos Estados Unidos da base equatoriana de Manta suscitou prós e contras. Muitas organizações sociais criticaram a inconstitucionalidade do acordo, enquanto, por exemplo, o prefeito da cidade de Manta entendia que a presença militar estadunidense era uma oportunidade de competir com Quito e Guayaquil, na busca da atração de investimentos com a instalação e expansão da *FOL*, sobretudo na construção civil e no turismo. São conseqüências da instalação da *FOL* de Manta para a população local, por exemplo, i) o aumento da prostituição, inclusive a infantil; ii) a interdição violenta de embarcações “suspeitas” de pescadores no litoral; iii) o aumento do preço das terras nas áreas no entorno da base; os impactos sociais/ambientais<sup>131</sup>.

---

<sup>130</sup> [http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/news\\_item.2006-07-24.9358008393](http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/news_item.2006-07-24.9358008393)

<sup>131</sup> Conforme, Juan Carlos Peñafiel: “Há investigações confidenciais que algumas instituições fizeram sobre o tema da prostituição infantil. Antes, havia alguns prostíbulos em volta da base. Mas eram prostíbulos pobres, de pouca infra-estrutura. A partir da chegada dos militares estadunidenses, estes começam a freqüentá-los, e começam a jogar ali seu dinheiro. A partir daí, o índice de prostituição de meninas de 13 anos em diante foi se incrementando muito. Agora se vê que, de lugares em volta de Manta, como Jaramijó e Porto Viejo, meninas dessa idade (13, 14 anos) vão trabalhar nos prostíbulos, que já são "cinco estrelas". Por outro lado, há o tema das embarcações, que é muito preocupante. Guarda-costeiras estadunidenses dispararam e afundaram dois barcos de pescadores que não tinham nada a ver com o narcotráfico, porque o convênio diz que eles estão em Manta para **prevenir** o narcotráfico”. Além disso, “Tem a questão da inflação do preço das terras. Antes da presença estadunidense, um terreno perto da base custava entre 3 mil e 4 mil dólares. Agora, devido ao fato de os militares dos EUA terem comprado muito terrenos, e por um preço muito alto, as cotações começaram a subir. Um terreno custa hoje 12 mil dólares. Um cidadão de Manta nao pode cobrir isso. E tem o lado ambiental. Havia um grande morro, numa localidade chamada Chorrillos. Os estadunidenses, para poderem construir sua base, necessitavam de material. E a pedra desse morro era muito boa para

Segundo as informações de Larrea (2002)<sup>132</sup>:

Enquanto, setores empresariais locais se têm pronunciado a favor do acordo com os EUA e alguns grupos locais beneficiários dos contratos de remodelação da Base, consideram que a mesma favorecerá a economia de Manta, a oposição à presença norte-americana cresce, desde o poderoso movimento indígena, em que seus dirigentes Salvador Quishpe e Estuardo Remache têm se pronunciado pelo encerramento definitivo do Convênio, até outras organizações sociais de trabalhadores e ecologistas.

Conforme os esclarecimentos de parte da população equatoriana e latino-americana sobre o contrato de utilização da base (tornada *FOL*) foi aumentando, a conscientização e realização de atividades contra os impactos oferecidos com a instalação da *FOL* pelos Estados Unidos ganharam força. Quanto a alguns esclarecimentos no âmbito jurídico-político sobre o acordo em tela, Larrea (2002) aponta as diretrizes básicas dos Convênios de 1999 e 2000 sobre Manta, as quais reproduzimos abaixo:

#### **O Convênio de Cooperação (25 de novembro de 1999) outorga aos Estados Unidos:**

- O uso da Base Aérea de Manta, do porto marítimo de Manta e o que possa ser incluído no conceito de "instalações relacionadas com a base e sua vizinhança" sem custo.
- Cede a soberania sobre o espaço aéreo equatoriano: autoriza às aeronaves operadas pelos ou para os Estados Unidos em relação com o Convênio, a sobrevoar o território do país.
- Estabelece uma condição jurídica de exceção ao pessoal que opera no Convênio e a seus familiares, outorgando-lhes imunidade e a mesma condição jurídica do pessoal técnico e administrativo da Embaixada dos Estados Unidos. Inclusive nos casos em que a autoridades equatorianas detiverem a membros desse pessoal, têm a obrigação de notificar imediatamente e entregá-los às autoridades dos Estados Unidos.
- Todo o pessoal não permanente poderá ingressar e sair não só da Base, senão da República com a identificação estadunidense, sem passaporte nem vistoria e está isento de impostos de entrada e saída, assim como de impostos sobre as rendas recebidas, propriedades, possessões, uso ou cessão, sobre bens que se encontrem no Equador, relacionados com sua presença.
- O Convênio isenta de todos os procedimentos de importação, exportação, tarifas, impostos diretos ou indiretos, aos produtos, equipamentos, materiais, provisões e todos os bens que ingressem ou saiam do país em nome do acordo. E igualmente no que se refere às licenças e taxas de construção que a legislação equatoriana prevê.

---

isso. Então, eles começaram a implodir o morro. Danificaram o sopé da montanha, afetando a população de Chorrillos, que subsistia da água da montanha, que era muito boa. Eles a pegavam, a envasavam e a vendiam. Mas desde que os estadunidenses começaram a explorar, a água foi sendo muito contaminada. As pessoas perderam a venda de água como forma de sobrevivência".[http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/news\\_item.2006-07-24.9358008393](http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/news_item.2006-07-24.9358008393).

<sup>132</sup> <http://www.llacta.org/notic/020802a.htm>

- Faculta aos Estados Unidos a estabelecer serviços postais militares, uma estação de satélite para rádio, TV, e outras telecomunicações, que estarão isentas de inspeção, licença, regulamentação, direitos, impostos diretos ou indiretos e todo tipo de encargos ou tarifas.

### **O Convênio Operativo (2 de junho de 2000), faculta aos EEUU:**

- Administração da *FOL* (ou COA);
- Operação de 4 aviões grandes E03 Awacs e KC - 135;
- Operação de 4 aviões médios;
- Número de militares estadunidenses durante operações normais: 250 a 300;
- Número de militares poderá se elevar a 475;
- Proibir a oficiais equatorianos voar em aviões dos EUA;
- Os aviões dos EUA terão o mesmo tratamento que os aviões militares do Equador;
- Em incidentes atuará como Chefe o Chefe do Destacamento VII dos EUA;
- O governo dos EUA poderá construir novas instalações, estradas e serviços públicos;

A *FOL* de Manta nos serve como uma das chaves para deciframos o território-rede militar das *FOLs*, sua **posição estratégica** amplia as possibilidades do imperialismo estadunidense concretizar suas intenções, mas não sem resistências e relativos obstáculos. Poderíamos exemplificar algo importante que constatamos no desenvolvimento de nossa pesquisa, quando aberta a perspectiva de uma não renovação do contrato de uso da *FOL* de Manta a partir da eleição do presidente Rafael Correa. Este último afirmou durante e após sua campanha que, em 2009, o contrato de cessão da *FOL* de Manta será desfeito. Mesmo não podendo afirmar que isso de fato irá se concretizar, os Estados Unidos já parecem estar se antecipando na escolha de um outro ponto para “transferir” a *FOL* de Manta. Os territórios nacionais do Peru e da Colômbia tem sido os mais cotados para receberem a instalação de uma nova *FOL*.

A Colômbia é apontada como o país mais propício para receber a nova *FOL*, algo que já está inclusive em **preparação**.

(...) inclina-se pela Colômbia que, por intermédio de altos chefes militares e políticos, já havia posto a disposição dos Estados Unidos um extenso território

estratégico para que ali instalassem uma nova base militar mais moderna e poderosa que a que existe em Manta. Especialistas consultados concordam em admitir que uma base na Colômbia complementaria as existentes e teria capacidade de controlar todas as operações – não apenas relacionadas com a insurgência colombiana – mas com todo o tipo de atividades políticas soberanas que se realizem na América Latina e no Caribe. Especialistas e assessores militares norte-americanos residentes na Colômbia que, aparentemente, sem motivo começaram a crescer em número e em equipamentos técnicos e armamento, seja em grupos ou como conjunto militar assessor-operativo, pressionam de maneira constante aos comandos militares das Forças Armadas colombianas interessadas em manter e ampliar os famosos Plano Colômbia e Plano Patriota, para que, por sua vez, pressionem o governo de Álvaro Uribe Vélez, a fim de que ceda territórios para ali instalarem uma nova base militar que abrigue a de Manta<sup>133</sup>.

Os Estados Unidos poderiam escolher uma das bases militares que já possuem influência e presença militar no país por intermédio do Plano Colômbia. Seriam essas, três bases:

- A maior delas localiza-se em Tres Esquinas no Departamento de Caquetá.
- Outra base militar estadunidense, embora pouco conhecida, está em Florência, igualmente no Departamento de Caquetá, na Fazenda Larandía.
- A terceira está situada no Departamento de Meta, na parte central da Colômbia, na cidade de Villavicencio<sup>134</sup>. Nesta base estão instaladas as unidades de aviação que combatem as guerrilhas das FARC-EP e, também, a chamada “inteligência técnica” do Pentágono<sup>135</sup>.

Logo, percebemos que o processo de territorialização militar em rede das *FOLs* direcionado pelo imperialismo estadunidense a partir do novo código geopolítico está em pleno desenvolvimento, e vem se pré-configurando com elevada mobilidade territorial e variabilidade temporal. Ou seja, o território-rede militar das *FOLs* possui uma fluidez expressiva no espaço-tempo, permitindo a remodelação das “cronogeoestratégias de guerra” (LIMA, 2005b: 34) em função das relações de poder travadas no âmbito dos variados códigos geopolíticos conduzidos por cada Estado. A territorialização militar em rede se redefine constantemente num processo complexo e cada vez mais explícito. Os acordos político-militares que podem vir a ser desfeitos, caso se concretize a pretensão equatoriana em não renovar o contrato da *FOL* de Manta

---

<sup>133</sup> Disponível em: Agencia de Prensa de Ecuador (ALTERCOM) - [www.altercom.org/article149311.html](http://www.altercom.org/article149311.html).

<sup>134</sup> Tanto a base em Villavicencio quanto a de Três Esquinas também estão representadas por imagem de satélite em anexo.

<sup>135</sup> *Idem*.

com os Estados Unidos, podem alterar, pelo menos a nível de posicionamento e localização, o mapa do território-rede das *FOLs*.

## CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Conforme discorremos até aqui, a vigente transição de código geopolítico protagonizada pelos Estados Unidos, pode ser interpretada a partir do processo de territorialização militar em rede que esse Estado conduz em escala global. A mudança de código geopolítico redefine em ritmos expressivos a estratégia do imperialismo estadunidense, e o novo código orienta a pré-configuração de um território-rede militar sobre a América Latina, na qual as *FOLs* cumprem um papel crucial.

A nova geopolítica do imperialismo - ou a geopolítica do novo imperialismo - tem sido consolidada pelas marcas do vigente código geopolítico da prevenção: a disposição territorial antecipada e a preparação. O código geopolítico nos permite articular o imperialismo e a territorialização militar em rede, ao reconhecermos que poder e código são indissociáveis, do mesmo modo que território e rede, ou seja, o poder é algo absolutamente necessário para relacionarmos código e território, geopolítica e rede. O novo código aponta a necessidade de uma reinterpretação da categoria território, e, da mesma forma, para mais uma contribuição da geografia política à leitura do mundo contemporâneo pelo prisma do novo imperialismo em sua vertente político-militar.

Procuramos nessa pesquisa adequar conceitualmente o termo prevenção e o verbo prevenir ao âmbito da geografia política, haja vista que o novo código geopolítico de nível global orienta a cronogeoestratégia estatal de vertente político-militar configurada em forma reticular. Dessa maneira, a territorialização militar em rede pode ser claramente percebida no âmbito da geopolítica do novo imperialismo estadunidense.

Fala-se de um novo imperialismo, por conseguinte, pelos procedimentos da política externa dos Estados Unidos, expressa por um novo código geopolítico, já que o imperialismo tem como um de seus suportes a esfera de ação estatal, i. e., é possível

definir um novo imperialismo a partir do reconhecimento de um novo código geopolítico.

O novo código geopolítico da prevenção pode ser compreendido através da estratégia intencionalmente conduzida pelos Estados Unidos, que cautelosamente se antecipa. Está contido no novo código um movimento firmado na necessidade de prevenção da hegemonia, prevenindo qualquer risco futuro à preeminência dos Estados Unidos em todas as escalas. Como dissemos, os Estados Unidos procuram se prevenir logisticamente para não deixarem de exercer uma função dominante em escala global. Hegemonia e logística despontam como conceitos importantes em tal análise, e merecem atenção maior em futuros trabalhos.

As reacomodações geopolíticas em pauta na atualidade nos exigem interpretações decodificadoras. Assim, o sentido/significado da pré-configuração de um território-rede militar das *FOLs* para os Estados Unidos como um trunfo para esse Estado nos conduz à ponderação de que, **se forma um arco militar preventivo na América Latina, o qual se abre (e dialeticamente se fecha) sobre a própria região.** Trata-se de uma ossatura militar definida em rede pelas *FOLs* (entre outros tipos territorialização político-militar), e que se apresenta como o próprio arco preventivo que se abre amplamente, mas que concomitantemente circunda extensas áreas de grande importância estratégica.

A precedência de posições militares estratégicas estadunidenses na América Latina constitui uma (des)ordem territorial de meios preventivos a serem utilizados em situações suscetíveis de se realizar, que podem requerer um rápido emprego de força e mobilidade expressivas, focando maneiras específicas de controle territorial, e impondo de tal forma o ritmo necessário para a prevenção de riscos pelos Estados Unidos. Daí as

*FOLs*, como demonstramos, serem cruciais na arte estratégica de dominação/disposição territorial antecipada.

Conforme já ressaltamos nesse trabalho, a mudança de código se redesenha territorialmente a partir do desmonte da base de Howard no Panamá, que culmina em uma clara descentralização da presença militar dos Estados Unidos na América Latina, deslanchando a proliferação de novas bases e acordos militares: as *FOLs* (e mais recentemente as *CSLs*). Este modelo próprio de uso político-militar do espaço constituído pela territorialização militar em rede, garante aos Estados Unidos, inclusive juridicamente, a realização de ações preventivas nas quais a preparação e a disposição antecipadas são suas mais notáveis qualidades. É fundamental para os Estados Unidos se prevenirem amplamente no mundo e na América Latina, e o território-rede das *FOLs* torna-se um meio que concede tais procedimentos preventivos, permitindo ritmos salientes de mobilidade espaço-temporal.

As *FOLs* traduzem territorialmente a ossatura do novo código geopolítico da prevenção e a conformação do novo imperialismo em sua vertente político-militar, entretanto, como vimos, as localizações militares podem ser alteradas no âmbito de um mesmo código geopolítico, e, sobretudo, na passagem de um código para outro.

Algumas das perspectivas em relação às transformações e aos processos apontados nessa pesquisa poderiam tranquilamente, como pretendemos, dar origem a novos trabalhos. No entanto, destacaríamos três aspectos interligados e exemplares. O primeiro diz respeito ao mais recente posicionamento militar dos Estados Unidos, em espaço paraguaio tríplice fronteiro. A base de Mariscal Estigarribia, batizada de *CSL* (denominação substitutiva das *FOLs*), passou para o controle estadunidense em 2005.

O segundo caso estaria na possibilidade de uma das *FOLs* mais estratégicas ser desmontada e transplantada em 2009. A *FOL* de Manta pode não ter seu contrato

renovado com o governo dos Estados Unidos, já que o atual presidente do Equador, Rafael Corrêa, se predispôs a tal ação, em razão das pressões dos movimentos sociais contra a militarização e a presença estrangeira no país e na região andina. As instalações militares e informacionais em Manta podem ser levadas para o espaço colombiano, especula-se Florência (Departamento de Caquetá) e/ou Villavicencio (Departamento de Meta).

E por fim, destaque para os movimentos contraditoriamente produzidos pela militarização, fala-se dos movimentos sociais e organizações que lutam articuladamente, em rede, contra os interesses imperialistas dos Estados Unidos e das grandes corporações na América Latina. As justificativas rasteiras que visam legitimar a presença militar estrangeira na região (sejam as dos Estados Unidos no Equador, sejam as do Brasil - líder da MINUSTAH - no Haiti, por exemplo), através de bases ou não, têm colidido frontalmente com questionamentos e mobilizações populares crescentes, que colocam em pauta debates relacionados à perda de soberania, injustiça social, direitos humanos, autodeterminação, impactos sócio-ambientais, cultura etc., algo exemplificado pela primeira “Conferência da Rede Mundial pela Abolição das Bases Militares em Países Estrangeiros”, realizada no início de março de 2007, em Manta.

Logo, considerando o movimento ambivalente e contraditório do mundo, é essencial decodificarmos os códigos hegemônicos, e percebermos que nada se encontra totalmente definido, a construção dos territórios é processual e na maioria das vezes conflitante. Como reafirmamos nesse trabalho, a territorialização militar em rede se dá o tempo inteiro, estando sempre apta à expansão e ao controle de novos pontos sob a conduta do sujeito hegemônico. Ainda assim, a reciprocidade se faz presente, o que garante a possibilidade real da interrupção daquilo que circula entre os nós do território-rede militar, onde cada ponto no contexto das relações de poder pode ser desativado, de

tal forma a sufocar a territorialização dos de cima, e progressivamente fazendo-a deixar de existir, destruindo-a através de uma outra territorialização, que constitua novas territorialidades e alternativas emancipatórias, com finalidades de fato democráticas. Novas horizontalidades devem constituir novas verticalidades, novas formas de cooperação, mais dignas e solidárias, menos opressoras e ignorantes.

Até que existam cidadãos de primeira e segunda classe em qualquer nação. Até que a cor da pele de um homem não tenha maior significado que a cor dos seus olhos haverá guerra.  
Robert Nesta Marley, 1976.

## BIBLIOGRAFIA

**AHMAD**, Aijaz. “O imperialismo de nosso tempo”. In PANITCH, Leo e LEYS, Colin. *O novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

**ALI**, Tariq. *A nova face do império*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

**ALMEIDA**, Lúcio Flávio, “Apontamentos sobre imperialismo, soberania e antiimperialismo na alvorada do século XXI”. In DOS SANTOS, Thetonio. *Globalização: dimensões e alternativas*. São Paulo: Loyola, 2004.

**AMIN**, Samir. *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. *El hegemonismo de Estados Unidos y el desvanecimiento del proyecto europeo*. Barcelona: El Viejo Topo, 2001.

\_\_\_\_\_. “EUA: o partido único do capital e o controle militar do planeta”. In *Crítica Social*. Rio de Janeiro: ADIA Editorial, julho/setembro, nº 2, 2003.

\_\_\_\_\_. “Geopolítica do imperialismo contemporâneo”. In PROCÓPIO, Argemiro (org.). *Relações internacionais: os excluídos da arca de Noé*. São Paulo: Hucitec, 2005.

**ANDRADE**, Manuel Correia. “Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local”. In: *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed. Hucitec – Anpur, 1994.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo e fragmentação do espaço*. São Paulo: Contexto, 2002.

**ANTUNES**, Ricardo. “A lógica destrutiva na era do extremo irracionalismo”. In *Margem Esquerda - ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo Editorial, nº 1, 2003.

**ARANTES**, Paulo. “Último round”. In *Margem Esquerda - ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo Editorial, nº 5, 2004.

\_\_\_\_\_. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

**ARENDT**, Hannah. *Imperialismo, a expansão do poder: uma análise dialética*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.

**ARON**, Raymond. *República Imperial: os Estados Unidos no mundo pós-guerra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

**ARRIGHI**, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

\_\_\_\_\_. “As escalas da turbulência global”. In *Margem Esquerda - ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo Editorial, nº 5, 2004.

**ATTALI**, Jacques. *Dicionário do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

**AYERBE**, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

**AZAMBUJA**, Darcy. *Teoria geral do Estado*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

**BAILBY**, Eduard. *Que é imperialismo?* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963.

**BARBER**, Benjamin. *O império do medo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

**BECKER**, Bertha. “A Geografia e o resgate da Geopolítica”. In *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 50, n. especial, t. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

\_\_\_\_\_. “A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In CASTRO, Iná Elias *et al.*(orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995.

\_\_\_\_\_. “Uma nova regionalização para pensar o Brasil?” In LIMONAD, Esther *et al.* (orgs). *Brasil, século XXI - por uma outra regionalização? Escalas, agentes e processos*. São Paulo: Max Limonad, 2004a.

\_\_\_\_\_. “A Amazônia e a Política Ambiental Brasileira”. *Geographia. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF*, Niterói/RJ, UFF/EDD, ano 6, n.º 11, 2004b.

**BEINSTEIN**, Jorge. “Capitalismo senil e decadência militarista do Império”. In *Margem Esquerda - ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo Editorial, nº 1, 2003.

**BERTACCINI**, Rina. “Seguridade nacional: um enfoque latinoamericano”. In *América Latina en Movimiento*, Quito, nº 416-417, 2007.

**BLUM**, William, "Breve historia de las intervenciones de Estados Unidos desde 1945", *Revista Chiapas*, México, n. 10, 2000.

**BOBBIO**, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

**BONANATE**, Luigi. *A Guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

**BORON**, Atílio. *Império & Imperialismo – Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

\_\_\_\_\_. “Hegemonía e imperialismo en el sistema internacional” In BORON, A. (org.). *Nueva Hegemonia mundial: alternativas de cambio y movimientos sociales*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

**BOURDIN**, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

**BOTTOMORE**, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

**BOUTHOU**, Gaston. Evolução das doutrinas imperialistas desde 1914. In: MOSCA, G. e BOUTHOU, G. *História das Doutrinas Políticas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1958.

**BRENNER**, Robert. “Um novo imperialismo?” In DOS SANTOS, Thetonio. *Globalização: dimensões e alternativas*. São Paulo: Loyola, 2004.

**BRITO**, Hector Valdiviezo. “Equador: recomposição da hegemonia burguesa e crise da esquerda”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 4. São Paulo: Koorkom, 2001.

**BROWN**, Michael Barratt. *Economia do imperialismo*. Editora Ulisseia, 1974.

**BRUNET**, R. et al. *Les mots de la géographie: dictionnaire critique*. Paris: La Documentation Française: 1993.

**BUKHARIN**, Nicolai. *O imperialismo e a economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1969.

**BURCH**, Sally. “La política militar de la Unión Europea”. In *América Latina en Movimiento*, Quito, nº 416-417, 2007.

**CASTRO**, Iná Elias. “O problema da escala”. In: CASTRO, Iná Elias et al.(orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

**CAYCEDO**, Jaime. “Impacto regional do conflito colombiano na América Latina”. In CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

**CECEÑA**, Ana Esther. “A batalha do Afeganistão”. In CECEÑA, Ana Esther e SADER, Emir (orgs). *A Guerra Infinita: Hegemonia e Terror Mundial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. “Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI”. In DOS SANTOS, Thetonio. *Globalização: dimensões e alternativas*. São Paulo: Loyola, 2004a.

\_\_\_\_\_. “Militarización e resistência”. In OSAL, *Observatório Social da América Latina*, nº 15. Buenos Aires: Clacso, 2004b.

\_\_\_\_\_. “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites”. In CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

\_\_\_\_\_. “Sujetizando el objeto de estudio, o de la subversión epistemológica como emancipación”. In CECEÑA, Ana Esther (org.) *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires, CLACSO, 2006.

**CECEÑA**, Ana Esther e **MOTTO**, Carlos Ernesto. “Paraguay: eje de la dominación del Cono Sur”, In *revista OSAL* n° 17, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

**CHALIAND**, Gerard. *Atlas del nuevo orden mundial*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2004.

**CHESNAIS**, François. “Tendências profundas do imperialismo e ampla crise de *leadership*”. In *Margem Esquerda - ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo Editorial, n° 1, 2003.

**CHOMSKY**, Noam. *O Império Americano: hegemonia ou sobrevivência*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

\_\_\_\_\_. “Democracia y mercados en el nuevo orden mundial”. In **ALVARADO**, G. (org). *Globalización y cultura*. San Jose, Costa Rica: Editorial Librería Ama Mater, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Ambições imperiais*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

**CLAVAL**, Paul. “O território na transição da pós-modernidade”. *Geographia*. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói: UFF/EDD, ano I, n.º 2, 1999.

**COHEN**, Benjamin J. *A Questão do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

**CORRÊA**, Roberto Lobato. “Espaço, um conceito chave da Geografia”. In **CASTRO**, Iná Elias et al. *Geografia - conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

**DALLARI**, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 1991.

**DAMIANI**, Amélia Luisa. “Geografia Política e Novas Territorialidades”. In **PONTUSCHKA**, N. e **OLIVEIRA**, A. (orgs). *Geografia em perspectivas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

**DANTAS**, Gilson. “O setor bélico: por que ele se instalou no coração da economia estadunidense?”. In *revista Outubro*, n.14, São Paulo, Instituto de Estudos Socialistas, 2006.

**DELEUZE**, G. e **GUATTARI**, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

**DIAMANTE**, Daniel Delgado. “El Plano Colômbia y los posibles efectos en la Republica de Panamá”. In *Cuadernos nacionales*, n° 1, Panamá, Instituto de Estudos Nacionales, 2003.

**DIAS**, Leila Christina. “Redes: emergência e organização”. In: **CASTRO**, Iná Elias et al. (orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995.

**DOS SANTOS**, Theotonio. “Unipolaridade ou hegemonia compartilhada”. In DOS SANTOS, Theotonio. *Os impasses da globalização*. São Paulo: Loyola, 2003.

**DRUCKER**, Peter. “A economia global e o Estado Nacional”. In *Foreign Affairs* – Edição brasileira, 12 de setembro. Gazeta Mercantil, 1997.

**DUPAS**, Gilberto. “A nova doutrina de segurança internacional dos Estados Unidos e os impasses na governabilidade global”. In DOS SANTOS, Theotonio. *Os impasses da globalização*. São Paulo: Loyola, 2003.

**ESCOLAR**, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. “Territórios de dominação estatal e fronteiras nacionais: a mediação geográfica da representação e da soberania política”. In SANTOS, Milton (org). *et al. O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização*. São Paulo, 2002.

**ESTAY**, Jaime. “A economia mundial e a América Latina depois do 11 de setembro: notas para o debate”. In CECENÁ, Ana Esther e SADER, Emir (orgs). *A Guerra Infinita: Hegemonia e Terror Mundial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

**FARIAS**, Flávio Bezerra. *Filosofia Política da América: A ideologia do novo século americano*. São Paulo: Cortez, 2004.

**FAUSTO**, Boris. “Hegemonia: consenso e coerção”. In *Política Externa*. Vol. 11, nº 3, 2002.

**FIGUERA**, Delfina Trinca. “Estado e território: suas relações e a globalização”. In *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed. Hucitec – Anpur, 1994.

**FIORI**, José Luís. “Formação, expansão e limites do poder global”. In FIORI (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.

\_\_\_\_\_. “O Poder Global dos EUA: formação, expansão e limites”. In FIORI (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b.

**FLORES**, Mário César. *Bases para uma política militar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. “Panorama da (in)segurança internacional”. In *Política Externa*. Vol. 13, nº 3, 2004.

\_\_\_\_\_. “Presença norte-americana no Paraguai”. In *Política Externa*. Vol. 14, nº 3, 2005.

**FOUCAULT**, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

**FRIEDE**, Reis. *Curso de ciência política e teoria geral do Estado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

**GALEANO**, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

**GAMBINA**, Julio C. “Os rumos do capitalismo, a hegemonia dos Estados Unidos e as perspectivas da classe trabalhadora”. In CECENÑA, Ana Esther e SADER, Emir (Orgs). *A Guerra Infinita: Hegemonia e Terror Mundial*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

**GILL**, Stephen. As contradições da supremacia dos EUA. In: PANITCH, L. e LEYS, C. *O império reloaded*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

**GÓMEZ**, Gustavo Montañez. “Globalizações e construção do território colombiano”. In SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

**GARCÍA**, Marcelo. “Alca e dolarização: avança a recolonização da América Latina”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 3. São Paulo: Koorkom, 2001.

\_\_\_\_\_. “Os EUA militarizam a América Latina”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 10. São Paulo: Koorkom, 2004.

\_\_\_\_\_. “Fracasso imperialista na apropriação do petróleo, crise e aumento de preços”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 3. São Paulo: Koorkom, 2001.

**GUIMARÃES**, Samuel Pinheiro. *Quinhentos Anos de Periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/Contraponto, 2001.

\_\_\_\_\_. “Globalização, guerra e violência”. In NOVAES, Adauto (org.), *A Crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

**GUNDER FRANK**, André. “Tigre de papel, dragão de fogo”. In DOS SANTOS, Thetonio. *Os impasses da globalização*. São Paulo: Loyola, 2003.

**HAESBAERT**, Rogério. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. In *Anais do V Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Curitiba: AGB, 1994.

\_\_\_\_\_. “Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão”. In CASTRO, Iná Elias de, et al. *Geografia - Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. “Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo”. In Haesbaert, R. (org.) *Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo*. Niterói: EdUFF, 2001a.

\_\_\_\_\_. “Território, cultura e des-territorialização”. In ROSENDAHL, Zeny, et al. (orgs). *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001b.

- \_\_\_\_\_. *Territórios Alternativos*. Niterói: EdUFF, São Paulo: Contexto, 2002a.
- \_\_\_\_\_. “Concepções de território para entender a desterritorialização”. In Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGEO-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002b.
- \_\_\_\_\_. “Fim dos territórios ou novas territorialidades?” In LOPES, L. e BASTOS, L. (org) *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado das Letras, 2002c.
- \_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. e LIMONAD, E.** “O território em tempos de globalização”. *GeoUERJ*, nº 7. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- HARDT, M. e NEGRI, A.** *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARNECKER, M. e URIBE, G.** *Imperialismo e Dependência*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- HARVEY, David.** *Los Limites del Capitalismo y la Teoria Marxista*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.
- \_\_\_\_\_. “O ‘novo’ imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante desposseção”. In *Margem Esquerda - ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo Editorial, nº 5, 2004c.
- \_\_\_\_\_. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HERNÁNDEZ, Martín.** “Que guerra é esta?”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 4. São Paulo: Koorkom, 2001.
- HERZ, Monica.** “Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria”. *Estudos avançados*, dezembro, vol.16, nº. 46, 2002.
- HIDALGO, Max.** “La expansión europea, desarrollo del capitalismo, imperialismo y globalización”. In ALVARADO, G. (org). *Globalización y cultura*. San Jose, Costa Rica: Editorial Librería Ama Mater, 2004.
- HOBSBAWM, Eric J.** *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

**HOLLOWAY**, John e **PELÁEZ**, Eloísa. “A guerra de todos os estados contra todos os povos”. In CECEÑA, Ana Esther e SADER, Emir (Orgs). *A Guerra Infinita: Hegemonia e Terror Mundial*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

**HUNTINGTON**, Samuel. *O soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

\_\_\_\_\_. “A erosão dos interesses nacionais dos EUA”. In *Foreign Affairs* – Edição brasileira, 12 de setembro. Gazeta Mercantil, 1997.

**IANNI**, Octavio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1976.

**IKENBERRY**, G. J. “A ambição imperial”. In *Política Externa*. Vol. 11, nº 3, 2002.

**JOHNSON**, Chalmers. *As aflições do império: militarismo, operações secretas e o fim da república*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

**JOHNSTON**, R. J. et al. *Diccionario Akal de Geografía Humana*. Madrid: Ediciones Akal, 2000.

**KASTRUP**, Virgínia. “A rede: uma figura empírica da ontologia do presente”. In PARENTE, André (org). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

**KIDRON**, M. e **SEGAL**, R. *The state of the world atlas*. London: Pan Books, 1981.

**LACOSTE**, Yves. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papyrus, 1988.

\_\_\_\_\_. *Geografia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1990.

\_\_\_\_\_. *De la géopolitique aux paysages*, Dictionnaire de la géographie. Paris: Armand Colin, 2003.

**LEIVA**, Orlando Caputo. “Reestruturação econômica dos Estados Unidos e anexação da América Latina”. In DOS SANTOS, Thetonio. *Globalização e integração das Américas*. São Paulo: Loyola, 2005.

**LÊNIN**, Vladimir. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Estado e a Revolução*. Rio de Janeiro, Editora Diálogo, s/d.

**LEONGÓMEZ**, Eduardo Pizarro. *Uma democracia sitiada: balanço e perspectivas do conflito armado na Colômbia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

**LEWIS**, Tom. “O império contra-ataca”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 6. São Paulo: Koorkom, 2002.

**LÉVY**, Jacques. *A-t-on encore (vraiment) besoin du territoire? EspacesTemps: Les Cahiers*, nº 51 52, 1992 (tradução).

\_\_\_\_\_. “Entre sociedade civil e sociedade política”. In *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed. Hucitec – Anpur, 2002.

**LIMA**, Ivaldo. “Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica”. In Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002.

\_\_\_\_\_. “Escalas insurgentes na amazônia brasileira”. In LIMONAD, Esther *et al.* (orgs). *Brasil, século XXI - por uma outra regionalização? Escalas, agentes e processos*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

\_\_\_\_\_. *Redes políticas e recomposição do território*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGeo/UFF, 2005a.

\_\_\_\_\_. Geopolítica global: da promoção de resultados à busca de sentidos. In ALBA, Rosa Salette (org.) *Revista Grifos - Dossiê Geopolítica*. Chapecó: Argos, 2005b.

**LINDSAY-POLAND**, John. “Bases militares estadounidenses en América Latina y el Caribe”. Silver City, NM & Washington, DC: *Foreign Policy In Focus*, 2004. Disponível em: <http://www.americaspolicy.org/briefs/2004/0408latammil-sp.html>.

\_\_\_\_\_. Bases militares de EE.UU em América Latina y el Caribe. In *América Latina en Movimiento*, Quito, nº 416-417, 2007.

**LINS DA SILVA**, Carlos Eduardo. “Doutrina Bush foi gerada a dez anos”. In *Política Externa*. Vol. 11, nº 3, 2002.

**LOCK**, Peter. “Transformações da guerra: a dominação da violência reguladora”. In DOS SANTOS, Thetonio. *Globalização: dimensões e alternativas*. São Paulo: Loyola, 2004.

**LOGAN** Sam e **FLYNN** Matthew. “U.S. Military Moves in Paraguay Rattle Regional Relations”. Silver City, NM: *International Relations Center*, 2005. Disponível em: <http://americas.irc-online.org/am/2991>.

**LOSURDO**, Domenico. “Guerra preventiva, americanismo e antiamericanismo”. In *Margem Esquerda - ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo Editorial, nº 5, 2004.

**LOWENTHAL**, Abraham F. “Os Estados Unidos e a América Latina: além da era Reagan”. In *Lua Nova*. São Paulo: nº 18, 1989.

**LUHMANN**, Niklas. *Poder*. Barcelona: Anthropos, 1995.

**LUXEMBURGO**, Rosa. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

**MACHADO**, Lia Osório. “Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana”. In **SILVEIRA**, Maria Laura (org). *Continentes em chamadas*:

*globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

**MAGDOFF**, Harry. “Militarismo e imperialismo”. In *Economia política Del imperialismo*. Buenos Aires: Ediciones Periferias. R. L., 1971.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

**MAIRA**, Luis. “A crise de hegemonia internacional dos Estados Unidos e seu impacto para a América Latina”. In **PLASTINO**, C. A. E **BOUZAS**, R. (orgs). *A América Latina e a crise internacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

**MANDEL**, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

**MANN**, Michael. *El Império Incoherente: Estados Unidos y el nuevo ordem internacional*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2004.

**MANTILLA**, Jaime Muñoz. “Sobre os artigos relativos ao Equador”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 3. São Paulo: Koorkom, 2001.

**MAMIGONIAM**, Armem. “Imperialismo, universidade e pensamento crítico”. In *CENEGRI*, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro, 2004.

**MARCON**, C. e **MOINET**, N. *Estratégia-rede*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

**MARTINS**, José. “As armas da globalização”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 1. São Paulo: Koorkom, 2000.

\_\_\_\_\_. *Império do terror: Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

**MARX**, Karl. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

**MEDEIROS**, Carlos Aguiar. “O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um Empreendimento Militar”. In **FIORI** (org) *O Poder Americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

**MELLO**, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Ed. Hucitec/Edusp, 1999.

**MÉSZÁROS**, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

**MONIZ BANDEIRA**, Luiz Alberto. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

**MORA**, Enrique Ayala. *Resumen de História del Ecuador*. Quito: Corporación editora nacional, 1993.

**MORAES**, Glória. “Telecomunicações e o Poder Global dos EUA”. In Fiori (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b.

**MOREIRA**, Ruy. *O Discurso do Averso. Para a crítica da Geografia que se ensina*. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.

\_\_\_\_\_. Assim se passaram dez anos. In *Geographia*. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF. Niterói: UFF/EDD, ano II, n.º 3, 2000.

\_\_\_\_\_. “As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades”. In *Geographia*. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói: UFF/EDD, ano III, n.º 5, 2001.

\_\_\_\_\_. *O círculo e a espiral: para a crítica da geografia que se ensina*. Niterói, Edições AGB Niterói, 2004.

\_\_\_\_\_. A Guerra do Iraque, a Alca e as Fronteiras da Reestruturação Capitalista nos Estados Unidos. In ALBA, Rosa Salette (org.) *Revista Grifos - Dossiê Geopolítica*. Chapecó: Argos, 2005.

\_\_\_\_\_. “Da partilha territorial ao bioespaço e biopoder”. In *Anais do V Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia*. São Paulo: ANPEGE/Anablume, 2006.

\_\_\_\_\_. *Pensar e ser em geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

**MORGENTHAU**, Hans J. *A política entre as nações*. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 2003.

**MUSSO**, Pierre. “A filosofia da rede”. In PARENTE, André (org). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

**NAVARRO**, Guillermo. “Plano Colômbia: ABC de uma tragédia”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 2. São Paulo: Koorkom, 2001.

**NOGUÉ FONT**, Joan e **VINCENTE RUFÍ**, Joan. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.

**OUTHWAITE**, W. e **BOTTOMORE**, T. (eds.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

**PANITCH**, Leo e **GINDIN**, Sam. “Capitalismo global e império norte-americano”. In PANITCH, Leo e LEYS, Colin. *O novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

**PARENTE**, André. “Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade”. In PARENTE, André (org). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

**PEDROSA, Mário.** *A Crise Mundial do Imperialismo e Rosa Luxemburgo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

**PETRAS, James.** *Imperialismo e classes sociais no terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

\_\_\_\_\_. “A contra-ofensiva imperial: contradições, desafios e oportunidades”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 4. São Paulo: Koorkom, 2001.

\_\_\_\_\_. *Império e políticas revolucionárias na América Latina*. São Paulo: Xamã, 2002.

**PETRAS, J. e VELTMEYER, H.** *Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. “Um espectro ronda a América Latina”. In: *Caros Amigos Especial*, São Paulo, N.17- Junho 2003.

**PORTO-GONÇALVES, C. W.** “Geo-grafando: em busca de novas formas de comunidades políticas”. *Ciência Geográfica – Bauru – V – 12*. Janeiro/Abril – 1999.

\_\_\_\_\_. *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. “Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. In CECENA, Ana Esther e SADER, Emir (orgs). *A Guerra Infinita: Hegemonia e Terror Mundial*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira*. Brasília: IBAMA, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

**PORTO-GONÇALVES, C. W. e AZEVEDO, N. M.** “A geografia do imperialismo: uma introdução”. In *Boletim Paulista de Geografia*, nº 59. São Paulo: AGB, 1984.

**PORTO-GONÇALVES, C. W. e HAESBAERT, R.** *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

**POTYGUAR, Jonas.** “Dossiê Equador”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 1. São Paulo: Koorkom, 2000.

\_\_\_\_\_. “O imperialismo abre uma época de guerras e revoluções”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 9. São Paulo: Koorkom, 2004.

**POULANTZAS, Nicos.** *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

**QUIJANO**, Aníbal. “O labirinto da América Latina: existem outras saídas?” In DOS SANTOS, Thetonio. *Globalização: dimensões e alternativas*. São Paulo: Loyola, 2004.

**RAFFESTIN**, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

**RATZEL**, F. “O povo e seu território”. In ROBERT MORAES, A. C. (org) *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

**REINOSO**, Alan Fairlie. “Alguns desafios para a integração andina”. In DOS SANTOS, Thetonio. *Globalização e integração das Américas*. São Paulo: Loyola, 2005.

**RIBEIRO**, Ana Clara Torres. “Desenvolvimento sustentável: novas redes e novos códigos”. In BECKER, Bertha e MIRANDA, Mariana (orgs). *A geografia do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

**RIPPEL**, Márcio Pereira. “O Plano Colômbia como instrumento da política norte-americana para a América Latina e suas conseqüências”. In *Revista da Escola de Guerra*, 2006.

**ROBERT MORAES**, A. C. “O que é território?” In *Revista Orientação* n. 5, São Paulo: USP, 1989.

**ROMERO**, Aldo Andrés. “Estratégia Imperial e instabilidade mundial”. In *Margem Esquerda - ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo Editorial, nº 5, 2004.

**RONCKEN**, Theo. *La lucha contra las drogas y la proyección militar de Estados Unidos: centros operativos de avanzadas em América Latina y el Caribe*. Quito: ABYA-YALA, 2004.

**ROUQUIÉ**, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Editora alfa-omega, 1984.

**SADER**, Emir. “O imperialismo norte-americano e a ALCA”. In *Soberania sim, ALCA não!* Campanha nacional contra ALCA (org.). São Paulo; Expressão popular, 2002.

**SAID**, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**SANTOS**, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. “O retorno do território”. In *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Ed. Hucitec – Anpur, 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. “Nação, Estado e Território”. In MENDONÇA, S. e MOTTA, M. (orgs) *Nação e Poder: as dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998.

\_\_\_\_\_. “O território e o saber local: algumas categorias de análise”. In *Cadernos IPPUR*, nº2, Rio de Janeiro, Ano XIII, 1999.

\_\_\_\_\_. *Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

**SANTOS, M. et al.** *O papel ativo da geografia: um manifesto*. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000c.

\_\_\_\_\_. “Território e Dinheiro”. In Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002.

**SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L.** 2001. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record.

**SCHERER-WARREN, Ilse.** *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

**SCHILLING, Voltaire.** *EUA x América Latina: As etapas da dominação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

\_\_\_\_\_. *América: a história e as contradições do império*. Porto Alegre: L&PM editores, 2004.

**SERFATI, Claude.** “O braço armado da mundialização”, *revista Outubro*, n.6, São Paulo, Instituto de Estudos Socialistas, 2002.

**SERFATI, Claude e MAMPAEY, Luc.** “Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso ‘guerra sem limites’?” In CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

**SLAUGHTER, Anne Marie.** “A verdadeira nova ordem mundial”. In *Foreign Affairs* – Edição brasileira, 12 de setembro. Gazeta Mercantil, 1997.

**SODRÉ, Nelson Werneck.** *Fundamentos do materialismo dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

**SOUZA, Marcelo Lopes de.** “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias et al.(orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995.

\_\_\_\_\_. “As drogas e a ‘questão urbana’ no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos”. In CASTRO, Iná Elias et al.(orgs). *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

**SWEEZY**, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

**TAMAYO**, Eduardo. “Militares de EE.UU em Manta: esperando que se vayan”. In *América Latina en Movimiento*, Quito, nº 416-417, 2007.

**TAVARES**, Maria Conceição. “Hegemonia norte-americana: a estratégica global”. *Folha de São Paulo*, Lições contemporâneas, 14/09/1997.

\_\_\_\_\_. “A retomada da hegemonia norte-americana” In TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs) *Poder e Dinheiro*. Uma economia política da globalização. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

**TAVARES**, M. C. e **MELIN**, L. E. “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana” In TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs) *Poder e Dinheiro*. Uma economia política da globalização. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

**TAVARES**, Maria Conceição e **BELLUZZO**, Luiz Gonzaga. “A mundialização do capital e a expansão do poder americano”. In: Fiori (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

**TAYLOR**, J. Peter e **FLINT**, Colin. *Geografía Política: Economía-mundo, Estado-Nación y Localidad*. Madrid, España: Trama Editorial, 2002.

**TODD**, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

**TORRES FILHO**, Ernani Teixeira. “O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana”. In: Fiori (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

**TZU**, Sun. *A arte da guerra*. São Paulo: Madras, 2004.

**VALIER**, Jacques. *Sobre o Imperialismo*. Lisboa: Antídoto, 1977.

**VELTZ**, Pierre. *Mundialización, ciudades y territorios – la economía de arquipiélagos*. Ed. Ariel: Barcelona, 1999.

**VESENTINI**, J. W. *Imperialismo e geopolítica global: espaço e dominação na escala planetária*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

**VESENTINI**, J. W. *Novas Geopolíticas – As representações do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004.

**VIRILIO**, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

**WALLERSTEIN**, Immanuel. “Bush aposta tudo que tem”. In *Margem Esquerda - ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo Editorial, nº 1, 2003.

\_\_\_\_\_. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

**WELMOWICKI**, José. “América Latina na virada do século: revolução ou colônia”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 2. São Paulo: Koorkom, 2001.

\_\_\_\_\_. “Situação mundial: o cabo de guerra se tensiona”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 5. São Paulo: Koorkom, 2002a.

\_\_\_\_\_. “Bush continua a guerra contra os povos”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 6. São Paulo: Koorkom, 2002b.

\_\_\_\_\_. “A nova crise do imperialismo e a revolução mundial”. In *Marxismo Vivo – Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 7. São Paulo: Koorkom, 2003.

**WOOD**, Ellen Meiksins. *El império del capital*. Barcelona: El viejo topo, 2003.

\_\_\_\_\_. “Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar”. In *Crítica Marxista*. n. 19, Campinas: Editora Revan, 2004.

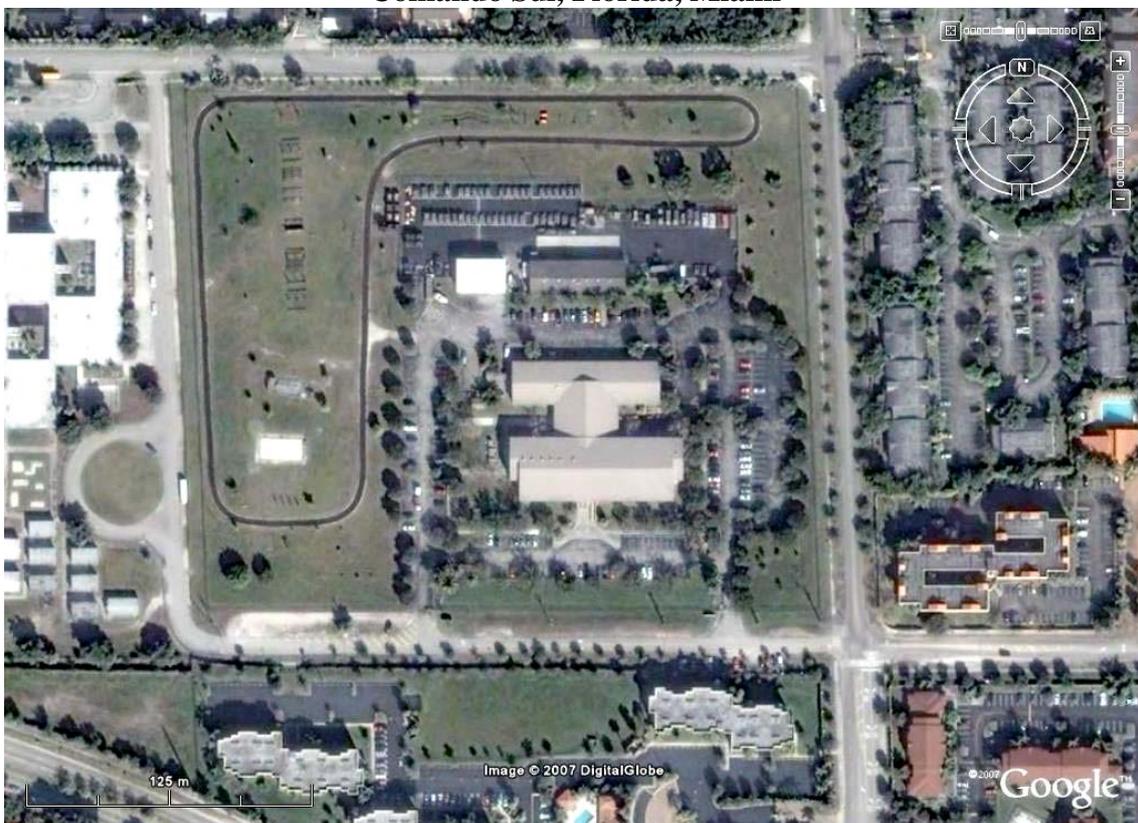
**XIAN**, Gao e **SHOU-GUANG**, Xie. “Hegemonia e política mundial: a guerra contra o Iraque e depois”. In **DOS SANTOS**, Thetonio. *Os impasses da globalização*. São Paulo: Loyola, 2003.

# ANEXOS

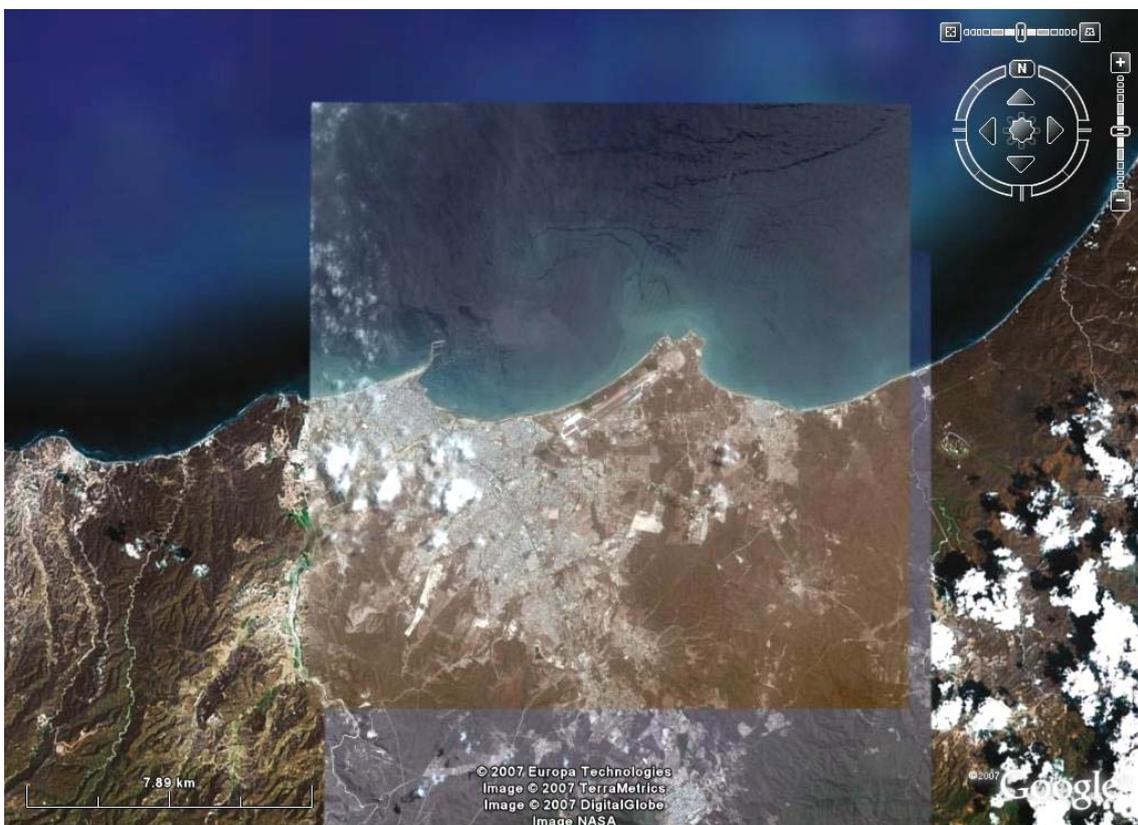
## Pentágono, Washington, DC.



## Comando Sul, Flórida, Miami



**FOL 1 - Manta, Equador (seqüência de imagens)**





**FOL 2 - Comalapa, El Salvador (seqüência de imagens)**

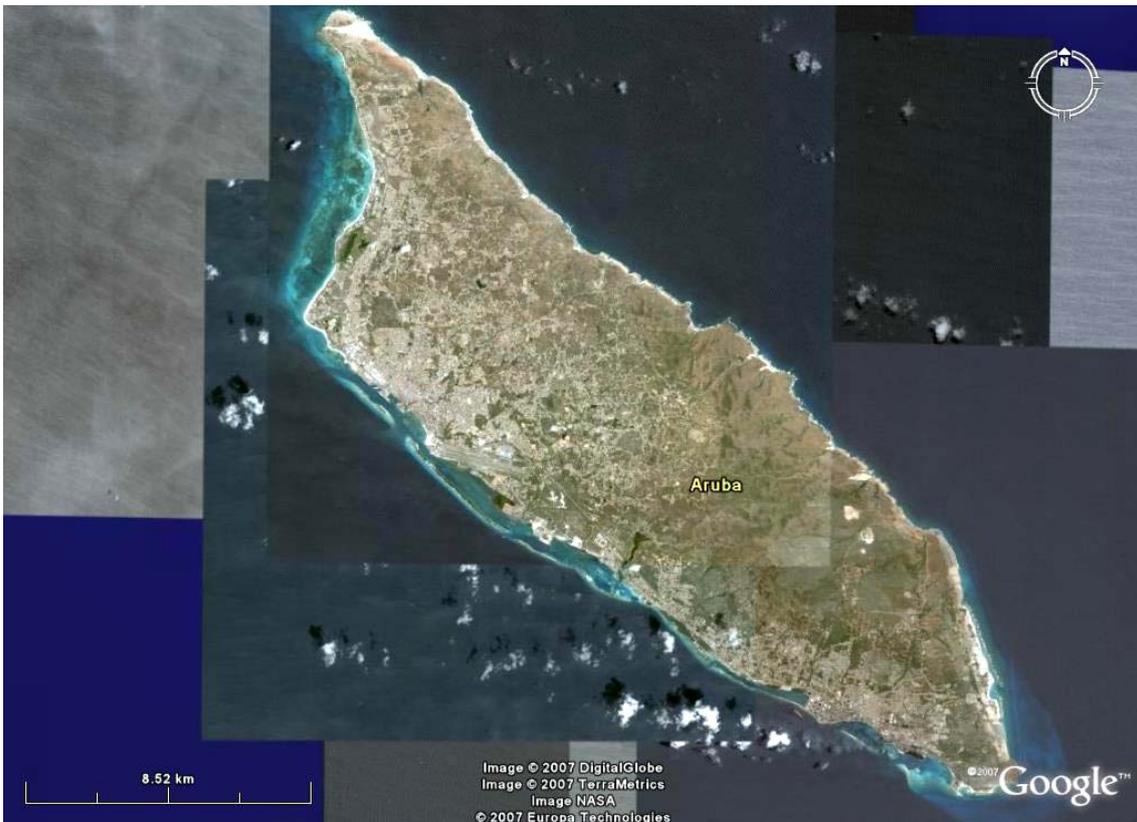




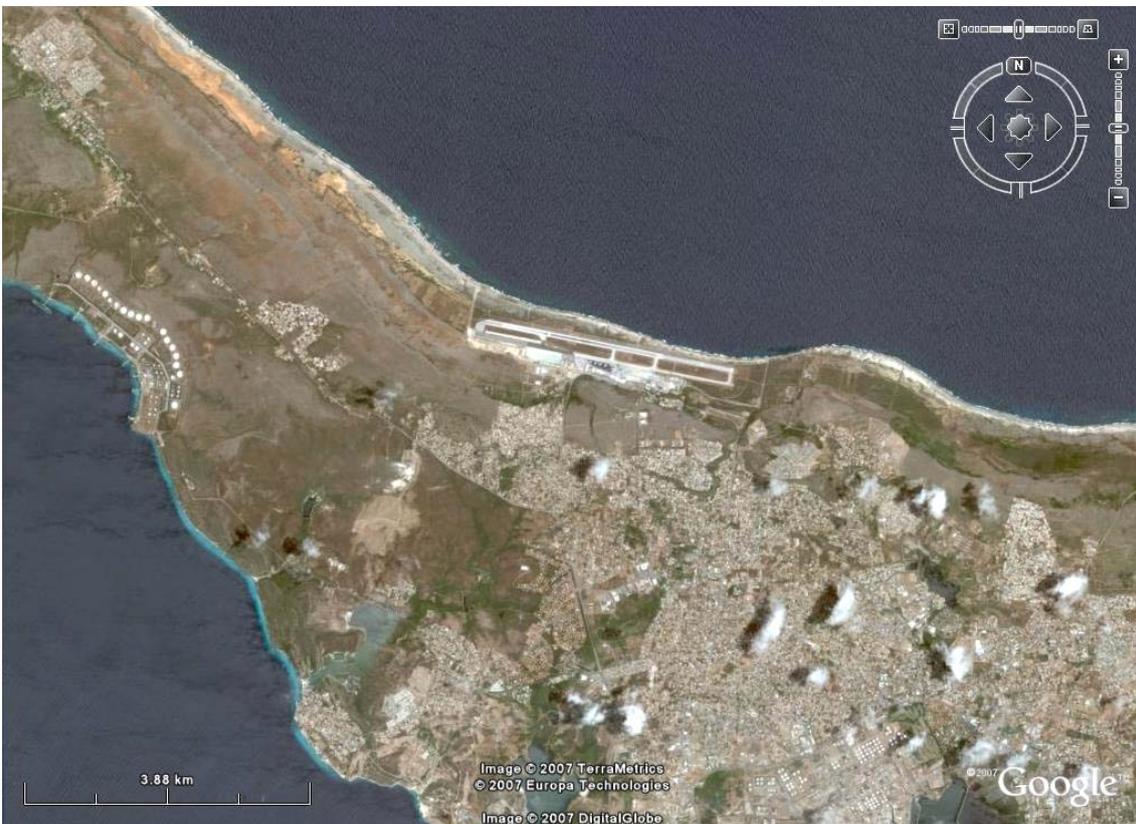


**FOL 3 - Reina Beatrix, Aruba (seqüência de imagens)**





**FOL 4 - Hato, Curaçao (seqüência de imagens)**





**Base de Howard, Panamá**



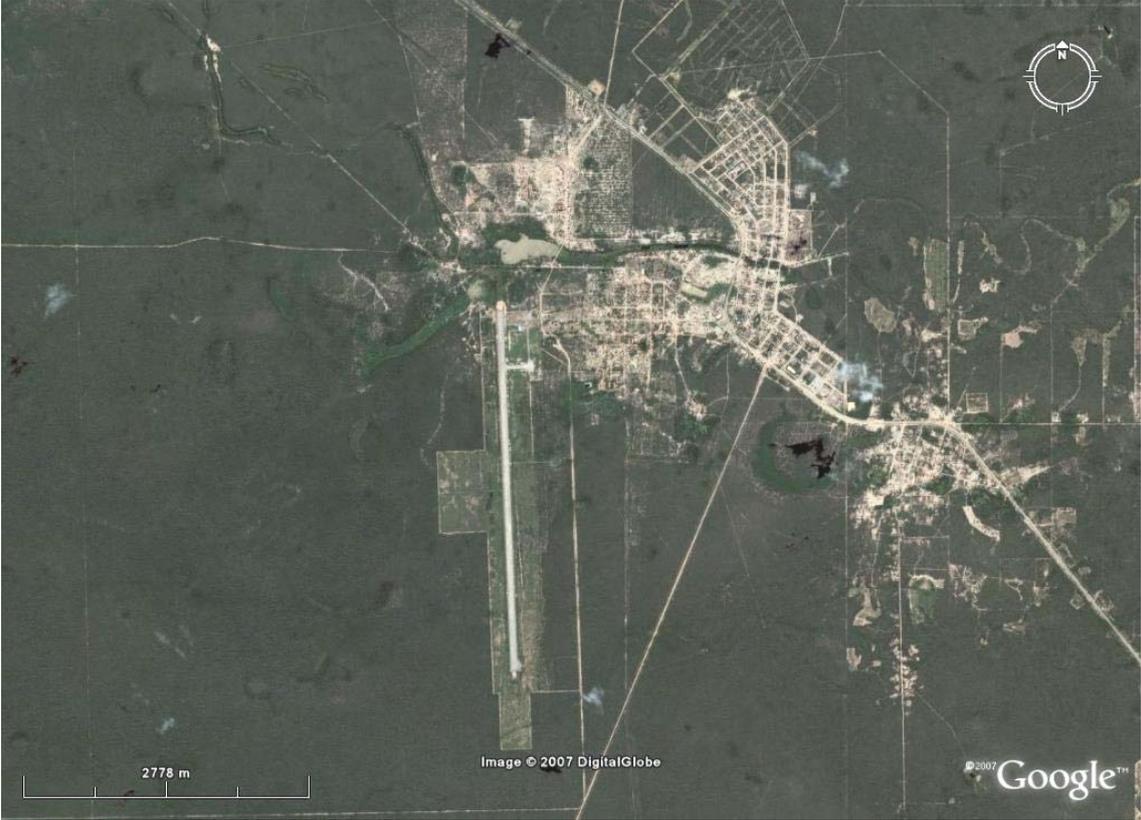
**Base Tres Esquinas, Departamento de Caquetá, Colômbia**



**Base Villavicencio, Departamento de Meta, Colômbia**



**Base Mariscal Estigarribia, Departamento de Boquerón, Paraguai**



S725

Sousa, Rodrigo Pina de

Territorialização militar em rede e o imperialismo estadunidense na América Latina: um novo código geopolítico? / Rodrigo Pina de Sousa – Niterói : [s.n.], 2007.

214 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2007.

1.Geopolítica- América Latina. 2.Territorialização.  
3.Imperialismo – Estados Unidos. I.Título.

CDD 320.12098

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)